

Revista NERA nº. 11

Jul.-Dez./2007



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

Rumos da resistência camponesa e da reforma agrária

Revista NERA nº. 11

Rumos da resistência camponesa e da reforma agrária

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jul.-dez./2007

Revista NERA

Coordenação de publicação

Bernardo Maçano Fernandes
Matuzalem Cavalcante
Eduardo Paulon Girardi
Anderson Antonio da Silva
Clifford Andrew Welch

Colaboração

Fernanda Bertuque Marzola

Conselho editorial

Abdurazack Karriem – Cornell University (Ithaca, NY, EUA)
Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Claire Barbay – Université de Paris X (Nanterre, França)
Clifford Andrew Welch – Grand Valley State University (Michigan, EUA)
Emilia de Rodat Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hervé Théry – CNRS/USP (Paris, França/São Paulo, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Osvaldo Rodrigues Nunes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Jorge Montenegro Gómez – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Lauren Baker – York University (Toronto, ON, Canadá)
Maira Angélica Pandolfi – UNESP (Rosana, SP, Brasil)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Miguel Teubal – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Norma Giarraca – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Sílvio Simione da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
V́ctor Mart́n Mart́n – Universidad de La Laguna (Espanha)
Wilder Robles – University of Winnipeg (Canadá)

Fotos da capa

Douglas Mansur

Endereço

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5676
Endereço eletrônico: revistanera@fct.unesp.br

Ficha catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, nº. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, nº. 4
2004 – ano 7, nº. 5
2005 – ano 8, nº. 6
2005 – ano 8, nº. 7
2006 – ano 9, nº. 8
2006 – ano 9, nº. 9
2007 – ano 10, nº. 10
2007 – ano 10, nº. 11
Semestral

ISSN 1806-6755

Sumário

A RESISTÊNCIA CAMPONESA PARA ALÉM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

8

LA RESISTENCIA CAMPESINA PARA ADELANTE DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES

THE RESISTANCE PEASANT FOR BESIDES THE SOCIAL MOVEMENTS

João Edmilson Fabrini

LAVOURA E SONHOS: AS REPRESENTAÇÕES CAMPONESAS NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

33

PLANTACIONES Y SUEÑOS: LAS REPRESENTACIONES CAMPESINAS EN LOS ASENTAMIENTOS DE LA REFORMA AGRARIA

FARMING AND DREAMS: THE RURAL REPRESENTATIONS IN THE AGRARIAN REVOLUTION SETTLEMENTS

Marisa de Fátima Lomba de Farias

“GRILOS” JURÍDICOS NO PONTAL DO PARANAPANEMA: ADMINISTRANDO OS CONFLITOS AGRÁRIOS

48

“GRILOS” JURÍDICOS EN EL PONTAL DO PARANAPANEMA: ADMINISTRANDO LOS CONFLICTOS AGRARIOS

JURIDICAL SNARES IN THE PONTAL DO PARANAPANEMA: MANAGING AGRARIAN CONFLICT

Carlos Alberto Feliciano

ASSENTAMENTOS RURAIS NO TERRITÓRIO DA CANA: CONTROVÉRSIA EM CENA

61

ASENTAMIENTOS RURALES EN EL TERRITORIO DE LA CAÑA DE AZÚCAR: CONTROVERSIA EN ESCENA

SUGAR CANE ON SETTLEMENTS: THE ISSUES OF THIS POLEMIC

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

DE CÓMO SE EVITA HOY LA APLICACIÓN DE LA REFORMA AGRARIA EN EL SUR DE ESPAÑA

81

COMO SE EVITA HOJE A APLICAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO SUL DE ESPANHA

OF HOW THERE IS AVOIDED TODAY THE APPLICATION OF THE AGRARIAN

REFORM IN THE SOUTH OF SPAIN

Víctor O. Martín Martín

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O GEÓGRAFO ANARQUISTA PIOTR KROPOTKIN E A COMUNIDADE RURAL YUBA EM MIRANDÓPOLIS (SP)

109

ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE EL GEÓGRAFO ANARQUISTA PIOTR KROPOTKIN Y LA COMUNIDAD RURAL YUBA EN MIRANDÓPOLIS (SP)

SOME REFLEXION ON THE ANARCHIC GEOGRAPHER PIOTR KROPOTKIN AND AGRICULTURAL COMMUNITY YUBA IN MIRANDÓPOLIS (SP)

Eduardo Roberto Mendes e Rosemeire Aparecida de Almeida

A GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: O MST E O ZAPATISMO

122

LA GEOGRAFÍA DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES EN TIEMPOS DE GLOBALIZACIÓN: EL MST Y EL ZAPATISMO

THE GEOGRAPHY OF THE SOCIAL MOVEMENTS IN GLOBALIZATION TIMES: THE MST AND THE ZAPATISMO

Mirian Claudia Lourenção Simonetti

POLÊMICA/CONTROVERSY/CONTROVERSIA

A SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA DE ORGANIZAÇÕES DO PATRONATO RURAL BRASILEIRO

131

LA SUSTENTACIÓN FINANCEIRA DE ORGANIZACIONES DEL PATRONATO RURAL BRASILEÑO

THE FINANCIAL SUPPORT OF ORGANIZATIONS OF THE BRAZILIAN AGRICULTURAL/RURAL PATRONAGE

Sérgio Sauer e Nilton Tubino

ENTREVISTA/INTERVIEW

ENTREVISTA A JAMES COCKCROFT

149

ENTREVISTA A JAMES COCKCROFT

INTERVIEW WITH JAMES COCKCROFT

Emerson Xavier Silva

Apresentação

A Revista NERA número 11 apresenta um conjunto de artigos que contribuem para o debate crítico sobre os problemas da questão agrária. Esse enfoque, característico do periódico, é ressaltado com artigos que abordam temas relacionados aos rumos da resistência camponesa e da reforma agrária no contexto da luta contra o capital. A Revista NERA enfatiza neste número a reflexão sobre a relação desigual entre campesinato e capital para o entendimento do campo, pois por meio da compreensão dessa relação que a reforma agrária deve ser pensada. A partir desse pensamento convidamos o leitor a explorar os nove textos publicados.

O primeiro artigo é *A resistência camponesa para além dos movimentos sociais*, no qual João Edmilson Fabrini defende que a resistência camponesa não se resume aos movimentos sociais. A resistência do campesinato envolve, segundo o autor, o território e as forças locais e, além dos movimentos sociais, compreende estratégias como a produção para o autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, solidariedade, relações de vizinhança e vínculos locais. A partir dessas premissas o autor estabelece sua defesa de que o movimento camponês é mais amplo do que os movimentos sociais.

Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos da reforma agrária é o artigo no qual Maria de Fátima Lomba de Farias apresenta uma análise representacional da vida em assentamentos rurais. Para a autora o campesinato deve ser compreendido a partir do momento histórico vivido, visto que a família camponesa também se transforma no movimento histórico da sociedade. No artigo este processo é analisado no interior do grupo familiar através das relações sociais entre seus membros.

Carlos Alberto Feliciano apresenta em seu artigo *Os “grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários*, elementos que contribuem para o entendimento da questão fundiária no Pontal do Paranapanema. A partir de sua experiência como geógrafo e ouvidor da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, Feliciano faz um histórico do processo de grilagem, explica o processo jurídico de discriminação das terras e analisa os discursos dos sujeitos do conflito agrário que se estabelece na região.

As implicações da produção de cana-de-açúcar nos assentamentos rurais são discutidas por Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante no artigo *Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena*. A parceria dos assentados com as usinas é analisada pela autora a partir da noção de trama de tensões. Levando em consideração as características da parceria entre assentados e usinas a autora afirma que a expansão da cana não pode ser vista como única alternativa para o futuro dos assentamentos nas regiões de influência da cultura.

A reforma agrária no sul da Espanha é analisada por Víctor O. Martín Martín. Em seu artigo *De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Sur de Espana*, o autor explica como a grande propriedade e o emprego do trabalho rural assalariado ainda são característicos nas regiões Andalucía e Extremadura. Martín explora os aspectos legais para a manutenção dessas características agrárias e propõe que esta permanência ocorre por dois motivos conexos: a paralisação da lei e a articulação por parte do Estado de um sistema de subsídio singular – o Plano de Emprego Rural-Subsídio Agrário.

Os ideais anárquicos do geógrafo Piotr Kropotkin e a verificação desses ideais na comunidade rural Yuba são analisados por Eduardo Roberto Mendes e Rosemeire Aparecida de Almeida no artigo *Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis/SP*. Os autores analisam o tema a partir da premissa de que, para haver uma verdadeira mudança na sociedade atual, o caminho a se seguir é o da crítica radical.

Mirian Cláudia Lourenção Simonetti discute globalização e movimentos sociais. No artigo *A geografia dos movimentos sociais em tempos de globalização: o MST e o Zapatismo*, a autora demonstra como esses dois movimentos se utilizam das ferramentas de

comunicação da globalização para desempenhar suas lutas e contestar os resultados da própria globalização.

No artigo *A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro*, Sérgio Sauer e Nilton Luis Godoy Tubino apresentam um contra-argumento para o discurso da grande eficiência do agronegócio e demonstram como programas do Estado financiaram entidades de representação da agricultura patronal. As afirmações dos autores são baseadas em evidências a partir de investigações do Tribunal de Contas da União.

Por fim, este número da Revista NERA é fechado com a entrevista que o cientista social Emerson Xavier da Silva fez com o pensador da esquerda estadunidense James Cockcroft.

Esperamos que os artigos suscitem discussões e desde já os convidamos para submetê-las à Revista NERA. Aos autores deste número deixamos nosso agradecimento e o convite para publicação de novos resultados de suas pesquisas e assim continuar avançando no debate sobre qual reforma agrária é necessária.

Eduardo Paulon Girardi
Membro da Coordenação de Publicação

A resistência camponesa para além dos movimentos sociais

João Edmilson Fabrini

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2002)

Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Endereço profissional: Rua Pernambuco, 1.777, Centro, 85.960-000, Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil –
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Departamento de Geografia.

Endereço eletrônico: fabrini@unioeste.br

Resumo

Os camponeses têm construído seu lugar social por meio de lutas e resistências e os movimentos sociais tornaram-se paradigmáticas na realização e interpretação destas lutas. Entretanto, os camponeses também têm demonstrado capacidade de resistir a dominação e imposição das relações capitalistas de produção por meio de outras manifestações e práticas sociais não necessariamente hegemônicas pelos movimentos sociais. Neste sentido, o território e as forças locais se erguem como possibilidade de construção da autonomia camponesa.

Palavras-chave: camponeses; movimentos sociais; resistência; território; produção de autoconsumo.

Resumen

La resistencia campesina para adelante de los movimientos sociales

Los campesinos han construído su sitio/lugar social por medio de luchas y resistencia y los movimientos sociales transformaronse paradigmáticos en la realización y interpretación de estas luchas. Sin embargo, los campesinos tambien han demostrado capacidad de resistir a la dominación e imposición de las relaciones capitalistas de producción por medio de otras manifestaciones y prácticas sociales no necesariamente hegemónicas por los movimientos sociales. En este sentido, el territorio y las fuerzas locales se elevan como posibilidad de construcción de la autonomía campesina.

Palabras clave: Campesinos; movimientos sociales; resistencia, territorio, producción de auto consumo.

Abstract

The resistance peasant for besides the social movements

The peasants have been building its social place by means of fights and resistances and the social movements he/she became paradigm in the accomplishment and interpretation of these fights. However, the peasants have also been demonstrating capacity to resist to the domain and imposition of the capitalist relationships of production by means of other manifestations and social practices, not necessarily, for the supremacy of the social movements. In this sensation, the territory and the local forces don't necessarily arise as, possibility of the autonomy peasant's construction.

Keywords: peasants; social movements; resistance, territory; autoconsumo production.

Introdução

Aos camponeses foram feitas várias interpretações, sendo considerados desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas. Outras interpretações ainda apontam para uma importante produção familiar, denominada agricultura familiar, mas não deve ser classificada de camponesa em vista dos diferentes vínculos e relações engendradas no processo de produção que está inserida. Por outro lado, é importante destacar que a construção do lugar social dos camponeses está relacionada às suas lutas e resistências, realizadas em diferentes espaços e momentos históricos.

A organização dos camponeses nos movimentos sociais permitiu a eles importantes conquistas. Neste sentido, os movimentos sociais se tornaram paradigmáticos na realização de lutas e passaram a ser considerados a forma mais eficiente de resistência dos camponeses.

Mas, ao ser reconhecido como paradigma nas lutas camponesas, os movimentos não devem ser absolutizados ou exclusivos, como se tivesse o monopólio das lutas no campo. A resistência camponesa não se limita à ação/organização nos movimentos sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais: o “movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais”.

É possível verificar entre os camponeses um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana.

Espaço e o debate sobre o camponês

As diferentes correntes teóricas e o debate travado entre os diferentes estudiosos sobre o campesinato não são recentes. As discussões se intensificaram no final do século XIX quando os pensadores adeptos da teoria marxista interpretaram o campesinato a partir das relações de classe e o conflito existente entre elas.

A compreensão hegemônica foi de que o campesinato não teria lugar na sociedade com a intensificação e mundialização das relações capitalistas. O progresso da sociedade representado pela modernização das forças produtivas tenderia a eliminar as relações sociais de produção “atrasadas”, como a camponesa. Mesmo no socialismo, não haveria possibilidade de existência camponesa, pois este se ergueria sobre as modernas relações sociais de produção.

Ao estudar os camponeses da França no século XIX em “O dezoito de brumário”, Marx (1987) atribui sentido conservador à sua prática política. Embora Marx estivesse mais preocupado com as relações capitalistas do que com as não-capitalistas, é possível apreender o conteúdo conservador dos camponeses franceses, que dentre outros motivos, devia-se ao fato deles construírem uma geografia pouco favorável à politização, pois estavam dispersos espacialmente em lotes de terra demarcados individualmente e explorados pela família. Esta

geografia camponesa francesa contribuía para o seu isolamento e fortalecimento de características políticas conservadoras.

Os pequenos camponeses constituem uma massa imensa cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecer relações multiforme entre si. Seu modo de produção isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio mútuo... Seu campo de produção, sua pequena propriedade, não admite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, não admite nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais... A grande massa da nação francesa forma-se, assim, pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma forma que batatas em um saco constituem um saco de batatas... Mas na medida que existe entre os camponeses apenas uma ligação local e em que a igualdade de interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não formam uma classe. São portanto incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma Convenção. (MARX, 1987, p. 137)

Segundo este entendimento ainda, é possível apreender que a auto-suficiência alimentar divisão simples do trabalho e produção de ferramentas e instrumentos de trabalho pelos próprios camponeses não contribuía para o estabelecimento de trocas e alargamento da visão dos camponeses. Isso levaria ao isolamento do camponês na sua pequena propriedade rural.

Assim, o caráter conservador do camponês vincula-se à sua geografia, pois o isolamento de cada família na pequena propriedade não permite a coesão, consciência política coletiva, capacidade de representação, enfim, o isolamento não possibilita a formação de consciência de classe “para si”. As características familiares, localizadas e fechadas em que estão centradas as relações sociais de produção camponesa implicam na impossibilidade de elaboração de projeto coletivo, condição necessária para participar da construção da revolução socialista. Segundo Marx (1987) ainda, a unidade e agregação entre os camponeses seriam semelhantes àquela existente num “saco de batatas”.

Verifica-se assim, que a organização geográfica (demarcação da propriedade camponesa, por exemplo) implica em formas de organização social que parte do espaço para a sociedade, ou seja, o espaço surge como condição de produção e reprodução, pois através de uma determinada organização do espaço cria-se a possibilidade de reprodução do grupo social. São as condições materiais (materialidade da construção espacial) condicionando as relações sociais.

A discussão de Santos (2000, 2000b) relaciona-se com a compreensão de Marx (1987) quando eleger o espaço urbano como privilegiado para a construção de relações solidárias e de resistência à dominação do capital, pois o espaço aproxima as pessoas. A aproximação das residências no espaço, por exemplo, permite a ampliação dos laços de solidariedade entre as pessoas.

Segundo Santos (2000) ainda, a população aglomerada em áreas menores amplia o dinamismo para a “mistura” de filosofias, rebatendo o pensamento único da globalização do capital. O aglomerado populacional assegura novas possibilidades de interpretação do mundo.

A idéia é de que o aglomerado de pessoas permite a formação de uma economia, cultura e política, enfim, relações sociais materializadas no espaço que valorizam a construção de experiências solidárias. “A população aglomerada em poucos pontos da superfície da Terra constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, abrindo possibilidade de utilização, ao serviço dos homens, do sistema técnico atual” (SANTOS, 2000, p. 21).

Nesta compreensão, o campo, espaço construído pelos camponeses, apresenta dificuldades para o desenvolvimento de ações de resistência à globalização do capital. “Primeiro, não sou fã do campo. Acho um negócio horrível condenar o sujeito morar no campo. É a maior perversidade que pode existir. Na verdade, pode-se viver na cidadezinha e trabalhar no campo, que é a tendência brasileira recente” (SANTOS, 2000b, p. 57).

É importante observar que as relações de vizinhança estabelecidas a partir da forma de organização geográfica, como a demarcação dos lotes de terra camponesa, permitem a construção de vínculos, formando uma comunidade que poderá potencializar a solidariedade. Mas, a organização espacial em si, não garante o desenvolvimento de solidariedade entre vizinhos, pois são as afinidades políticas construídas na trajetória de vida que contribuem para a aproximação de pessoas em torno de ideais comuns. O espaço, condição de reprodução dos interesses de classe (capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores), não uniformiza as relações, ou seja, não se suprime as contradições na aproximação entre vizinhos. A vizinhança aproxima os interesses comuns entre os camponeses, mas não aproxima quando se tratam de latifúndios, por exemplo, mesmo que vizinhos dos camponeses.

O MST tem procurado estimular a aproximação das famílias camponesas a partir da organização do espaço. A organização de cooperativas, grupos coletivos, núcleos de moradias são alguns exemplos. Para o MST, as cooperativas coletivas nos assentamentos (CPAs) são uma forma de rompimento do isolamento entre os camponeses. Neste sentido, a formação de núcleos de produção e grupos de assentados, por exemplo, permite a aproximação e unidade entre as famílias assentadas, condição necessária para a construção da resistência.

Bogo (1999) ao tratar da luta dos sem-terra pela reforma agrária afirma que é necessário ampliar a relação com o comércio local para romper o isolamento e dialogar com a sociedade. É possível apreender, a partir dessa concepção, que as relações mercantis contribuem para a ampliação da geografia camponesa e, conseqüentemente, à consciência política!

A compreensão da CONCRAB (confederação das cooperativas de reforma agrária do Brasil) é ilustrativa e indica metas a serem alcançadas pelos camponeses dos assentamentos de reforma agrária com a organização do SCA (sistema cooperativista dos assentados): produção de mercadorias, agroindustrialização, acúmulo de capital.

A meta a ser atingida é passar da produção de subsistência para a produção de mercadorias, este é o primeiro passo. O segundo passo deverá ser passar da produção de mercadorias para o acúmulo de capital, onde os retornos da produção priorizem os investimentos, passando a resolver apenas alguns problemas sociais dos grupos. O terceiro passo deverá ser alocar capital acumulado em produtos agroindustriais... No mesmo documento – Reflexões Sobre o Processo de Implantação do SCA – aparece como conseqüência do trabalho de cooperação esta idéia, de transformar a ‘consciência camponesa’ em uma ‘consciência operária’. (CONCRAB, 1999, p. 11).

Verifica-se também no documento da CONCRAB que quando os camponeses (assentados da reforma agrária) passam a produzir mercadorias, eles se integram socialmente, aumentando a possibilidade de consciência política e a espacialização da luta pela terra, ou seja, a consciência política está relacionada à ampliação da escala das relações de troca. Depreende-se ainda do documento que as relações sociais modernas estão vinculadas ao desenvolvimento das forças produtivas e modernização das relações de produção.

Mas, por outro lado, é importante considerar que há um descompasso entre a modernização das forças produtivas e o desenvolvimento das forças sociais. A realidade aponta para a reprodução e existência do campesinato no processo contraditório e desigual das relações capitalistas, em que os camponeses, classe não tipicamente do modo de produção capitalista, têm se desenvolvido por meio das lutas e resistência nos diferentes movimentos

sociais no campo. A consciência política e desenvolvimento são resultados de lutas e não necessariamente da modernização das forças produtivas.

A emergência dos movimentos sociais

Os movimentos sociais podem ser caracterizados como manifestações organizadas da sociedade civil com o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada. Eles estão presentes na luta por grandes transformações da sociedade, tais como luta por mudanças no sistema econômico e modo de produção, bem como reivindicações localizadas e ligadas à cidadania e garantia de direitos. Assim, as ações coletivas contemporâneas realizadas nos movimentos podem ser manifestações dos operários pela melhoria das condições de trabalho e salariais, luta dos camponeses pela terra, bem como os movimentos de natureza cultural, étnica, etária, etc.

Nem todo o movimento na sociedade pode ser considerado como movimento social, pois ele existe quando são canalizadas forças coletivas por diferentes grupos para transformação das relações sociais, políticas, econômicas, etc. A existência de movimentos sociais exige forte expressão de dimensão coletiva e quando estas condições não estão amadurecidas, há dificuldade para o surgimento deles.

Priorizando discussão dos movimentos sociais no contexto do cotidiano e as múltiplas lutas resultantes da fragmentação dos diferentes sujeitos, Scherer-Warren (1999) indica que os movimentos sociais podem ser entendidos como ações coletivas que reagem aos contextos históricos e sociais em que estão inseridos. A autora afirma ainda que um mesmo movimento social pode apresentar a dimensão contestadora, solidária e propositiva e manifestam-se na forma de denúncia e protesto; cooperação e parceria para solução de problemas sociais; e construção de projetos alternativos e de mudanças.

Essas reações podem ocorrer sob forma de: - denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas; - cooperação, parcerias para resolução de problemas sociais, ações de solidariedade; - construção de uma utopia de transformação, com criação de projetos alternativos e de propostas de mudança... Pode-se, pois, falar dos movimentos pela paz, ecológico, feminista, negro, de direitos humanos ou exclusão social, e assim por diante. (SCHERER-WARREN, 1999, pp. 15-16).

Segundo Gohn (1997), dentre os diferentes paradigmas nos estudos sobre os movimentos sociais destaca-se o marxista, o que a autora considera ser aquele que traz maiores contribuições. A partir de diversos autores do marxismo, tais como Gramsci, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Mao Tse Tung é possível escudar-se no conflito de classes e no poder revolucionário das “massas” para a transformação social, resultante de transformações no modo de produção.

Entretanto, os movimentos sociais não devem ser visualizados como se fossem sinônimos de revolução, analisados no pensamento marxista ortodoxo, que coloca o movimento operário como responsável pela ruptura na estrutura da sociedade e quebra da hegemonia da classe capitalista. O paradigma ortodoxo dificultou a interpretação da realidade a partir de elementos de ordem cultural, por exemplo, que foi resgatado por historiadores marxistas tais como Thopsom, Hill dentre outros, trazendo as dimensões culturais e políticas para a interpretação das lutas sociais, desprezadas no paradigma ortodoxo do movimento operário. (GOHN, 1997, p. 1)

A atomização e fragmentação recente do trabalho, a partir de 1970, principalmente, implicaram no surgimento de diferentes sujeitos sociais, que se organizaram nos movimentos

sociais, pois as estruturas homogêneas e impermeáveis do movimento operário não permitiam abarcar a complexidade de demandas destes diferentes sujeitos sociais.

Assim, de acordo com autores como Scherer-Warren (1987), Vigevani (1989), por exemplo, surgem os denominados *novos* movimentos sociais como os feministas, ecológicos, raciais, juvenis, sem-terras, etc. São novos não porque se diferenciam de outros na temporalidade, mas pelas suas características, pois surgem como contraposição às formas tradicionais de luta, organização social e política.

Neste entendimento, os novos movimentos sociais enfatizam a organização comunitária, evitando a institucionalização e permitindo a participação de todos nas tomadas de decisões e na execução das tarefas e lutas. Os movimentos desenvolvem uma nova cultura política de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade e respeito à individualidade. Estes movimentos ainda permitem a criação de identidade própria acentuando a diversidade existente no processo de luta.

Embora os movimentos sociais não neguem a participação das instituições (Estado, partidos ou igreja, por exemplo), não são tutelados por elas, dando ênfase à participação de todos os envolvidos, tomando decisões em assembleias, comissões, etc. Os movimentos sociais, não marcados pela tutela do Estado ou outra entidade, passam a caminhar autonomamente, sem buscar a conquista do poder institucional e tomada de instâncias.

Os movimentos estão relacionados à perspectiva política não institucionalizada, ou seja, uma nova forma de fazer política em que a temática do poder continua central nas discussões, mas numa nova visão da realidade, agora constituída de novos e plurais espaços políticos. Implicam numa cultura política de base em relação às formas autoritárias e centralizadas, como afirma Vigevani (1989).

Em geral, os movimentos sociais se caracterizam pela reação as formas autoritárias e de repressão política, avançando propostas de democracia direta e de base ou representativa, pelo questionamento da distribuição do poder, pela reação à centralização do poder, avançando idéias de autonomias locais e de autogestão, pela oposição ao modelo econômico e pelo encaminhamento de novas formas de vida comunitária. (VIGEVAANI, 1989, p. 96.).

Entretanto, os novos movimentos sociais não estão isolados e nem possuem autonomia total, pois se percebem na sua práxis, elementos que identificam a presença das instituições, como Igreja, Sindicato e Partido. Não se podem confundir movimentos sociais com basismo em que os sujeitos encontram-se dispersos e desenvolvem uma ação política espontânea e sem forma definida. Neste sentido, Vigevani (1989) ainda aponta para a necessidade de certa institucionalização nos movimentos sociais para não cair no chão do personalismo e de ações reféns do humor de líderes messiânicos.

A experiência dos movimentos sociais indica que, ao não existirem os mecanismos necessários à construção da vontade coletiva, ao não existir nenhum tipo de institucionalização, portanto imperando a ideologia basista, ganha espaço o messianismo, a idéia da possibilidade de uma solução mágica dos problemas no dia em que houver uma *nova* sociedade, idéia por outro lado coerente com algumas das formas de concepção de mundo da igreja e levadas à população. (VIGEVAANI, 1989, p. 108).

Scherer-Warren (1998) estabelece um quadro de referências ao tratar das ações coletivas rurais, sintetizando os enfoques estruturalistas e culturalistas, a fim de encaminhar reflexão sobre o alcance e limites dos movimentos. Afirma de um lado, que as raízes da ação política são macro-fundamentadas economicamente (estruturalista) em que os movimentos se formam e organizam-se relacionados à estrutura fundiária, processos produtivos, por exemplo; e

os sujeitos coletivos são definidos por categoria abrangentes como o campesinato, proletariado, etc. Por outro lado, há as relações micro-fundamentadas sócio e culturalmente (culturalistas) que enfatizam uma lógica de mobilização coletiva a partir de relações sociais cotidianas e vinculadas a identificações culturais específicas de grupos como os indígenas, seringueiros, mulheres agricultoras, etc.

Desta forma, na primeira, trata-se de buscar na estruturação fundiária e na configuração de processos produtivos as possibilidades de formação de movimentos sociais rurais e, em última instância, nas relações entre macro-fundamentos econômicos, ideológicos e políticos. De acordo com a segunda, a construção de identidades coletivas, de políticas contestatórias e de novas manifestações político-culturais tem suas raízes nos micro-fundamentos das relações sociais cotidianas, ou seja, em torno de identificações culturais específicas. (SCHERER-WARREN, 1998, p. 223).

Entretanto, é importante destacar que os movimentos sociais não são puros (sejam eles culturalistas ou estruturalistas, conforme verificado anteriormente), pois aquelas reivindicações de natureza classista como a luta por emprego e salário, por exemplo, geralmente estão acompanhadas de aspectos étnicos, de gênero, etc. A luta pela terra, por exemplo, implica num aprendizado que não está limitado á conquista econômica, pois se realiza neste processo um conjunto de reflexões e ações variadas, passando pelo resgate valores, cultura e costumes do campo, bem como ações ligadas à geração de rendas, pobreza, concentração fundiária, violência no campo; enfim, críticas à estrutura desigual da sociedade ordenada pelo modo capitalista de produção.

Assim, verifica-se que os movimentos estão sustentados por diferentes energias, como destaca Gutierrez (1987), ao tratar dos movimentos frente à crise na América Latina. Não existe uma pureza de movimentos, aliás, eles surgiram para se contrapor aos ideais homogêneos e impermeáveis de organização, pois articulam diferentes dimensões (multidimensionalidade) como a classista, ambiental, cultural, etc.

Por exemplo, um movimento sob orientação de classe estará, provavelmente, acompanhado por significados étnicos e de gênero, que o diferenciam e assimilam e outros movimentos de orientação culturalista e com conteúdos classistas. Assim, os movimentos sociais se acham sustentados por múltiplas energias [...] (GUTIERREZ, 1987, p. 199).

O significado dos movimentos também é buscado no mundo cada vez mais interdependente e intercomunicativo. Neste caso, se formam redes de movimentos sociais em que as ações políticas apresentam alcance nacional e até transnacional, numa articulação entre local e global, particular e universal, uno e diverso. É comum, entre os movimentos, ONGs e também entre muitos estudiosos a defesa de uma consciência global e uma ação local, ou seja, pensar globalmente e um agir localmente. Sua estratégia é transformar os pequenos espaços em espaços de ação política que aos poucos vão atingindo transformações amplas e globais a partir de uma rede de movimentos.

A análise em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. (SCHERER-WARREN, 1999, p. 27).

No entendimento de Scherer-Warren (1999) ainda, a criação de uma rede de movimentos sociais implica no estabelecimento de relações democráticas e abertas ao

pluralismo e a diversidade cultural, em contraponto as ações políticas caracterizadas pela centralidade das decisões e hierarquização do poder. Nesta compreensão, a criação de redes de movimentos sociais possibilita a difusão de ideal democrático conectando as filosofias locais ao global, e vice versa, em que questões do cotidiano se tornam globais e planetárias. Por meio da rede se alcançaria a integração da diversidade numa relação mais democráticas, horizontal e plural, conectando diferentes espaços e momentos históricos.

Por outro lado, é importante destacar que a articulação de diferentes espaços e momentos históricos, o que permite as resistências, não é necessariamente resultante da globalização (como se existisse uma “boa” globalização) com a articulação de diferentes escalas espaciais. A resistência camponesa, por exemplo, ocorre fora dos grandes esquemas de “globalização” dos movimentos sociais e ONGs, ou seja, existe uma articulação de territórios não provenientes de laços comandados por redes globais.

Assim, muitas manifestações locais entre os camponeses, não inseridas nas redes de movimentos, como conhecimentos, saberes, costumes, tradições são gestadas, cultivadas e difundidas independentemente da formação de redes e inserção em grandes esquemas globais. Não é o isolamento, mas ações não provenientes de inserção nos grandes esquemas e amplas redes.

Neste sentido ainda, é importante destacar que a idéia de redes implica na desterritorialização sendo, no entanto, que as lutas e resistências camponesas têm se afirmado cada vez mais no território, que surge como trunfo, conforme afirma Rafestein (1993). A resistência camponesa a partir do território será tratada com mais atenção no item 5.

Existe um conjunto variado de movimentos camponeses que fazem resistência e luta contra os esquemas de expropriação e subordinação dos quais se destacam os seguintes: movimentos dos assalariados temporários, posseiros, mulheres agricultoras, e agora, camponesas, atingidos por barragem, indígenas, sem-terra, etc. Segundo Lisboa (1988), o movimento dos sem-terra manifesta-se como novo dentre os movimentos sociais, proporcionando a conscientização política do trabalhador rural que descobre seus direitos e passa a lutar pela conquista da cidadania e transformações sociais.

Os sem-terra tornaram-se sujeitos, já que agora o movimento não é concebido como em passado recente, quando a luta pela terra e reforma agrária era uma tática para alcançar o objetivo maior, ou seja, o fortalecimento e o avanço da classe operária, meio pelo qual se chegaria ao socialismo. Deve-se considerar que durante muito tempo os movimentos camponeses estiveram marginalizados em relação ao movimento dos operários, devido à hegemonia de certos esquemas teóricos que consideravam a luta dos operários aquela encarregada de promover as grandes transformações na sociedade, e tais esquemas seriam os merecedores de atenção e valorizados.

O Partido Comunista teve grande participação no direcionamento e na definição de como deveriam ser encaminhadas as lutas no campo, principalmente a partir da década de 1950. Os camponeses que lutavam para não serem expropriados e, de modo especial, os já despossuídos, que lutavam para entrar na terra, seriam um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, pois se tornando proprietário da terra de trabalho, estaria impedindo o fortalecimento do proletariado, fator necessário para superação do capitalismo. Assim, o camponês deveria aceitar a expropriação como um fator necessário, pois sendo proprietário da terra estaria oxigenando o capitalismo e seus elementos de sustentação.

Tal processo, na verdade, seria impedido pelo trabalhador, pelo camponês, que ergue sua resistência à expropriação capitalista, porque fazê-lo seria o mesmo que opor resistência ao processo histórico, aos efeitos historicamente positivos da expropriação e do desenraizamento do campesinato, uma condição fundamental para o desenvolvimento capitalista. (MARTINS, 1990, p.13)

Ao tratar das lutas camponesas em geral, Shanin (1983) afirma que as suas interferências políticas podem ser classificadas a partir de três ações principais:

- Ação independente de classe, onde uma classe social se cristaliza no curso do conflito, cria sua organização, amadurece ideologicamente e produz seus líderes como ocorreu com a organização dos camponeses na Rússia em 1905 e no México com Zapata em 1910. As lutas dos sem-terra vinculados ao MST também são exemplos semelhantes a estas ações;
- Ações políticas dirigidas, onde um grupo organizado de fora proporciona ao campesinato um grande fator unificador e os camponeses são vistos quase como um objeto de manipulação. Os camponeses seriam incapazes de lutar pelos seus próprios interesses. Exemplifica o caso dos camponeses franceses que tiveram Bonaparte como “fator” unificador;
- Ação política sem forma definida e completamente espontânea, podendo se manifestar de duas formas: “motins locais”, com explosão rápida de revolta e controlada com facilidade pelo poder central e “passividade campesina”, como a forma de resistência. (SHANIN, 1983, p. 293).

As lutas e resistências camponesas foram visualizadas e consideradas importantes por grande parte de estudiosos e pelos próprios sujeitos quando realizadas no interior dos movimentos sociais, que se constituíram como paradigmas na realização destas lutas. Entretanto, existe uma prática de resistência entre os camponeses que extrapolam os limites dos movimentos sociais, ou seja, uma resistência para além dos movimentos sociais, como se existisse um “movimento camponês” mais amplo do que os “movimentos sociais”.

Mas, antes de tratar dessa perspectiva de lutas e resistências dos camponeses, serão destacadas as lutas camponesas no interior dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais e a resistência camponesa

Os camponeses estão inseridos na dinâmica produtiva pela circulação de mercadorias, que transfere renda da terra para os setores capitalistas e não necessariamente mais-valia, como fazem os operários das fábricas. O produto do camponês é transformado em mercadoria nas relações de troca em escala mercadológica local, nacional, internacional.

Entretanto, a escala das relações sociais não está limitada necessariamente na produção e circulação de mercadorias, neste caso, produção agrícola. Pelos movimentos sociais, e não necessariamente, pela produção de mercadorias, é que os camponeses se comunicam com o outro e mundializa as suas demandas, protestos, reivindicações, necessidades, enfim, suas lutas e seu modo de vida.

A partir da visão de progresso das relações de produção é possível dizer que o capital, apresentando uma vocação internacional, cria contraditoriamente condições técnicas, científicas e de comunicação para estabelecer uma geografia mundial. Não se forma apenas uma rede global de mercadorias, mas também a formação de uma rede de movimentos sociais fortalecidos e de resistência. Cada movimento sai da sua ação de escala local se integra a muitos outros fortalecendo as lutas. Nesta compreensão de que é possível uma globalização não perversa (uma outra globalização, conforme afirma Milton Santos) ocorreria a superação da geografia curta e local que o camponês está inserido; superação esta que se constitui numa necessidade para ampliar as lutas e conquistas.

Enquanto o capital procura se internacionalizar pela produção de mercadoria, estabelecendo um mercado globalizado (produção de commodities do agro-negócio, por exemplo), os camponeses têm desenvolvido um conjunto de ações políticas nos movimentos sociais, meio pelo qual tem procurado se internacionalizar politicamente, inclusive sua

concepção de produção. Portanto, estão implícitas na internacionalização dos camponeses pelos movimentos sociais, as relações que visam solapar a ordem do mercado global capitalista, ou seja, o estabelecimento de relações não pautadas no acúmulo de capital.

A idéia de progresso está implícita nesta forma de resistência (resistência globalizada) dos camponeses porque o capitalismo ao se expandir no seu processo contraditório permite a ampliação e organização das lutas nos movimentos, ou seja, uma outra globalização, neste caso dos movimentos. Mas, se por um lado, verifica-se a possibilidade de resistência implícita no desenvolvimento das relações capitalistas globais, de outro, é possível destacar a idéia de produção destrutiva do capital desenvolvida por Mezsáros (1996). Uma produção que destrói empregos, direitos e gera guerra, fome, superexploração do trabalho e uma infinidade de outras barbáries.

Pautando-se mais numa dimensão política e de relações de poder, os camponeses, por meio dos movimentos sociais têm se organizado nacional e até internacionalmente. Isto é verificado nas manifestações do Fórum Social Mundial nas suas várias versões e, sobretudo na ação dos camponeses organizados na Via Campesina (uma manifestação mundializada da luta camponesa).

O fortalecimento de “entidades” mundializadas de camponeses é entendida por alguns autores como uma alternativa de organização e resposta ao processo de globalização do capital. Trata-se também de uma resposta em escala mundial assentada em amplas alianças entre os diferentes movimentos sociais populares.

[...] temos de procurar uma articulação dos excluídos, desprezados, dominados e explorados em escala mundial, incluindo os que vivem nos países desenvolvidos; uma coordenação, cooperação e alianças entre os sujeitos políticos e sociais que participam nas lutas emancipadoras procurando a construção de entidades mundiais. É necessário elaborarmos uma estratégia que inclua a articulação com forças que operam nos três grandes blocos de poder mundiais, e estabelecer relações multilaterais com cada um deles como uma maneira de deslocar a partilha política das zonas de influência entre os mesmos. (HARNECKER, 2000, p. 393)

Muitos estudiosos e os próprios movimentos sociais camponeses têm valorizado as ações em escala ampla e massiva como a realização de grandes encontros, marchas, eventos e manifestações variadas que criam um fato político e garantem grande repercussão. As pequenas manifestações acabam sendo depreciadas, sendo as lutas consideradas isoladas, não portadoras de potencial transformador da sociedade.

O exemplo típico de movimentos sociais camponeses de escala nacional que oferece maior resistência à opressão engendrada na produção capitalista é o MST. O fato de o movimento ser espacializado nacionalmente e articulado a outros movimentos, inclusive de outros países, tem trazido importantes resultados e conquistas para os camponeses.

Segundo Fernandes e Martin (2004), o fato de o MST possuir uma ação nacional, presente em 23 unidades da federação semelhante à construção de uma rede, faz dele não apenas um movimento social, mas um movimento *socioterritorial*. O Movimento tornou-se socioterritorial no momento que as lutas isoladas foram articuladas nacionalmente, quando foi fundado o MST em 1984 em Cascavel/PR, como será visto a seguir. Antes desta data o movimento era isolado, pontual e localizado, o que dificultava a ampliação das lutas e conquistas.

Fernandes e Martin (2004) ainda, reconhecendo as diversas escalas (local, regional, nacional e mundial) que se implicam e imbricam-se, analisam a resistência dos camponeses a partir do nexos da espacialização das lutas. Os movimentos espacializados e de lastro e abrangência nacional são considerados socioterritoriais e aqueles que esboçam resistência local são entendidos como movimentos isolados, indicando que estas seriam formas menos eficientes

para alcanças seus objetivos. Ao tratar das ocupações de terra realizadas pelo MST, Fernandes (2001) afirma:

Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam em famílias de vários municípios e de mais de um Estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, rompem com localismos e outras estratégias advindas de interesses que visam impedir e/ou dificultar o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores (grifo nosso)” (FERNANDES, 2001, pp. 72-73)

A origem da luta dos sem-terra teve início no final da década de 1970 por trabalhadores expulsos e expropriados no processo de “modernização” ocorrido no campo. Esses trabalhadores, através de ação de resistência, passaram a promover ocupações de grandes propriedades improdutivas, recusando a proletarização e o deslocamento para a Amazônia ou Paraguai (brasiguaios). Os primeiros movimentos surgiram de forma isolada com as ocupações realizadas nos cinco Estados ao Sul do Brasil (RS, SC, PR, MS e SP). Embora isoladas, as lutas foram organizadas, principalmente, pela CPT (comissão pastoral da terra), criada em 1975, para apoiar as lutas dos camponeses.

No Rio Grande do Sul ocorreu a ocupação das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta. No Paraná, ocorreu a luta dos agricultores que perderam suas terras com a barragem de Itaipu, através do “Movimento Justiça e Terra” que reivindicava a justa indenização das terras. Em Santa Catarina aconteceu a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo-Erê.

Nesta mesma época foi ocupada a fazenda Primavera, em Andradina/SP. Em Mato Grosso do Sul ocorreu no início da década de 1980 a luta de resistência na terra pelos camponeses arrendatários que trabalhavam na derrubada das matas e formação de pastagens nas fazendas localizadas em Naviraí, Itaquiraí e Glória de Dourados. Acrescente-se ainda a ação dos brasiguaios, que retornavam para o sul de Mato Grosso do Sul, montando acampamentos em vários municípios desse Estado.

Em 1984, foi realizado, na cidade de Cascavel o I Encontro dos trabalhadores rurais sem terra, marcando o início da articulação nacional das lutas do sem-terras. Os movimentos de lutas “isoladas” e localizadas se reuniram e passaram a atuar coordenadamente após a realização do I Encontro. Neste Encontro ainda foram definidos os princípios, formas de organização, reivindicação e luta do MST.

O movimento dos sem-terra, com seu caráter popular, passou a representar uma nova fase na organização dos camponeses, fazendo com que a sociedade olhasse a sua condição de excluído do processo produtivo e da apropriação da terra por meio de ocupações de latifúndios e acampamentos em todo o Brasil. Passaram a criar situações para envolvimento do Estado na questão da terra através de ocupações de terra e órgãos públicos, marchas, caminhadas, atos públicos, etc. Assim, simultaneamente à expulsão e expropriação com a evolução do capitalismo, os camponeses construíram a possibilidade de retorno à terra, através de ocupações e lutas de resistência.

No I Congresso do MST, realizado em 1985, foi definida a seguinte palavra de ordem: *sem reforma agrária não há democracia*. A prioridade dos sem-terra era a sua organização interna e a realização de ocupações nos vários Estados do Brasil.

Os proprietários de terra e as forças conservadoras, através da UDR, investiram (inclusive com meios violentos) no fracasso da política do MST e da reforma agrária. Defendiam a inviabilidade dos assentamentos rurais, afirmando que estes eram verdadeiras favelas rurais.

Neste contexto, o MST adotou uma nova palavra de ordem: *ocupar, resistir e produzir*, resultante do amadurecimento das experiências de luta. A preocupação, daí em diante, não

seria somente a conquista da terra, mas também organizar a produção para viabilizar os assentamentos e da reforma agrária.

A partir do discurso de benefício econômico trazido pela realização da reforma agrária, os sem-terra procuram envolver toda a sociedade na sua realização, inclusive convocando os segmentos urbanos para o debate. Em 1995, foi definida outra palavra de ordem: *reforma agrária: uma luta de todos*. Em 2000, a palavra de ordem adotada no IV Congresso do MST foi a seguinte: *reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio*. Assim, verifica-se nas palavras de ordem do MST uma preocupação com um projeto de desenvolvimento do país, ou seja, elas evidenciam que o interesse e ações do MST estão voltados para uma escala nacional e não apenas o atendimento dos interesses específicos e imediatos dos camponeses.

Caldart (2000) ao tratar da pedagogia do movimento (MST) refere-se ao camponês sem-terra que se educa no processo de luta, como um “novo” camponês, que ao se transformar neste processo, supera a condição do “antigo” camponês.

De novo é preciso dizer que a cabeça do antigo camponês ou bóia-fria, vira de ponta cabeça, e uma nova visão de mundo aos poucos vai sendo construída, sempre na relação com tradições que continua carregando, seja como complemento, como contradição, ou já como síntese. (CALDART, 2000, p. 118)

O momento vivido no acampamento e ocupação é definido por Caldart (2000) como “extraordinário”, mas no assentamento os sem-terra são pressionados a voltar ao modo de vida de camponês do passado, antes da entrada no MST. A idéia de Caldart (2000) é de que o MST não é um movimento formado pelo camponês típico, pois a preocupação deste está voltada para obtenção de interesses econômicos imediatos. Diferentemente das lutas dos camponeses típicos que estão mais centralizadas na luta e conquista pela terra, os sem-terra do MST desenvolvem lutas mais ampla, pois não querem apenas terra, mas reforma agrária e um modelo de desenvolvimento de agricultura que possa atender seus interesses.

A compreensão e posicionamento dos camponeses assentados frente às privatizações realizadas no período do governo FHC, principalmente, são outro indicativo de preocupação com questões que envolvem o contexto nacional e internacional. A mobilização dos sem-terra contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, foi um importante marco para também evidenciar a preocupação com os interesses nacionais que perpassam o MST. Foram realizadas ainda “campanhas” contra a privatização de muitas outras empresas estatais, envolvendo um enorme número de trabalhadores, artistas e líderes políticos em geral.

Neste processo de construção do “novo” camponês, que Caldart (2000) supõe existir, ocorre a retomada e re-interpretação de formas antigas de manifestações como as romarias e a mística religiosa, que não eram consideradas manifestações políticas progressistas. As romarias são substituídas pelas marchas de sem-terra (as marchas nacionais organizadas pelo MST ocorridas nos anos de 1997 a 1999 são exemplares) e as orações são substituídas por um discurso político de contestação da ordem de classes sociais.

As relações sociais camponesas, entendidas pelo MST como atrasadas, passariam por um processo de modernização das relações com o “novo” camponês, em vista do contexto de produção coletiva que deve existir no assentamento. Este é o caso da proposta das CPAs (cooperativas de produção agropecuária) que defende a necessidade de superação das características camponesas do assentado para alcançar novos patamares “superiores” de luta.

Por outro lado, é importante destacar que não é preciso do desenvolvimento de forças produtivas e modernização das relações de produção para os sem-terra alcançar patamares superiores de lutas, consciência política e coletiva, ou seja, a participação no processo social enquanto sujeitos políticos. O amadurecimento da consciência política não vem necessariamente pela modernização das relações de produção e inserção no mundo da mercadoria, mas do fortalecimento das forças sociais, organizadas nos movimentos.

Neste contexto, o rompimento dos localismos e a geografização de abrangência nacional do MST contribuíram para fazer dele um movimento de grande importância política e poder. Outros movimentos também têm procurado o mesmo caminho de integração e organicidade nacionais das lutas como é o caso dos agricultores familiares, organizados nos sindicatos.

A fundação de vários sindicatos e federações (Fetrafs e Fafs) permitiu ações que viabilizassem o I Encontro Nacional da Agricultura Familiar em 2004 em Brasília, possibilitando o desencadeamento de um processo de “nacionalização” da organização dos agricultores familiares, que há mais de 30 anos já discutiam a possibilidade de uma nova organização sindical no campo brasileiro. A construção daquilo que denominam de um *ator nacional* passou a ser o objetivo central dos agricultores familiares, pois “... não resta mais dúvida de que a agricultura familiar quer ter ‘cara’ nacional, quer ser protagonista nos rumos da conjuntura e na definição das estratégias de desenvolvimento, deixando de ser um mero coadjuvante secundário” (DESER, julho/2004, 10).

No I Encontro, os agricultores familiares defenderam a realização de um Congresso para a fundação da Fetraf (federação dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar do Brasil) a fim de se efetivar uma ação de abrangência nacional fundamentada em cinco grandes argumentos:

a – construir uma organização que potencialize o embate em torno do modelo de desenvolvimento e a consolidação de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário; b - o avanço na construção histórica de um novo sindicalismo, por dentro da CUT; c – a necessidade de articulação nacional das experiências existentes na ação organizativa sindical e da produção; d – a ruptura definitiva com a estrutura sindical ultrapassada e obsoleto, hoje representada pela CONTAG; e - a necessidade de construção de um ator nacional de representação política da agricultura familiar. (DESER, julho/2004, 11)

Em novembro de 2005, agora no I Congresso Nacional da Agricultura Familiar, com delegados de 20 estados brasileiros e de participantes internacionais foi deliberado pela construção de uma nova organização sindical no campo brasileiro com a criação da (Fetraf-Brasil/CUT). No Congresso foi eleita uma coordenação geral e dentre as resoluções foi aprovado um conjunto de princípios e objetivos gerais para embasar as ações da Federação.

Embora não seja objetivo discutir as diferentes concepções e princípios que caracterizam os agricultores familiares é importante apontar que sua articulação nacional surge como uma proposta de ação a partir de demandas específicas deste segmento social, que tem criado uma identidade própria. Eles não se vêem representado pelo MST, pela estrutura sindical institucionalizada no campo centralizada na CONTAG (confederação nacional dos trabalhadores na agricultura) ou no cooperativismo da OCB (organização das cooperativas do Brasil). Desta forma, buscam transformar a agricultura familiar em protagonista num processo de desenvolvimento da nação com capacidade de intervenção e decisão no cenário nacional.

Além dos movimentos sociais populares no campo articulados nacionalmente referidos anteriormente (MST e Fetraf-Brasil/CUT), muitos outros buscam construir uma geografia cada vez mais ampla nas suas ações. Este é o caso do MAB (movimento dos atingidos por barragens), MPA (movimentos dos pequenos agricultores), Mulheres Camponesas, etc.

Dessa forma, os movimentos tornaram-se o paradigma de luta, resistência e construção do lugar social dos camponeses. A organização dos camponeses nos movimentos sociais em escala nacional e internacional indica que sua existência reside mais na sua eficiência política do que na capacidade de produção de mercadoria a baixo custo ou obtenção de vantagens no mundo da mercadoria.

Por outro lado, ao se construir como paradigma nas lutas camponesas, os movimentos não devem ser absolutizados ou considerados de forma exclusiva, como se tivessem o

monopólio das lutas no campo. É importante considerar que os camponeses, e não os movimentos, são os sujeitos políticos no campo, ou seja, os camponeses que constroem os movimentos (e não o contrário). Os movimentos sociais são um dos atributos de sua existência.

Nem todas as ações de enfrentamento a ordem dominante estão limitadas aos sujeitos vinculados aos movimentos sociais, articulados nacionalmente e inseridos em redes transnacionalmente organizadas. Por isso, os movimentos sociais não devem ser considerados como possibilidade única de mudanças sociais, pois nem todas as relações são sinônimas de movimentos, ou seja, “nem tudo o que se move na sociedade é um movimento social” (GUTIÉRREZ, 1987, p. 199).

É possível verificar entre os camponeses diversas formas de resistência construídas a partir de ações locais e laços comunitários e solidários. Neste sentido, é necessário referir-se a idéia de território para visualizar as ações de resistência localmente construídas. Há que se atentar para estas práticas de resistência camponesa assentada no território, pois poderão ser reconhecidas e somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante expropriatória e desumana.

A abordagem do território não é exclusivamente uma abordagem do local, mas esta esfera se ergue como elemento necessário na sua caracterização. Mas, enfim, como se manifesta a resistência entre os camponeses além dos movimentos sociais? O que fazem os camponeses que permite apontar para uma resistência na esfera local? A esfera local sempre é sinônima de autonomia, independência, emancipação, resistência ou poderá ser base para a reprodução de relações de dominação, exploração e expansão do capitalismo?

A seguir, serão apresentadas duas abordagens de local ao se caracterizar o território camponês: uma, a partir do “desenvolvimento local” em que a geografização camponesa ocorre pela inserção no mundo da mercadoria, que na essência, coloca limites a sua existência. Aliás, neste entendimento, não se reconhece a existência de camponeses, mas de agricultores familiares. A outra abordagem, visualiza a perspectiva do território e do local como resistência em que os camponeses procuram negar a mercadoria e mais-valia.

Desenvolvimento local e a geografização camponesa pelo mundo da mercadoria

O conceito desenvolvimento local é utilizado por estudiosos do campo, organizações multilaterais (Banco Mundial, PNUD) e órgãos oficiais (ministério do desenvolvimento agrário), para expressar a importância que o local assume no estabelecimento de relações sociais de produção. A utilização deste termo/conceito é verificada também entre as organizações camponesas como a Fetraf-Brasil-CUT, que tem investido esforços organizativos para o desenvolvimento local.

O local é entendido como a comunidade, municípios pequenos ou conjunto deles em detrimento de lugares mais populosos e a geografização do camponês ocorre pelas trocas, no caso de mercadoria, onde na essência se encontra a idéia de desenvolvimento.

O desenvolvimento local está assentado no paradigma da agricultura familiar. Segundo Fernandes (2001) a agricultura familiar se constitui numa tese que defende a integração e não a luta contra o capital por parte dos camponeses.

O que há de novo é que, desde o início da década de 90, surgiu outra leitura desse processo em que se defende a integração ao capital. Essa é a tese da agricultura familiar. Compreende a diferenciação e as desigualdades, mas – evidente – não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital [...] De fato, essas idéias representam uma mudança, pois reconhecem a inerência do trabalho familiar no desenvolvimento do capitalismo. É um avanço em relação à visão de que somente as relações capitalistas predominariam na agricultura. Mas é um

atraso, ao entender que esteja somente nas políticas formuladas pelo Estado a garantia de uma integrabilidade, entre trabalho familiar e relações capitalistas, desconsiderando a essencialidade da luta contra o capital. (FERNANDES, 2001, pp. 32-266)

Os camponeses, denominados por grande parte de estudiosos, movimentos e órgãos oficiais de agricultores familiares, levariam vantagens econômicas ao produzirem com mais eficiência por causa de características locais. A inserção no mundo da mercadoria ampliaria o horizonte geográfico do camponês, ou seja, a geografização ocorreria pelas trocas, proporcionando sentido sociabilizador e aumento da capacidade de organização e reivindicação de benefícios, como políticas públicas, por exemplo.

Neste entendimento, o contexto local se ergue como esfera privilegiada no processo de desenvolvimento e é colocado como elemento fundante nas relações. A partir de diferentes imbricações sintetizadas na idéia de *capital social* (produção assentada na ajuda mútua, reciprocidade e cooperação) é possível chegar ao DTR (desenvolvimento territorial rural). Por outro lado, é importante observar que a idéia de capital social não atenta para as contradições e conflitos existentes no processo de construção do espaço geográfico.

Na essência, esse desenvolvimento (DTR) expressa uma compreensão marcada pela criação de oportunidades de negócio (como se o mercado criasse oportunidades iguais a todos) por meio da potencialização de competitividades. O desenvolvimento nesta perspectiva está pautado na inserção no mundo da mercadoria, ou seja, o desenvolvimento existe quando se eleva a capacidade de produzir e consumir. A agricultura familiar seria semelhante a um pequeno agronegócio.

O local na perspectiva do desenvolvimento também favorece a intervenções do Estado na forma de políticas públicas para a modernização da base técnica e o progresso econômico das famílias agricultoras, criando o bem estar geral da população! O desenvolvimento é visto como civilização, progresso e acesso à modernidade, tanto das tecnologias e instrumentos, como das idéias, para sair do atraso social.

Alargando sua compreensão, o local ainda apresenta-se como potencializador do desenvolvimento porque possui um conjunto de vantagens que permite formas descentralizadas e participativas de gestão. A descentralização do poder de decisões é transferida para as regiões, municípios, conselhos e comunidades, o que confere poder aos segmentos populares.

A descentralização, entendida como transferência de poder decisório aos estados, municípios e atores locais, expressa, por um lado, os processos de modernização gerencial da gestão pública. Os conselhos, enquanto instrumento da vida em sociedade, são defendidos pelos liberais e pela esquerda, em seus diferentes matizes. (NUNES E OLIVEIRA, 2004, p. 6)

O desenvolvimento é visualizado ainda como um meio para alcançar patamares de consumo das sociedades desenvolvidas e industrializadas. Mas, a industrialização orientada pela produção mercadológica é insustentável por essência, pois implica na transformação intensa da natureza.

Diegues (1992) chama a atenção para a necessidade de pensar a sociedade não sob as perspectivas do desenvolvimento, mas de “sociedades sustentáveis”, em que se valorizam as tradições de cada comunidade, composição étnica, etc. Defende o respeito aos valores de cada comunidade, possibilitando que cada sociedade possa definir os seus padrões de consumo e produção, cultura, história e ambiente.

Neste contexto, é necessário questionar se é possível alcançar este desenvolvimento com produção pautada na oportunidade de negócios (ou o pequeno agronegócio) como propõe aqueles que defendem o DTR/desenvolvimento local.

Embora com perspectivas diferenciadas, os que defendem o desenvolvimento local e territorial se aproximam daqueles que acreditam na necessidade de um movimento social nacional e mundialmente organizado, pois ambos visualizam as ações dos camponeses a partir do progresso civilizador e da modernidade. Quando os movimentos não têm um lastro geográfico amplo ou não abrangem grande espaço de intervenção política ou quando os camponeses não possuem capacidade de competir a partir das vantagens do local, são entendidos como um movimento isolado, apontando limites para a conquista de benefícios.

Assim, se o desenvolvimento territorial rural indica a possibilidade de geografização camponesa pela eficiência na esfera da produção, a idéia de movimento socioterritorial, referida por autores como Fernandes e Martin, (2004), visualizam a ampliação da geografia camponesa também pela eficiência, mas na esfera política, com uma geografização nacional e internacional para alcançar benefícios e conquistas. Por perspectivas diferentes, ambas as correntes reconhecem no sujeito (camponês ou agricultor familiar) capacidade de existência pela sua escala de ação nacionalmente espacializada.

Se a compreensão de desenvolvimento local dos órgãos oficiais, multilaterais e alguns movimentos visualizam o local como possibilidade de desenvolvimento a partir de oportunidades de negócios, por outro, as forças locais se erguem como resistência à imposição dos mercados globais (globalização) desterritorializados. Neste sentido, o território se ergue como possibilidade de resistência a esquemas de dominação e subordinação engendradas na sociedade capitalista.

O território camponês e o local como resistência

Tornou-se comum entre aqueles que estudam os camponeses atribuir capacidade de resistência entre eles a partir da suas mobilizações coletivas expressas nos sindicatos, entidades, associações e, principalmente, movimentos sociais. São ações de resistência nos movimentos sociais realizadas em rede nacional e internacional cada vez menos desterritorializadas.

Mas, se por um lado, verifica-se uma ação menos territorializada dos movimentos sociais, de outro, ganha sentido a uma força local sustentada no território camponês como o acampamento de sem-terra, assentamento, comunidades, bairros e mesmo propriedades/lotês de pequenos agricultores. Por isso, os movimentos sociais camponeses também defendem uma ação local, como pode ser verificada em decisão do I Fórum Mundial da Reforma Agrária realizada em Valência na Espanha em dezembro 2004.

Em oposição ao modelo agro-exportador, o FMRA – Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária - defende o fortalecimento da agricultura camponesa e familiar voltada para os mercados locais como ferramenta para garantir a soberania alimentar das nações. Esse modelo de produção agrícola, segundo a declaração final do encontro é potencialmente mais produtivo por unidade e superfície, mais compatível com o meio ambiente e muito mais capaz de proporcionar uma vida digna às famílias rurais ao mesmo tempo em que proporciona aos consumidores rurais e urbanos alimentos sãos, baratos e produzidos localmente. (BRASIL DE FATO, 2004, p. 10)

O local não é apenas especificidade e um detalhe, mas portador de conteúdo total e apresenta características que pode favorecer a realização das lutas camponesas. Souza (1995), a tratar do território entende que o local se ergue como elemento importante na construção da resistência e luta.

Assim, uma luta pontual, é em si, temática e socialmente limitada – o ativismo de bairro, o movimento regionalista que traz contradições de classe no seu interior ou a organização das prostitutas para defenderem o seu território ou se defenderem contra a truculência de uma polícia corrupta - *pode* polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora; ademais, ela pode permitir aos atores uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização hoje em curso – o que, dialeticamente, *pode* vir a ser um fator sustentador de um avanço da consciência crítica dos atores e de seu potencial de combate. (SOUZA, 1995, p. 109)

Fernandes e Martin (2004) embora se refiram a movimentos socioterritoriais, ou seja, aqueles articulados nacionalmente como portadores de um conteúdo questionador da ordem capitalista dominante, como visto anteriormente, reportam-se ao pensamento Foucault, enfatizando que a geografia das confrontações locais de poder foi em parte, problematizada por este estudioso na *Microfísica do Poder*, possibilitando compreender que a produção e resistência camponesa fazem surgir uma geografia característica e peculiar do campo. Os autores também citam Lefebvre para apontar a necessidade de reconhecimento das forças locais na compreensão dessa realidade.

Pois, o intento do pensamento de Lefebvre não é somente um estudo linear do espaço social na sua história e na sua gênese, mas procura compreender melhor o presente para antever o possível futuro. Esta intenção abre-se para os estudos locais, em diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria global. Este propósito inclui os conflitos, as lutas, as contradições. Se o local, o regional, o nacional e o mundial implicam-se e imbricam-se. Assim o mundial não pode abolir o local. (FERNANDES e MARTIN, 2004, p. 5)

Assim, a escala de ação dos camponeses se amplia pelos movimentos, mas é preciso considerar que estes se alimentam de uma “energia” local, do território. O assentamento, o acampamento e os grupos de pequenos agricultores, por exemplo, se constituem como parte do território que alimentam e oxigenam ação de movimentos e organização de entidades nacionais/transnacionais. O território se constitui como base de ação das forças camponesas organizadas.

Veja-se o caso dos movimentos camponeses do passado como os “messiânicos”, por exemplo, que tinham uma geografia local, não espacializados nacionalmente, e muito menos permeados por relações internacionais. Construía o seu território e daí questionavam o poder central dos coronéis, como foi o caso de Canudos e Contestado, dentre outros. Estes camponeses não estavam integrados aos grandes circuitos de relações orgânicas nacionais e internacionais.

Destaca-se no processo de construção da resistência a partir de forças locais, um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, costumeiro, etc. Estas ações, sustentadas numa base territorial camponesa, se manifestam na produção de autoconsumo e resistência, controle de segmentos do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias, coletivas e de vizinhança; e serão tratadas a seguir.

As relações camponesas são marcadas por certa *autonomia e controle do processo produtivo*, diferentemente do que ocorre na produção em escala do agro-negócio, por exemplo. Embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo formal e real de subordinação. A alienação que atinge os trabalhadores expropriados não atinge o camponês da mesma forma, pois este é conhecedor do processo de produção.

O fato de possuir terra e instrumentos de trabalho faz da família camponesa, além de produtora de excedente (mercadoria), também produtora para autoconsumo, diferentemente da produção coletiva calcada na divisão do trabalho, semelhante ao que ocorre numa fábrica. O ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos dos meios de vida. Por isso, uma grande parte dos camponeses despossuídos da terra almeja alcançá-la porque vê aí uma possibilidade de independência e autonomia.

Embora a produção camponesa esteja integrada aos mercados capitalistas mundiais, a família se constitui numa unidade econômica de produção e apresenta uma lógica diferente da empresa, pois é regida pelas necessidades, consumo e sobrevivência do grupo. Neste caso, o estudo de Chayanov (1977) serve para sustentar a idéia de controle do processo produtivo no estabelecimento camponês da “porteira para dentro”, pois a produção é pautada pelas necessidades de sobrevivência dos membros da família e não de lucro e acúmulo infinito.

No projeto de “ser colono”, apontado por Zimmermann (1994), os camponeses recusam até mesmo as cooperativas agrícolas, consideradas formas estranhas ao seu mundo comunitário e familiar, pois se pautam no mundo conhecido e não na estranheza do além local, representado pela agroindústria, cooperativa, coletivização e internacionalização da economia. Mas, por outro lado, eles se aglutinam contra a subordinação pelas variantes que lhe são mais conhecidas e que respeite a diversidade.

Oliveira (1994), analisando as propostas de cooperativas agrícolas vê dificuldades para os camponeses, principalmente dos assentamentos. Aponta que a especialização que estaria implícita nesta proposta pode significar a entrada nas enrascadas da estrutura bancária para adquirir tecnologias e instrumentos a fim de competir com os produtores capitalistas. Considera ainda que o rumo trilhado pela agricultura camponesa, onde se inclui aquela desenvolvida nos assentamentos, deve ser a de uma alternativa defensiva de recuperação da policultura em oposição à lógica da especialização, diminuindo ao máximo a dependência externa.

Os agricultores camponeses por sua vez têm sido pressionados no rumo da especialização. Muitos autores progressistas têm apontado as cooperativas e a especialização como alternativa aos camponeses que chegam à terra, depois de muita luta... Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro... Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros. (OLIVEIRA, 1994, pp. 49-50)

Paulino (2003), ao estudar os camponeses do norte do Paraná, procura apreender a diversidade e o grau de importância das estratégias de existência camponesa. Neste processo de construção da autonomia camponesa (não se trata de autonomia absoluta) recusam ao externo, pois agregados em unidades familiares e comunitárias controlam seu tempo e seu espaço de forma contrastante à lógica dominante capitalista. A autora analisa ainda o caso de uma família que abandonou a produção leiteira que utilizava tecnologia avançada segundo recomendação de empresa capitalista, para investir na criação de gado mestiço, rompendo a lógica da agroindustrialização do leite.

Assim, a dependência externa é evitada entre os camponeses. Segundo Paulino (2003) ainda, embora existam vantagens aos camponeses integrados, pois eles não têm somente a perder com a integração, recusam-na porque ocorre o deslocamento das estruturas de decisão das unidades camponesas de produção.

[...] é o deslocamento das estruturas decisórias para fora das unidades camponesa que acaba alimentando as relações de subordinação que certamente interfere na autonomia camponesa... Lembremos que, além desses, muitos outros almejam a integração, não o fazendo em virtude da necessidade de investimentos, em geral incompatíveis com os recursos disponíveis. É evidente que neste movimento há também os que já foram integrados e rechaçam a experiência, da mesma forma como há muitos que nem sequer cogitam tal possibilidade. (PAULINO, 2003, p. 119)

Verifica-se também entre os camponeses uma *produção de resistência* de base territorial e localmente organizada. Os camponeses, a partir do contexto local têm procurado implementar uma agricultura defensiva ao padrão agrícola caracterizado pelo elevado consumo de agrotóxicos, insumos, máquinas, equipamentos, instrumentos, conhecimentos e tecnologias provenientes de empresas capitalistas nacionais e transnacionais. Tem procurado forjar uma agricultura em que parte dos instrumentos, ferramentas, conhecimentos e técnicas são elaborados pelos próprios camponeses, procurando depender menos daquelas técnicas elaboradas na esfera da produção de mercadorias e nos interstícios das relações capitalistas.

A organização da produção centrada na intensidade do trabalho familiar e não na utilização de máquinas exige do camponês um conjunto de conhecimentos das atividades no campo que possibilita um saber fazer. Este saber fazer, muitas vezes milenarmente acumulado, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não devem ser desprezados em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico.

Uma relação particular com a natureza também é verificada entre os camponeses no conhecimento que possui sobre o clima, calendário agrícola para planejar a produção, manejos e sementeira feitos levando em consideração o calendário lunar, enfim os astros. Isso indica relações diferenciadas da produção agrícola empresarial em que a agricultura é praticamente dominada pela técnica.

A natureza dos vínculos que os camponeses estabelecem com a terra aparece como resistência. A terra não é vista necessariamente como uma mercadoria para acumular capital. Neste sentido, o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola comercial, mas também parte do mundo camponês vinculado diretamente à natureza.

São exemplares também os casos de experiências relacionadas à agricultura orgânica. Os pequenos agricultores têm investido meios para garantir acesso a mercados de produtos elaborados fora do padrão convencional de uso de agrotóxicos fornecido por empresas transnacionais. Este é o caso da adubação verde e o cultivo de espécies vegetais que repõe os nutrientes do solo retirado pelas plantas com o passar dos anos de cultivo. Também o uso de matéria orgânica produzida nos lotes como resíduos de produtos ou de beneficiamento da produção (a palha) são largamente utilizados na produção agrícola nos lotes. Trata-se de uma forma de adubação que não passa pela esfera da produção de mercadorias.

Outro exemplo é o cultivo de sementes crioulas, como a de milho, denominado de “variedade”, resultante de experiências feitas, geralmente, em grupos dos pequenos agricultores. Nesta técnica de produção de sementes faz-se o cruzamento das várias espécies de milho num campo experimental. As sementes produzidas poderão ser utilizadas de um ano para o outro, ao contrário do que ocorre com as sementes híbridas, e mais recentemente as geneticamente modificadas, em que as sementes prestam para uma única safra.

Os métodos naturais de combate às pragas, a fabricação e produção de ferramentas de trabalho e instrumentos nos próprios lotes, cultivos de gêneros alimentícios, fabricação de roupas e calçados para o trabalho na roça, combate a pragas das lavouras sem uso de agrotóxicos, dentre outras atividades desenvolvidas nos lotes, indicam uma organização de produção alternativa e defensiva entre os camponeses que procuram depender cada vez menos do mercado capitalista.

É importante observar que a agricultura de resistência não é uma produção semelhante àquela defendida por algumas ONGs (organizações não-governamentais) baseadas na

agroecologia que inclui acesso a um conjunto de técnicas altamente sofisticadas, produzidas e integradas a redes de entidades e movimentos. A agricultura orgânica camponesa é forjada a partir de experiências simples, repassadas pela tradição.

Por outro lado, ao referir-se à agricultura em assentamentos, Abramovay (1994) diz que a existência da produção familiar (agricultura familiar) exige uma agricultura altamente tecnicada, profissionalizada e integrada a esquemas de comercialização, para garantir a sua sobrevivência (Abramovay, 1994, p. 315). Isso indica a necessidade de deslocamento de uma agricultura camponesa para a agricultura familiar como condição de operacionalização e existência.

Neste caso, a produção exige a perda do peso das decisões de esfera local. O autor fala ainda da dificuldade de um modelo intensivo porque também exige alto grau de profissionalismo. Em estudo feito sobre o Sudoeste do Paraná, Abramovay procura demonstrar como as relações camponesas vão dando lugar a uma produção tipicamente capitalista com aparecimento de empresas que substituem a relação de dominação dos comerciantes tradicionais/cerealistas, acabando com os laços de dependência pessoal e modificando as formas organizativas de produção entre os camponeses daquela região.

É importante destacar que as concepções de Abramovay (1994) não consideram a permanência de estruturas do passado ou que as relações capitalistas se expandem num sentido contraditório e desigual, reproduzindo antigas relações. Considera que antigas relações são varridas no processo de hegemonização do capital.

Outro elemento a ser destacado nas relações sociais entre os camponeses é a natureza essencialmente *hierarquizada* dos laços entre os membros da família. A visão de mundo dos camponeses baseada na hierarquia e nos diversos papéis, deveres e direitos são estabelecidas a partir de princípios não necessariamente econômicos. No caso dos camponeses assentados, por exemplo, os associativismos coletivos, que se fundamentam no “igualitarismo”, defendidos pelo MST são forjados a partir de ideais econômicos externos ao mundo familiar, surge como estranho às populações camponesas dos assentamentos.

Manifesta-se neste sentido, um choque entre os valores “igualitaristas” dos movimentos e os valores dos camponeses (hierarquia). Romano (1994) refere-se ao mundo hierarquizado do camponês e o “igualitarismo” proposto pelos movimentos sociais para caracterizar as diferentes compreensões de organização do processo produtivo e relações sociais nos assentamentos.

A organização através de formas associativas, e muito mais de formas coletivizadoras, proposta por mediadores com o Movimento Sem-Terra, fundamenta-se numa concepção e *igualitarismo*, estranha às populações camponesas dos assentamentos. A organização social, o mundo, a cosmovisão da maioria dos grupos camponeses estão baseados na *hierarquia*, no reconhecimento de papéis diversos dos atores e na sua valorização diferencial, com deveres, direitos e retribuições diferentes estabelecidos a partir de princípios não necessariamente econômicos. (ROMANO, 1994, p. 257)

Dessa forma, emerge um conjunto de conflitos construídos a partir do igualitarismo econômico centrados na esfera da produção e a hierarquização das relações entre populações camponesas. Esta concepção de igualitarismo forjada nos interstícios dos movimentos, sustentadas em princípios teóricos fundados no coletivismo dos meios de produção, em determinadas circunstâncias, reproduz um certo preconceito à produção camponesa denominada de individualista, oportunista, imediatista, etc.

Por outro lado, surge entre os camponeses um conjunto de atividades coletivas que não se realizam necessariamente na esfera da produção coletiva e divisão do trabalho inspiradas nos esquemas de uma fábrica. Trata-se de um coletivo diferente da visão “tradicional” assentada na produção *strictu sensu*.

A relação de *vizinhança* entre os camponeses é outra característica que evidencia a dimensão local da vida camponesa, pois permite uma sociabilidade forjada num pequeno círculo de famílias que vivem próximas umas às outras, pois as pessoas se identificam com um pequeno grupo. Esta relação entre vizinhos também aponta para uma socialização forjada na esfera local e que se desdobra na produção agrícola, por exemplo. Neste sentido, Martins (2002) afirma “a consciência do camponês expressa a consciência da pessoa, que é extensão da família e da comunidade e dos laços comunitários” (MARTINS, 2002, p. 75).

A compreensão da relação entre vizinhos nos remete a idéia de “sitante e bairro rural”. Os sitantes podem ser caracterizados como o pequeno produtor rural responsável pela lavoura que trabalha direta e pessoalmente com a ajuda da família e ocasionalmente utiliza-se de empregados remunerados. Já os bairros rurais são unidades de povoamento com um habitat disperso que dispõe de um núcleo que serve para fixação da população. O núcleo em geral é formado por uma igreja e uma praça e as famílias fixam residências em lotes e datas.

Fukui (1979), ao estudar o *sertão e bairros rurais* referindo-se a Antônio Cândido, caracteriza o bairro rural como uma unidade social mínima que se situa entre o grupo familiar e formas mais complexas de solidariedade social. Esta unidade ocorre em torno da vizinhança que se reúne para trabalhos mútuos, festejos religiosos locais (FUKUI, 1979, p. 67).

A igreja assume grande importância porque em torno dela gira a vida da comunidade, indicando uma relação local porque é aí o lugar da socialização; é a célula da comunidade social e ponto de encontro. No passado, até o espaço e fronteira da comunidade eram estabelecidos pelo som que alcançava do toque do sino da Igreja ou pelos sacramentos oferecidos pela Igreja.

É importante ressaltar que a comunidade não se forma apenas pelo negócio, que faz a aglutinação entre as pessoas, mas, em muitos casos, a comunidade se forma em torno da Igreja e o espaço estabelecido por uma vertente e divisor de águas de uma bacia hidrográfica. A integração ocorre com visitas e auxílio mútuo entre as famílias que vivem próximas, em esforços para cuidar da escola e da Igreja, reunião em torno de uma máquina/moinho e engenho para beneficiar a produção, uma venda (estabelecimento comercial) na estrada, etc. Assim, a comunidade surge como laços estabelecidos num determinado espaço e não se limitam à dimensão produtiva agropecuária e comercialização de mercadorias.

As festas e a ajuda mútua também surgem como exemplos da territorialização camponesa. A ajuda mútua não consiste apenas na troca de dias de serviço, mas também na partilha de produtos da unidade de produção como sementes, alimentos, utilização de máquinas, prestação de serviço de transporte, enfim uma variedade de trocas realizadas no bairro rural não regulada por relações mercadológicas.

Ali se trocam experiências e conhecimentos com vistas a potencialização dos recursos disponíveis. Trocam-se mudas e sementes. Trocam-se ovos e emprestam-se galos para melhorar galinheiros que estão ‘refinando’. Emprestando-se os melhores cachacos para a fertilização das fêmeas. Emprestando-se e trocam-se touros para evitar problemas genéticos no rebanho. (PAULINO, 2003, p. 377)

Outra característica do território forjado pelo camponês é sua capacidade de desenvolvimento e realização de *ações comunitárias e coletivas*.

As ações comunitárias entre os camponeses são caracterizadas mais por vínculos de solidariedade entre as pessoas do que por revelações políticas e ideológicas. O mutirão, por exemplo, é movido mais pela solidariedade e espírito comunitário do que por um projeto de transformação estrutural da sociedade.

As ações comunitárias ainda se manifestam na solidariedade entre as famílias e vizinhos como na troca de dias de serviço, mutirões para plantação, cuidado com as lavouras, colheitas, etc. Outras atividades podem indicar o “espírito” comunitário, como o lazer e as festividades,

visitas aos vizinhos em finais de semana, reuniões religiosas, seja na sede da comunidade onde está a capela, seja nas residências.

Os vínculos mediados por relações comunitárias permitem que se troquem informações e discussões dos mais variados assuntos, desde as relações familiares, passando pelo preço dos produtos e manejo de lavouras. Trata-se de discussões informativas e espontâneas caracterizadas mais pela diversão e prazer das conversas do que deliberação de ações sistematizadas de lutas e reivindicações. Mas, os laços e ações comunitárias podem ser potencializados e se desdobrarem em ações coletivas em torno de movimentos sociais.

As ações coletivas são atividades realizadas a partir da descoberta e de revelações políticas. As revelações políticas construídas por meio das lutas, em muitos casos sem participação partidária, indicam uma nova compreensão do ordenamento da sociedade elaborada pelos sujeitos. Elas indicam o potencial e a capacidade de compreensão que motivam ações voltadas para o Estado porque será por meio dele que os camponeses visualizam o retorno de renda da terra transferida para o capital na circulação da produção, sejam na forma de políticas públicas, financiamentos, custeio de lavouras, garantia de preço dos produtos agrícolas, etc.

Marcadas por um conteúdo de classe sócia, as ações coletivas são motivadas por uma identidade política/ideológica construída no processo de luta pela terra (ou na terra) e possuem perspectivas de questionamento do poder e transformação da estrutura da sociedade. Mas, o coletivo entre os camponeses não é necessariamente forjado na esfera da produção (coletivização da terra, meios de produção, trabalho, etc.) e sim na esfera política por meio de lutas e enfrentamentos.

É importante destacar que as relações comunitárias podem possibilitar a construção da consciência política. Mas, por si, as relações comunitárias não se convertem em manifestações coletivas. São necessárias revelações políticas de compreensão da desigualdade social e dos diferentes interesses que marcam a sociedade capitalista. A partir desta compreensão, as relações comunitárias podem contribuir para a construção da consciência política e desenvolvimento de ações coletivas.

Não se trata de estágios em que camponês, para garantir a sua reprodução, deve romper os vínculos de lote individual, passar pelo comunitário e chegar à organização da produção coletiva. O que ocorre é que as ações comunitárias podem ser potencializadas e se transformarem em ações coletivas, garantindo a reprodução camponesa. A solidariedade que a proximidade espacial dos lotes de terra permite, por exemplo, pode ser potencializada politicamente, transformando-se em ações coletivas capazes de promover alterações na relação de poder.

Santos (1978), em estudo sobre os Colonos do Vinho, no Rio Grande do Sul, refere-se às práticas de construção da utopia comunitária, destacando formas comunitárias de relações, como ajuda mútua, festas, religião, etc. Estas formas de relações permitem um ordenamento social que leva às manifestações politizadas de cidadãos que reivindicam medidas do Estado no atendimento de seus interesses e formação de uma “consciência sindical”.

Por outro lado, é necessário frisar que as ações comunitárias e coletivas, diferentemente do que o nome sugere, nem sempre são marcadas pela harmonia, solidariedade, ajuda entre as pessoas, tanto no trabalho nas lavouras como num momento de precisão (auxílio em caso de doenças, viagens, etc.). Aí também ocorrem conflitos/tensões e se reproduzem relações de dominação, usura, disputas políticas na tomada de decisões locais, inveja, violências e cruentas lutas intestinas.

Considerações finais

A resistência dos camponeses a esquemas de dominação e subordinação foi considerada importante quando realizada no interior dos movimentos sociais. Isso possibilitou a construção dos movimentos sociais como paradigmas nas lutas, não só no campo, mas também nas cidades. Os movimentos sociais foram (e ainda são) reconhecidos como a principal forma dos camponeses de se rebelarem contra a ordem desigual, reivindicar melhores condições de vida, enfim, transformações sociais. A idéia é que pelos movimentos sociais os camponeses se fazem ouvir e se tornam sujeitos políticos.

Por outro lado, é importante reconhecer capacidade de resistência camponesa não exclusivamente pelos movimentos sociais. O modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos, estruturais ou vinculados a esquemas transnacionais de ação em rede dos movimentos sociais, mas também a ações localizadas e assentadas no território.

Por isso, a dimensão territorial tem importante sentido, não para potencializar o mundo da mercadoria como defendem os adeptos da agricultura familiar, mas reconhecer o território camponês como trincheira de resistência aos esquemas de dominação do modo de produção capitalista. O território vai além de um local que se constitui como palco e condição/possibilidade para inserção no mundo da mercadoria no processo de mundialização das relações sociais de produção.

Neste sentido, o camponês, organizado nos movimentos sociais ou fora deles, numa prática de relações sociais “geografada” localmente, desenvolve um conjunto de manifestações que garante sua existência e, conseqüentemente, incomoda a parcela dominante da sociedade que não lhe reconhece como sujeito e classe social. Portanto, é possível concluir que a luta camponesa é mais ampla do que os movimentos sociais, ou seja, existe um “movimento camponês” que não se realiza exclusivamente nos movimentos sociais.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. O mundo desencantado dos assentamentos. In: Medeiros. L. et al. Assentamentos rurais - uma visão multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1994. pp. 313-320.
- ALMEIDA, R. A. (Re) criação do campesinato, identidade e distinção. São Paulo: Unesp, 2006.
- BOGO, A. Lições da luta pela terra. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- BONATO, A. A. Agricultura familiar: sinais de um novo e bom tempo. Curitiba: Deser, nº. 138. pp. 8-11. julho/2004.
- BRASIL DE FATO M. Alimentação e agricultura fora da OMC. Brasil de Fato: São Paulo. nº. 94. p. 10. 16/22 de dez, 2004.
- CALDART, R. Pedagogia do movimento sem terra. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CONCRAB Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999). Caderno de Cooperação Agrícola. nº. 08. São Paulo: Concrab, 1999.
- DESER. Congresso da agricultura familiar aprova a criação da fetraf-Brasil/CUT. Curitiba: Deser. nº. 148, pp. 4-8. dez/2005.

- DIEGUES, A.C.S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos de desenvolvimento à elaboração de novos paradigmas. Digitado: São Paulo, 1992.
- FERNANDES, B. M. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERNANDES, B. M.; MARTIN, J.Y. Movimento socioterrorial e globalização. Digitado: Presidente Prudente, 2004.
- FUKUI, L. F. G. Sertão e bairro rural. São Paulo: Ática, 1979.
- GOHN, M. G. A Abordagem marxista nos estudos sobre os movimentos sociais. I colóquio Marx Engels. Campinas: Cemarx. Anais. nº. 1. pp. 1-10. 1999.
- GUTIERREZ, F.C. Os movimentos sociais frente a crise. In: SCHERER-WARREN, I. E KRISCHKE, P.J (orgs.): uma revolução no cotidiano? São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 191-213.
- HARNECKER, M. Tornar possível o impossível. Paz e Terra: São Paulo, 2000.
- HARTMUT, K. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J (orgs.). Uma revolução no cotidiano? São Paulo: Brasiliense. 1987. pp. 19-34.
- LIMA, I. V. A produção de autoconsumo no assentamento Pedro Ramalho. M.C. Rondon. 2006. Monografia de graduação em geografia. Unioeste.
- LISBOA. T. K. A luta dos sem terra no oeste catarinense. Florianópolis: MST/UFSC, 1988.
- MARTINS, J. S. A sociedade vista do abismo. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. Os Camponeses e a política no Brasil. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARCOS, V. Comunidade Sinsei (U) topia e Territorialidade. São Paulo. 1996. Dissertação de Mestrado em Geografia. FFLCH/USP.
- MARX, K. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Moraes, 1987.
- MÉSZAROS, I. Produção destrutiva e Estado capitalista (Para além do Capital). Trad. Georg Toscheff e Marcelo Cipolla. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.
- OLIVEIRA, A. U. Modo de Produção Capitalista e Agricultura. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. In: XII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Águas de São Pedro. nº. 12 IGCE. 1994. pp. 24-51.
- PAULINO. E. T. Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná. Presidente Prudente. 2003. Tese de Doutorado em Geografia. Unesp.
- NUNES, S. P.; OLIVEIRA, M. A. Desenvolvimento local: possibilidades e limites. Boletim do Deser: Curitiba, nº.139. pp. 3-14, set./2004.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Ática: São Paulo, 1993.
- ROMANO, O. Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos. In: Medeiros. L. et al. Assentamentos rurais - uma visão multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1994. 249-258.
- SANTOS, J. V. T. Colonos do vinho. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização. 2ª. ed. São Paulo: Record, 2000.
- _____. Território e sociedade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000b.
- SHANIN, T. La clase incomoda. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

- SCHERER-WARREN, I. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Scherer-Warren, I.; Krischke, P. J. (orgs.). Uma revolução no cotidiano? São Paulo: Brasiliense. 1987. pp. 35-63.
- _____. Novos rumos da pesquisa sobre as ações coletivas rurais. In: Política e reforma agrária. Costa, L. F. C.; Santos R. Mauad (org.). Rio de Janeiro: [s. d.], 1998. pp. 221-40.
- _____. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. Hucitec, 1999.
- SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro I. E. Gomes, P.C.C. Correa, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- VIGEVANI, T. Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. In: Lua nova, São Paulo: Cedec, 1989, n. 17. pp. 93-109.
- ZIMMERMANN, N. de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: Medeiros, L.S. et al. Assentamentos rurais - uma visão multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1994. pp. 205-224.

Artigo recebido em maio de 2007

Artigo aprovado em outubro de 2007

Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária

Marisa de Fátima Lomba de Farias

Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2002)
Professora Adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Endereço profissional: Rua João Rosa Góes, 1.761, Vila Progresso, 79.825-070, Dourados, MS, Brasil
Universidade Federal da Grande Dourados, Reitoria, Faculdade de Ciências Humanas – Telefone: 55 67 3411-3814
Endereço eletrônico: marisa.lomba@ufgd.edu.br

Resumo

A vida no campo se transforma cotidianamente e o camponês – mulheres e homens – convive com essa mudança, em um movimento entre a permanência e a alteração de valores que (re)estruturam a sua identidade. Para analisar o campesinato, é importante valorizá-lo em sua especificidade, considerando o momento histórico vivido. Deve-se ainda, compreendê-lo na sua cultura, na sociabilidade da família e no grupo social mais amplo no qual está inserido. Portanto, as famílias camponesas também se transformam no movimento histórico da sociedade, ou seja, diante da organização produtiva, do mercado, elementos que interferem com intensidade no seu modo de vida. E um novo contexto deve ser considerado como alternativa de recriação da vida camponesa, os assentamentos de reforma agrária. Não apenas como um projeto estatal, mas como um espaço-tempo de lavouras e sonhos, constituído por um leque de representações sociais, criado e recriado cotidianamente pelas famílias, alicerçado nos valores camponeses em busca de permanência na terra de trabalho.

Palavras-chave: família; assentamento; representação; campesinato; modo de vida.

Resumen

Plantaciones y sueños: las representaciones campesinas en los asentamientos de la reforma agraria

La vida en el campo transformase siempre y el campesino – mujeres y hombres – vive con ese cambio, en un movimiento entre la permanencia y la alteración de valores que reestructuran su identidad. El campesinado no puede ser entendido por tipologías y por algunas pré-nociones en el intento de caracterización, pero debe ser valorado en su especificidad y a partir del momento histórico que se vive. Debese aun ser comprendido en su cultura, en la sociabilidad de la familia y en la sociabilidad del grupo social más ancho en la cual está presente. Así, las familias campesinas también se transforman en el movimiento histórico de la sociedad, o sea, por la organización productiva, la organización del mercado, y por elementos que interfieren con mucha intensidad en su forma de vivir. Además, un nuevo contexto debe ser considerado como algo para la recreación de la campesina: los asentamientos de la reforma agraria. Esos serían un proyecto del estado y, también, un espacio-tiempo para plantaciones y sueños, donde existen muchas representaciones sociales, que crían e recrían las familias todos los días. Ese basease en los valores de los campesinos que buscan una permanencia en la tierra donde trabajan.

Palabras clave: familia; asentamiento; representación; campesinado; forma de vivir.

Abstract

Farming and dreams: the rural representations in the agrarian revolution settlements

Life in the country fields changes constantly and the peasant – men and women – live within these changes in a balance between permanence and value transformation that redefine their identity. Peasantry must be surrounded by typologies and by some pre-notions in an attempt to characterise it, but peasantry should be understood in its customs and traditions, in its family sociability and in its wider social group in which it is inserted. Hence, the peasant family also get transformed within the historical pace of society, *i.e.*, within the productive organization, within market, and within elements that interfere in the intensity of their way of life. Also, a new context should be considered as an alternative to the re-creation of peasant life, such as the agrarian revolution settlements, not only as an state project but also as a space-time for farming and dreams, made of a wide range of social representations, being created and re-created by the families every day, based on peasant values in the search for permanence in the land they work.

Keywords: family; settlements; representations; peasantry; way of life.

Introdução

Ao analisar alguns aspectos da vida nos assentamentos de reforma agrária, observa-se que estes se estruturam sobre uma pluralidade de esquemas de ações, que combinam diferenciações de gênero, relações de poder e de individualismo, mas também de relações de reciprocidade e de solidariedade. Tais esquemas definem aspectos na organização espacial, econômica e social na terra – lotes – e determinam as estratégias de sobrevivência das famílias, alicerçadas em representações camponesas permeadas de conotações religiosas e influenciadas pela economia moral, por relações de vizinhança e de compadrio.

O contato com as famílias nos assentamentos, proporcionado por pesquisas, possibilita apontar algumas características dessas relações que ainda persistem. Porém, estas se apresentam, agora, com outras roupagens, o que leva às investigações desse contexto como sendo uma confluência/conflito entre a experiência das mulheres, dos homens e das representações camponesas que organizam e proporcionam sentido ao vivido das famílias. (THOMPSON, 1988, 1997)

A partir da visualização de alguns aspectos intrafamiliares que demarcam as transformações da vida camponesa, desenvolveu-se uma trajetória de pesquisas¹ em assentamentos de reforma agrária sul-mato-grossenses.

A análise apresentada neste momento é fruto de pesquisas desenvolvidas com ênfase nas relações interpessoais que compõem um *enovelamento* conflituoso ao caracterizar o vivido social. Isso se faz, em primeiro lugar, pela ambigüidade e, em segundo, pela incerteza. Dessa forma, percebe-se que nestes espaços há um movimento permanente entre a dominação e a libertação. O *enovelamento* ocorre diante de um processo de definições das representações camponesas impregnadas no tecido social, direcionando as ações e as manifestações dos sujeitos sociais – mulheres e homens.

Diante desse enovelamento, busca-se, nesta análise, desvelar, por meio de estudos de documentos, de observações e de entrevistas, os meandros das relações sociais constituídas entre os entes familiares, para isso toma-se como ponto de partida e em sua centralidade as representações camponesas no sentido de adaptação, mas também de

¹ Essa trajetória vem se construindo ao longo dos anos, principalmente na região sul do estado de MS, desde o período de doutoramento. Os estudos se ampliaram nas pesquisas em andamento financiadas pelos CNPq e pela FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de MS).

resistências diante das alterações nas condições de constituição, reconstituição e, em certos casos, de dissolução da vida camponesa.

Representação camponesa para a permanência na terra: continuidades e rupturas

Para compreender a família camponesa deve-se levar em consideração as alterações sociais e os novos espaços sociais criados nos últimos anos, principalmente, os assentamentos de reforma agrária. É fundamental considerar as especificidades de sua sociabilidade e, ainda, entender, por exemplo, as relações de parentesco e de vizinhança, o projeto familiar, o processo de produção e o mercado. Ao partir desse pressuposto, é importante analisar o conjunto de forças sociais que se articulam e compõem o quadro de relações marcadas por conflitos.

Percebe-se que não se trata de uma contextura social de fácil entendimento, visto que no processo de constituição dos assentamentos estão presentes vários atores e seus projetos de vida, bem como os projetos dos mediadores e os do próprio Estado. Dessa forma, nota-se um conjunto distinto de representações camponesas de viver na terra e dela retirarem o sustento. Todos esses sujeitos – mulheres e homens – procuram organizar as relações sociais de modo a apresentarem a si mesmos e à sociedade, alternativas viáveis para a conquista de uma qualidade de vida superior àquela que tinham em outros tempos e em outros lugares.

As antigas condições levam as famílias a redefinirem a trajetória de vida alicerçada na memória. As pessoas trazem para o presente, por meio das lembranças, um passado alicerçado em relações solidárias e de proximidade com a natureza, a terra, os mitos e as variadas religiosidades.

Sabe-se que, historicamente, no campo se compôs um cenário de relações familiares combinadas e/ou fortalecidas com o trabalho na terra, constituindo espaços de continuidades e (des)continuidades de antigos laços familiares e/ou de amizades, de manifestações culturais e/ou de sociabilidade.

As interações familiares são caracterizadas, muitas vezes, por relações míticas com a terra de trabalho, ancoradas nas representações camponesas com maneiras próprias de organizar a vida e a produção. São dimensões vinculadas que emergem das práticas cotidianas sem o sentido de acumular, isto é, sem o objetivo de controlar o espaço e o tempo da vida camponesa. (CERTEAU, 1994)

Dessa forma, a terra tem um sentido de retorno ao lar e é, ao mesmo tempo, um novo lugar para morar – esta é uma das ambigüidades fundantes da vida nos assentamentos – em que é possível reconstituir as experiências passadas trazidas pelo trabalho da memória, a fim de fortalecer a identidade camponesa, não totalmente perdida nas andanças à procura de uma vida melhor, mas já modificada. (HALBWACHS, 1990)

Essa identidade é a de um/a camponês/a que a expropriação da terra, de longa data, não conseguiu destruir, pois se verificam os resquícios emergidos na busca da legitimação do direito a essa propriedade. Assim, também se faz necessário reunir reforços para a permanência na terra.

Nesse sentido, a terra não pode ser comprada ou vendida – o que justifica a luta pela reforma agrária como um direito, uma vez que essa terra é “o lugar definitivo proporcionado por Deus às pessoas, sem distinção alguma”.

Observa-se que dessa maneira, a permanência na terra possibilita a existência e a sobrevivência da família, tendo em vista um ditado popular que aponta: “se plantando, tudo dá”. Esta crença é comum entre camponeses/as que trazem na memória um tempo de fartura.

A memória focaliza um tempo em que mesmo sem luxo a comida não faltava; o riacho estava lá à espera de alguém para nele se refrescar ou pescar; os pássaros, em quantidade, entoavam um canto, às vezes, alegre, em outras, triste.

Tais elementos simbólicos são perceptíveis nas vozes desses homens e mulheres que procuram na terra o alento para uma vida de andanças por lugares diferentes ou como eles se referem por esse “mundão sem fim”. Diante dos percursos por esse “mundão” e das dificuldades encontradas, é possível perceber que Deus é a maior força buscada para irem “levando a vida”.

A partir desse apego a Deus visualizado nas referências feitas a este, nota-se que o discurso religioso permeia o significado da terra. Esta não é vista como um elemento comercial, mas como uma divindade que possibilita a existência humana, assim como a mãe que dá a luz à criança e dela cuida por toda a vida.

A fecundidade e o aconchego dados pela terra são os mesmos proporcionados por uma mãe – *Terra Mater* – que acolhe famílias e filhos/as, concedendo a chance da realização do sonho de alcançar o *Paraíso*. Dessa forma, é possível entrelaçar tais considerações à presença divina, de onde advém a fecundidade, isto é, a capacidade que a mulher possui de dar a luz.

Esses elementos simbólicos influenciam na identidade camponesa que vai se (re)compondo na trajetória das famílias diante das transformações desse sítio familiar, com o significado da terra-mãe, mas forçado a se transformar em empresa, o que infringe a lógica camponesa, cujo trabalho familiar é um dos seus importantes alicerces. Assim, percebe-se a evidência de uma dicotomia na vida camponesa diante das transformações na sociedade globalizada.

Galeski (1979a, 1979b) destaca que a partir de dois tipos principais de organização da produção: o sítio familiar (granja familiar) e a empresa agrícola (gran empresa agrícola), ao longo da história, surgiram vários desdobramentos, possibilitando outras formas de organização da produção e da família. Dentre essas formas, o autor cita a transformação do latifúndio em agricultura camponesa e, também, do sítio camponês tradicional em sítio com características de empresa; o aparecimento da agricultura camponesa multifamiliar e da grande empresa industrial com trabalho assalariado. Diante de tais organizações, existem diversas possibilidades de interações e variações.

O autor salienta que tais transformações não fazem parte de um processo unidirecional e linear, ou seja, não há etapas sucessivas e regulares na passagem de uma forma organizativa para outra. As formas organizativas recebem diversas interferências e influências internas e externas que colaboram para um resultado sempre aberto a novas mudanças, tanto na produção quanto na organização da família.

Verifica-se, dessa forma, que alguns fatores modificam os tipos de organização produtiva agrícola tais como: o grau de dependência econômica e sociopolítica dos produtores, o tipo de mão-de-obra utilizada, a intensidade do trabalho familiar, o tamanho da área, dentre outros aspectos que variam de acordo com o cotidiano analisado e que interferem diretamente nas outras dimensões da vida camponesa, principalmente, na família.

Nesse sentido, o tema família é destacado nos estudos de Galeski (1979a, 1979b), por desempenhar um relevante papel na organização da produção camponesa. A família camponesa apresenta características diferentes da família urbana apesar de ter um vivido também estruturado por experiências nas cidades.

Tais características, porém, não podem ser tomadas como unanimidade, haja vista o processo de mudanças nas formas de produção, nos valores, nas interações pessoais e grupais. Assim, quanto maior for o grau de modernização, maiores serão as alterações na organização interna da família camponesa, incluindo as relações de dependência dos seus membros a outros segmentos sociais.

Diante de uma sociedade globalizada em que se exige uma produção para o mercado, é possível perceber a existência de um processo conflituoso vivido por esses/as camponeses/as para que possam voltar a terra; mas para as famílias o retorno significa voltar para uma terra de trabalho, a fim de plantar e viver longe das regras do patrão.

Segundo o autor, muitos estudos destacam a importância da família neste tipo de produção, porém vale salientar que na camponesa tradicional², toda a administração da propriedade é de sua responsabilidade. Portanto, sua função produtiva apresenta um papel fundamental e diferente daquele desempenhado por aqueles que estão subordinados a algum tipo de patrão.

Assim, destaca-se que na família camponesa tradicional há a satisfação das necessidades dos seus membros, por meio de laços mais definidos pela sociabilidade, pela cultura e pela dependência econômica. Desta maneira, forma-se um conjunto de relações permeadas por um modelo patriarcal que não cria condições para alternativas individuais e isoladas das necessidades e intenções de todo o grupo.

Em outras situações, esses laços são menos definidos e podem alterar-se, isso se evidencia no sítio familiar moderno e, também, em alguns lotes de assentamentos de reforma agrária, que mesmo tendo o trabalho dos membros familiares marcado por relações internas, a sua função produtiva já é limitada. Ainda, no sítio agroindustrial pode-se verificar que há uma total alteração dessas relações e características da produção familiar tradicional.

Conforme Galeski (1979a, 1979b), as mudanças que se analisam na organização social rural ainda podem derivar da interferência de sistemas econômicos, observados na relação entre consumo e atividade produtiva e podem influenciar em várias esferas da vida social.

Diante de tais organizações, verifica-se que diversas alterações ocorrem nas propriedades e são resultantes de influências de grupos políticos, religiosos e, ainda, da reforma agrária, do Estado, do mercado. O autor valoriza a análise do poder instituído na sociedade que pode criar, estimular ou constringer determinadas formas de organização agrária, passando pelo modelo hegemônico adotado pelo Estado para uma determinada sociedade.

Assim, Galeski (1979a, 1979b) trabalha com a perspectiva da mudança, uma vez que inicia sua análise com modelos tradicionais e demonstra as várias possibilidades que levam às alterações nas formas de produção agrícola e às conseqüências advindas destas alterações. As mudanças na produção podem resultar em muitas transformações sociais, principalmente, na organização familiar.

Diante de tais considerações, o autor salienta que é impróprio falar em um modelo único e uniforme de produção agrícola para todas as sociedades, tendo em vista a existência de múltiplas interferências a serem consideradas e analisadas de acordo com a realidade a ser estudada.

Destaca-se também que mesmo frente a tantas transformações no processo produtivo e, conseqüentemente, em toda a organização social rural, Galeski (1979a, 1979b) não afirma ou prevê para o futuro o predomínio da produção industrial sobre os outros tipos de produção, dentre elas a familiar, mas o autor procura entender historicamente as mudanças e as alternativas encontradas pelo camponês diante dessas alterações na sociedade.

São tais concepções que permitem perceber as alternativas recriadas no cotidiano camponês e que são observadas nos assentamentos de reforma agrária. As famílias constroem estratégias de permanência na terra, alicerçadas em resistências às imposições em nome de um modo de vida mais livre e de um *habitus* construído em outros lugares e em tempos variados (BOURDIEU *apud* ORTIZ, 1983).

Nesse sentido, a conquista da terra parece oferecer aos sujeitos sociais a oportunidade de uma vida mais digna. É possível perceber que esses sujeitos alimentam anseios que povoam a memória não somente de um homem e de uma mulher, mas uma memória coletiva constituída por meio das experiências vividas e revividas por várias gerações.

² Este termo não pressupõe o atraso ou a pobreza como costumeiramente é usado, mas sim, pensando as características que acompanham a família e a produção da pequena propriedade, envolvendo sua cultura e sociabilidade.

Mesmo que em tempo recente, esses homens e mulheres não tenham construído modos de vida rurais, estes compartilham da experiência e da nostalgia do *Paraíso* e, ainda, da *Terra Mater*. Esta “mostra-se como mãe e nutridora universal”, ao compor um *cosmos* em que se “manifestam a ordem, a harmonia, a permanência, a fecundidade” (ELIADE, 1996, p. 100). A *Terra Mater* encerra, em si mesma, um relacionamento místico com a fecundidade da mulher; dessa maneira, “a sacralidade da mulher depende da santidade da terra. [...] A fecundidade feminina tem um modelo cósmico: o da *Terra Mater*, da Mãe universal” (1996, p. 121).³

Aos olhos das famílias, a terra é o aconchego, o porto seguro, o *Paraíso* banhado pela fecundidade da terra e da mãe. Ambas são nutridoras de sonhos e acalentos que povoam os projetos e os desejos de homens e mulheres na busca de um lugar para reescreverem suas histórias. Este conjunto de representações do *Paraíso* é o suporte para fortalecer a decisão tomada pelas famílias de deixarem outros lugares, outras relações sociais com o intuito de lutarem por terra.

A nostalgia, neste caso, é perpassada de significados que refletem a situação do homem, da mulher e de suas identidades camponesas, o que os impulsiona a buscarem um futuro correspondente às suas necessidades e aos seus desejos, sem que o *habitus* seja negado.

Esses significados são incorporados e proporcionam sentido às ações dos sujeitos sociais. Já as representações camponesas contribuem para criar mecanismos de resistência ao processo de profissionalização do agricultor diante do surgimento de atividades agroindustriais.

A exigência de inserção no mercado resulta na divisão social do trabalho agrícola. Muitas dessas atividades levam à fragmentação do trabalho familiar, sua separação da própria terra, o que altera as características das atividades anteriormente desenvolvidas, destinadas apenas à reprodução da família camponesa.

Assim, Galeski (1979a, 1979b) aponta a existência de uma certa especificidade nos valores desejados pelas famílias camponesas. Estas não concebem a propriedade para sua ascensão econômica, mas as motivações que as aproximam da terra estão direcionadas à satisfação de suas necessidades, à reprodução e bem estar dos filhos. Percebe-se assim que as representações camponesas motivam a atividade ocupacional na propriedade e o mercado, neste caso, não tem papel prioritário.

As famílias camponesas constroem a representação nos assentamentos de reforma agrária no processo de efetivação de sua identidade, no jogo entre situações de dominação e de libertação em um movimento de imposição de poder de indivíduos e do mercado, o que as levam a estruturarem resistências simbólicas diárias contra as imposições.

Verifica-se que a representação ao mesmo tempo em que é criada e apropriada, atua como prática social, dando à vida cotidiana um movimento constante entre o espaço-tempo e o devir, proporcionando coloridos diversos às relações tecidas na busca pela permanência na terra.

Portanto, a representação é considerada como *presença* e *ausência*, construídas em um *continuum* de ações, em que a família camponesa vive situações em que explora os possíveis. A família parte das representações e edifica um outro conhecimento de sua condição no mundo, tendo em vista a exploração de rupturas no tecido social. As representações podem, então, criar brechas de transformações no cotidiano em situações de conhecimento e desconhecimento (LEFEBVRE, 1983).

Ressalta-se que as representações também são efetivadas em movimentos que podem levar à conservação das relações de controle e de dominação. Essas representações são conservadoras das situações de controle quando são naturalizadas e aceitas socialmente e, também, quando tomam formas, têm significados, o que fortalece o senso comum.

³ Podemos citar também: “Terra-mãe como definidora da identidade dos trabalhadores assentados”. Conf. D’AQUINO, 1997.

Dessa maneira, há um impedimento de análise da vida cotidiana e as pessoas acreditam nas próprias condições existenciais, que são, nesse momento, *ausência*, ou seja, respostas que se colocam no lugar do possível histórico. Para tanto, criam e resignificam símbolos, linguagens, noções e figuras, que articulam e solidificam o conhecimento do senso comum.

Sabe-se que o senso comum quando pouco explorado impede as rupturas, uma vez que naturaliza as concepções que, envolvidas por representações, dão continuidade às relações de domínio e de poder.

Tal cenário é observado diante de alterações na propriedade ou diante da exigência de mecanização da agricultura, o que gera mudanças na situação ocupacional dos membros da família ou até no seu assalariamento ou de outros na propriedade. Percebe-se, diante disso, as transformações que fazem parte de um processo exterior à propriedade e consistem em mudanças no mercado e na indústria, além de intervenções estatais.

As atividades desenvolvidas pela família camponesa se modificam, sendo, muitas vezes, transferidas para a agroindústria, aumentando o processo de profissionalização dos indivíduos, ou seja, a família passa a desenvolver outras atividades que modificam a propriedade e a organização espacial, isso possibilita a ligação de algumas áreas ao complexo industrial urbano e, ainda, a saída de membros familiares para exercerem atividades exteriores ao lote.

Diante de tais características que transformam as condições da produção camponesa, observam-se mecanismos de resistência criados pela família que revigoram normas, valores morais, crenças e costumes fundamentais na natureza do conhecimento.

Percebe-se que esse conhecimento também é calcado na experiência acumulada, nas formas de transmissão cultural aos filhos, em que se nota uma conotação de tradição e conservadorismo do trabalho camponês e, ainda, marca uma relação de resistência a certas transformações. Essa resistência se evidencia em relação à escola, pois esta transmite saberes diferentes do saber-fazer do/a camponês/a, o que gera uma resistência ao avanço técnico que transforma a relação de trabalho inerente à organização familiar.

Diante disso, verifica-se que a vida camponesa se recria em um processo dialético, em que essas pessoas entendem a si mesmas e as outras em um espaço social de conflitos, mas rico em possibilidades de construção de modos de resistência, onde se alicerçam antigas relações ou se reconstróem outras.

Percebe-se que há uma história sendo escrita diariamente, que assimila, mas também modifica aspectos da realidade. Assim, homens e mulheres compõem uma experiência camponesa viva em toda a sua existência, revelada e expressada nas manifestações culturais, nas relações sociais, nas escolhas – na verdade, são opções por valores –, no seu cotidiano, o que dá lugar a um conjunto de conhecimentos vividos que se projeta para o futuro na composição da consciência.

O cotidiano camponês é um espaço-tempo enredado sem marcos precisos que, ao mesmo tempo, domina e limita as sensações, as percepções, as emoções, os desejos e, como nada é definitivo, abre suaves proporções de transformação. As situações de transformações se edificam vagarosamente, na medida em que as pessoas se comunicam, são criativas, mostram sua indignação, se revoltam, enfim, agem, reagem, choram, se emocionam e fazem dos momentos vividos, tempos de recomeçar, tempos de lavouras e sonhos (PÉREZ, 2003).

Esse recomeçar é marcado pela presença da ajuda divina que, segundo as famílias, atua em qualquer situação. Isso se revela na crença em dias melhores, na chuva que virá para produzir os frutos do trabalho e na “vaquinha” que proporciona o leite das crianças. Assim, observa-se que as famílias *levam* a vida de maneira difícil, mas certas, conforme o afirmado por elas, que “Deus ajuda quem cedo madruga”.

Para isso, contam com os valores criados nas relações sociais de compadrio, de vizinhança que, mesmo um pouco esmorecidas pelas mudanças no modo de vida, são as referências que fortalecem o *habitus* e mantêm os laços com a memória camponesa.

Possivelmente, esses antigos valores camponeses incorporados na trajetória de vida reaparecem fortalecidos no cotidiano dos assentamentos de reforma agrária, orientando as ações das famílias, como será analisado a seguir.

A (re)construção da nova vida nos assentamentos de reforma agrária: continuidades e rupturas

Geralmente, após um longo período de acampamento, as famílias passam pelo sorteio e finalmente chegam a terra – seu lote – nos assentamentos de reforma agrária, um lugar que traz para o presente um leque de experiências de um passado ainda vivo em suas memórias. Este passado é reinterpretado com elementos do presente por meio do trabalho de lembrar, para isso o sujeito lança mão de referências ainda vivas em sua subjetividade e assim são revigorados os sentidos de lugares de classe-, as redes de relações; o campo e a cidade, presentes no vivido das famílias que apresentam várias andanças.

As famílias não são mais do campo e nem da cidade, estão à procura de um lugar para ser seu e que será o espaço de reconstruções, ressurgindo as relações camponesas perdidas no caminho. Outras relações são construídas e solidificadas por sentimentos de solidariedade, de companheirismo, como também de relações de domínios e exploração de uns sobre os outros.

Permanece no “subterrâneo da memória” uma saudade do passado de simplicidade, sem regalias, mas de fartura. Trata-se de rememorar a experiência com a perspectiva de idealização de uma vida futura.

Muitas famílias construíram tais experiências diante da expropriação da terra, vivem há muito tempo de “bicos” nas cidades, de bóias-fria, de arrendatárias ou mesmo desempregadas. Mas se lembram de ter ouvido de seus pais e avós os relatos de um tempo de sossego, de um lugar em que a vida estava baseada nas relações familiares de parentesco, em que a terra e a família eram indissociáveis.

Desse modo, as famílias com características camponesas mais ou menos solidificadas buscam, em suas lembranças, estímulos para enfrentarem os desafios de retorno a uma vida concreta ou alcançar uma vida imaginada que está presente no desejo de melhorar de vida, com perspectiva de criarem os filhos com alternativas de sucesso e mais fartura. Estes elementos compõem um projeto familiar já existente, mas que se reconstrói cotidianamente.

O desejo de mudarem de vida, de buscarem um lugar como “morada”, incentiva as famílias, mesmo aquelas que viviam há tempos na cidade, uma vez que procuram no campo o lugar para “fincarem raízes”, por entenderem que conseguirão “lidar” com a terra.

A terra, como uma mãe, acolhe, aconchega seus filhos e filhas, diferentemente da cidade, onde as famílias enfrentam desafios e concorrências desiguais. No espaço urbano, são exigidos conhecimentos específicos das famílias, que não estruturam seu modo de vida e suas representações camponesas e, ainda, um nível mínimo de escolaridade. As pessoas esperam com o acesso a terra, fugirem do desemprego, que desestrutura o projeto familiar, colocando em risco a reprodução da família.

A reforma agrária, como se verificou nas pesquisas, traz a possibilidade concreta de essas famílias terem a terra – o lote – que não conseguiriam comprar. E esta se torna o lugar de reconstrução da vida e, por isso, é redimensionada conforme os componentes da memória camponesa de cada família. Isso é feito diante dos traços de experiência e dos desejos mais profundos, nem sempre relatados, mas observados na organização das atividades do dia-a-dia, na convivência entre os assentados.

A conquista da terra perpassa também a esperança dos assentados em romperem com a insegurança, o desconforto, enfim, com a precariedade da vida na cidade. Porém, deparam-se com o dever de produzir e permanecer nessa terra. Assim, inicia-se a ambigüidade da vida-travessia no assentamento, onde as relações tecidas na convivência

entre os grupos não estão livres de conflitos, principalmente, frente às diferenças nas formas de produção.

Tais conflitos são constituintes deste processo de construção do novo lugar, em que as famílias reconstróem seus ideais, suas identidades e seus projetos familiares, partindo de tensões, desequilíbrios emocionais individuais e coletivos, mas também de alternativas que abrem aos sujeitos inúmeras possibilidades para o exercício de sua cidadania, feita em um processo, talvez o único, que pode levar a um *novo modo de vida*.

Mesmo que este projeto possa ser reconstruído e modificado, tendo em vista que recebe influência dos mediadores e se depara com uma nova realidade, ou seja, com um processo de construção-desconstrução da identidade familiar camponesa, estas famílias mantêm suas raízes e algumas características em que estão arraigadas.

Os projetos familiares não são visualizados com facilidade, uma vez que estão diluídos no cotidiano, nas estratégias camponesas de permanência na terra, nas ações mais simples que, indiretamente, compõem o imaginário dos sujeitos – mulheres e homens – que almejam um futuro diferente, com mudanças concretas, com melhoria de padrão de vida, com acesso a bens de consumo, à educação, à saúde. Enfim, esperam efetivamente a melhoria de vida para toda a família. Um projeto em gestação desde o acampamento, momento em que optaram em permanecer acampadas, esperando a desapropriação da fazenda.

O acesso a terra permite às famílias a perspectiva de melhoria de vida, de autonomia e liberdade de controlar os rumos do projeto familiar. Isso se revela quando muitas deixam de “viver de favor”, conseguem a casa, a terra, onde é possível criarem os diversos animais. Dessa forma, o sonho acalentado de uma vida melhor começa a se concretizar com o acesso a terra, alcançada por meio do processo de ocupação, o que desencadeia transformações nas subjetividades e no vivido, com rupturas e continuidades.

Esse conjunto de esperanças – lavouras e sonhos – está enraizado no projeto familiar em um movimento dialético entre os significados do passado, do presente e do futuro. Tal projeto se refaz, neste momento, com um significado novo, porém ancorado em dimensões passadas, aberto para o novo tempo dessa família.

Essas famílias, geralmente, tiveram uma vida errante, de fazenda em fazenda, sofrendo a dominação do patrão, vivendo a condição de expropriados da terra, ou ainda, são famílias com uma trajetória urbana, por vezes, pessoas desempregadas buscando na terra a alternativa de trabalho e de sobrevivência.

Mesmo com algumas diferenciações, as famílias demonstram uma ação de resistência e de recriação de experiências, de relações sociais e de um novo modo de vida. Estas trazem em sua memória o potencial de luta e de resistência que se cristaliza no momento da opção pela vida na terra.

Este conjunto de características aponta, de forma velada ou não, uma variedade de relações construídas ao longo da vida destes sujeitos. São as representações camponesas de um saber-fazer transmitido de geração em geração, construído fora e dentro do âmbito familiar.

O saber-fazer pode permanecer sem alterações, pode ser reconstruído ou pode ser descartado pelas famílias. Isso mostra que há uma elaboração constante nas relações familiares em que os membros pensam sua própria história, suas fraquezas e suas conquistas, envolvendo as diferenciações internas, o auto-reconhecimento, os limites simbólicos de pertencimento ou não-pertencimento do grupo, o sentido dessas relações e os princípios que as permeiam.

Percebe-se que as relações com experiências mais remotas e mais atuais colaboram subjetivamente para que as famílias definam o tipo de organização que desejam para a nova vida. É claro que sofrem influências externas, principalmente, ao incorporarem certos princípios dos mediadores que são componentes ideológicos sólidos do período de acampamento transmitidos nas reuniões, nos encontros, nas discussões acerca dos tipos de produção, com ênfase à coletivização do trabalho e de outras dimensões da vida que passariam por novas etapas no assentamento.

As famílias camponesas alimentam um sonho que, ao poucos, fica mais próximo, vai sendo concretizado e transforma-se em um projeto. Esse sonho envolve passado, presente e futuro e se alicerça na perspectiva de melhorar de vida, de “sair da enxada”, de trabalhar em atividades mais leves.

A concretização desse sonho passa pela fé na ajuda divina, que nunca falta, mas também perpassa pelos desejos do homem voltados à produção agropecuária e aos da mulher direcionados a casa e ao conforto que poderão conquistar, já que o lote foi o primeiro passo, marcando a continuidade da travessia iniciada pelas famílias no acampamento.

Assim, essa terra conquistada tem um valor simbólico, ligado ao campo econômico, sem sentido de acumulação, por possibilitar a sobrevivência e a reprodução familiar com ênfase no âmbito social, pois poderá abrir um caminho de liberdade diante das amarras que ligavam a família ao patrão ou a outro tipo de limitação de sua autonomia, imposta pela expropriação e exploração advindas das relações capitalistas de produção.

Dessa forma, ao chegarem a terra, não se trata mais do “lote” conseguido por meio da reforma agrária, uma vez que conforme o tipo de organização escolhida (coletiva ou individual), o lote é transformado no sítio, “espaço simbolicamente central do *mundus* camponês” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 59), com um nome, uma organização espacial específica, uma terra boa ou fraca, uma nascente ou um rio; enfim, é a “morada a vida” (HEREDIA, 1979).

Tais considerações podem ser ampliadas tendo como referencial as reflexões de Mendras (1978, pp. 190-192). Este autor salienta a ocorrência de tais representações também no século XIX, quando a terra era vista pelos camponeses como um meio econômico de sobrevivência e um mecanismo de independência em relação às autoridades, ou seja, era concebida como a possibilidade de liberdade.

Nesse sentido, as famílias ao tornarem-se proprietárias de uma parcela de terra poderiam controlar a sua própria vida, as suas vontades, os seus desejos e os seus anseios. Portanto, o amor a terra estava articulado a dois fatores importantes: à racionalidade econômica e à exigência de liberdade.

Para que isso fosse possível, a terra teria que ser sua, uma terra particular, onde os costumes e os valores ancestrais estariam permeando e simbolizando a continuidade da família. Segundo o autor, essa ligação sentimental do camponês com a terra só ocorria com a propriedade individual.

Nos assentamentos, verificamos que as famílias deixam emergir sentimentos que passam por esse tipo de racionalidade, pois estão voltadas para uma concepção de propriedade privada diferente da propriedade capitalista. É uma ponte para a realização de etapas do sonho do projeto futuro – conquistar a terra com a ajuda de Deus, comprar um carro, melhorar a produção agrícola e a criação de gado (“vaquinha” que produz o leite), arrumar a casa, comprar móveis, enfim, oferecer aos filhos uma vida sem miséria.

Como se verifica na obra de Sartre (MÉSZÁROS, 1991, p. 78), o presente torna-se uma chave que pode abrir diversas dimensões e aclarar um passado que é sua própria referência, lançando ao futuro a possibilidade do devir. É um movimento dialético entre presente, passado e futuro.

Nesse sentido, o passado não é uma imagem longínqua, morta e sem sentido, ao contrário, é a abertura para novas perspectivas e iniciativas, pois neste exercício de rememorar os dilemas e os desafios vividos, bem como as alternativas criadas, ganham sentido e corpo na experiência de cada sujeito. “O passado é inesgotável não em si e por si, mas sim em virtude do fato de que está objetivamente vinculado ao futuro que nunca está completado” (MÉSZÁROS, 1991, p. 82).

O novo modo de vida é construído a partir de velhos e novos fragmentos, velhos e novos sonhos, velhos e novos projetos que definem a travessia cuja gênese dá-se nos acampamentos, trazendo intrinsecamente a ambigüidade como princípio estruturador da vida nos assentamentos, tanto que o resultado pode ser frustrado, principalmente, diante de algumas tentativas de produção não capitalistas, integradas ao capitalismo, que traz em seu

bojo a mercadoria a ser consumida, vislumbrando uma vida de comodidade e de consumo, especificamente, para os filhos.

Muitos obstáculos surgem na travessia, caracterizados pelo sentido dual entre as expectativas e as condições objetivas, entre o positivo e o negativo, estes elementos são constituintes da vida enquanto tentativa de concluir essa travessia.

As famílias relembram com saudades o retorno a terra, o tempo da infância no campo, rompido, muitas vezes, pela dívida com o banco, que expropriou a família do aconchego do sítio, da fartura, da vida sossegada. Dessa forma, chegar ao assentamento é mais que isso, é conseguir alcançar o sonho de regressar a terra que, neste momento, é sua e de sua família.

Diante disso, pode-se verificar que no assentamento, há uma situação ambígua, pois se encontram algumas famílias que possuem valores morais alicerçados na cultura popular tradicional, porém já modificados; e outras cuja vida de migrações alterou visivelmente sua cultura, fazendo com que a experiência, que marca as escolhas de estratégias de permanência na terra, seja urbana.

Porém, as famílias procuram, de certa forma, retomar e/ou reestruturar alguns valores, seja da vida passada, seja da incorporação de orientações e princípios dos mediadores ou ainda das novas relações tecidas nos acampamentos e nos assentamentos, das orientações dos agentes técnicos do Estado, da Universidade.

Essa realidade faz pensar a interpenetração rural-urbano que marca a vida das famílias nos assentamentos e nas cidades em seu entorno, com produções agroindustriais, cujas fronteiras são desfeitas, pouco a pouco, e as relações presentes no campo e na cidade se misturam, na reconstrução de expressões culturais e da própria experiência dos sujeitos sociais.

Portanto, nos assentamentos de reforma agrária, depara-se com resquícios da cultura camponesa que também não é mais a mesma, pois não apresenta características puras. São expressões culturais recriadas com elementos do novo rural-urbano, do arcaico e do moderno a estruturarem, segundo Galvão (1986, p. 13), uma “ambigüidade instauradora”.

Esta autora, ao analisar a obra *Grande Sertões Veredas*, de Guimarães Rosa, mostra a ambigüidade fundante da vida de Riobaldo e das relações tecidas naquele vivido. É esse sentido de ambigüidade que se empresta da autora para compor o quadro analítico dos assentamentos.

Trata-se de uma “vida difícil de ser vivida”, em um contexto em que estão presentes o antigo e o novo, resquícios de uma cultura costumeira, e a novidade do mercado; trata-se, assim, de “um padrão dual corrente. A coisa dentro da outra, como o batizei, é um padrão que comporta dois elementos de natureza diversa, sendo um o continente e o outro o conteúdo” (GALVÃO, 1986, p. 13).

Sob essa perspectiva, a travessia é a incompletude permanente da vida camponesa se reestruturando nos assentamentos, é a mudança com continuidade, é o moderno com resquícios do arcaico, é o querer ser moderno sem esquecer o passado, que é recriado pela memória das famílias na redefinição desse presente em vista de um futuro inconcluso e indefinido.

A travessia é como um rio de abundante água a guiar e, ao mesmo tempo, dificultar a passagem, pois nela podem-se encontrar limites quase intransponíveis que demandam esforços variados, além da surpresa que constitui tal tarefa de chegar a algum lugar, no novo lugar, no ponto de chegada, que se configura no imaginário de cada família, como no de Riobaldo, o personagem de Guimarães Rosa, que mostra as dificuldades da vida que “é um vago variado” (ROSA, 1963, *apud* GALVÃO, 1986, p. 90).

Por isso, observa-se a permanência nos assentamentos de alguns valores, como, por exemplo, os referentes à criação da “vaquinha”. O uso do diminutivo visa caracterizar o sustento e não demonstra a intenção de ampliação do rebanho, destinado ao corte. Esse interesse também é influenciado pelas características da terra que, na maioria, já estava preparada para o plantio de pasto ou possuíam uma área reduzida.

Nota-se que as famílias recriam alternativas, estratégias familiares, procurando manter a identidade camponesa, de pessoas que não esperam enriquecer lidando com a terra, mas almejam uma vida mais tranqüila, advinda da perspectiva da “terra que tudo produz, da terra mãe que não vai desamparar seu filho”.

Desta forma, os assentamentos segundo Gomes (1995, p. 36), também são resultado “de um processo de subjetivação” surgido a partir de componentes da memória, da experiência, do projeto familiar, bem como de expressões originadas da luta pela terra, no período de permanência nos acampamentos, quando enfrentam a necessidade de mudança de vida e na chegada aos assentamentos, que pode levar anos. Trata-se de um processo constante na sua inconstância.

O processo de construção do novo modo de vida que se dá nos assentamentos transcorre por momentos difusos. O primeiro passa pela necessidade de produção em maior quantidade, o que é sentido pelos assentados como uma pressão externa advinda, principalmente, do Estado e do mercado, que exigem das famílias um ajuste à competitividade altamente racional.

O outro momento pode ser caracterizado pela presença de motivações internas e subjetivas, as representações camponesas, que emergem em espaços de resistência a imposições de um projeto que é de outro, que não respeita o tempo interno da relação com outros homens e com a natureza na interação entre os sujeitos, relação esta permeada por sentimentos de reciprocidade e de cooperação que fortalecem a esperança e a dinâmica do desejo de permanência na terra. (GOMES, 1995, p. 34)

Desses dois momentos, resulta um conjunto de relações sociais marcadas pela ambigüidade. Ao contrário do que a leitura de Gomes (1995) poderia sugerir com a definição de “vida como obra de arte”, no assentamento, nota-se a *rebeldia-resistência*, mas também, a *acomodação-adaptação*, o surgimento de relações sociais democráticas imbricadas com outras de dominação e exploração. Um *novo modo de vida* e, ainda, uma *vida desencantada*.

Nesse sentido, o assentamento é também um processo subjetivo, é o espaço privilegiado para os recomeços que se iniciam com a transformação do lote em sítio, com os característicos nomes de santos, alguns lembrados nos momentos de intenso conflito, de medo, de insegurança; outros nomes parecem não ter muito significado, mas, na verdade, trazem uma marca, um sentido ligado a algum sonho, algum desejo voltado à qualidade da terra.

Diante da visualização de algumas características, verifica-se a presença mais ou menos profunda dos valores tradicionais criando os vínculos das famílias com a terra conquistada, mostrando a existência de diversas maneiras de viver nos assentamentos, às vezes de modo individual, semicoletivo ou coletivo. Em todas essas características, é percebida a presença do modo de vida da cidade e do campo.

Entretanto, há famílias nos assentamentos que convivem com graus maiores de transformações nas relações interpessoais e com a terra, apresentando uma fragilidade na ligação tradicional com essa terra como um lugar “seu”, de morada e de reprodução das relações de vizinhança, recebendo uma influência mais intensa dos princípios de produção capitalista, direcionados ao mercado.

Desta sorte, a vida transcorre e comporta dimensões do passado-presente e uma visão do futuro possível, indefinido, demarcando “as formas de construção, de recriação e de dissolução do campesinato”. Trata-se de processo influenciado por uma nova lógica que obriga à modernização e à inserção no mercado e se configuram os maiores conflitos no interior dos assentamentos, quando ocorrem importantes definições para a vida social, principalmente, diante de alguns arranjos familiares na procura de uma vida melhor.

Não há uma definição linear e única para a caracterização dos traços da vida camponesa nos assentamentos. As famílias vivem uma situação de dualidade entre a prevalência – em maior ou menor escala – de velhos e novos referenciais, variando em cada caso e em cada família, levando às mudanças de concepção de trabalho na terra e de relação com essa terra.

Em alguns momentos, as estratégias fortalecem os laços familiares e comunitários, que nas ações do cotidiano recolocam os referenciais da experiência. Estes são trazidos pela memória e transformados em *práxis* de um presente-futuro a estruturar as redes de relações sociais. Já em outros momentos, há o predomínio das estratégias que reforçam o interesse da família no processo de produção, com destaque para ações envolvendo decisões econômicas, buscando a produção em maior escala. Essas famílias vivem, portanto, uma situação relacional, uma vivência permeada por valores tradicionais e modernos.

Nessa vivência, há maior ou menor influência de valores tradicionais nas famílias, mas essa situação não ocorre facilmente ou de forma linear, sem resistências e acomodações; percebe-se que as pessoas vivem a complexidade da experiência e de seu saber-fazer, das ações que lhes são cobradas, das dificuldades do novo lugar.

Verifica-se que quando ocorre a assimilação de novas referências, tais como: o uso de certas tecnologias na produção, a escolha de determinada produção, enfim, as estratégias externas ao projeto familiar, diferentes daquelas aprendidas no modo de vida anterior, essa assimilação não é completa e exibe a resistência em busca da manutenção da autonomia ou de sua reconquista. Isso se revela nessa nova vida, enovelada por infinitas experiências, em que se destaca a ambigüidade da travessia, que até o momento não se completa e nem mesmo as famílias podem afirmar como se dará o desfecho desta vida-travessia.

As famílias demonstram as dificuldades em assimilar ou se adaptar às exigências e aos valores do mercado. Estas, direta ou indiretamente, apresentam objetivos direcionados à produção e ao consumo familiar, pois desenvolvem um trabalho familiar (com variados graus de integração de seus entes), por isso enfrentam obstáculos na comercialização de seus produtos, bem como no uso de mecanismos contábeis em termos monetários para controlarem com mais precisão suas atividades de produção agropecuária.

Isto comprova que a presença da experiência nas estratégias familiares, com conotações camponesas ou não, é resultado tanto da força dos vínculos com o passado memorado, quanto dos problemas oriundos dos bloqueios impostos pelas regras do mercado e pelas normatizações do Estado, na construção de um projeto consistente de vida futura.

Portanto, as famílias estão, a todo o momento, sujeitas a diversos tipos de conflitos, que marcam a vida dessas pessoas ao buscarem um projeto de futuro possível, que traz implícito a inovação, mas também a conservação de alguns traços culturais da experiência camponesa e da própria memória individual e coletiva. Tanto que as histórias estão sendo escritas e, por isso, são ricas e marcadas pela ambigüidade, que se explicita pela incompletude, pela positividade e negatividade da vida nos assentamentos de reforma agrária.

Segundo Sartre (MÉSZÁROS, 1991), a vida se apresenta em movimentos espirais, nem sempre entendida em sua complexidade, porém, muitas vezes, esse não entendimento faz dela a procura constante de explicações, de respostas para o que não podemos responder, pois está em movimento, está se fazendo na história de cada família.

Mais uma vez reforça-se a imagem da travessia, enquanto forma e conteúdo de uma vivência social, pois notamos que o papel desempenhado pelos sujeitos – mulheres e homens – é mais incompreendido do que geralmente pensam.

A imagem ou representação da travessia pode ser encontrada em Galvão. A autora apresenta essa imagem da seguinte forma:

[...] A certeza mata e espolia. [...] “Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. [...] A idéia de um presente que flui, em contraste com um passado e um futuro ilusórios e que impedem o fruir do fluir, reitera-se na associação a Diadorim: “Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo: – só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é

num ponto muito mais em baixo, bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso?”. (ROSA, 1963 *apud* GALVÃO, 1986, pp. 130-131)

Com isso, reafirmar-se a idéia da ambigüidade. Ao contrário dos autores que, por vezes, reforçam a positividade, em contraposição a outros que reafirmam a negatividade como imagem/representação dos assentamentos. É necessário caracterizá-los como um fluxo ininterrupto entre o novo e o velho, entre uma margem e outra do rio, sem que se saiba ao certo em que ponto se está, se as famílias não serão empurradas pela correnteza para um ponto bem mais distante ou se estas serão trazidas de volta para o lugar de onde nunca conseguiram sair.

Considerações finais

A vida nos assentamentos poderia ser definida como moderna? Não traz também em si elementos arcaicos? Pois se, como diz Sartre, as famílias podem definir-se por aquilo que projetam, por uma imagem do futuro? É possível perguntar: o quanto de passado possui essa imagem do futuro? Não seria, talvez, esse futuro, uma viagem, uma volta ao passado, já que o tempo histórico não pode ser definido linearmente? Qual é a influência da representação camponesa?

Essas perguntas serão respondidas pelas próprias famílias no devir, não como algo definitivo, considerando as realidades e o modo de vida camponês, mas como uma travessia composta por representações camponesas que exploram os possíveis e criam oportunidades e possibilidades de permanência ou de ruptura do tecido social.

As famílias devem ser compreendidas no construir e no reconstruir de um projeto para o futuro, em um movimento entre antigas e novas referências, considerando a vida como uma travessia, sendo delineada diante do trabalho na terra e os esforços para nela permanecerem.

A terra de trabalho é a fonte de manutenção da vida camponesa, uma vez que possibilita a concretização do saber-fazer da mulher e do homem em busca de um futuro possível. Nesse novo espaço, o desejo de permanecer na terra se revigora e, ainda, surgem novos incentivos – a terra floresce, produz frutos, traz alimento com fartura –, pois uma condição melhor para viver se apresenta no horizonte das famílias.

A busca da concretização de seus sonhos se fortalece alicerçada nos padrões de ações diárias, no modo de vida, nas estratégias de resistência às imposições do mercado, do Estado e dos mediadores no interior do assentamento.

Portanto, as famílias vivem processos de construção, de recriação e de dissolução de traços da cultura camponesa, ora de continuidade, ora de descontinuidade, nos quais a ambigüidade é fator de destaque na longa trajetória de andanças dessas pessoas, migradas do campo para a cidade e que ao campo desejaram retornar.

Possivelmente, o projeto camponês é a vida em permanente construção-reconstrução, uma história que está sendo escrita todos os dias, nas lavouras, com os sonhos, nas relações de gênero, no espaço da casa, por famílias e grupos, um modo de vida se fazendo, se desfazendo e se reconstituindo no movimento de negação e afirmação de valores, vontades e necessidades.

Referências bibliográficas

- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- D'AQUINO, Teresinha. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento rural das Terras de Promissão – SP. Cadernos CERU, série 2, n. 8. São Paulo: Humanitas – F.F.L.C.H/USP, 1997.
- ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GALESKI, Boguslaw. Problemas sociológicos de la ocupación de los agricultores. In: SHANIN, Teodor. Campesinos y sociedades campesinas. México: Fondo de Cultura Económica, 1979a.
- _____. La organización social y el cambio social rural. In: SHANIN, Teodor. Campesinos y sociedades campesinas. México: Fondo de Cultura Económica, 1979b.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. As formas do falso. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- GOMES, Iria Zanoni. A recriação da vida como obra de arte: no assentamento, a desconstrução/reconstrução da subjetividade. (Tese). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1995, Doutorado em Sociologia.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 2ª ed. São Paulo: Vértice/Editora dos Tribunais, 1990.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MENDRAS, Henri. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MÉSZÁROS, István. A obra de Sartre: busca da liberdade. São Paulo: Ensaio, 1991.
- ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. Cotidiano: história(s), memória e narrativa. Uma experiência de formação continuada de professoras alfabetizadoras. In: GARCIA, Regina Leite. (org.) Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klass. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

Artigo recebido em outubro de 2007
Artigo aprovado em dezembro de 2007

“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários¹

Carlos Alberto Feliciano

Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo
Ouvidor da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
Endereço profissional: Rua Joana Ramelli Bongiovani, 132, Jardim Novo Bongiovani, 19.026-730, Presidente Prudente, SP, Brasil – Telefone: 55 18 3908-3700
Endereço eletrônico: cacafeliciano@usp.br

Resumo

O Pontal do Paranapanema é considerado uma das regiões mais conflituosas do Brasil no tocante a questão de disputa por terras. Sua ocupação e formação são indicadores de tal situação. Além disso, a indefinição dominial das terras vem agravar ainda mais, uma vez que ocupantes que se julgam proprietários, grilaram indevidamente e de má fé (até provem o contrário) mais de 231 mil hectares devolutas e ainda outros milhares a serem discriminados. A discussão que pretendemos levantar remete-se ao lento processo e entraves jurídicos na obtenção e julgamentos dessas áreas griladas por fazendeiros e hoje questionadas pelos mais de 13 movimentos camponeses no Pontal do Paranapanema. O poder judiciário nessa questão não pode ser analisado incontestemente, haja vista que grande parte dos que o compõe esse poder na região possui ligação bem estreitas com a classe ruralista, ou então fazem parte direta ou indiretamente. A estrutura fundiária nesse processo mantém-se inalterada, o Estado com discurso de impotência frente ao poder judiciário e os movimentos camponeses acampando e mostrando as mazelas e contradições de nossa sociedade.

Palavras-chave: sem-terra; conflito; Estado; grilagem; Pontal do Paranapanema.

Resumen

“Grilos” jurídicos en el Pontal do Paranapanema: administrando los conflictos agrarios

El Pontal do Paranapanema es considerado una de las regiones más conflictivas de Brasil en lo que respecta a la disputa por tierra. Su ocupación y formación son indicadores de esta situación. Además, la indefinición del dominio de la tierra supone un problema más, ya que los ocupantes que se juzgan propietarios, adulteraron las escrituras, o sea, *grilaram* indebidamente y de mala fe (hasta que prueben lo contrario) más de 231 mil hectáreas de tierra pública y otros miles que todavía están bajo análisis. La discusión que proponemos se refiere al lento proceso y a los obstáculos jurídicos en la obtención y juicio de esas áreas *griladas* por hacendados y hoy cuestionadas por los más de 13 movimientos campesinos en el Pontal do Paranapanema. El poder judicial en esta cuestión no puede ser analizado como independiente, puesto que gran parte de los que componen ese poder en la región poseen estrechos vínculos con la clase de los hacendados rurales, los *ruralistas*, incluso haciendo parte de ellos directa o indirectamente. O sea, la estructura de la propiedad de la tierra se mantiene inalterada, el Estado apenas presenta un discurso de impotencia frente al poder judicial y los movimientos campesinos continúan acampando y mostrando las miserias y contradicciones de nuestra sociedad.

Palabras clave: trabajadores sin tierra; conflictos; Estado; grilagem; Pontal do Paranapanema.

¹ Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, Rio de Janeiro 2006.

Abstract

Juridical snares in the Pontal do Paranapanema: managing agrarian conflict

In Brazil's history of land struggle, the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state has long been considered one of the most conflict-ridden areas of the country. The situation continues to be aggravated by self-described property owners who ceaselessly act in bad faith to flagrantly falsify (until proven otherwise) titles to public lands, accounting for 231,000 hectares of demarcated cases and thousands of other hectares yet to be identified. (The process of falsifying titles is called *grilagem*, after the *grilo* [cricket] whose sepia-toned bodily fluids are used to age fake claims.) This article discusses the slow process of judicial review of the landlords' dubious property title claims; a review demanded by at least 13 of the peasant movements mobilized in the region. As we argue, judicial power cannot be examined as if it were distinct and separate from the conflict: a great number of those of who work in the system are directly or indirectly linked to the very landlord class whose actions demand impartial judgment. In this convoluted process, the land structure remains unaltered, with the State claiming impotence in the face of judicial intransigence and peasant encampments. The government's administration of agrarian reform laws reveals the moral failings and deep contradictions of Brazilian society.

Keywords: landless; conflict; Government Administration; landsharking; Pontal do Paranapanema

“Dias sim, dias não
eu vou sobrevivendo
sem nenhum arranhão
da caridade de quem me destesta”

O tempo não pára – Cazuza.

O Pontal do Paranapanema, hoje, é conhecido nacionalmente como uma das regiões concentradoras de conflitos agrários no Brasil. Isso se dá através de ocupações de terras, reintegrações de posse, assentamentos rurais, latifúndios, terras devolutas entre outras questões existentes na região. Esse já é um fato notório para pesquisadores que se debruçam sobre o tema que envolve a questão agrária. O objetivo central desse trabalho é levantar algumas reflexões e indicadores sobre um pequeno fragmento gerador, ao nosso entender, das contradições e conflitos presentes na região e questionados pelos camponeses sem-terra: a dominialidade das terras, ou seja, a presença de terras devolutas.

Geralmente nas pesquisas sobre o Pontal do Paranapanema, encontramos sempre a referência sobre uma grande área de terras devolutas, e partir daí o seu dimensionamento político, o processo histórico e contraditório, a luta pela reforma agrária e etc. Nesse trabalho mostraremos uma outra perspectiva, construída historicamente sobre a dificuldade criada pelo próprio Estado - também, através do jogo de interesses econômicos e políticos -, em demorar a definir, assumir e tomar de volta, de uma parcela da burguesia agrária, aquilo que lhe pertence de direito.

O processo de reconhecimento de que nessa região (aproximadamente 231 mil hectares) há terras devolutas, é estrategicamente longo, árduo e extremamente injusto para a grande maioria de camponeses sem-terra que lutam e resistem nos acampamentos rurais em busca de uma definição concreta para efetivamente gerir uma pequena parcela de terra.

O objetivo é mostrar todo processo existente desde os indícios de devolutividade dessas terras até sua retomada pelo Estado e, assim, a implantação dos Projetos de Assentamentos Rurais.

As origens do conflito agrário no Pontal do Paranapanema

A confusão dominial estabelecido hoje no Pontal do Paranapanema remonta antes mesmo da Lei de Terras de 1850, quando o regime territorial que predominava no Brasil foi a concessão de sesmarias pela Coroa Imperial, para quem tivesse condições de cultivá-las. Porém a partir da lei de terras o Estado com a finalidade de tornar a terra também mercadoria, apresentou tentativas de regularizar propriedades que eram regidas por meio da posse.

O acordo criado pela elite agrária era de continuar com a monocultura agro-exportadora no país. Para isso era necessário readequar o problema da mão-de-obra surgida com a extinção do tráfico negreiro. Convenientemente (sic) a Lei de Terras foi implantada no país no mesmo ano do fim do tráfico negreiro. Sua finalidade era em primeira instância incentivar a imigração espontânea. Esta lei pretendia que as pessoas que tivessem com posses ou sesmarias regularizassem suas áreas, realizando seu registro. Com essa alteração, as terras passariam a domínios particulares, e conseqüentemente o Estado saberia que as terras que sobrassem seriam suas, ou seja, as terras devolutas. A partir daí essas terras em domínio do Estado seriam vendidas em pequenos lotes para imigrantes que desejassem se estabelecer no país como pequenos agricultores. De acordo com Rodrigues (2004, p. 04):

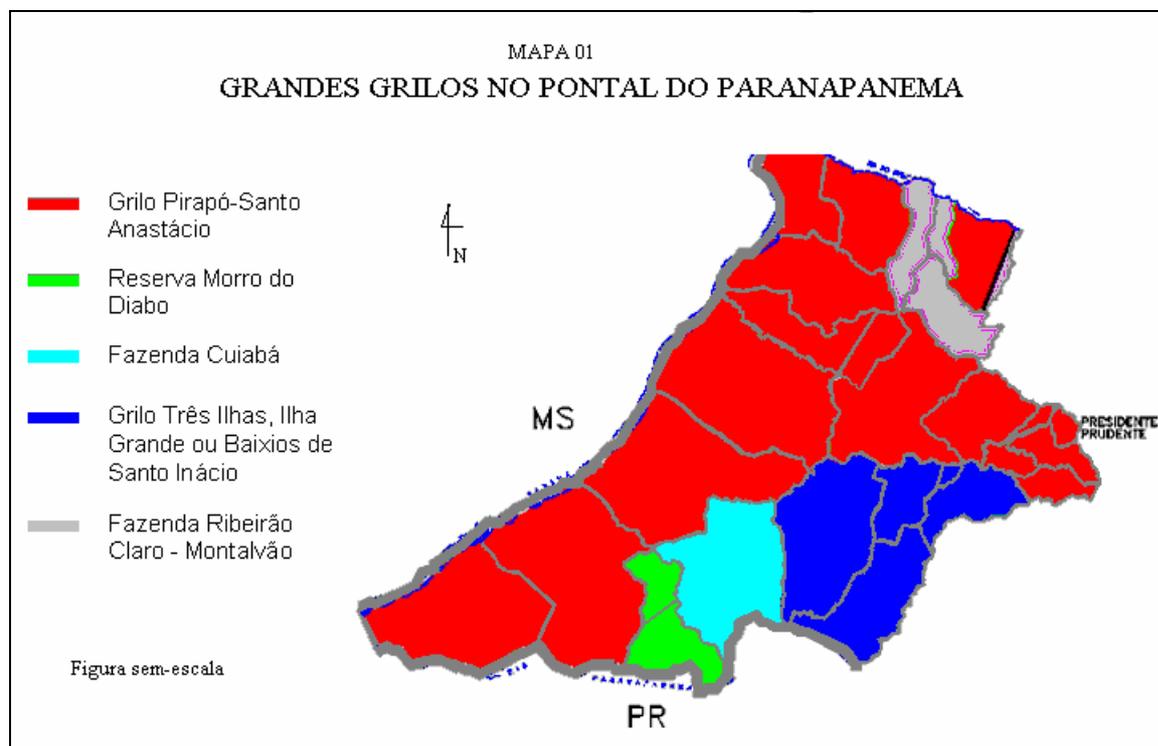
[...] mas não somente o imigrante foi valorizado como mão de obra, mas diversas discussões foram travadas sobre a utilização do trabalhador nacional: negros libertos, brancos pobres e índios. A política de aldeamentos, que visava a catequização e civilização indígena, é baseada nesse ideário do período, ou seja, de valorização da mão de obra do índio, principalmente nas regiões em que a ocupação de seu território avançava, além disso, o confinamento em locais pequenos (aldeamentos) deixava livre seu vasto território para os invasores.

O hoje conhecido Pontal do Paranapanema passou por várias tentativas desse reconhecimento de registros de terras perante o Estado, mas sem eficácia, pois a origem dos títulos sempre foi questionada por conter no seu processo razões não explicadas e de caráter duvidoso. São vários os episódios, desde a falsificação de papéis e até mesmo assinatura, como o caso de Jose Teodoro de Souza. Segundo conta a literatura nessa área, Jose Teodoro de Souza declarou a um vigário de Botucatu, em 1856 que possuía terras nessa região desde 1847. Seguiu a cartilha de Lei de Terras de 1850. Apresentou confrontantes de suas posses, demonstrando que no mesmo período outros posseiros também se estabeleceram na região. Isso legitimaria sua posse, uma vez que se cada confrontante declarasse ao pároco que eram respectivos vizinhos, seria uma prova de sua moradia habitual, de forma “mansa e pacífica”. Nesse momento José Teodoro de Souza fez um registro na paróquia da vila de Botucatu, com o vigário Modesto Marques Teixeira, declarando como sua a área da “Fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Água Pehy”. Após isso, declarando sua posse, arregimentou várias pessoas para estabelecer o povoamento, vendendo lotes de sua “propriedade”.

Um outro registro de posse foi o da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, feito pelo Sr. Antonio Gouveia em 1856, através do frei Pacífico de Montefalco, na paróquia de São João Baptista do Rio Verde (hoje município de Itapeva). O registro contava que possuía a posse desde 1848.

Com esses dois grandes posseiros/grileiros, começou a confusão dominial no Pontal do Paranapanema (ver mapa 01). Trataram logo em seguida ao registro paroquial, de parcelar, vender, trocar ao máximo essas terras não permitindo saber de fato quem comprou de boa ou má fé. Porém, na década de 1930, o judiciário de São Paulo constatou através de laudos periciais que a assinatura do Frei Pacífico de Monte Falco foi falsificada. Portanto, além do registro de origem possuir vícios, também foi instrumento de um crime. A partir desse momento, as terras dificilmente eram consideradas de domínio particular, e essa

grande extensão de terras passou a ser de fato conhecida como região de terras devolutas, mas sem que juridicamente o Estado as reconhecesse como tal e, assim, as tomasse efetivamente como suas.



Fonte: ITESP, 2005.

Hoje há um entendimento de que terras devolutas são terras públicas. Essa afirmação tem um peso político gigantesco, pois se assim o são, o Estado teria que reaver aquilo que lhe pertence.

A partir da década de 1880, o Estado nomeou e criou várias comissões com a finalidade de discriminar as terras devolutas pertencentes ao domínio público e regularizar as inúmeras posses. Para a regularização das terras não bastava apenas as escrituras que os ocupantes receberam dos antigos posseiros. Isso provava apenas a ocupação, mas tinha que apresentar e provar também a cultura efetivada na área ou início de cultura e, também, a moradia habitual, para assim regularizar sua situação.

Todas essas tentativas do governo em provar que as terras são de seu domínio seguem até hoje e cada vez mais fica difícil sua retomada, uma vez que a cadeia e o histórico dominial dessas áreas estão totalmente corrompidos e viciados. Esses fatores podem indicar o porquê do questionamento de milhares de camponeses sem-terra que reivindicam o acesso a uma fração do território. O processo de ocupação foi e ainda continua sendo totalmente irregular. De acordo com Leite, (1981 p. 145) que desvendou toda essa trama maquiavélica no trabalho “A ocupação do Pontal do Paranapanema”: “[...] foi irregular pelas formas irracionais empregadas, que acabaram por ferir o meio ambiente, irregular também porque poucos se apoderaram de muito, enquanto muitos permanecer sem nada”.

Com isso fechamos esse momento de contextualização no entendimento da construção do processo de grilagem e trazendo para a atualidade a contestação dos movimentos camponeses sem-terra em reivindicar ao Estado a retomada das terras devolutas, de bem público.

Atualmente o Estado criou uma estrutura e aparato técnico/jurídico para averiguar e discriminar imóveis que apresentam indícios de serem devolutas, como veremos a seguir.

As terras são devolutas. E agora?

De acordo com o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) as terras no Estado de São Paulo podem ser classificadas em três grandes categorias: julgadas devolutas, não discriminadas e particulares.

Então podemos entender o seguinte: o Estado reconhece que as terras particulares, que somente poderão sofrer qualquer contestação para fins de reforma agrária, devem ou deveriam passar necessariamente pelo artigo 186 da constituição federal, que versa sobre a função social da propriedade. Nele está contido que:

[...] a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Por esse caminho a competência remete-se então a União para realizar os devidos processos de desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária. Fica então a competência estadual atuar sobre áreas públicas, julgadas devolutas ou com ações discriminatórias.

O caráter e entendimento sobre terras devolutas já discutimos anteriormente, portanto cabe-nos agora aprofundar um pouco sobre terras com ações discriminatórias. Ações discriminatórias são procedimentos jurídicos impetrados pelo Estado que visam discriminar, ou seja, separar, extremar as terras públicas das particulares. Considerando como terras devolutas as que não entraram no domínio particular nos termos da legislação de terras do Brasil iniciada em 1850 com a edição da Lei nº. 605.

De acordo com o ITESP (1988, p. 37) órgão público estadual responsável pela elaboração dos trabalhos técnicos que incidem na propositura de ações discriminatórias, terra devoluta é:

espécie de terra pública, visto que é aquela que em nenhum momento integrou o *patrimônio* particular, ainda que esteja irregularmente em *posse* de particulares [...] Aliás, diga-se para argumentar, a palavra devoluta, dentro de sua semântica, inclui o conceito de terra *devolvida* ou a ser *devolvida* ao Estado.

Esse entendimento de ser devolvida ao Estado é o processo denominado ação discriminatória. Na realidade quem de fato entra com essa ação é a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário (PPI), órgão diretamente ligado à procuradoria Geral do Estado. Portanto, a entrada de uma ação é estritamente política. Uma vez que há um entendimento por uma parte do governo estadual de que não há necessidade em entrar com uma ação para discriminar o que é devoluto do particular, pode-se muito bem propor outras ações, como por exemplo, apenas regularizar quem já está ocupando as terras. Entendemos que essa é uma postura emparelhada com uma ideologia de que não há mais necessidade de questionar esses títulos, mas sim regularizá-los, em prol do desenvolvimento regional, discurso esse dominante perante a classe dos ruralistas no Pontal do Paranapanema.

Cabe então ao ITESP realizar os procedimentos técnicos, jurídicos e administrativos (cadastramento e levantamentos topográficos, análise da origem dominial dos imóveis, ações discriminatórias judiciais, demarcações, planos de legitimação de posses entre outras).

Porém a definição e delimitação de qual área a ser impetrada ação de discriminatória² cabe à Fazenda Pública do Estado. Essa área delimitada foi definida de perímetros³. A ação pode ser realizada contra todos os ocupantes de um perímetro ou se o Estado julgar necessário somente em algumas subdivisões. Novamente uma decisão política em torno de quais regiões serão prioritárias para o Estado. Definido isso entramos nas longas fases da ação discriminatória.

O processo de ação discriminatória decorre em 3 fases: citatória, contenciosa e demarcatória.

Após a elaboração de um relatório técnico/jurídico/administrativo, indicando que determinada região possui indícios de terras devolutas, o poder público, via Procuradoria, pode entrar junto a Fazenda do Estado com uma ação discriminatória junto à Fazenda do Estado de São Paulo com uma ação discriminatória. Toda essa documentação elaborada pelo ITESP, além da propositura da ação, é denominada de percurso prévio.

Recebida toda essa documentação, entramos na chamada fase citatória onde todos os interessados na ação, são convocados via edital para contestarem o pedido inicial formulados pela Fazenda do Estado. Ou seja, o Estado já abriu a primeira brecha de uma série de contestações e recursos impetrados pelos ocupantes. Todo o trabalho de um órgão público em buscar áreas com indícios de serem devolutas pode ser questionado mesmo antes de entrar com uma ação. O Estado submete aos “ocupantes regulares”, o privilégio de decidir se sua ação é válida, ou não.

A segunda fase é a contenciosa. É o momento em que passados os prazos dos editais com relação à entrada da petição, a Fazenda do Estado indica quais são as terras a serem declaradas como de domínio público pelo Poder Judiciário. Nesse momento os ocupantes dos imóveis questionados tentam provar que as áreas são de domínio particular. Findando essa fase, definem-se através de sentença judicial quais são as terras de domínios públicos bem como aquelas de domínio particular. A partir daí decorrem todos os recursos, réplicas, trélicas e outros artifícios jurídicos para se estender a sentença, valendo ainda recorrer em 1ª, 2ª e 3ª instâncias e esferas do poder judiciário como mostra a tabela 01, referente às fases do processo de ação discriminatória.

Logo após a sentença procede-se, mas ainda sem a necessidade desta ter sido transitada e julgada, à terceira fase que é o processo de ação demarcatória. Nesse procedimento delimita-se fisicamente e efetivamente onde se materializa o espaço resultante da sentença, ou seja, a separação física das terras declaradas como devolutas, daquelas de domínio particular. Para de fato se expedir uma carta demarcatória é necessária uma sentença judicial definitiva. Além do que os interessados podem indicar profissionais e técnicos para acompanhar o trabalho de demarcação. Novamente pedindo licença aos ocupantes dos imóveis, de acordo com a tabela 01.

² Atualmente o procedimento da ação discriminatória é regulado pela Lei nº 6.383/76. As normas disciplinando o processo discriminatório das terras da União, também são aplicadas aos Estados membros, por conta do seu artigo 27.

³ Do ponto de vista jurídico-administrativo a 10ª administrativa do Estado, à qual pertence o Pontal do Paranapanema, está dividida em 33 perímetros.

Tabela 01 – Processos jurídicos

Fases para arrecadação de terras públicas estaduais		
1 ^ª) Ação Discriminatória 2 ^ª) Ação Demarcatória 3 ^ª) Registro da área em nome do Estado 4 ^ª) Ação Reivindicatória com Tutela Antecipada 5 ^ª) Acordo/Transação/Recebimento da Área 6 ^ª) Comissão de Seleção 7 ^ª) Implantação do Projeto de Assentamento		
Fases da Ação Discriminatória:		
1 - Elaboração de relatório técnico/jurídico pela Fundação Itesp, demonstrando os indícios de que o imóvel é devoluto, sendo: <ul style="list-style-type: none"> 1.1. Cadeia Dominial (cópia de todas as matrículas e transcrições referentes ao imóvel); <ul style="list-style-type: none"> 1.1.2. Filiação dos documentos até a origem; 1.1.3. Planta e memorial descritivo 2 - Encaminhamento do relatório à Procuradoria Regional de Pres. Prudente 3 - Propositura da Ação Discriminatória pela Procuradoria		
Primeira Instância	Segunda Instância	Instâncias Superiores
3.1. Petição inicial; 3.2. Citação por edital; 3.3. Contestação; 3.4. Réplica; 3.5. Tréplica; 3.6. Sentença	3.7. Apelação; 3.8. Contra razões de apelação; 3.9. Remessa ao Tribunal; 3.10. Distribuição no Tribunal; 3.11. Relator; 3.12. Julgamento;	3.13. Recurso; 3.14. Especial – S.T.J.; 3.15. Extraordinário – S.T.F. 3.16. Trânsito em julgado; 3.17. Retorno à origem;
Ação Demarcatória		
Visa demarcar de forma precisa as terras devolutas, com possibilidade dos interessados em indicar assistente técnico.		
1 Efetuar o levantamento do Perímetro; Homologação da demarcação pelo Juízo; Expedição de Carta de Sentença da Demarcatória para registro junto ao S.R.I. ;		
2 - Registro da Carta de Sentença no Serviço de Registro de Imóveis da área em nome da Fazenda do Estado de São Paulo.		
Ação Reivindicatória		
Reivindicar, ou seja, reaver área na posse de terceiro.		
1 Elaboração de relatório com juntada de documentos pelo Itesp; Verificação de que a área não passou para o domínio particular; Matrícula atualizada; Planta do imóvel destacando local do pedido de Tutela Antecipada; Memorial Descritivo;		
2 Encaminhamento para Procuradoria Regional de Pres. Prudente		

3 Propositura da Ação Reivindicatória pela Procuradoria	
Primeira Instância	Segunda Instância
3.1. Inicial com pedido de tutela antecipada; 3.2. Deferimento da Tutela; 3.3. Imissão na posse da área da tutela; 3.4. Agravo da decisão que deferiu a tutela; 3.5. Citação; 3.6. Réplica; 3.7. Perícia; 3.8. Razões finais; 3.9. Sentença procedente com retenção de benfeitorias.	3.10. Apelação; 3.11. Contra razões de apelação; 3.12. Remessa ao Tribunal; 3.13. Distribuição no Tribunal; 3.14. Relator; 3.15. Julgamento; 3.16. Trânsito em julgado; 3.17. Retorno à origem; 3.18. Acordo ou pagamento por precatório.
Acordo/Transação/Recebimento da área	
1ª) Ação Discriminatória; 2ª) Ação Demarcatória; 3ª) Registro da área em nome do Estado; 4ª) Ação Reivindicatória com Tutela Antecipada	
(eliminada essas fases)	
<ul style="list-style-type: none"> - Convite ao ocupante/fazendeiro; - Reunião; - Avaliação pelo Itesp; - Avaliação pelo fazendeiro; - Termo de Ajuste Itesp/fazendeiro. - Encaminhamento ao INCRA; - Análise pelo INCRA (aprovação); 	<ul style="list-style-type: none"> -Análise pela Procuradoria Regional (PR-10); - Análise pela Procuradoria Geral do Estado; - Autorização da transação; -Escritura de transação – forma de pagamento: 30% em dinheiro; 70% T.D.A. (05 anos) - Recebimento da área; - Levantamento topográfico; - Projeto de Assentamento.

Todo processo de discriminatória é oneroso e longo. Mesmo saindo a definição em todas as instâncias de que concretamente as áreas são comprovadamente devolutas, processo esse que pode durar décadas, o Estado não pode retomar as suas terras assim tão rapidamente e facilmente. Para as famílias de camponeses sem-terra que estão no aguardo dessas decisões judiciais fica a indignação e revolta pela forma como uma questão social é tratada com tanta naturalidade e dita imparcialidade. Não dá para esperar dessas famílias a conformidade com o tempo jurídico, uma vez que o tempo da necessidade possui um outro ritmo.

Novos artifícios jurídicos/políticos foram criados para se prorrogar um pouco mais o sofrimento desses camponeses. Findado o processo de demarcação e registro como bem público, o Estado tem que entrar com um outro processo: reivindicatório. Ou seja, ele tem que entrar na justiça para retomar aquilo que a própria justiça havia julgado que era de seu domínio e que está na mão de terceiros. É uma gritante aberração jurídica. Em outras palavras: o Estado tem que pedir ao ocupante irregular, o bem que sempre fora seu. Em nenhum momento fora questionado o ato ilícito e criminoso dessa ação por parte da elite agrária no Pontal do Paranapanema. Até onde se entende, tomar indevidamente aquilo que não pertence a você é crime. Crimes têm que ser julgados.

Pois bem, chega-se novamente a um entrave político maquiado de normas e procedimentos jurídicos. Todo o processo de ação reivindicatória também leva anos para ser concluído, justamente pelo grau de detalhamento jurídico que a peça deve proceder, conforme mostra a tabela 1.

A luta pela terra é longa justamente pelos entraves e inquietações que dela provem aqueles que até então são consideráveis incontestes. Mas o tempo da necessidade humana de sobrevivência ultrapassa os limites impostos por uma classe para manutenção de suas vantagens. O movimento camponês sem-terra no Pontal do Paranapanema no início da década de 1990 e mais precisamente em 1995 inicia uma grande agitação no campo paulista. As necessidades de buscar alternativas a toda essa trama maculosa do judiciário fez com que os camponeses reivindicassem das autoridades um posicionamento e, para além disso, uma efetiva política de assentamento rurais.

O discurso das normatizações jurídicas que emperram o processo de ação discriminatória e a retomada das terras devolutas foi desconstruído pelo próprio Estado, quando este iniciou uma tentativa de implantar um Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema. Portanto a demora desses processos não é uma questão de tempo judicial, mas sim de eficácia, vontade e realização política.

A partir das pressões dos movimentos sociais, em especial do MST no Pontal do Paranapanema o governo estadual, na ocasião gerido por Mario Covas em 1995, realizou um diagnóstico da situação econômica, social e jurídica do Pontal. O Estado iniciou em setembro de 1995, um plano de ação que possuía os seguintes objetivos estratégicos:

- Reintrodução de formas mais eficientes e sustentáveis de produção agropecuária, através da promoção de projetos de assentamentos;
- Reinserção do Pontal do Paranapanema enquanto região de importância econômica, através de regularização fundiária e eliminação das incertezas dominiais, com a otimização de seu mercado local e regional;
- Recuperação ambiental de áreas hoje degradadas pela exploração extensiva, através da recomposição florestal de áreas de preservação permanente e de Reserva Legal Obrigatória (protegidas por lei) nos assentamentos;
- Distensão social, gerando um clima propício para um novo ciclo de desenvolvimento na região e promovendo a convivência harmoniosa das terras regularizadas.

A proposta do plano previa o desenvolvimento de 3 etapas: A primeira fase detinha sobre a Arrecadação e Áreas devolutas e Assentamento; a segunda foram os acordos nas áreas ainda não discriminadas e a terceira fase a edição de uma Lei de Terras.

Na primeira fase foram desenvolvidas as seguintes ações conforme o plano de ação:

- - Identificação e cadastramento de todas as famílias acampadas, para seleção;
- - Identificação de todas as propriedades julgadas devolutas com área superior a 500 há, e a realização de vistorias expeditas para levantamento das benfeitorias;
- - Reivindicação de tutela antecipada de 30% dessas propriedades, por acordo ou medida liminar judicial, para a promoção de assentamentos provisórios, até a arrecadação total das áreas;
- - Integração de outros órgãos governamentais para viabilizar o assentamento provisório das famílias nas áreas tuteladas;
- Realização de acordos com os detentores dos imóveis, com recursos repassados pelo INCRA para a indenização das benfeitorias, sendo 70% em Títulos da Dívida Agrária e 30% em moeda corrente;
- Realização dos assentamentos definitivos;
- Aplicação da política de assentamentos do ITESP e integração com outras secretarias de Estado para implantação e consolidação dos projetos.

Com relação à segunda fase são as ações realizadas com base no Decreto Estadual 42.041/94, o qual foi criado para que o Estado estabelecesse um acordo com um possuidor

de uma grande fazenda que está numa ação de discriminatória, fazendo com que esse ceda uma parte de área para assentamento⁴, para ter o restante regularizado em seu nome, evitando assim desgaste jurídico e econômico decorrentes dessa ação. As etapas desse processo podem ser observadas na tabela 01.

A terceira fase teve como proposta, a edição de uma Lei de Terras, sobre a regularização das áreas que não estão envolvidas em ações e também para definir a situação dos imóveis entre 100 e 500 hectares.

Na conjuntura daquele momento, com uma série de ocupações de terras e a possibilidade de conflitos mais graves e também por um posicionamento político claro e bem definido, grande parte dos assentamentos hoje existentes no Pontal do Paranapanema são oriundos desse período via acordos entre Estado e fazendeiros.

Conforme podemos observar na tabela 2, mais de 3.700 famílias foram assentadas via acordo do Estado com os proprietários/ocupantes. Esse número corresponde a 68% das famílias assentadas, sem contar que estão incluídos nesses 32% de famílias assentadas em projetos implantados pelo governo federal.

Tabela 02 – Projetos de Assentamentos –
(relação entre projetos e acordos com fazendeiros)

Período Governamental	Ocupações	Famílias acampadas	Projetos de Assentamentos	Acordos entre fazendeiro x Estado		Número de lotes (famílias)	Área total (ha)
				PA	Fam.		
Paulo Maluf (1979 a 1982)	02	53	01	0	0	210	3.676,74
Franco Montoro (1983 a 1986)	18	1.669	16	0	0		26.367,36
Orestes Quércia (1987 a 1990)	9	2.167	12	0	0	1.380	35.041,31
Antonio Fleury Filho (1991 a 1994)	21	11.331	07	0	0	551	9.052,22
Mário Covas 1º mandato (1995 a 1998)	99	12.333	83	46	2.609	4.315	95.490,00
Mário Covas 2º mandato (1999 a 2002)	118	16.298	28	19	876	1.401	30.503,59
Geraldo Alckmin (2003 a 10/2005)	144	11.045	18	5	260	664	16.617,19
Total	411	54.896	165	70	3.745	9.812	213.748,41

Fonte: ITESP, 2005.

Org.: FELICIANO, C. A. , 2005

Portanto isso desconstrói o discurso de que o problema das terras no Pontal está travado por uma questão jurídica. Quando o governo estadual embasado numa luta por justiça social e de inserção econômica dos trabalhadores sem-terra, empenha-se no processo político/judicial, cria alternativas para acelerar e facilitar o desenvolvimento das propostas de interesse do próprio governo do Estado.

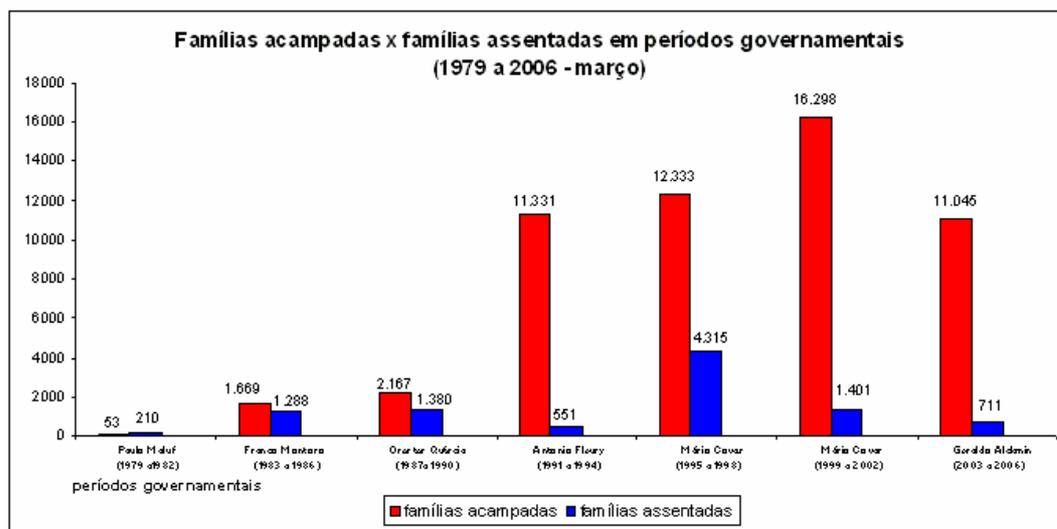
Como pode ser observado no gráfico 01 no período de 2003 a 2006, 711 famílias foram assentadas no estado, sendo 460 famílias no Pontal do Paranapanema. Duas áreas

⁴ De acordo com o decreto no cálculo da porcentagem da área a ser cedida para assentamento entram duas variáveis: a situação jurídica das áreas e a situação técnica da fazenda, avaliada pelo nível de investimentos em benfeitorias reprodutivas e não reprodutivas. Quanto menor a dúvida dominial e maior o nível de investimentos, menor será a porcentagem a ser cedida, podendo variar de 35% a 70%.

(que no total tem capacidade para assentar 77 famílias) estão contabilizadas como assentamento, mas de fato as famílias ainda não assumiram os lotes, devido a demora no processo de seleção pelo ITESP e também pela exigência da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, na confecção de rum relatório para liberação do licenciamento ambiental prévio.

Enfim, quase nada se fez politicamente para acelerar os processos de ação discriminatória e o assentamento das cerca de 4000 famílias acampadas no Pontal do Paranapanema e 11.000 em todo estado.

Grafico 01



Fonte:

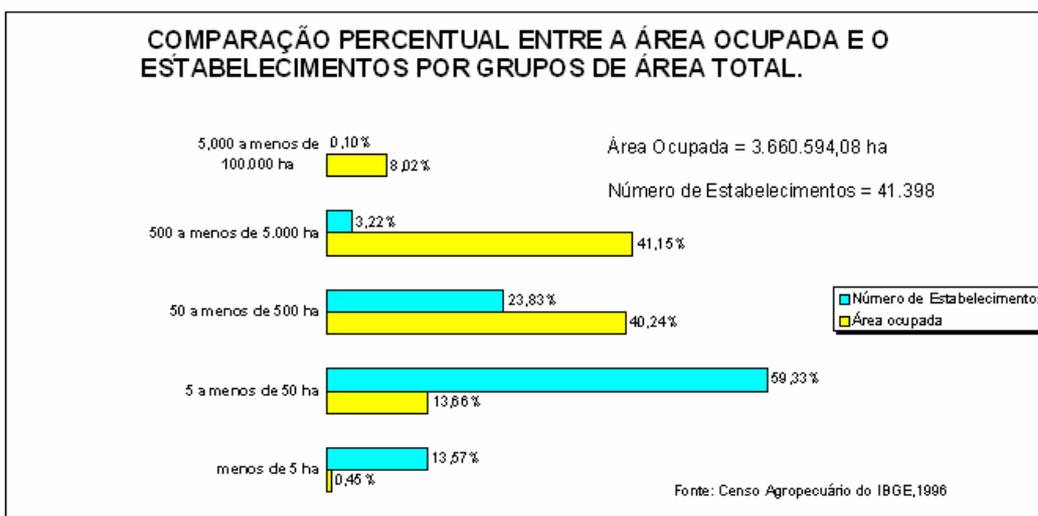
ITESP, 2006.
Org. Feliciano, 2007

Pelo contrário, as ações do poder judiciário regional estão voltadas na tentativa de incriminar os movimentos camponeses, colocando-os como baderneiros, formadores de quadrilhas etc. O poder judiciário nessa questão não pode ser analisado incontestemente, haja visto que grande parte dos que o compõe esse poder na região possuem ligação bem estreitas com a classe ruralista, ou então, fazem parte direta ou indiretamente.

Mesmo com todos os obstáculos, as conquistas do movimento camponês estão materializadas na região do Pontal do Paranapanema e isso é visível no espaço de quem transita nas estradas entre os assentamentos. São 103 projetos de assentamento rurais, concentrando mais de 30 mil pessoas, num território de 133 mil hectares, redefinindo as relações tanto de trabalho como de estrutura fundiária.

Porém ainda faltam muitas ações e lutas para alterar profundamente as estruturas fundiárias da região. Conforme o gráfico 02, a relação entre área ocupada e o número de estabelecimentos ainda é desigual. Cerca de 3% dos estabelecimentos entre 500 e 5000 hectares existentes na região ocupam 41% das áreas ocupadas. Enquanto 72% do número de estabelecimentos até 50 hectares ocupam uma área de apenas 14%.

Gráfico 02



Org.: Feliciano, C. A - 2005

Considerando todos os pontos levantados nesse trabalho, entre outros pontos, podemos refletir no sentido de buscar uma compreensão de que os processos de ações discriminatórias levam anos a serem concluídos e passam por várias fases e etapas desgastantes para quem está acampado e muito confortável para quem sofre a ação.

O poder da classe ruralista pode a todo momento questionar fases, entrar com recursos, solicitar reintegrações de posses e, além disso, conseguir através de via judicial que os trabalhadores sem terra fiquem longe de “sua propriedade”, por 10, 15 e até 100 quilômetros de distância, e caso desobedeçam, deve pagar por pessoa mais de mil reais por dia ou até serem presos. Fatores como esses estão na administração dos conflitos e da questão agrária no Pontal do Paranapanema. Ou seja, a estrutura fundiária mantém-se inalterada, o Estado com discurso de impotência frente ao poder judiciário e os movimentos camponeses acampando e mostrando as mazelas e contradições de nossa sociedade.

“Mas se você achar que eu estou derrotado, saiba que ainda estão rolando os dados porque o tempo não pára.”

O tempo não pára – Cazusa.

Referências bibliográficas

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República do Brasil. Brasília. DF. Senado, 1988.

FELICIANO, C. A. Movimento camponês rebelde. A reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006

INSTITUTO de Terras do Estado de São Paulo. Terra de cidadãos – Aspectos da Ação de Regularização Fundiárias no Estado de São Paulo, nº 4 (nov.1988). São Paulo, 128 p.

LEITE, J. F. A ocupação do Pontal do Paranapanema. Tese de Livre Docência, UNESP/Presidente Prudente, 1981. Presidente Prudente, 256 pp.

RODRIGUES, S. S. Conflitos fundiários no Estado de São Paulo. São Paulo: Fundação ITESP, 2004.

Artigo recebido em fevereiro de 2007

Artigo reenviado em julho de 2007

Artigo aprovado em agosto de 2007

Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (1974)
Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro
Universitário de Araraquara (Uniara)

Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Endereço profissional: Rua Voluntários da Pátria, 1309, 14.801-320, Araraquara, SP, Brasil
Endereço eletrônico: mestrado@uniara.com.br

Resumo

A controversa presença da cana nos assentamentos rurais nos últimos anos exige uma cuidadosa reflexão sobre sua interferência no modo de vida dos assentados e na relação dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. A presença da cana nos assentamentos tem suscitado ao longo desse período conflitos internos, discussões, nada consensuais, sobre o passado/ presente/ futuro dessas experiências. A análise da parceria com as agroindústrias é atravessada, do nosso ponto de vista, pela noção de trama de tensões. Nos termos em que a parceria vem se concretizando, temos discutido a necessidade de desconstrução desse conceito calcado na matriz teórica de capital social e a importância de submeter ao crivo analítico as desigualdades constitutivas desta polêmica integração dos assentados às usinas de açúcar e álcool, bem como a construção de uma agenda de políticas públicas de segurança alimentar, pautada nos princípios da produção agroecológica de alimentos, na valorização da produção regional e na inclusão social de produtores familiares assentados e trabalhadores rurais.

Palavras-chave: assentamentos rurais, impactos e trama de tensões, expansão da cana, políticas públicas de segurança alimentar, questão ambiental.

Resumen

Asentamientos rurales en el territorio de la caña de azúcar: controversias en escena

La polémica presencia de la caña de azúcar en los asentamientos rurales en los últimos años demanda una cuidadosa reflexión acerca de su injerencia en el estilo de vida de los colonos y en la relación de los asentamientos con la dinámica del desarrollo regional. La presencia de la caña de azúcar en los asentamientos ha originado a largo de ese periodo conflictos internos y discusiones, nada consensuales, sobre el pasado/ presente/ futuro de esas experiencias. El análisis del acuerdo con las agroindustrias es afrontada, desde nuestro punto de vista, por la noción de red de tensiones. Una vez que el acuerdo se está concretizando, hemos discutido la necesidad de desconstrucción de ese concepto, basado en la matriz teórica de capital social y la importancia de someter al marco analítico las desigualdades constitutivas de esta polémica integración de los colonos a las fábricas de azúcar y alcohol, así como la construcción de una agenda de políticas públicas de seguridad alimenticia, basada en los principios de la producción agro ecológica de alimentos, en la valoración de la producción regional y en la inclusión social de colonos familiares y trabajadores rurales.

Palabras clave: asentamientos rurales, impactos y red de tensiones, expansión de la caña de azúcar, políticas públicas de seguridad alimenticia, cuestión ambiental.

Abstract

Sugar Cane on Settlements: the issues of this polemic

The controversial presence of sugar cane on rural settlements in the latest years demands a careful reflection on its interference over the settlers' way of life and in the relation between settlements and dynamics of regional development. The presence of sugar cane on settlements has originated internal conflicts and not consensual discussions over time about the past/present/future of these experiences. The analysis of the partnership with agribusiness is faced, in our point of view, by the web of tensions notion. As the partnership has been turning into real, we have discussed the necessity of deconstruction of this concept, stuck to the theoretical matrix of social capital, and the importance of submitting to the analytical framework all the constitutive inequalities of this polemic integration of settlers to sugar and alcohol plants, as well as the construction of an agenda of public policies of food security, based on the principles of food agroecological production, on the appraisal of regional production and on social inclusion of settler families and rural workers.

Keywords: rural settlements; impacts and web of tensions; sugar cane expansion; public policies of food security; environmental issue.

Introdução: propondo questões

Dados reveladores da expansão da cultura canavieira são inegáveis. A conjuntura favorável tem levado os usineiros tradicionais e seus fornecedores a buscarem elevar sua produção, ou seja, investir em novas áreas para a produção da cana de forma a aumentar quantidades ofertadas de álcool e de açúcar. Novos produtores estão sendo continuamente agregados aos complexos, com a constituição de novas usinas/destilarias envolvendo grupos econômicos que já atuam no mercado, abrindo espaço para outros grupos, inclusive estrangeiros. O processo de internacionalização envolvendo a cultura canavieira vem ganhando contornos novos. De outro lado, dados do IEA/SEADE (2005) mostram que os municípios que têm 70% de produção com cana no Estado de São Paulo têm os mais baixos índices paulistas de responsabilidade social. Em outros termos, dados apoloéticos da cana como vanguarda na produção de renda contrastam com outros (PNAD, 2004) que mostram um agravamento dos índices de responsabilidade social (educação, qualidade de vida, segurança alimentar) nos municípios com predomínio da cana na sua área agrícola.

Diante desta expansão, cabe uma primeira reflexão: os assentamentos têm entrado nessa proposta de instalação/ampliação dos canaviais como atores coadjuvantes. O início e ampliação do plantio de cana nos lotes dos assentamentos – processo que tem na região cerca de 15 anos de idas e vindas – modifica o modo de vida criado neste espaço? De quem é a responsabilidade? Como interpretar esta expansão? Como consequência inevitável do esvaziamento e da falta de continuidade das políticas públicas dirigidas a assentamentos? Como efeitos da política de cercamento utilizada pelas usinas? Como estratégia de permanência na terra, dadas as dificuldades enfrentadas face à política e de créditos de comercialização? Como uma manifestação de desobediência face às diretrizes da política de assentamentos que proíbem os arrendamentos dos lotes? Como demonstração da falta de direção política dos assentamentos?

Como expressão de falência das experiências de Reforma Agrária, já que a expansão de cana sugere a reprodução da monotonia da paisagem das monoculturas e das degradadas condições de trabalho a que são submetidos os cortadores de cana, movimento que se põe na contramão das perspectivas de autonomia e de desenvolvimento enquanto liberdade, sugeridas pelas políticas de assentamentos? Explicitando, se tomarmos a relação dos assentamentos com o desenvolvimento, não direta, nem linear, mas pautada por tensões que se expressam no modo de vida e na maneira de inserção dos assentamentos

nos contextos regionais, como interpretar a expansão da cana nesses espaços? Como ficam as contradições e possibilidades de um tipo de agricultura familiar frente aos constrangimentos estruturais das economias regionais e do entorno sócio-político? Se a expansão da cana aparece associada ao agravamento dos índices de segurança alimentar frustra-se a perspectiva dos assentamentos terem uma produção de alimentos de qualidade? A progressiva presença da cana nos assentamentos seria demonstração do predomínio de ações de acomodação dos assentados face ao ideário de integração econômica aos sistemas produtivos regionais? Controvérsias é que não faltam na discussão dessa questão que entra necessariamente na agenda das reflexões sobre o presente/futuro dos assentamentos rurais.

De como discutir impactos: a cana da perspectiva de uma trama de tensões

Não se trata de avaliar a expansão da cana em si mesma, mas de analisar as conseqüências do sistema de poderes e de controles a ela ligados, daí a opção de discuti-la a partir de noção de uma trama de tensões. Para além dos estudados “impactos” (Medeiros e Leite, 2003) da expansão da cana de açúcar, as trajetórias, tanto dos trabalhadores assentados quanto dos projetos de assentamentos (tomados como unidades mais ou menos coesas), ganham uma maior inteligibilidade a partir da leitura das tramas de tensões, das quais são partes constitutivas. Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica do território, expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista. A introdução e crescimento da cana criam pontos de inflexão neste processo.

A trama, nesse caso, é a constituída pelas relações travadas entre distintos atores, sendo destacados, nesse estudo, os próprios assentados e os diferentes mediadores tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas e políticas. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias. Assim, a inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais a partir da expansão da cana cria uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária, dimensionado a partir da escala local/microrregional.

Os assentados aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias mais ou menos coerentes com possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Outras vezes parecem submergir a um sistema de controles e de poderes que os aniquilam. É oportuno citar aqui o conceito de campo, conforme o concebeu Pierre Bourdieu (1989), espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que travam relações de força em busca do poder ou da hegemonia sobre um capital específico em disputa. No caso da discussão ora travada, a trama de relações e tensões se constitui num campo específico, conforme Bourdieu, no qual estão em disputa tanto os possíveis distintos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais, quanto a hegemonia política no território local/microrregional, ela mesma bastante definidora dos referidos projetos de desenvolvimento. Questões ligadas à cana nos assentamentos interferem significativamente neste campo.

Um olhar sobre a trajetória dessas experiências de assentamentos nos mostra a possível construção de um novo modo de vida, que envolve um conjunto de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva, até as relações com o poder local e com a agricultura regional. Códigos tradicionais, racionalidades, o vai-e-vem de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo/reprodutivo, os rearranjos em busca da cooperação podem ser observados neste processo. Do mesmo modo, expressões de

conflitos, de diferenças, muitas vezes atravessadas por mecanismos de poder, nos quais o clientelismo e expressões da cultura da dívida se fazem presentes também podem ser constatadas. Procuramos discutir a relação cana/assentamentos em função das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de agentes/atores sociais que animam o cenário local/regional, bem como através das tensões que se expressam no campo político - econômico (FERRANTE, WHITAKER e BARONE, 2003).

O modo de vida em questão é o constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são sim os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional, como diria Bourdieu. Os confrontos com as demais forças sociais (capital regional, agentes oficiais dos órgãos estatais responsáveis pela reforma agrária e os agentes do poder público municipal) podem ter, na relação com a cana, cenário privilegiado de observação.

A presença e expansão da cana exigem uma reavaliação da discussão da sustentabilidade, seja econômica, ambiental ou social dos assentamentos. Assim, diferentemente das noções de impacto ou de mera integração, preferimos analisá-las da ótica de uma trama de tensões. A inserção dos assentamentos nos contextos regionais estudados tem se dado mediante tensões explícitas ou latentes, conflituosas ou acomodativas na construção dessa rede de relações.

A complexidade marca a abordagem das dimensões constitutivas desse modo de vida. Para os assentados, o espaço do assentamento é um espaço conquistado que deve ainda ser “domesticado”. É um espaço de dificuldades, mas carregado de esperanças. Neste espaço constrói-se ou reconstrói-se a história individual e a sociabilidade. É um espaço de experiências, práticas e transformação de *habitus* que ressocializam os trabalhadores para alternativas jamais previstas. A criatividade demonstrada por muitos assentados, homens e mulheres que “se fazem” enquanto constroem os assentamentos, enriquece de especificidades o caleidoscópio de situações particulares. Há singularidades por toda a parte (MARTINS, 2003). As trajetórias desses sujeitos ora os individualizam, ora os aproximam. A gestão do território do assentamento e seus projetos de desenvolvimento do ponto de vista da construção de um novo modo de vida envolve um conjunto complexo de relações. Separar as dinâmicas interna e externa desse processo torna-se um procedimento analítico enganador, posto que estão imbricadas e se retroalimentam.

Mediadores ou interlocutores inseridos em um campo de forças, analisando a constituição e dissolução de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo, os rearranjos em busca da cooperação fazem parte desse novo modo de vida. Elementos de recusa/aceitação aos modelos de associativismo propostos pelo Estado ou agências de mediação, na constituição da trama de tensões envolvendo a implantação das experiências de assentamentos nos distintos contextos regionais são detectados. Entendemos o assentamento como um espaço social onde diferentes formas organizativas são criadas e recriadas em um movimento no qual o espaço de iguais (no mais das vezes, objetivado nos acampamentos de sem-terra), com frequência, se desestrutura no viver dos assentamentos. A diferenciação entre grupos e famílias de assentados, constata-se, tem marcado esses projetos, tão logo a luta pela terra, momento de coletivização e de homogeneização se desdobra na situação de assentamento.

O cotidiano dos assentamentos mostra um complexo cenário em que a construção de lealdades, de rearranjos na sociabilidade é atravessada por mecanismos de poder, objetivando criar redes de dependências e (des)organização interna. Ao mesmo tempo, homens e mulheres assentados, buscam autonomia econômica e política, desenvolvendo estratégias em meio a contextos regionais com características específicas. Até que ponto a presença da cana entra em choque ou implica em restrições concretas à busca dessa autonomia? Caso afirmativo, o assentamento deixaria de ser entendido enquanto desenvolvimento como facilitador de liberdades.

Tais questões nos levam a buscar as mediações dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. Como fica esta expansão na definição de estratégias

e iniciativas por parte dos trabalhadores assentados, na busca de reconstruírem um modo de vida adequado à nova situação que experimentam?

Nessa reconstrução, a “parceria” com as agroindústrias, nos termos em que ela vem se concretizando exige a desconstrução desse conceito calcado na matriz teórica de capital social, a qual tem como princípio que a parceria deve estar embasada por valores como “solidariedade”, “reciprocidade”, “cooperação” e “confiança” (PUTNAM, 2000; SILVA, 2005). Na situação concreta da parceria com os assentados, trata-se da expressão institucional de um contrato no qual são dissimuladas relações assimétricas de poder. São as desigualdades constitutivas desta relação responsáveis pela controversa integração dos assentados às parcerias com as usinas de açúcar e álcool que precisam ser submetidas a um crivo analítico. A análise das parcerias é, em nossa hipótese, atravessada pela noção de trama de tensões.

A expansão da cana põe em questão a gestão do trabalho no interior dos assentamentos, a produção para o autoconsumo e a recuperação de um possível *ethos* camponês. Envolve conflitos, resistências e acomodações. Temos clareza de que nos assentamentos, existe uma reinvenção do rural e do local, tanto para as populações assentadas quanto para o entorno. Reinvenção que não elimina a preservação de hábitos culturais próprios de uma cultura camponesa nos mais diferentes espaços da vida social, os quais se expressam através de códigos de reconhecimento social, de elementos da economia moral (BARONE, 2000). Até que ponto a expansão da cana leva à emergência de novas racionalidades que entram em choque com os valores desse espaço social que mantém tradicionalidades? Estratégias e projetos que colocam frente à frente as possibilidades da agricultura familiar e o monopólio do agronegócio nos sistemas produtivos e na economia regional vêm sendo modificados?

Do consorcio à parceria: o movimento de entrada e saída de cana nos assentamentos rurais

A referência para essas reflexões são os assentamentos constituídos na região de Araraquara, as quais comportam especificidades decorrentes da própria estrutura produtiva regional. O alto nível de capitalização das lavouras de cana-de-açúcar e laranja, atividades agrícolas absolutamente predominantes nos complexos agroindustriais criam um cenário que determina, em muito, o complexo processo de luta pela terra, do qual são protagonistas principais os bóias-frias, vítimas de uma superexploração do trabalho e do desemprego estrutural que a mecanização do corte de cana vem causando nos últimos anos (FERRANTE, 1992).

Segundo dados do Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, 66,5% dos assentados nestes núcleos vieram da condição de assalariados rurais, bóias-frias das lavouras de cana e laranja (FERRANTE & BERGAMASCO, 1995). Entre os vários núcleos, a maior frequência de ex-bóias-frias ocorre nos núcleos IV e III da Fazenda Monte Alegre, onde 90% e 83% dos agricultores assentados, respectivamente, foram assalariados rurais.

A busca de recriar as condições de vida e trabalho num espaço novo e, muitas vezes, numa ocupação diferenciada é importante fator no processo de constituição da identidade social dos assentados. Estes trabalhadores, na sua maioria fugindo do assalariamento, da carestia das cidades-dormitório, vindos, em boa medida, das primeiras experiências de greve dos bóias-frias – ocorrências violentamente reprimidas nos anos de 1984 e 1985 – percorreram diferentes trajetórias até sua definitiva instalação nesses projetos.

Entretanto, o tipo de trabalho na terra que exerceram durante longos períodos antes de entrarem para o assentamento foi o trabalho em usinas de diferentes complexos agroindustriais. Por mais fortes que sejam suas raízes e memórias rurais, o trabalho a que estavam submetidos é aquele oferecido em tais complexos, um trabalho “cativo”. Isso muda toda a característica e o estilo de vida dos trabalhadores rurais. Eles não eram posseiros, arrendatários ou proprietários em sua maioria, mas empregados temporários nas colheitas

em monoculturas. Quase não existia espaço para a produção de subsistência e para a agricultura familiar nesse modelo. Embora não se possa dizer que eles haviam completado um processo de desenraizamento.

Em contrapartida, de acordo com as condições específicas de cada família, o meio rural é possibilitado a eles nos assentamentos. Por mais que as alternativas de permanência na terra estejam ligadas às usinas da região, sempre sobra, em princípio, espaço para desenvolverem as produções de subsistência. Essa, sim, uma prática que evidencia seus *habitus* (BOURDIEU, 1989), de suas vidas em tempos anteriores ao trabalho em usinas, culturas ligadas às suas origens e trajetórias. Percebe-se em muitos lotes que os alimentos plantados para subsistência são aqueles relacionados com as vivências anteriores dos assentados, com seus locais de origem e por onde já passaram, num tempo de suas vidas em que exerciam atividades agrícolas sem grande impacto ambiental (não desestruturavam gravemente o ecossistema como, por exemplo, pela contaminação do lençol freático). São culturas geralmente bem conhecidas pelos trabalhadores, aqueles que sempre plantaram, comeram e comercializaram. Sabem de qualquer utilidade que o alimento possa ter, de suas relações com o solo ao seu efeito terapêutico nos homens, de sua importância para a boa alimentação das criações à reutilização de seus restos vegetais em outras plantações. E mesmo das condições climáticas e espaciais para seu bom desenvolvimento.

O espaço do lote que não é ocupado pela produção essencialmente comercializável – em geral especializada – é destinado a este tipo de agricultura. Embora caiba ressaltar que nem todos os assentados mantêm produções nos lotes. As condições específicas de cada família podem levá-los a não possuir nenhuma plantação no lote, seja para subsistência ou comercialização. A expansão da cana modifica tais condições?

Voltamos a afirmar que a cana em si mesma não será analisada como expressão de uma política perversa ou benéfica, mas como um elemento que pode expressar, de maneira exemplar, a necessidade de serem os assentamentos rurais, processos sociais complexos acompanhados em seu movimento, sem a preocupação de enquadrá-los a categorias analíticas fechadas ou de avaliá-los por atributos de positividade ou de negatividade.

Temos, sem dúvidas, razões para nos convencer de que uma abordagem meramente econômica da presença da cana nos distintos momentos da trajetória dos assentamentos empobreceria a compreensão deste movimento pleno de contradições.

A representação do entrar e sair de cena nos permite retratar as novas e velhas roupagens revestidas pela cana como atos de um complexo modo de vida que não tem desfechos ou prognósticos pré-fixados. Independentemente da diversidade de rumos dos dois núcleos investigados, a presença da cana, comum a ambos é o foco escolhido para se discutir as relações dos assentamentos com a dinâmica local/regional.

A primeira entrada: os dilemas da proposta de um consórcio de cana-de-açúcar

Há quinze anos, a proposta de um consórcio de cana, envolvendo o poder local, uma usina próxima e órgãos do Estado, trouxe desdobramentos e divisores de águas. Questões que reaparecem em outros momentos, pondo em discussão o modo de vida constituído nos assentamentos, a perspectiva da agroindústria conviver com espaços diversificados de produção/reprodução social e especialmente, o significado da cana como possível estratégia de permanência na terra. Questões que permitem o aflorar de dois eixos analíticos principais na interpretação dos assentamentos. Para os pesquisadores que insistiam em avaliar assentamentos por indicadores de sucesso, de eficiência e de fracasso, o consórcio ou a entrada da cana foi mais um episódio do “natimorto processo da integração dos assentamentos na região” (PINASSI e QUEDA, 1993).

Para os pesquisadores que investem em outra abordagem, reiterando a importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos, em suas diferenciações, não unicamente pela lógica da integração e de inserção no mercado capitalista, o consórcio tem

que ser compreendido como parte das relações complexas que envolvem assentamentos, poder local, inserção regional, mediações que têm que ser pensadas da perspectiva político-social, não unicamente por uma determinação econômica.

A explicação da entrada da cana como fator de se evitar a falência dos assentamentos da Fazenda Monte Alegre vinha carregada de raciocínios economicistas, aparentemente desvinculados da forte interferência do poder local (STETTER, 2000).

Os atores principais deste primeiro ato

No final de 1992, o então Prefeito do Município de Motuca lança na grande imprensa e nos meios de comunicação locais, o discurso de que iria levar à redenção o assentamento da Fazenda Monte Alegre denominado por ele de “favela rural”, através de um consórcio entre assentados e a usina açucareira Santa Luiza Ltda. para o plantio da cana-de-açúcar.

Críticas a este estigma explicitadas em documento organizado por um grupo de assentados, no qual diziam que o “plantio de cana é uma proposta de usineiros e não de um prefeito que deseja resolver os problemas do homem do campo” provocaram divisões entre os próprios produtores, os técnicos do DAF, criando-se um campo de disputas, no qual o prefeito, revestido da figura de bom patrão procura isentar-se de maiores responsabilidades.

O consórcio, anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais assentava-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de “tocar a terra”. A omissão do Estado não era discutida. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento permitiria, sob os termos anunciados pelo consórcio, um aumento do poder aquisitivo do assentado. Dos 16 hectares de terra de cada assentado, 12 seriam utilizados para plantação de cana-de-açúcar, cultura que, comprovadamente, não tem rentabilidade econômica em pequenas unidades de produção. Nos 4 hectares remanescentes, o assentado poderia plantar o que quisesse, dependendo de sua livre decisão.

Entretanto, o exame das peças constitutivas do consórcio nos põe diante de um quadro, no qual a liberdade e autonomia são desfeitas, sendo recriada uma típica forma de assalariamento. Poderes e controles a esquadrinhar o novo espaço social, reenquadrando-o nas marcas do “trabalho cativo”.

A Usina deveria formar turmas para o plantio e posteriormente para o cultivo dos canaviais, utilizando exclusivamente mão-de-obra dos assentados, recrutando, de imediato, um trabalhador por família consorciada e admitindo-o como seu funcionário. Sob os benefícios sociais anunciados como vantagens do vínculo empregatício, configura-se a perspectiva de ser efetivado o consórcio, voltando o assentado à condição de proletário rural.

Tal proposta foi duramente criticada pelo Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, pelo Departamento de Assuntos Fundiários (DAF) e pelo próprio INCRA, especialmente pelas ambigüidades acenadas na perspectiva do assentado ser consorciado.

A Usina, ao enunciar, dentre os benefícios de cessão de parte da área do assentamento à plantação de cana, o fornecimento de meio litro de leite de soja, por criança, por dia, além de 30 toneladas de bagaço auto-hidrolizado, assim como a manutenção permanente das estradas de acessos aos assentamentos, controle de erosão dos solos e sua recuperação através da aplicação de calcário, adubos e vinhaça, tenta realimentar as expectativas dos assentados de ter, na condição de consorciados, um “bom patrão”. O documento oficial que define as cláusulas do consórcio colocava como possibilidade a “redenção dos assentamentos”, sendo aventada a possibilidade da Usina ocupar o papel do Estado na administração dos assentamentos contraposta à perspectiva dos assentados perderem suas terras a curto prazo face à aceitação de tal arrendamento, hipótese defendida pelos críticos do consórcio.

A tramitação do projeto de plantio de cana-de-açúcar encontrou empecilhos para sua implantação, especialmente pelas controvérsias da operacionalização da proposta e, mais diretamente, pelo fato do prefeito bom patrão ter mudado de cenário político.

O consórcio de cana-de-açúcar no palco institucional

Em meados de 95, a usina reaparece no núcleo da Fazenda Monte Alegre com uma proposta de consórcio modificada, a qual estipulava 50% dos lotes para o plantio de cana-de-açúcar, sendo retirados todos os benefícios diretos e indiretos presentes no modelo anterior.

Houve uma contraproposta do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e do DAF, no sentido de continuidade da gestão e administração dos assentamentos, caso a parceria se efetivasse. A parceria começa a ganhar mais adeptos. Um projeto piloto para plantio de cana-de-açúcar é apresentado, supondo a constituição de uma cooperativa que deveria ser credenciada como responsável para conduzir as mediações entre os trabalhadores e a iniciativa privada, com a garantia de parceria, na fiscalização com o DAF.

O projeto piloto pressupunha que a cooperativa, sob supervisão do DAF teria poder de livre negociação com empresas do setor sucro-alcooleiro. Condições são definidas: utilização máxima de 50% do lote agrícola de cada participante, responsabilidade da Usina para os serviços de mecanização, preparo de solo, calagem, adubação e sulcamento, operações de plantio feitas pelos trabalhadores com utilização de mão-de-obra familiar, serviços de carregamento e transporte contratados pela cooperativa.

Em princípio, os termos do projeto piloto pareciam respeitar a autonomia dos assentados, harmonizando interesses dos produtores, dos órgãos técnicos, dos sindicatos. A previsão de avaliações intermediárias do processo, com a participação dos diretamente envolvidos parece dar a este segundo ato de entrada da cana nos assentamentos, um caráter mais coletivo, que estava absolutamente ausente das formas e papéis previstos no primeiro consórcio.

Apesar do crescimento do número de famílias interessadas - de 70 a 80% - em aderir ao plano piloto e à parceria com a usina, as condições de sua operacionalização sob comando de uma cooperativa frustraram-se, pelas próprias dificuldades associativas e pela resistência à adaptação a modelos coletivos forjados por outros para suas vidas. Paralelamente, a entrega de 140 títulos de uso da terra para as famílias assentadas em outubro de 1995, cerimônia pautada por muitas falas de garantias de autonomia e de permanência na terra parecia a própria expressão dos paradoxos que se fazem presentes no modo de vida dos assentamentos. Paradoxos reveladores de que idealizações não correspondem ao que é posto em prática nos assentamentos, nem implicam no atendimento às necessidades de reprodução social dos assentados.

Em um jogo de expectativas, idealizações e irrealizações, estratégias familiares para se viver melhor na terra aparecem no mesmo cenário em que a cana ganha espaço crescente. Expressões de clientelismo por parte do poder local se contrapõem a outras tentativas de uma nova cultura política.

Há mudanças igualmente no cenário produtivo. Os dois projetos de assentamentos rurais tiveram em seus anos iniciais - no caso da Bela Vista e da Monte Alegre – um grande incentivo para o plantio de grãos, milho, soja e arroz, respectivamente. Deve-se esclarecer que o incentivo do órgão técnico que é decisivo para a definição da opção do plantio foi em muito determinado pelo tipo de crédito que o banco custeava, exclusivamente para a cultura de grãos. Retrato revelador da ausência de clareza com relação a como iniciar projetos de assentamentos, bem como de uma política equivocada para os mesmos.

Quando o assentado decide por só plantar outra cultura, além de não ter facilidades com o banco, ainda é abandonado pela assistência do Estado.

No período de cinco anos, o que aconteceu foram expressões de ineficácia desta estratégia produtiva, levando os assentamentos a um quadro de crise. Abandono dos lotes, evasão e inadimplência começam a ser peças comuns nestes projetos. Provas inequívocas de que os critérios traçados pelo Estado para os projetos de assentamentos rurais são pautados por irrealizações (NEVES, 1998). Neste jogo, a cana sai e entra em cena.

A cana como expressão de rebeldia

Contrariamente ao 1º ato, no qual a entrada da cana, por meio de um consórcio é expressão nítida da vontade política do prefeito e agentes do poder local de se apropriarem deste espaço produzido, no 3º ato, em outro contexto, no mesmo tempo (novembro 1993), dois trabalhadores resolveram por em prática um acordo que fizeram com a Usina Zanin e começaram a transportar para o assentamento mudas de cana-de-açúcar para plantá-las em seus respectivos lotes.

Acusados de traidores da reforma agrária conseguem provocar uma reação de consenso: as demais famílias se unem e, além da troca de ameaças e agressões, as mudas plantadas são arrancadas. Os assentados invadem o escritório do DAF, exigindo a presença de um representante do INCRA para intermediar o impasse. Audiências públicas sob direção do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara movimentam a sociedade civil. O conflito ganha espaço na imprensa. O INCRA posiciona-se contrariamente ao cultivo da cana-de-açúcar, nos módulos agrícolas do assentamento e ameaça de expulsão os que fossem contrários a tais regras.

No discurso do INCRA à época, objetivos da reforma agrária e plantação de cana tinham incompatibilidades congênicas. A promotoria pública intercede como mediadora do conflito e os 2 trabalhadores taxados de vilões, são novamente incorporados à comunidade. Aparentemente, sem conotações políticas, a cana sai de cena, como se sua passagem pelas terras do Bela Vista do Chibarro tivesse sido um ato infrator individual. A questão, aparentemente encerrada, reaparece em 1997, nutrindo-se do altíssimo grau de inadimplência, patrocinada por um grupo organizado de assentados e ganhando imediata adesão de um grande número de agricultores, complicadores a serem analisados no curso deste artigo.

A cana retoma o espetáculo: que atores entram em cena?

A pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria prima para as agroindústrias nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constitui em uma sombra a nublar a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Diversificação que se fazia presente especialmente no núcleo de assentamento da Fazenda Monte Alegre. A reordenação da produção, com conseqüente tendência à pluriatividade na qual chegou a ganhar espaço significativo a fruticultura combina-se à experiência que acenava com a articulação de atividades agrícolas e não agrícolas como parte das estratégias de permanência na terra.

Entram nesse processo estratégias utilizadas para correção do solo, combate às pragas, manejo dos recursos com auxílio de agricultura alternativa. Estratégias criadas e recriadas, com freqüência, como parte de arranjos familiares. Assentados ainda que em pequeno número, recorrem a materiais orgânicos e animais, sem a utilização de agrotóxicos e/ou adubação química para potencializar o rendimento da produção. A diversificação de estratégias utilizadas na preparação do solo pelos assentados – desde o calcário para solos mais pobres, como foi o caso de um assentado que precisou adicionar à terra 7 toneladas de calcário em seu lote até a utilização de formas naturais (adubo verde e adubo orgânico) para fertilizar a terra – podem chegar a configurar estratégias outras de sustentabilidade. Estratégias que parecem se esvaziar ou perder progressivamente o fôlego com a revigorada entrada da cana.

No quadro de gestão municipal (2001-2004), a proposta do “consórcio” entre a Usina Santa Luiza (de Motuca) e o projeto de assentamento Monte Alegre, já debatida no ano de 1993 volta à pauta, exatamente através do prefeito, ele mesmo ex-funcionário da usina.

De um lado, a voracidade do agronegócio regional tenta se impor, aproveitando-se de uma relativa fragilidade econômica dos projetos de assentamentos rurais; de outro, os

assentados reduzem o espaço reservado ao pasto para as vacas leiteiras, aos pomares de frutas, como reação ao próprio cercamento das usinas. Ou então começam a trabalhar fora - como motoristas e em outras atividades não agrícolas – para não ceder à pressão da cana e continuarem na terra.

No outro espaço, o assentamento Bela Vista do Chibarro, numa articulação entre uma usina de Araraquara e um grupo de assentados, inicia em 1997/8 o cultivo da cana-de-açúcar em parte do seu território. Inicialmente, levado adiante por um grupo de 12 assentados que se aproveitam do momento de eleição para representante do assentamento para se fazer presente legalmente no núcleo. O grupo, conhecido por grupo dos 12, conseguiu eleger o líder como representante da comunidade.

Iniciou-se a gestão do grupo pró-cana no assentamento Bela Vista, marcado por conflitos entre lideranças e por poucas expressões de cooperação.

Apesar do INCRA ter se mantido na posição contrária, refutando especialmente as formas de subordinação impostas pela agroindústria à pequena produção, a cana segue seu itinerário. Nenhuma ação enérgica ou consistente é levada adiante para mudar esta trajetória, além dos lamentos – ouvidos aqui e acolá – que parecem recriar estigmas da incapacidade dos assentados de terem outro destino.

Indiferentemente aos lamentos, a pressão das usinas segue sua marcha, através de políticos locais, como prefeitos e vereadores ligados a tais empresas e de deputados eleitos pela região que tentam levar o INCRA a rever sua postura, permitindo o plantio da cana nos lotes dos assentados.

Sem participar diretamente deste vai e vem que tem contornos políticos, os assentados, de um e de outro espaço – ressalvadas diferenças – começam a progressivamente a aderir à cana, justificando sua “opção” pela situação de inadimplência e endividamento junto aos bancos, pelas dificuldades de comercialização, pelas expressões de má vontade política dos prefeitos de criarem condições mínimas para outras formas de produção e cultivo da terra, pela expectativa de ter um rendimento fixo proveniente da cana necessário ao sustento da família. Às manifestações de aceitação se sobrepõem expressões de recusa num movimento que acaba por acirrar disputas internas e publicizar divergências entre órgãos técnicos.

A peça tem desdobramentos

O cenário presente sobrepõe papéis e leva os atores a trocarem roupagens e se virem diante de novos textos e contextos. Irregularidades? Troca de acusações? O clima de desconfiança e de mútua crítica cresce.

No início o INCRA, apesar de continuar, em princípio, contrário ao plantio da cana, parece assistir ao movimento como ator coadjuvante. Simultaneamente, o ITESP, através de portaria (24/10/2002) (re)estabelece parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justifica a portaria que acaba por consentir, sob regras, o plantio da cana como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos” (Portaria ITESP nº 075-24/10/02).

Mantém-se o limite de 50% da área total nos lotes com área até 15 ha, nos lotes com área superior a 15 ha, estipula-se até 30% da área total. A determinação de que a exploração deverá ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permita a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção parece contrastar com o que está, de fato, ocorrendo. Há manifestações de resistência, agravadas no caso das queimadas.

A polêmica é reacesa, tendo como cenário o poder local. O prefeito de Motuca – área de jurisdição de parte dos núcleos da Fazenda Monte Alegre – declara, em alto e bom tom que o plantio de cana busca dar melhores condições de vida aos assentados.

Na avaliação do prefeito, “a crítica situação dos assentados não é culpa da falta de investimentos dos governos (estadual, municipal), mas de ingerência da própria FERAESP e, em alguns casos, dos próprios assentados” (Folha de São Paulo – 13/10/2002). O movimento sindical, em princípio afastado desta disputa, volta a entrar em cena, estimulando audiências públicas e manifestações de resistência por parte dos assentados.

Apesar das afirmações de que prefeitura e órgãos técnicos têm todos os critérios para evitar que os assentamentos sejam arrendados ou danifiquem o ambiente, a realidade mostra outras facetas, que explodem, principalmente na questão das queimadas e da quebra da autonomia, prevista em princípio, no acordo sobre o plantio da cana.

No outro espaço, no assentamento Bela Vista, sob jurisdição do INCRA, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras há mais de 5 anos. Denúncia encaminhada pelo ITESP ao INCRA, o qual procura nos últimos anos, retomar seu papel, solicitando reintegração de posse dos lotes irregulares ou totalmente arrendados às usinas. Situação que acirra os conflitos e parece se sobrepor a qualquer perspectiva de cooperação.

Da parte dos assentados da Bela Vista, apesar da cana crescer assustadoramente neste espaço há, dentre as 176 famílias cerca de 20 que resistem, continuando com a agricultura de subsistência e pouca diversificação agrícola. Temem o fruto amargo da cana queimada. “A usina usa herbicida, que afeta o desenvolvimento do feijão, do milho. Também existe o problema da fumaça durante o período da colheita que invade nossos lotes de produção e de moradia” é o desabafo de um assentado que tem procurado reorganizar os produtores para ações de enfrentamento ao cercamento das usinas e aos danosos efeitos da queimada.

Neste mesmo cenário, dívidas acumuladas, pelo fato dos assentados fazerem retiradas antecipadas dos próximos rendimentos da cana das safras futuras, parecem recriar o sistema de vales, expressão de dependências e de subordinação.

O confronto entre duas lógicas assume contornos nítidos. De um lado, uma, precedida pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresenta a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia e de permanência na terra. De outro, a que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola, na quebra da cultura da dádiva, um outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições.

Como divisores de água, a queimada é incluída naturalmente na primeira lógica, como garantia de emprego. Na segunda lógica, a queimada, associada aos venenos que acabam por afetar as plantações, representa, na fuligem e na fumaça, a perda da liberdade de ter, na terra, um espaço diferente de produção e de reprodução social. A chama da cana queimada assume, na representação simbólica dos assentados que resistem, a marca da volta ao trabalho “cativo” esquadrihado por outros saberes e poderes.

A situação presente das parcerias

O que significam, efetivamente, os contratos feitos em parceira com empresas ou agroindústrias?

Voltamos a afirmar que a grande diferença entre as diversas parcerias com o setor privado é a não utilização da mão-de-obra familiar nas produções e a perda de responsabilidade e de independência sobre a terra em algumas delas. As variações nos mercados específicos de cada produto também são importantes fontes de análise, pois mesmo com contratos assinados, as oscilações dos preços no momento das vendas dão grandes diferenciais na hora de receber pelos produtos.

No caso da cana-de-açúcar agroindustrial encontramos o caso mais complexo de parcerias entre assentados e setor privado. As usinas da região têm um longo histórico de

assédio aos pequenos produtores assentados para o plantio nos lotes, conforme expresso em vários trabalhos do Nupedor (STETTER, 2000; BAÚ, 2002). Plantada de forma irregular por no mínimo dez anos, a partir de 2002, a portaria do Itesp (Nº 075/2002), como já afirmado, regulamenta a cultura em metade dos lotes deste assentamento. Esta grande pressão da cana se deve sobretudo à estrutura agrária da região, principal pólo produtivo do Brasil. Sem entrar na análise das justificativas dos grandes aumentos de áreas com a cultura de cana e da conseqüente ampliação da soberania política do setor, voltamo-nos à situação regional.

Verificamos outros impactos e conseqüências da atuação do setor canavieiro, principalmente no que se refere às questões ambientais e sociais afetadas pelo processo produtivo de álcool e açúcar. Dentro da parceria com os assentados, plantar a cana implica em problemas, como a fragmentação interna nos assentamentos entre os que plantam ou não, incluindo-se brigas e violência física. Além de trazer um forte risco de arrendamento da terra, inúmeros problemas relacionados às queimadas e aos demais métodos produtivos afetam diretamente a população assentada em seu espaço de moradia.

No caso das parcerias com usinas canavieiras temos duas situações, que diferem devido ao tratamento dado pelos órgãos gestores, Incra (Bela Vista) e Itesp (Monte Alegre). Sob bases legais para a parceria no assentamento Monte Alegre, os contratos assinados entre a usina Santa Luiza, do município de Motuca e os assentados têm duração de cinco anos e prevêem cinco cortes de cana.

A proposta da cana e o perigo do arrendamento

Regulamentada em setembro de 2002, a portaria 75 do Itesp permitiu as parcerias entre agroindústrias e assentados. Com ela, ocorreu uma explosão de contratos para o plantio de cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre. Desde então, o número de assentados que tem aderido à parceria vem aumentando rapidamente. De quarenta lotes no primeiro ano (safra 2002-2003) o número aumentou para cento e trinta e sete no segundo ano e continua aumentando. O formato do contrato estipula que a cana poderá ser plantada em, no máximo, metade do lote durante cinco anos (aproximadamente 7 hectares) com direito na primeira safra, durante a formação do canavial, a algumas horas de trabalho do trator da usina para destocar eucaliptos que ainda estão no solo, arar a terra e abrir os sulcos para plantar a cana, aplicação de “mata-mato”, cupinicida, veneno para formigas e ainda as mudas. O transporte e pesagem também são a cargo da usina. Os serviços de formação do canavial são disponibilizados apenas na primeira safra (de 18 meses) e descontados em tonelagem, 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira, embora nessas duas últimas e demais safras, os assentados já não poderão contar com esses serviços feitos pela usina. Eles terão que financiar os custos da produção com o dinheiro ganho nas safras anteriores sem o apoio que receberam da usina na primeira, a chamada “produção facilitada”.

Apenas o trato e o corte seriam responsabilidades das famílias. O corte na verdade seria feito por mutirões, de forma que cada assentado participaria no corte dos demais. No entanto, não houve organização para isso e o que ocorreu foi a terceirização da mão-de-obra por turmas da usina. Foi por isso que a parceria ficou caracterizada como arrendamento em muitos lotes, já que não há trabalho familiar nos canaviais, espaço de individualização. Mesmo o trato diário foi feito muitas vezes por terceiros, ou seja, o financiamento, a preparação da terra, o plantio, a colheita, o transporte e a pesagem ficaram a cargo da usina. Em nossos trabalhos de campo, identificamos alguns problemas desses serviços feitos por funcionários da usina, conforme se segue:

Houve um caso que o trator desmanchou as curvas de nível que tinham no lote e sem as curvas todo calcário que jogar na terra para corrigi-la vai descer com a água. Deveriam ter cobrado da usina que fizesse o serviço novamente. O mata-mato que disseram ter jogado um monte não matou as

baquearas dele, o cupinicida e o veneno para formigas estão sendo aplicados com bombas costais depois que a cana está plantada, o que não resolve o problema dos ataques à cultura. Segundo o assentado, os venenos deveriam ser passados com máquinas e depois que abre o sulco, como é feito nas usinas, para que o combate se dê lá onde estão os cupins e as formigas. Da forma como estão aplicando, tanto o cupinicida como o veneno para formigas não garantem um efetivo combate a essas pragas durante os cinco anos do contrato dos assentados com usineiros.

Disse que trouxeram calcário para ele, 13 toneladas, mas que nem pesaram na frente de alguém do Itesp ou um representante do assentamento para conferir, quando o certo é o Itesp saber o que e quanto está entrando no assentamento para produção. O veneno para o mato também não surtiu efeito e é caro, segundo ele. Tudo foi descontado do lucro da primeira colheita. Está na verdade faltando garantias para uma boa safra e eventual lucro dos assentados durante os cinco anos, enquanto os lucros da usina estão garantidos. Ele vê ainda o risco de alguns assentados não terem dinheiro nem com a cana, ficarem devedores da usina e até perderem a terra, devido aos atrasos no tempo certo de plantio, insumos de baixa qualidade, sem o devido registro de pesagem e garantias de procedência, fora serviços mal feitos, como a destoca que estragou as curvas de contenção de nível. Falou também que só há uma frente de trabalho para formação do canavial nos 40 lotes, o que tem prejudicado os assentados que plantarem nas piores épocas deixando uns grupos melhores do que outros na expectativa de uma boa safra. Deu o exemplo de assentados que ficaram por último e perderam a época de chuvas. (...)

Ele falou que, se fosse um serviço sério para o bem dos assentados, antes de começar o plantio de cana na terra da fazenda Monte Alegre, deveriam sugerir a preparação dela um ano antes com o plantio de soja ou feijão, para uma melhor produção, mas não houve nem uma análise química no solo para saber quanto de calcário é necessário para corrigi-lo. O calcário colocado foi medido como se fossem as terras da usina, que são bem diferentes das do assentamento. (Diário de Campo, 2006)

Vimos então, antes mesmo da primeira colheita, que os assentados ficam a mercê do que a usina quer fazer nos lotes. As desconfiças de alguns assentados com essa parceria foram se manifestando, especialmente em vista dos gastos com insumos, adubos e pagamento de mão-de-obra.

O dinheiro da primeira colheita que sobrou líquido para ele (um dos assentados) mal paga os insumos que terá que colocar para esta segunda safra. Dos 18 mil reais bruto que valeram as 587 toneladas colhidas em seu lote, 3,4 mil já recebeu e 5,5 mil receberá em três vezes (10/fevereiro, 10/março e 10/abril). 7,4 mil ficaram para a usina pela formação do canavial (o que corresponde a 50% do que deve para a usina – ainda pagará 30% na segunda colheita e 20% na terceira, em função dos serviços feitos na formação do canavial). Outros 2 mil pagaram o transporte que foi feito pela usina, o que segundo ele foi caríssimo frente à distância que estão dela (18 km). Ainda faltou contabilizar nesse cálculo a mão-de-obra da colheita que seria feita em grupos de trabalho, mas custou-lhe 2,1 mil porque os grupos não deram certo.

De adubo para a segunda safra, que ficará a cargo dos assentados colocar, precisa agora 500 kg por hectare. São 3.500 kg que custarão 3.150 reais para colocar nos 7 hectares e ainda mil reais de calcário e herbicida, numa estimativa subestimada. Se sobraram 9 mil reais, precisa-se descontar 2 mil da mão de obra, mas só tem 3,4 mil que recebeu no ato da entrega da cana, portanto já precisou de dinheiro de outra fonte para aplicar no canavial para começar a segunda safra. Disse que sobrar limpo mesmo para ele, mas parcelado, 4 mil reais por dezoito meses da cana em sua terra e seu trabalho, isso corresponde a R\$ 222,22 por mês de renda

com a cana. Mas como precisará investir no canavial para a segunda safra ele não conta que teve lucro algum. (Diário de Campo, 2006)

Ao contrário do que falavam os técnicos da usina e do Itesp e mesmo alguns assentados empolgados com a cana, a renda conquistada fica, em muitos dos casos, abaixo do esperado e menor do que outras alternativas, como por exemplo a do milho. Entretanto, os assentados ficam com metade da área de seus lotes presa num contrato de cinco anos, inutilizada para outras culturas se quiserem abandonar a cana. Tal perda de liberdade sobre suas terras já é traduzida hoje pela intenção ou até processos judiciais para anularem o contrato e saírem da parceria, processo complexos, de resultados não imediatos.

Há, de fato, alguns lotes em que a produtividade foi alta e, conseqüentemente, o lucro bem maior do que o caso relatado. Numa planilha fornecida pelo Itesp temos grandes variações dessa produtividade nos diferentes lotes. Nos que foram plantados 50% da área (o máximo permitido pela portaria), correspondendo a 7 hectares, a renda líquida variou de 12 mil reais até 25 mil na primeira safra de dezoito meses. Mas há casos bem diferentes, como no exemplo do assentado que obteve o recorde regional de produtividade por hectare ficando com renda líquida de 35 mil reais, plantando 6,5 hectares ou casos como outros dois assentados que também plantaram em 6,5 hectares e obtiveram renda líquida em torno de 5 mil reais em dezoito meses. Sobre essas variações recaem o peso do cuidado dado pelos assentados à cana em seus lotes, certamente, mas há também evidências de que a usina pode antever o lucro em cada caso nos momentos da pesagem da cana e da aplicação de insumos pela falta de fiscalização e de balança no próprio assentamento. Há alguns depoimentos que indicam certa desconfiança sobre a idoneidade dos funcionários da usina, como a seguir:

Uma outra informação que descobrimos é sobre um mecanismo que pode beneficiar alguns na hora da colheita: nesta primeira safra de 18 meses, se o produtor colher com 15, 16 meses a cana dá mais peso, pois ao chegar nos 18 meses, os gomos de cima da cana vão secando e a sacarose se concentra nos gomos mais perto do solo. O teor de sacarose auferido nos três lotes que visitamos hoje é o mesmo, embora haja diferença na tonelagem obtida em cada um deles. Ainda não sabemos se a usina mediu o teor em cada lote ou tirou uma média para todos. Se antes achamos que queriam o corte antecipado aos 18 meses por não dar tempo de cortar em todos, pela alta do álcool à época, o grupo que contou com facilidades da usina na colheita (tais como grupo de trabalho da usina para corte, agrotóxico passado por avião para a cana amadurecer mais rápido), colheu antes e obteve maior tonelagem e renda conseqüentemente. Mesmo que a cana ainda não atingira 18 meses, o agrotóxico passado por avião em alguns lotes garantiu nestes o amadurecimento dela em 15 meses com teor de sacarose compatível. (Diário de Campo, 2006)

Progressivamente, crescem as desconfianças que os assentados têm sobre os insumos, o transporte e a pesagem, reforçando o fato deles ficarem à mercê da usina em todo o processo produtivo, inclusive sobre o cálculo da produtividade e do lucro:

[...] esta forma de plantio é literalmente arrendamento, aluguel da terra, não há trabalho das famílias na produção e, portanto, não gera renda com o trabalho deles nos canaviais. Segundo, que a usina funciona como um banco que, através do financiamento na formação do canavial, do corte e do transporte, em cada lote injeta tudo que é necessário à produção. De modo que o assentado aluga seu lote ou parte dele e só recebe o cheque no final. Soubemos também que há por parte dos produtores um endividamento progressivo com a usina e eles próprios não podem calcular a produtividade em seus lotes por não haver uma balança no assentamento ou uma fiscalização sobre a qualidade e a quantidade dos

insumos e outros investimentos na terra, ficando o cálculo na responsabilidade de funcionários da usina. Tudo é medido e/ou pesado na usina.

[...] Sendo os trabalhos na terra a cargo das usinas, há várias maneiras delas descontarem valores maiores do que investiram nos lotes. Exemplos suspeitos que já registramos são a qualidade e a quantidade dos cupinidas aplicados (eles já vêm preparados no caminhão da usina, não há como saber ao certo a marca e a diluição), a tonelagem de cana produzida não é pesada na presença do assentado, descontos maiores sobre a mão de obra utilizada no corte, dentre outras questões. (Diário de Campo, 2006)

Há outros elementos a considerar nesta trama, entre eles, a relação de compadrio que alguns assentados têm com usineiros, o que por vezes os beneficia na hora de “pegar o cheque”.

Durante uma mesma safra, o lucro de assentados que plantaram no mesmo período, na mesma área, varia muito. Existem assentados que parecem ser um tipo de representante da usina dentro da parceria, eles controlam as turmas de trabalho que plantam e colhem a cana, as horas de máquinas na preparação da terra. Geralmente alguns deles têm uma antiga relação de trabalho com a usina ou até são funcionários dela. A fala deste assentado indica sua desconfiança diante do fato de terem conseguido alta renda com a cana, enquanto alguns outros estão em endividamento progressivo. Falou ainda que para os assentados do segundo caso, técnicos do Itesp sugeriram que pegassem financiamento do Pronaf para custear a continuação do plantio de cana, o que vem na contramão do princípio deste crédito. Ainda sobre este fator de variáveis na produtividade, sabemos que há apenas uma frente de trabalho para formar o canavial e fazer a colheita nos lotes. Como são muitos os lotes, a própria usina é quem determina em qual lote fará primeiro os serviços, podendo com isso prejudicar aqueles com quem tem menos afinidades, o que gera a recriação de clientelismos nesse sistema de poderes e controles. Há também acusações de desvios no lucro dos assentados, pela ação intermediária de funcionários das usinas:

Disse não concordar com um contrato que “prende sua terra” por cinco anos, que assim você não tem sua liberdade. Ainda que, como já trabalhou em usina, disse que eles roubam os trabalhadores que cortam a cana na hora da pesagem, apostando também no roubo de insumos colocados no canavial que são descontados em tonelagem. Acha errado o assentado confiar tudo nas mãos dos funcionários da usina, assim como deixar passarem insumos nos lotes que vêm prontos nos tratores (o trator chega carregado e só passa os insumos nos lotes), não presenciar a pesagem da cana, pois ela não ocorre no assentamento, depender da usina nos serviços de preparação da terra (maquinário), de plantio e colheita (turmas de trabalho que a usina organiza) e de transporte feito pelos treminhões, pois em todos esses serviços vê brechas para o lucro do assentado diminuir, em benefício do lucro da usina. (Diário de Campo, 2006)

Apesar da inércia a que os assentados ficam submetidos com a parceria, principalmente no que diz respeito ao controle da produtividade e da renda auferida com a cana, há expressões de acomodação e de sucesso financeiro para alguns. Pode significar um bom dinheiro recebido anualmente, enquanto na outra metade do lote se consegue a manutenção da agricultura familiar, a diversificação agrícola que os provêm de alimento e de renda proveniente da venda do excedente, conforme relatado a seguir:

No lote dele há grande diversidade na área sem cana e já dá um trabalho para cuidar. A cana tem sido boa, pois não dá esse trabalho para ele, mas tem um retorno financeiro bem maior.

Então seu lote é dividido no meio: um pouco menos da metade tem cana para a usina, na outra metade tem milho, arroz, feijão (carioca e roxinho), quiabo, maxixe, pimenta cumbará, chuchu, batata, abobrinha, mandioca,

pimentão, banana (santo mel – que dá dois cachos -, nanica e maçã), acerola, pinha, fruta do conde, manga (três tipos), limão, mamão, abacate, jaca e laranja. Tem também uma árvore que fornece para ele a vassoura, é só arrancar o galho e sair varrendo.

(...) Perguntei sobre a cana e ele falou que era tudo arrendado. Ele não tem muito trabalho além da carpa, nem mexe na cana. Quem mexe é o pessoal da usina e ele só recebe o dinheiro pela tonelagem. Falou que as queimadas já começaram no assentamento, aí tem um outro assentado que traz a turma para o corte em cada lote depois que a cana está queimada. (Diário de Campo, 2006)

Há igualmente exemplos de assentados que produzem hortaliças e legumes e têm estruturas de horta no lote que lhes garantem o autoconsumo e renda através da venda direta e da participação em programas municipais. O dinheiro advindo da horta garante a renda do dia-a-dia, enquanto o da cana garante uma renda anual para investimento na horta e demais atividades do lote, situações que são, no presente quadro, exceções.

Cederam à cana no ano passado porque mesmo procurando diversificar, boa parte do lote ficava sem produzir. Então plantou cana por ela dar renda bruta de uma vez, bom para investimentos. Falou que não tem contrato com a usina, que tem apenas um “combinado”, mas certamente possui um contrato assinado ou outro documento (percebi que ele não queria mostrar). A única mão de obra dele na cana é a carpa (trato nos matos que crescem junto), o resto é feito pela usina e descontado em tonelagem. Aliás, nem tudo é feito diretamente pela usina. Tem um assentado que terceiriza o maquinário e as turmas de trabalho. Esse sr. assentado tem três tratores grandes e é “turmeiro” (chama turmas de trabalho para plantio e colheita de cana), faz esses serviços para quem planta cana para usina no assentamento e é como um representante dos serviços da usina. O transporte é terceirizado com gente de fora do assentamento e, as mudas, a usina fornece. (Diário de Campo, 2006)

A cana nos assentamentos tem várias faces, as quais diferem pelas experiências individuais e principalmente pelo retorno financeiro que cada um consegue com ela. O que mais marcou a presença dela nos lotes foi a carência dos assentados com uma alternativa que lhes dê essa renda para investimento. A “imposição” da cana é uma constatação que vem da própria característica da paisagem regional, na qual se vê homogeneamente a cultura plantada pelas usinas do complexo agroindustrial local, a qual organiza grande parte da economia regional. Se fossem usinas de beneficiamento de arroz, provavelmente seria esta cultura a invadir os lotes. A parceria talvez cause tanto descontentamento devido ao passado dos trabalhadores, ex-bóias-frias excessivamente explorados pelo trabalho nas colheitas e também por ser a reforma agrária, na opinião dos que são contrários à cana, uma política pública para se mudar a composição da paisagem homogeneizada pela cana e seus respectivos mecanismos de controle e de poder. Isso não vem mudando com a política de assentamentos praticada atualmente, por vezes vazia em investimentos e credibilidades em alternativas de interesse dos assentados e coniventes até demais com as usinas, causando revolta aos que lutam contra a subordinação junto ao complexo canavieiro.

Não se pode generalizar mas, em alguns lotes, ocorre o arrendamento total através da parceria. Como dito anteriormente, as variações demográficas da família, a mão-de-obra disponível e a capacidade de investir em insumos são fatores que variam de um lote para outro. Os que compram insumos e os aplicam, fazem a carpa, cuidam da cana em seu lote não podem ser colocados como arrendatários, pois mesmo com todas as características da parceria eles têm trabalho no canavial e fazem um balanço de investimentos e esforços necessários. Por outro lado, existem muitos lotes que são totalmente arrendados, seja pela composição familiar ou em função da pluriatividade, que envolve assalariamento fora do assentamento.

Concluindo ou retomando questões

Com certeza, impactos da expansão da cana não podem ser analisados como um movimento de mão única, como impulsionadores da dinâmica regional ou como geradores únicos de renda à população assentada. Há complicadores que nos levam a retomar a relação inicial, apontada entre desenvolvimento e assentamentos rurais, mediada pelo conceito de Amartya Sen, para quem o desenvolvimento pode ser entendido como expansão das liberdades (SEN, 2000, p.18).

Com a expansão da cana, quais disposições criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar aos assentados tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas perspectivas de renda, sem prejuízo das alternativas de participação, de inclusão e de organização social? A partir do controle do espaço pelos usineiros, a gestão que os assentados podem imprimir ao território dos assentamentos, nos aspectos de sua mobilização e participação econômica fica, em princípio, prejudicada.

A própria eleição direta dos representantes do assentamento acabou sofrendo solução de continuidade (no caso do assentamento Bela Vista do Chibarro). Praticamente é cassada a liberdade de escolha dos assentados que passam a ter seu espaço “vigiado” por outros. Nos contratos firmados com as agroindústrias há uma assimetria de informações. Os assentados desconhecem as fórmulas de previsão da safra, de preço da cana – as quais são de domínio de agentes contratados pelos usineiros – o que os leva a ficar, de fato, de fora do processo. Os assentados não conseguem saber o valor real de sua produção, o que foi gasto, a quantidade e qualidade dos insumos, a pesagem da cana e, muito menos, como esta produção entra no circuito nacional e internacional de expansão da cana.

Neste quadro, é complicado dizer simplesmente que, ao garantir uma determinada renda, a cana passa a ser responsável pela “eficiência” dos assentamentos ou pela ampliação da renda agrícola e da dinâmica econômica dos municípios. Mesmo porque os assentamentos não podem ser unicamente dimensionados por indicadores de eficiência econômica ou pelas ambigüidades de se avaliar tais experiências pela renda monetária. No acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania, outras questões se apresentam na experiência da reforma agrária, “processo social, vivo e ativo de reformulação” de mentalidades e de relações sociais a partir de uma inflexão na experiência de vida do beneficiário (MARTINS, 2003, p. 46).

Na vivência desta experiência, ao aceitar a parceria da cana, os assentados passam a enfrentar outros problemas e os riscos de se verem, novamente, em situação “cativa”. É preciso igualmente que se diga que não tem havido no campo das políticas públicas dirigidas a assentamentos, reais oportunidade e/ou alternativas que se contraponham à expansão da cana. A própria perspectiva de revitalização da diversificação agrícola acaba sendo afetada, embora não se possa dizer que a mesma saiu de cena, podendo, em princípio, garantir estratégias de permanência na terra, com maior liberdade de decisão familiar.

Dados observados nas produções destinadas ao autoconsumo das famílias têm revelado expressões dessa diversidade (criação de capivaras e agro-industrialização de buchas de banho no Pontal, casos do frango e mandioca na região de Araraquara). Neste caso, as práticas agrícolas mantêm elos com os conhecimentos tradicionais, os quais são “dispensados” na cultura canavieira. Tratando-se de cana, como já afirmamos, as usinas ficam à frente de toda a produção, cabendo aos assentados apenas receber por sua produção no ato de entrega e não decidir como são estipuladas, no contrato, as condições de sua participação.

Nos casos em que os assentados ficam endividados por conta de um contrato, representantes dos órgãos gestores chegam a indicar o financiamento do Pronaf para a continuidade da produção e para que consigam cumprir o contrato. Conseqüentemente, há uma transferência de renda de financiamentos que serviriam, em princípio, para apoiar a agricultura familiar, mas ficam nas mãos das agroindústrias.

Na região de Araraquara, como uma forma de contemplar os assentamentos na agenda municipal, existem programas (da Prefeitura, eventualmente em parcerias com outras esferas do governo) que absorvem parte da produção existente. São ações voltadas para a venda direta dos produtores aos consumidores da cidade (Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo, Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, este de caráter federal) ou para integrar essas produções em projetos de âmbito local, como merenda escolar, restaurantes populares e instituições assistencialistas. Tais iniciativas podem ser consideradas como um embrião de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, capaz de alterar, com ganho qualitativo, padrões de segurança alimentar e de responsabilidade social dos municípios, os quais são visivelmente prejudicados com a má distribuição de renda causada pela expansão da cana, com conseqüentes agravantes na qualidade de vida.

O caso de assentamentos – no Pontal do Paranapanema – vizinhos às usinas que chegam a fornecer cana mediante projetos do Pronaf, financiando todo processo produtivo da cana aguça as contradições dessa trama de tensões. Há outras situações a considerar. Na região de Araraquara, como uma forma de contemplar os assentamentos na agenda municipal, existem programas (da Prefeitura, eventualmente em parcerias com outras esferas do governo) que absorvem parte da produção existente. São ações voltadas para a venda direta dos produtores aos consumidores da cidade (Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo) ou para integrar essas produções em projetos de âmbito local, como merenda escolar, restaurantes populares e instituições assistencialistas. Tais iniciativas devem ser investigadas como um embrião de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, capaz de alterar, com ganho qualitativo, padrões de segurança alimentar e de responsabilidade social dos municípios, os quais são visivelmente prejudicados com a má distribuição de renda causada pela expansão da cana, com conseqüentes agravantes na qualidade de vida. Tais fatos e outros que poderíamos apontar como desdobramentos no campo dos direitos trabalhistas e previdenciários. Casos de perda de direitos adquiridos de aposentadoria “especial” mostram que os impactos da expansão da cana nos assentamentos vão muito além da esfera estritamente econômica.

Como iniciativas desse modelo de desenvolvimento alternativo, as quais acenam para redes de proteção e cooperação dos atores locais e regionais, podem ser citados a inclusão de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar, cursos de capacitação para merendeiras e membros dos conselhos de alimentação e rural dos municípios, banco de alimentos, colheita urbana, central de abastecimento solidário, serviço de inspeção municipal, programas de aquisição de alimentos, restaurante popular e programas de treinamento de tecnologias de gestão da agricultura familiar etc.

Questões e dilemas que se apresentam, tal como no caso da cana, em escala crescente. De um lado, a expansão da cana provoca certo fascínio, favorecendo, sob um ângulo, a falsa impressão de segurança dos assentados sobre suas próprias vidas. Neste circuito, cabe lembrar, como outro aspecto complementar, a relativa “pressão” exercida pelos jovens filhos de assestados para fazer universidades, caminho que parece ser, em princípio, mais facilitado para aqueles que vivem da cana. Expectativas pragmáticas que não necessariamente se sustentam ao longo dos contratos de 5 anos. Situação a mostrar a expansão da cana alimentando individualismos, com quebra das construções coletivas, das expressões de solidariedade vivenciadas neste novo espaço social. Ainda mais, situação que se põe na contramão de políticas de maior segurança alimentar e de responsabilidade social. De outro lado, acirram-se no presente, conflitos com o órgão gestor, sinalizados pelas ações de reintegração de posse movidas há mais de uma década pelo Ministério Público em vista de denúncias do Incra de irregularidades na relação com a terra, como venda de lotes, utilização de áreas de reserva, compra de vários lotes, desenvolvimento de atividades não compatíveis com as finalidades da Reforma Agrária, ações que envolvem cerca de 17 famílias no Assentamento Bela Vista do Chibarro, mas vêm tendo repercussões em todo conjunto da população assentada. Aparentemente, conflitos que aparecem não ameaçar a expansão da cana que está, na verdade, no bojo de muitas dessas questões irregulares.

Ainda mais, problemas ambientais e outros são atribuídos pela União Nacional das Indústrias Canavieiras à incapacidade dos pequenos produtores fornecedores de cana de alcançarem patamares ambientais e de produtividade dos usineiros. Atribuições que acenam com possíveis mudanças na relação das usinas com os pequenos produtores, com perspectiva de aumentar a discriminação e a dependência dos pequenos fornecedores ao circuito dos complexos agroindustriais.

Face aos riscos das parcerias serem desfeitas, o que afirmar? Com cautela, pode-se dizer que a expansão da cana tem reavivado a trama de tensões, mas não pode ser vista como detentora única do destino final do futuro dos assentamentos.

Referências bibliográficas

- BARONE, L. A. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo. Retratos de Assentamentos. Nº 08, Araraquara: FCL/UNESP, 2000.
- BARONE, L. A. Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de Reforma Agrária. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL. UNESP. Campus de Araraquara. 2002.
- BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B.; KURANAGA, A. A. O futuro dos assentamentos rurais em questão: o retrato dos dilemas em espaços regionais distintos. II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, Feagri/Unicamp – CRBC/École des Hautes Études en Sciences Sociales, Campinas, 2005.
- BAÚ, C. H. R. Pequenos Produtores fornecedores de cana-de-açúcar na Região de Araraquara(SP): uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- BERGAMASCO, S.M.P.P. et all (orgs). Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo. Araraquara:UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo:INCRA,2003.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand e Brasil, 1989.
- FERRANTE, V.L.S.B. A Chama verde dos Canaviais. (Tese de Livre Docência), UNESP Araraquara, 1992.
- FERRANTE, V.L.S.B. e BERGAMASCO,S.M.P.P. (Orgs.) Censo de Assentamentos Rurais do estado de São Paulo. Pesquisa Multicamp/UNESP – Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo. Dezembro/1995.
- FERRANTE, V.L.S.B. e SILVA, M.A.M. A Política de Assentamentos e o Jogo das Forças Sociais no Campo. Perspectivas, 11, EDUNESP, SP, 1988.
- FERRANTE, V.L.S.B.; SANTOS, M. P. dos. A Cana nos Assentamentos: novas roupagens, velhas questões. Anais do XLII Congresso da SOBER, Juiz de Fora, julho, 2003.CD Room.
- FERRANTE, V. L. S. B.; Whitaker, D. C. A.; Barone, L. A. Poder Local e Assentamentos Rurais; Expressões de Conflito, de Acomodação e de Resistência. Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, Nupedor/GEPEP, 2003.
- FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. (orgs.) Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA/Uniara, 2005.
- HOUTZAGER, P. P. Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995). São Paulo: Ed. Globo, 2004.

- MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (orgs.) Assentamentos Rurais. Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- NEVES, D. P. Assentamentos Rurais. Reforma agrária em migalhas. Niterói. EDUFF 1997.
- PORTARIA ITESP – 75, de 24-10-2002 – Diário Oficial do Estado – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2002.
- PINASSI, M. O.; QUEDA, O. Consórcio Canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais? Revista de Reforma Agrária, ABRA, N.2, Vol.23, Campinas, maio/agosto, 1993.
- PUTNAN, R. D. Comunidade e democracia. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SILVA, M. A. M. Errantes do Fim do Século. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- STETTER, E. A. A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada? (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNESP/Fclar, 2000.
- WHITAKER, D. C. A. A Questão da Diversidade em Assentamentos de Reforma Agrária: Araraquara/SP. In: BERGAMASCO, S.M.P.P. et al. Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo. Araraquara: UNIARA, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo: INCRA, 2003.

Artigo recebido em outubro de 2007

Artigo aprovado em outubro de 2007

De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Sur de España

Víctor O. Martín Martín

Doctor en Geografía por la Universidad de La Laguna (1997)

Profesor Titular del Departamento de Geografía de la Universidad de La Laguna

Enderezo profesional: Departamento de Geografía de la Universidad de La Laguna, Campus de Guajara, s./n., 38.071, La Laguna, Tenerife, Islas Canarias, España

Endereço eletrônico: vbmartin@ull.es

Resumen

La llegada de la democracia a España supuso la aprobación de leyes de reforma agraria en las regiones del Sur: Andalucía y Extremadura. En ambas, la pervivencia de la gran propiedad latifundista, por un lado, y el peso del colectivo de los jornaleros (campesinos pobres y sin tierra) que reivindicaba “la tierra para quien la trabaja”, por el otro, justificó la aplicación de la reforma agraria. Sin embargo, en el cuarto de siglo que ha transcurrido desde entonces no se ha repartido ni una sola hectárea entre los jornaleros: la reforma agraria no se ha realizado. Este artículo explica por qué no se ha producido el reparto de la tierra mediante dos hipótesis entrelazadas: la paralización de la propia ley y la articulación por parte del Estado de un sistema de prestación singular (Plan de Empleo Rural – Subsidio Agrario).

Palabras-clave: gran propiedad; jornaleros; reforma agraria; subsidio agrario; España.

Resumo

Como se evita hoje a aplicação da reforma agrária no Sul de Espanha

A chegada da democracia à Espanha supôs a aprovação de leis de reforma agrária nas regiões do Sul: Andaluzia e Extremadura. Em ambas, a sobrevivência da grande propriedade latifundiarista, por um lado, e o peso do coletivo dos jornaleiros (camponeses pobres e sem terra) que reivindicavam “a terra para quem a trabalha”, por outro, justificou a aplicação da reforma agrária. No entanto, no quarto de século que decorreu desde então não se repartiu nem um só hectare entre os jornaleiros: a reforma agrária não se realizou. Este artigo explica por que não se produziu a partilha da terra mediante duas hipóteses entrelaçadas: a paralisação da própria lei e a articulação por parte do Estado de um sistema de prestação singular (Plano de Emprego Rural – Subsídio Agrário).

Palavras-chave: grande propriedade; jornaleiros; reforma agrária; subsídio agrário; Espanha.

Abstract

Of how there is avoided today the application of the agrarian reform in the South of Spain

The arrival of the democracy to Spain supposed the approval of laws of agrarian reform in the regions of the South: Andalucía and Extremadura. In both, the survival of the great property and the weight of the group of the laborers (poor peasants and “without land”) that the land was claiming, justified the application of the agrarian reform. Nevertheless, in the last quarter of century not even an alone hectare has been distributed for the laborers: the agrarian reform has not been realized. This article explains why the distribution of the

land has not taken place by means of two interlaced hypotheses: the paralyzation of the own law and the joint on the part of the State of a system of singular service (Rural Employment Plan – Agrarian Subsidy).

Key-words: great property; laborers; agrarian reform; agrarian subsidy; Spain.

Introducción

La llegada de la democracia a España supuso la aprobación de leyes de reforma agraria en las regiones del Sur: Andalucía y Extremadura. En ambas, la pervivencia de la gran propiedad latifundista, por un lado, y el peso del colectivo de los jornaleros (campesinos pobres y sin tierra) que reivindicaba “la tierra para quien la trabaja”, por el otro, justificó la aplicación de la reforma agraria. Sin embargo, en el cuarto de siglo que ha transcurrido desde entonces no se ha repartido ni una sola hectárea entre los jornaleros: la reforma agraria no se ha realizado. Este artículo explica por qué no se ha producido el reparto de la tierra mediante dos hipótesis entrelazadas: la paralización de la propia ley y la articulación por parte del Estado de un sistema de prestación singular (Plan de Empleo Rural – Subsidio Agrario).

El fracaso de las reformas agraria Andaluza y Extremeña

La justificación de la necesidad de la reforma agraria

Históricamente la petición del “reparto” de la tierra, de la reforma agraria en el Sur de España se basó, entre otros motivos, en la acusación del absentismo de los grandes propietarios. Veamos un ejemplo del reconocimiento de tal acusación y su justificación por parte de un noble a principios del siglo XX¹ (el subrayado es nuestro):

En muchas partes hay falta de seguridad personal, y con las modernas predicaciones y con el actual estado de las mismas, cada día menos. Sería preciso reedificar los antiguos castillos y mantener una guarnición en ellos.

En muchísimas más, la falta, no ya de comodidades, sino hasta de lo más esencial para la vida hace que sea imposible pedir al propietario rico o medianamente acomodado vaya a vivir en ellas. Lo que el obrero de la ciudad come cuando tienen un jornal regular, pan blanco y fresco, carne fresca, no puede comerlo el propietario, porque no lo hay sino a algunas leguas de la finca; carece de asistencia médica, siquiera regular; hasta la asistencia religiosa es deficiente. No tiene sociedad alguna con que alternar. ¿Son éstas las condiciones en que están los propietarios ingleses y franceses?, ¿en que están los mismos españoles de nuestras provincias del Norte?

Después, en la década de los setenta del pasado siglo, B. Roux (ROUX, 1975, p. 163), en su estudio de la comarca del Andévalo y la Sierra Morena de Huelva, justificaba el absentismo y observaba lo que hoy sigue siendo el hecho evidente en el campo andaluz y extremeño: la práctica del absentismo no sólo por parte de la Duquesa de Alba, sino por los “labradores” campiñeses que nacieron con la reforma agraria liberal:

TP¹PT Marqués de Hinojares: “Alrededor del problema agrario andaluz” (Extracto de un artículo aparecido en *La Liga Agraria*, 19-20 de septiembre de 1905, en CALERO, A. M.: *Movimientos sociales en Andalucía*, p. 124; cit. en LEÓN LILLO, 1990, p. 95). Ya lo dice el dicho popular del jornalero andaluz querido señor marqués, que dicho sea de paso no podía vivir en la ciudad: “El que dijo cortijo, todo lo dijo”.

Por lo tanto, si incluso el absentismo, en el sentido de un propietario que reside la mayor parte del tiempo fuera de la localidad en que se encuentran sus tierras, parece menos frecuente en el Andévalo que en la Sierra, no cabe duda que es un fenómeno que no ha desaparecido en la región estudiada. Sin embargo, no creemos que sea un factor determinante de la crisis actual de la agricultura. En efecto, los empresarios que no viven en sus fincas no las administran de manera muy distinta a los que viven en ellas; unos y otros practican una ganadería de tipo extensivo llevada por asalariados. Por supuesto, en el segundo caso, los encuentros entre empleados y propietario son más frecuentes; pero, de todas formas, las características técnicas tradicionales de la producción: la recolección de los forrajes naturales para el ganado en explotaciones en las que se efectúan pocos trabajos de cultivos o de mantenimiento no requieren órdenes muy numerosas ni muy complejas. Si la producción sigue siendo extensiva y no mejorada, la presencia del jefe de explotación no es necesaria para la administración de la ganadería.

Que el absentismo, y todo lo que el mismo lleva aparejado (escasa innovación técnica, descapitalización de las explotaciones, métodos extensivos de cultivos, dispendio del regadío, práctica de monocultivos subvencionados), viene ocasionado por no ser la agricultura la actividad principal de los grandes propietarios y, por tanto, está directamente vinculado con el prestigio social que otorga la posesión de la tierra, lo explica muy bien el cándido autor francés (ROUX, 1975, pp. 163-165):

Por eso mismo, muchos ganaderos se pueden dedicar a otras actividades profesionales cuando su posición social y económica se lo permiten...

En cuanto a la naturaleza de estas actividades, se trata especialmente de profesiones liberales y dirección de empresas [...] La ganadería aparece como una ocupación accesoría, por no decir un pasatiempo. Además, los momentos que se le dedican son escasos (generalmente, menos de la cuarta parte del tiempo de trabajo, según las respuestas de los ganaderos) y el ingreso sacado no representa gran cosa comparado con los ingresos de la profesión principal. Es lo que se destaca de las respuestas de 16 de esos ganaderos un poco especiales [cuatro médicos, tres industriales, un notario, dos profesores, un secretario sindical, un asesor jurídico, dos administradores de empresas y dos comerciantes]: para 10 de ellos, la agricultura les proporcionaría menos del 25 % del conjunto de sus ingresos; para 2, el 25 %; para 3, el 50 %, y para uno el 75 %. Sin embargo, sus explotaciones no son de las más pequeñas ya que solamente cuatro de ellas tienen una superficie menor de 300 has.”

Significado de la reforma agraria para los jornaleros del Sur de España

Dejemos hablar a B. Infante (INFANTE, 1915-1976, pp. 151-152), porque de sus palabras se puede entresacar el significado de la tierra para los jornaleros andaluces actuales y para toda la sociedad del Sur de España, aunque haya pasado un siglo desde que fueron escritas (sin quitar esa pesada losa no podrá este pueblo conseguir su verdadera redención):

Lo primero que hay que hacer es proporcionar tierra a los jornaleros, esto es, poner la tierra a disposición de quien quiera trabajar, asegurarle su posesión y el goce de las mejoras que en ellas hiciesen; convertirlos en labradores, en granjeros libres, de esclavos que son; en individuos de esa clase media campesina que nos proponemos crear.

Hasta que esto suceda, no se repoblará el país, ni los pozos surgentes alumbrarán las aguas, ni se aprovecharán los manantiales, ni el Gobierno encontrará el entusiasta apoyo de los particulares para llevar a cabo grandes obras de irrigación, ni podrá el Estado acometer grandes obras de utilidad regional [...] Imperante el régimen actual, se daría la gran injusticia que esas obras, satisfechas con recursos del Estado, es decir, de todos los contribuyentes, cedieran en beneficio casi exclusivo de los actuales dueños de las tierras beneficiados, los cuales, probablemente, concluirían sometiéndolas al mismo uso que tanto otros hacen, como hemos visto, de terrenos de gran fertilidad: cerrado de toros, pobres cultivos extensivos o cotos de caza. Sólo cuando haya muchos labradores y no unos cuantos propietarios, de los cuales no pocos se adornan con este nombre, se producirán, espontáneamente, tanto efectos

e instituciones como hoy se buscan, en vano, por leyes anodinas a cuyas invocaciones responden únicamente el silencio de los campos despoblados, la hosca aridez de las estepas incultas o los estallidos de un odio de clases, ineluctable, que como instrumentos decisivos de apasionadas reivindicaciones, sugiere a los unos la indignidad del látigo implacable, el aumento de guardia civil, y a los otros, la venganza de un sabotaje feroz. El bárbaro crimen de las bombas incendiarias.

Hay, pues, que convencerse. Manteniendo íntegros los actuales intereses, la acumulación de la propiedad privada de la tierra y sus naturales o lógicos efectos, causa de nuestra actual decadencia, es imposible acometer empresa alguna de seria y verdadera redención.

En Extremadura ya iniciada la última década del siglo XX, cuando la reforma agraria culminaba su proceso legislativo con la Ley del Regadío, el miedo a la rotura de la paz social en el campo del mediodía español seguía tan presente como hacía un siglo:

En algunos lugares la necesidad de hacer reformas estructurales para mantener la paz social se ha trasladado de la Agricultura a otros sectores (véase el caso de todas las Hunosas que llevamos soportando en las últimas décadas), pero no así en regiones como Extremadura, donde seguimos teniendo casi 30.000 personas (cinco veces el número de jubilaciones anticipadas de Hunosa) cuya rebeldía potencial no podremos seguir sujetando mucho tiempo con 30 ó 40.000 pesetas al mes.²

A. Baigorri, en un libro posterior a esta reflexión periodística, hacía las cuentas de cómo llevar a cabo la redención –tal como lo describía B. Infante más arriba- de los jornaleros del mediodía español (BAIGORRI, 1994, p. 40):

Ese dinero [refiriéndose a los miles de millones de pesetas gastados en el sistema subsidio agrario-PER], utilizado en comprar grandes fincas, de secano, regadío o silvoganaderas, por avenencia, para instalar a familias de jornaleros como agricultores autónomos -una reforma agraria a precios de mercado- habría supuesto la modificación de la estructura de propiedad de más de un millón de Has, y la creación de 30.000 o 40.000 explotaciones de entre 15 y 100 Has.

Si ese dinero se hubiese utilizado en transformar en regadío y colonizar, hubiese afectado a más de 300.000 Has, instalando entre 20.000 y 30.000 colonos con explotaciones viables. Si consideramos que los 230.000 subsidiados en 1992 suponen unas 100.000 familias, y que la transformación en regadío provoca la aparición de 2 ó 3 puestos de trabajo inducidos en industria y servicios por cada puesto agrícola, la conclusión de ambos supuestos es que se habría resuelto definitivamente el problema de los jornaleros andaluces y extremeños, aumentando la capacidad productiva de la nación. El que los agricultores también estén subsidiados no quita validez al razonamiento, pues en cualquier caso los subsidios agrarios vienen, y vendrán en forma creciente, de Europa, mientras que los subsidios a los trabajadores salen de las arcas del Estado. De forma que habríamos trasladado a Europa buena parte del coste de reconversión de nuestros trabajadores agrícolas.

Pero las instituciones del Estado, en manos de los grandes propietarios, no iban a desarrollar una estrategia de ese tipo que generara una clase de campesinos libres, pues entonces perderían la base social de su sistema histórico tradicional de acumulación semifeudal. Por ello...

Contexto teórico, social y jurídico de las leyes de reforma agraria del Sur de España

Las luchas jornaleras (ocupaciones de fincas, luchas por el convenio laboral, petición generalizada de la reforma agraria, huelgas de hambre) se expandieron por el Sur de España durante el fin del franquismo y los primeros años de la Transición Democrática

TP²PT Artículo del sociólogo Artemio Baigorri, publicado en el diario Extremadura, en enero de 1992.

Española. Las movilizaciones en el campo andaluz volvían a recordar los años de la República, del Trienio Bolchevique o de la primera década del siglo XX. En este contexto, y en el marco del proceso de descentralización estatal que dará lugar a la España de las Autonomías, la Ley de Reforma Agraria volvió a entrar en la agenda de las instituciones del Estado.

En este contexto social y político, J. M. Sumpsí³ será en principal encargado de justificar la necesidad de una “muy especial” ley de reforma agraria en el Sur de España: se muestra a favor de la reforma agraria, pero no de la clásica que significaría el reparto de la tierra. No es extraño que la ley andaluza naciera desnaturalizada desde su entrada en vigor y que los jornaleros andaluces señalaran que la misma había “nacido muerta”, sin posibilidad de resolver los problemas históricos pendientes en Andalucía y Extremadura.

Sumpsí aducía principalmente justificaciones económicas y sociológicas para la reforma agraria, ocupando las sociales y políticas un rango menor. Como consecuencia, basó toda su argumentación en la aversión al riesgo de los grandes propietarios y la necesidad de que las explotaciones cumplieran la función social que establece la Constitución (SUMPSÍ VIÑAS, 1988, pp. 24-26):

Podemos distinguir dos tipos de efectos [sobre la sociedad andaluza]: los económicos y los sociológicos. En cuanto a los primeros, es necesario reconocer que, aunque una gran parte de los grandes propietarios acometieron la modernización de sus explotaciones a partir de los años 50 (mecanización, mejora de las técnicas de cultivo, introducción de nuevas variedades, etc.), sus estrategias de gestión empresarial han conducido, por regla general, a una estructura de cultivos, a un uso del suelo y agua, a unos desequilibrios entre agricultura y ganadería, y a una acosa total ausencia de actividades comerciales y de transformación de los productos agrarios, que han puesto de manifiesto unos aprovechamientos socialmente inadecuado de los recursos naturales de Andalucía.

[...] Dicha estrategia ha consistido en la mayoría de los casos en minimizar el riesgo y maximizar la comodidad, dejando el beneficio como una restricción residual; simplemente para garantizar un nivel mínimo, sin preocuparse por tanto en maximizar sus beneficios.

[...] Los riesgos a los que se enfrenta el gran agricultor son de dos tipos: el riesgo del mercado y el riesgo laboral, derivado de emplear a muchos jornaleros con la conflictividad que ello podría comportar. Muchos grandes agricultores han manifestado que no han plantado frutales, no por la fuerte inversión ni por el mayor capital circulante necesario, ni por la falta de rentabilidad (era muy elevada, dada su precocidad productiva), ni siquiera por el riesgo del mercado, sino por evitar la contratación de un gran volumen de mano de obra eventual y por el miedo a las huelgas. Evidentemente, ese miedo no existe con cultivos como el trigo, cebada, sorgo, maíz o girasol, que ocupan el 80% de la superficie de la Vega del Guadalquivir.

La reforma agraria era el resultado de la aversión al riesgo de los grandes propietarios y la causa de dicha aversión era que éstos últimos tenían “miedo” a invertir más por causa de las luchas de los jornaleros. De las reformas agrarias que se han llevado a cabo dentro del marco del capitalismo y que hemos podido investigar (MARTÍN MARTÍN, 2005), ésta es la primera en la que se reconoce explícitamente la causa real de todas las reformas agrarias del mundo: el “miedo” a las luchas campesinas.

El marco institucional y jurídico para la reforma agraria fue el incumplimiento de la función social (equidad y eficiencia) que establece la Constitución y que podría servir, pero nunca ha servido, de base para posibles expropiaciones. Pero las posibilidades de expropiación y reparto posterior de la tierra ya venían cercenadas desde el punto de vista de

TP³PT José María Sumpsí Viñas, Doctor Ingeniero y Catedrático de Economía Agraria de la Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos de Madrid, participó en 1983 en la comisión que redactó el Proyecto de Ley de Reforma Agraria de Andalucía. Desde 1984 hasta 1986 fue Presidente del Instituto Andaluz de Reforma Agraria. Autor de diversos artículos y trabajos junto con José María Naredo y Luis Ruiz Maya sobre la evolución de la gran explotación agraria en España y de diversos temas relacionados con el latifundismo y sus implicaciones económicas y sociales.

la filosofía y concepción de las leyes de reforma agrarias aprobadas, cuando los propios encargados de la aplicación de la misma consideraban que las ciencias sociales ya habían concluido que la agricultura del Sur de España era una agricultura plenamente capitalista, sin restos de semifeudalidad (SUMPSÍ VIÑAS, 1988, p. 28):

De hecho, diversos autores como Naredo (1977), Sumpsí (1978) y Martínez Alíer (1968) habíamos ya demostrado que el comportamiento de los grandes agricultores no podía considerarse precapitalista o semi-feudal, sino que seguía, desde hacía ya muchos años, una clara racionalidad dentro de la lógica capitalista. Esta conclusión, implicaba la no necesidad de una reforma agraria burguesa tradicional (reparto de tierras) para pasar de una estructura semi-feudal a otra plenamente capitalista.

Efectivamente, en estos años de auge del movimiento jornalero, el denominado por nosotros “bloque intelectual terrateniente” (B.I.T.) elabora una serie de trabajos sobre la necesidad o no de reforma agraria en el Sur de España, que van a suponer los fundamentos teóricos sobre los que se elaboran las leyes de reforma agraria de los años ochenta⁴ y que investigadores posteriores no van más que a repetir una y otra vez.

Los Estatutos de Autonomía y las Leyes de Reforma Agraria de Andalucía y Extremadura

En los estatutos de autonomía de Andalucía de 1981 y de Extremadura de 1983 se mencionaba explícitamente la necesidad de realizar la reforma agraria para el logro de los objetivos de progreso en ambas regiones.

En la Ley Orgánica 6/1981, de 30 de diciembre, de Estatuto de Autonomía para Andalucía, el artículo 12 reza así (el subrayado es nuestro):

1. La Comunidad Autónoma de Andalucía promoverá las condiciones para que la libertad y la igualdad del individuo y de los grupos en que se integran sean reales y efectivas; removerá los obstáculos que impidan o dificulten su plenitud y facilitará la participación de todos los andaluces en la vida política, económica, cultural y social.
2. La Comunidad Autónoma propiciará la efectiva igualdad del hombre y de la mujer andaluces, promoviendo la plena incorporación de ésta en la vida social y superando cualquier discriminación laboral, cultural, económica o política.
3. Para todo ello, la Comunidad Autónoma ejercerá sus poderes con los siguientes objetivos básicos [entre otros]:
La reforma agraria entendida como la transformación, modernización y desarrollo de las estructuras agrarias y como instrumento de una política de crecimiento, pleno empleo y corrección de los desequilibrios territoriales.⁵

TP⁴PT Especialmente el número 7 de la revista *Agricultura y Sociedad* en el año 1978, en el que aparecen diversos trabajos de estos autores del B.I.T: MARTÍNEZ ALIER (1978) y NAREDO (1978).

Autores posteriores, desde la Economía (DELGADO CABEZA, 1984) o la Geografía (FERRER RODRÍGUEZ; SÁENZ LORITE, 1987) no supieron estar por lo menos a la “altura intelectual” de los tiempos y cuando se manifestaban sobre la reforma agraria en España no desgranaban el problema en toda su amplitud y complejidad. Delgado Cabeza llegó a reiterar una vez más las tesis de los intelectuales del B.I.T. en el sentido de que la agricultura andaluza “se lleva a cabo con criterios de estricta rentabilidad económica” pero “lo que sucede es que la máxima rentabilidad se consigue no cuando se hacen máximos los rendimientos, sino cuando se obtiene el máximo beneficio con el menor riesgo”.

⁵ El recién aprobado nuevo Estatuto de Autonomía de Andalucía en 2007 vuelve a recoger en su Artículo 10 sobre los “Objetivos básicos de la Comunidad Autónoma” un apartado similar:

“13.º La modernización, la planificación y el desarrollo integral del medio rural en el marco de una política de reforma agraria, favorecedora del crecimiento, el pleno empleo, el desarrollo de las estructuras agrarias y la corrección de los desequilibrios territoriales, en el marco de la

También en la Ley Orgánica 1/1983, de 25 de febrero, por la que se aprueba el Estatuto de Autonomía de Extremadura, el artículo 6 señalaba la consecución de los objetivos básicos de la institución regional (el subrayado es nuestro):

2. Las instituciones de la Comunidad Autónoma de Extremadura, dentro del marco de su competencia, ejercerán sus poderes con los siguientes objetivos básicos [entre otros]:

k) La transformación de la realidad económica de Extremadura, mediante la industrialización y la realización de una reforma agraria, entendida como la transformación, modernización y desarrollo de las estructuras agrarias, en cuanto elemento esencial para una política de desarrollo y de fomento del empleo, en el marco de una política general de respeto y conservación del medio ambiente.

Finalmente los objetivos recogidos en ambos estatutos se plasman en la aprobación de diferentes leyes de reforma agraria:

- a) Real Decreto 3237/83, de 28 de diciembre, que entró en vigor el 1/1/84, de Reforma Agraria de Andalucía.
- b) Ley 1/1986, de 2 de mayo, sobre la Dehesa en Extremadura.
- c) Ley 3/1987, de 8 de abril, sobre tierras de regadío.

En el preámbulo de la primera ley extremeña se recogía la misma concepción de la reforma agraria que inspiró la ley andaluza (el subrayado es nuestro):

El concepto de Reforma Agraria, que en gran parte se confundía con la cuestión de la Tierra, hunde sus raíces en el mundo Romano, dentro de nuestra esfera cultural, entendiéndose en esencia como un reparto de tierras entre el campesinado; desde los Gracos hasta Pascual Carrión, pasando por Olavide, se mantiene en sustancia este concepto, variando tan sólo las formas y los medios, es la revolución tecnológica la que impone cambios esenciales, tanto en fines, como en medios y formas. Por otro lado, el capitalismo agrario, ha ido perdiendo paulatinamente importancia, frente al mercantil primero y al industrial y financiero después produciéndose un desplazamiento progresivo de la población campesina hacia actividades mercantiles o industriales, así como a la dotación de servicios que el incremento de estas actividades conlleva. De tal manera este hecho se ha acusado en nuestros días que prácticamente existe una correlación entre desarrollo y bienestar social y baja población activa agraria.

Una Ley de Reforma Agraria como la presente, en el último tercio del siglo XX y con la pretensión de estar vigente en el XXI, no puede pretender el simple reparto de tierras, como objetivo primario, sino la optimización de las producciones de la propiedad agraria como generadores de desarrollo, asumiéndose tan sólo el cambio de propiedad en aquellos casos extremos, en que ésta sea incapaz de cumplir el fin que la legitima.

política agraria comunitaria y que impulse la competitividad de nuestra agricultura en el ámbito europeo e internacional.”

El nuevo Estatuto, en diferentes títulos, recoge las nuevas sensibilidades de la Unión Europea para el siglo XXI. Por ejemplo el Artículo 232 habla de la “Participación en las decisiones de la Unión Europea” del Gobierno andaluz, sobre todo las referidas a las agrícolas. El Artículo 48 específico sobre las competencias de Andalucía en la materia se insiste en la agricultura ecológica y la innovación tecnológica, y además, en el novedoso Título VII dedicado al Medio Ambiente, el Artículo 202 dice:

“Los poderes públicos de Andalucía, con el objetivo conjunto de fijar la población del mundo rural y de mejorar su calidad de vida, promoverán estrategias integrales de desarrollo rural, dirigidas a constituir las bases necesarias para propiciar un desarrollo sostenible”.

La complejidad de la aplicación de las reformas agrarias andaluza y extremeña

Al escaso contenido de reforma agraria tradicional o de redistribución de propiedad, se unió la compleja y tediosa aplicación y gestión de la ley y las variadas estrategias individuales y jurídicas seguidas por los grandes propietarios a partir de su aprobación.

A pesar de que, como se ha visto en el apartado anterior, no puede considerarse que el legislador fuera particularmente atrevido en la confección y aprobación de la Ley de Reforma Agraria andaluza, con la publicación de la misma no acabó la polémica sobre la reforma agraria desde el punto de vista jurídico.

Dicha polémica se articularía por dos vías: una primera a través del recurso de inconstitucionalidad contra la Ley presentado por 53 senadores del Grupo Parlamentario de Alianza Popular (donde estaban agrupados en aquellos momentos los grandes propietarios andaluces), cuyo objetivo era descalificar la reforma agraria en su totalidad, solicitando del Tribunal Constitucional la declaración de nulidad de la Ley y su consiguiente expulsión del ordenamiento jurídico; y otra segunda dirigida contra los actos bien del Consejo de Gobierno de la Junta de Andalucía, bien de otras autoridades administrativas competentes de acuerdo con la Ley, dictados para la ejecución y aplicación de la misma (PÉREZ ROYO, 1988, p. 133, en SUMPSÍ VIÑAS, 1988).

La síntesis realizada de la experiencia de J. M. Sumpsí como presidente del Instituto Andaluz de Reforma Agraria (I.A.R.A.) expresa otra de las estrategias articuladas por la gran propiedad, una vez entra en vigor la misma. Con la Ley de Reforma Agraria Andaluza se inició un proceso de *“práctica generalizada de partición de las fincas al objeto de que la superficie de las explotaciones cayera por debajo de los límites de aplicación de la misma (300 has en secano y 50 has en regadío)”* (SUMPSÍ, 1988, p. 45). A. Sánchez, quien fuera Jefe de los Servicios de Estudios del I.A.R.A., también ha señalado la dificultad incluso de localizar a los propietarios fiscales de las fincas (AMARO, C.; BARCIELA, C.; GARRABOU, R.; MAURICE, J.; SÁNCHEZ, A., 1992, p. 145):

La construcción de estos elencos apenas pudo hallar algún somero apoyo en la información fiscal disponible. Pero allí donde pudo contrastarse esta fuente se comprobó que un relevante número de posibles afectados por la Ley carecían de personalidad fiscal alguna en las provincias donde se les suponía la residencia, lo cual podría estar causado tanto por declarar a través de otras personas, como por hacerlo en otros lugares, o incluso por eludir la acción de Hacienda.

Este mismo autor ha escrito que la definición de las explotaciones encontró obstáculos no sólo en las reticencias de los implicados, sino en la propia naturaleza jurídica de las explotaciones, que se mostraron en una complejidad hasta ese momento apenas desvelada a la Administración en su completa magnitud y muy significativa para la justificación de los propios propósitos que animaron al lanzamiento de la política de Reforma Agraria. Así, la titularidad de muchas de las explotaciones era (y sigue siendo) muy confusa, lo que dificulta en estos casos, entre otras cosas la definición de sus estrategias económicas a medio y largo plazo y las ha llevado a menudo a posiciones de clara marginalidad fiscal (favorables generalmente para quienes las “sufren”). Entre las causas de esos estados de confusión, señala A. Sánchez, pueden destacarse al menos tres tipos frecuentes y de cierta incidencia (AMARO, C.; BARCIELA, C.; GARRABOU, R.; MAURICE, J.; SÁNCHEZ, A., 1992, pp. 143-144):

1. En primer lugar en muchas explotaciones se sumaban diferentes derechos, detentados por diversas personas, resultantes generalmente de decisiones testamentarias complejas. Los tenedores de esos derechos confiaban a uno de ellos o incluso a una tercera persona la gestión de la explotación.
2. Un segundo tipo de casos frecuentes era el de los titulares que disponían de tierras de diversos propietarios sin más título para ello que la cesión verbal y la confianza en su persona; en esos casos el proceso de toma de decisiones puede adoptar infinitas variantes, desde la libertad absoluta del tenedor, hasta la interferencia regular de los propietarios, lo que

convierte al agricultor en poco menos que un “encargado” cualificado. Estas situaciones son frecuentes en el ámbito de familias donde sólo algún miembro se dedica a la agricultura, llevando las tierras de los parientes junto con las suyas propias. Algunos de esos parientes podían residir lejos e incluso ser objeto de alguna incapacidad legal, con lo que la identificación de los focos de las tomas de decisiones implicaba legalmente colectivos amplísimos. Aplicar a estos casos el concepto de explotación era difícil y más aún defenderlo documentalmente ante los tribunales, por mucho que para toda la comarca donde radicara la explotación ésta se comportara como tal.

3. Un tercer tipo de casos, frecuente en algunos lugares (Vega de Sevilla por ejemplo), está formado por las explotaciones que en su totalidad o en parte eran dadas en arrendamiento o aparcerías, algunas de corta duración. Estas circunstancias, encubriendo a menudo abusos legales (reiteración durante varias campañas de los llamados “arrendamientos de barbechos” a las mismas personas, en diferentes parcelas de la finca), fragmentaba la titularidad de las mismas tierras en diversas campañas y dificultaba la identificación del destinatario a quien asignar los rendimientos obtenidos. Otros arrendamientos contractualmente correctos, dispersaban ficticiamente explotaciones que eran en realidad una misma entre supuestos titulares que poco intervenían en el proceso de toma de decisiones de “sus” explotaciones, consiguiéndose con ello ventajas fiscales, a más de dificultar la aplicación en ellas de la actuación de la ley de RA.

Esta complejidad de las formas de explotación de las grandes propiedades, que dificultaban la aplicación de la reforma agraria andaluza, es una muestra clara de las pervivencias semif feudales ancestrales en el agro supuestamente “capitalista” del Sur de España.

Finalmente, se constató otro tipo de dificultades que retrasaban la aplicación de la Ley de Reforma Agraria cuando se intentó utilizar el Catastro de la Riqueza Rústica y se observó las deficiencias del mismo (AMARO, C.; BARCIELA, C.; GARRABOU, R.; MAURICE, J.; SÁNCHEZ, A., 1992, p. 146):

El método de la evaluación de la eficiencia adoptado en el Reglamento requiere conocer la potencialidad de las tierras de cada explotación en base a una escala de potencialidades específicas de cada comarca, que también era necesario construir. Este tipo de problemas suele estar resuelto en países que disponen de un catastro eficiente (caso USA por ejemplo). No es así en el caso español.

En nuestro país el catastro efectivamente distribuye toda la tierra de una provincia en una multitud de posibles usos agrarios en razón de los cuales se establecen las cargas tributarias al patrimonio rústico. Pero este ingente trabajo servía de bien poco para las actuaciones de la RA por varias razones: nuestro catastro sólo hace referencia a los usos efectivos que en un momento dado recibieron las tierras y no a los razonablemente potenciales; los usos identificados están generalmente obsoletos, hasta el extremo de no reflejar siquiera importantes transformaciones en riego de los años cincuenta; el parcelario real ha sufrido importantes transformaciones en los últimos años que no han sido recogidos generalmente por el Catastro o al menos no con el grado de actualización deseable; finalmente la titularidad mostrada por la información catastral guardaba escasa relación con la que se perfilaba en las explotaciones. Este cúmulo de razones hacen claramente insuficiente lo que en otro estado hubiera sido un valioso instrumento de trabajo, relegándolo al nivel de un documento más de consulta.

Siguiendo a A. Sánchez, vemos como éste señala que detectadas las incoherencias más acusadas gracias a un contraste entre lo declarado y datos estándares elaborados para cada comarca se procedió a requerir apoyo documental para mantener los datos más dispares. De no presentarse tal apoyo se modificaban las declaraciones, a ser posible con el consentimiento del interesado y, de no ser así, como acto de oficio de la Administración. Estos contrastes eran más fáciles en el tema de la ocupación, especialmente durante las últimas campañas, escribe nuestro autor, en las que la extensión de la cobertura del subsidio de desempleo incrementó el control del movimiento laboral en el campo; pero ello no impedía, sin embargo, tener que aceptar en contrapartida algunos datos insensatos, avalados por los Registros de la Tesorería General de la Seguridad Social, y provocados por

prácticas laborales espúreas, tales como mantener a los trabajadores de ciertas industrias agrarias dados de alta como trabajadores agrícolas o incluir en las nóminas de las explotaciones al personal de servicios de las residencias rurales (AMARO, C.; BARCIELA, C.; GARRABOU, R.; MAURICE, J.; SÁNCHEZ, A., 1992, p. 152)

Una de las cosas para lo que sirvieron los trabajos realizados por la Administración en relación con la reforma agraria fue que una parte importante de los grandes propietarios presentaron planes de mejora de las explotaciones, los cuales preveían incrementar la producción de las tierras de ese colectivo en un promedio del 85 % y elevando también el empleo en un 135 %. De ahí que concluya A. Sánchez que tales datos muestran claramente y “ex post” que no erraban quienes creían ver en la agricultura de la zona recursos infrautilizados, capaces de ser movilizados incluso en unas circunstancias de dura competencia comercial y de precios restrictivos como los que se estaban conociendo, contexto en el que las tierras de regadío tienen sin duda mayores posibilidades de adaptación y maniobrabilidad que las tierras de secano (AMARO, C.; BARCIELA, C.; GARRABOU, R.; MAURICE, J.; SÁNCHEZ, A., 1992, p. 164).

Hasta marzo de 1990 se habían aprobado tres Decretos de Actuación de Reforma Agraria: Antequera, Vega de Córdoba y Osuna-Estepa. Pero los tribunales los habían paralizado.

Por el contexto conceptual y jurídico en el que nacieron y, como hemos descrito, por las dificultades de aplicación que tuvieron, el resultado será que las leyes de reforma agraria se fueron convirtiendo en inservibles para las aspiraciones de las regiones andaluza y extremeña, en general, y para el movimiento jornalero, en particular, en lo referente al reparto o redistribución de la propiedad⁶.

Y como no ha habido reparto... constantemente reaparece la reivindicación de la reforma agraria

A. Cohen, A Ferrer y M. Sáenz en la introducción del libro *Gran propiedad y política agraria en la Península Ibérica* se hacían eco de la contradicción entre la afirmación de la modernización de la agricultura del Sur de España y los conflictos que seguían surgiendo alrededor de la pervivencia del latifundismo ancestral (AMARO, C.; BARCIELA, C.; GARRABOU, R.; MAURICE, J.; SÁNCHEZ, A., 1992, pp. 8-11):

Periódico El País: Dominical de 25/3/90: “Los nuevos dueños de la tierra. Empresarios y financieros desbancan a la nobleza”.

Su autor, Javier Ayuso, dice que esto “constituiría un componente primordial de la “modernización” que “habría realizado la verdadera revolución rural en España”. Y que mejor para confirmarlo que las opiniones de los representantes de los gobiernos autonómicos – todos del Partido Socialista- en circunscripciones donde tiene más arraigada y significativa presencia el latifundio: “en general –dicen desde Extremadura- los terratenientes han respondido” en el empeño por hacer más productivas sus explotaciones. En Andalucía, cuando los grandes propietarios no “modificaron sus hábitos” en el sentido deseado, “se

TP⁶PT Y en vista de la evolución descrita, la intelectualidad no ha hecho más que dar la razón y repetir los planteamientos que ya en los años setenta hicieron los líderes del bloque intelectual terrateniente (B.I.T) sobre la no necesidad histórica del “reparto”. Así, en un libro reciente de M. González de Molina sobre la Historia de Andalucía (GONZÁLEZ DE MOLINA, 2000, pp. 89 y 98) podemos leer:

“La reforma agraria ha dejado de constituir una reivindicación central de la sociedad andaluza, por tanto resulta necesario una redefinición y nueva contextualización del concepto de reforma agraria...”

Cabe preguntarse más allá del imperativo ético de la redistribución de la renta y de justicia social, si existían razones objetivas para la expropiación de los latifundios y si efectivamente hubiese sido posible un incremento sustantivo de la producción y de los rendimientos, junto a una diversificación de los cultivos y mayor inversión en las infraestructuras de modernización.”

decidieron a vender a empresarios agrarios que (...) están haciendo un buen trabajo”. Por si fuera poco, en Castilla-La Mancha, las grandes fincas de caza “cumplen una función ecológica clara”. ¡Qué más se puede pedir!

Las noticias y comentarios de prensa en torno a la tierra se hicieron más frecuentes en las fechas que siguieron, pero reflejaban un apreciable cambio de cariz. El motivo se situaba ahora en Extremadura y venía a ser la última entrega de un enredo, con la Casa de Alba y el gobierno autonómico como protagonistas: dos remotas fincas extremeñas salen bruscamente de su ancestral anonimato... a raíz de las diferencias surgidas a la hora de fijarles precio entre el esposo de la duquesa, propietaria, y los representantes del gobierno regional, interesado en su adquisición. La proximidad supuesta entre los Alba y el “actual poder político”, que la prensa y la oposición no dejaron de recordar, rubricaba la naturaleza de las diferencias surgidas (meramente económicas), confiriendo al relato rasgos no muy lejanos de vodevil.

Pero el recurso a la expropiación por parte del ejecutivo regional y la posterior anulación de la medida por el Tribunal Superior de Justicia extremeño abrieron de par en par la caja de los truenos. Algunos de los máximos responsables socialistas de la región desenterraron en hacha de guerra antinobiliar y antilatfundista: el presidente del gobierno autonómico –que en un programa radiofónico objetó al duque “consorte” las escasas marcas corporales que podía esgrimir en apoyo de su amor por las tierras de la discordia y les recordó que éstas, ya expropiadas por la República, habían sido devueltas a la casa ducal por un “régimen ilegítimo”- denuncia la complicidad de algunos jueces extremeños con los de “sangre azul” (El País, 10/4/90). Un senador de su mismo partido les dedica calificativos más contundentes: “caciques y terratenientes que sólo defienden al que tiene dinero”, “salteadores de caminos”... ensañados con los socialistas que pretenden “quitarles las tierras a los ricos y dárselas a los pobres”. (El País, 4/4/90)

Pero ¿esto qué es? ¿Décadas de lenta sedimentación modernizadora, de paciente desactivación de contradicciones sociales en torno a la propiedad de la tierra, puestas en entredicho por un exceso de apetito especulativo de un Grande de España y por un abuso de vocabulario de los políticos socialistas que mentaron a la bicha? De pronto, se suceden los editoriales de prensa que se ocupan de la cuestión (algunos ampliando explícitamente el marco territorial de referencia a Andalucía), con consideraciones sobre “el paro agrario y la precaria condición” de los jornaleros que “exigen soluciones globales [...] de las que las expropiaciones de tierras son sólo una parte”. (El País, 10/4/90)

Aunque larga la cita, es bien representativa del estado latente de la cuestión agraria no resuelta en el Sur de España. Una década después, en junio de 2002 un millar de jornaleros del Sindicato de Obreros del Campo (S.O.C.) ocupó en El Carpio (Córdoba) la finca Hacienda Buena Vista, propiedad de la Duquesa de Alba, para protestar contra la reforma sobre el P.E.R. – Subsidio Agrario y del desempleo del Gobierno. En la entrada, los jornaleros colgaron carteles en los que reclamaban la tierra para los trabajadores del campo y la reforma agraria⁷.

Esta noticia última sirve de entrada al último capítulo de este libro: no hubo ni ha habido reforma agraria que llevara a cabo el reparto ansiado históricamente; entonces ¿qué es lo que ha mantenido una relativa “paz social” en el campo de Andalucía y Extremadura en las últimas dos décadas? La respuesta está en la extensión a los jornaleros de ambas comunidades del sistema PER-Subsidio Agrario.

El sistema per-subsidio agrario o cómo mantener al campesino atado a la tierra

Desempleo y juventud en el campo andaluz-extremeño

A partir de los años sesenta la agricultura del Sur del España se moderniza, se capitaliza, pero hasta cierto punto. La emigración hacia las áreas industriales de España y hacia Europa occidental tiene como causa primera la huida de las condiciones semif feudales

TP⁷PT Diario UCórdoba DigitalU, 15-06-2002. Terra/Efe.

del campo y, posteriormente, de la mecanización de diversos cultivos. Pero, al contrario que en otras regiones españolas, el campo de Andalucía y Extremadura no se vacía, y los pueblos del Sur, después de ese éxodo inicial, dejan de perder población e incluso comienzan a crecer modestamente a partir del segundo lustro de los años setenta del pasado siglo.

Los geógrafos han estudiado este fenómeno muy bien. Así C. Ocaña escribe que el tercer cuarto del siglo XX estuvo marcado socialmente en Andalucía por el fenómeno de la emigración, pero la interrupción de estas grandes corrientes emigratorias, a mitad de los setenta, en plena crisis económica, no deja lugar a dudas del papel que estaba desempeñando como mercado de reserva de trabajadores para otras áreas españolas o europeas más desarrolladas. Al debilitarse la emigración se acentuó el crecimiento urbano y también la población rural pudo parcialmente recomponerse y se diluye así, con la recuperación demográfica, la evidencia más ostensible de la crisis social en este medio (OCAÑA OCAÑA, 2000, pp. 78-79). Nuestra autora se pregunta entonces cómo se cierra la crisis demográfica en el medio rural y sobre qué nuevo equilibrio socioeconómico, porque a la especificidad demográfica (crecimiento y juventud) del campo andaluz se une la estructural presencia del desempleo (OCAÑA OCAÑA, 2000, pp. 79-84):

Un somero análisis de las trayectorias demográficas seguidas en el último cuarto de siglo, muestra muchos espacios rurales no sólo en crecimiento – cuando ya los crecimientos son tan reducidos- sino con una reserva de juventud que resulta extraordinariamente chocante en el mapa rural de España. Otros, sin embargo, siguen sumidos en ella, con saldos migratorios más reducidos, pero agravada al paso del tiempo, por el problema cada vez más sensible del envejecimiento [...]

De los espacios rurales con una dinámica poblacional positiva, los de las zonas litorales o metropolitanos no son de los que expresan agudamente este desajuste, pero es muy frecuente en los restantes. Los ejemplos se multiplican en la depresión del Guadalquivir [...] Asentamientos de dimensiones medias o grandes, que incorporan incluso un alto componente urbano. Poblaciones que se han rehecho desde los años setenta de una crisis poblacional, que en ellos fue menos aguda en general que en la montaña, que presentan estructuras demográficas con una proporción elevada para el momento de jóvenes, vitalidad en el desenvolvimiento urbano, y además, unas elevadas, preocupantes habría que admitir, tasas de paro.

Concluye, la geógrafa andaluza, que, efectivamente, el campo andaluz no se ha despoblado (OCAÑA OCAÑA, 2000, p. 84):

Una cierta esperanza se desprende para los medios rurales, que tanto han sufrido con la concentración económica del período industrial. Ante estas nuevas expectativas de futuro, una ventaja presenta el medio rural andaluz: haber superado un período tan crítico sin un problema grave de despoblamiento.

Pero esa “ventaja” demográfica del medio rural no representa más que el triunfo de la estrategia de la gran propiedad, como luego veremos.

Y es que al mismo tiempo, la tasa de paro agrario ha venido creciendo de manera paulatina a lo largo de los años ochenta al suavizarse la disminución relativa de los asalariados en la población activa agraria. De cualquier forma, el salto tan brusco que se observa en la cuantía del desempleo agrario a partir de 1984 debe interpretarse con reservas, pues obedece en gran medida a cambios metodológicos en la consideración de ciertos activos. La causa concreta obedece a la desaparición del Programa de Empleo Comunitario y su sustitución por el Plan de Empleo Rural, y el paso de los antiguos afectados por el Programa de Empleo Comunitario a la percepción del subsidio de paro. Y es importante señalar, por las consecuencias sociales del fenómeno, que el paro agrario es un fenómeno muy delimitado geográficamente en la agricultura española. La Encuesta de Población Activa señalaba en 1990 que 142.000 de los 200.000 parados agrarios eran trabajadores andaluces, el 71 % del total, que, agregados a los 17.000 jornaleros extremeños desocupados, suponen el 80 % del desempleo agrario total. En el libro de

donde proceden estos datos, *Modernización y cambio estructural en la agricultura española*, podemos leer que “esta situación recuerda que un problema secular de la agricultura española sigue sin encontrar solución satisfactoria más allá de los sistemas asistenciales puestos en marcha y que, posiblemente, estén cristalizando una situación poco deseable sin alternativas válidas” (ABAD BALBOA; GARCÍA DELGADO; MUÑOZ CIUDAD, 1994, p. 95, en SUMPSÍ, 1994).

Resulta sintomático y esclarecedor, por las similitudes encontradas, el análisis de la distribución geográfica del paro en el ejemplo andaluz, en fechas tan distintas como 1930 y 2002. Bernaldo de Quirós, en su *Informe acerca del paro de los jornaleros del campo de Andalucía durante el otoño de 1930*, comenta (BERNALDO DE QUIRÓS, 1973, pp. 102-103):

Como desde el primer momento he advertido, el paro de ahora es general en toda Andalucía; pero admite, no obstante, cierta matización en cuanto a su extensión e intensidad, no difícil de advertir en el curso de las impresiones recibidas durante el viaje.

Desde luego, me parece posible afirmar que donde la crisis presenta su localización más extensa es en la provincia de Jaén, por los mismo que en ella el olivo representa más de las dos terceras partes de los cultivos de la provincia.

El paro, muy sensible en toda ella, se agrava más en el partido judicial de Martos [Huelma, Mancha Real, Valdepeñas de Jaén].

“Suceden a la provincia de Jaén, en un grado menor, las de Córdoba y Sevilla, en las cuales, aun siendo extraordinario el paro, le atenúan acá y allá cultivos intermedios entre el cereal y el olivo, como el viñedo en el caso de Montilla, por ejemplo, y el algodón y la remolacha en algunas zonas sevillanas.

Siguen en tercer término las provincias de Granada, Málaga y Cádiz. Pero mientras en Granada el paro de los obreros del campo se extiende más o menos por todos sus partidos judiciales, en Málaga afecta principalmente a la parte lindante con las provincias de Córdoba y Sevilla, o sea los partidos de Antequera y Campillos; y en Cádiz, al de Arcos de la Frontera y al de Olvera, esto es, en la serranía septentrional, próxima a la divisoria con Sevilla. En la marina, tan sólo se notaría un cierto exceso de paro en el del puerto de Santa María.

Es decir, el paro agrícola afectaba a las comarcas olivareras jienenses, campiña y sierra cordobesa, comarca malagueña de Antequera, contrafuertes y sierra gaditana, comarcas granadinas y campiña y sierra Sur de Sevilla. Exactamente igual a la distribución actual de los trabajadores eventuales agrarios subsidiados de la región. Para comprobarlo, véase a continuación los municipios principales de Andalucía en razón de las personas que reciben el subsidio agrario⁸. A los datos de los años treinta sólo habría que añadir los municipios de las nuevas comarcas de regadío intensivo en el litoral de Almería y Huelva⁹.

TP⁸PT Un indicador de cómo algunos pueblos dependen económicamente del subsidio agrario es el porcentaje que suponen, sobre la población activa del municipio, los perceptores del subsidio. De los 770 municipios andaluces, 197 tienen un porcentaje de perceptores sobre el total de su población activa superior al 25%.

TP⁹PT En el trabajo de M. I. ANDÚJAR (1994), *Campesinos sin tierra y territorio jornalero en Andalucía* estudian la procedencia de los jornaleros en la campaña de la fresa en el litoral de Huelva y las conclusiones son también parecidas: “en la distribución geográfica apuntada, es necesario resaltar la fuerte presencia de jornaleros de determinados municipios: La Campana, Montellano, Puerto Serrano, Bornos, Valdepeñas, Écija, Carmona y Oliva.” (ANDÚJAR Y OTROS, 1994:60). Además, en el mapa de la página 54 de dicha publicación se ve la procedencia de los mismos por provincias:

Huelva: Puebla, Rosal, Aroche y Encina.

Sevilla: Lebrija, Cabezas de San Juan, Quillena, Utrera, Alcalá, Arahal, Carmona, Paradas, Marchena, Campana, Fuentes de Andalucía, Lentejuela. La Luisiana, El Rosal, Écija, Osuna, Corrales, Saucejo, Puebla de Cazalla, Alcalá, y Morón.

Cádiz: San Lúcar, Bornos, Jerez, Puerto Real, Chiclana, Algodonales, Puerto Serrano, Villamartín y Espera.

Málaga: Alameda.

Córdoba: Hornachuelos, Córdoba.

CUADRO 20. Municipios andaluces con más de mil perceptores del subsidio agrario en el año 2002.

Jaén: Lopera, Martos, Valdepeñas, Villanueva del Arzobispo, Villacarrillo.

CÁDIZ

Arcos de la Frontera	1232
Bornos	1282
Jerez de la Frontera	1823
Puerto Serrano	1298
Villamartín	1194

CÓRDOBA

Aguilar de la Frontera	1676
Baena	1325
Bujalance	1082
Cabra	1165
Carlota (La)	1155
Córdoba	1383
Fuente Palmera	1342
Lucena	1319
Palma del Río	2179
Priego de Córdoba	1506
Puente Genil	1350

JAÉN

Alcalá la Real	1087
Jódar	1769

MÁLAGA

Antequera	1474
Vélez-Málaga	1679

GRANADA

Illora	1259
Loja	1256

SEVILLA

Arahal	1779
Brenes	1025
Cabezas de San Juan (Las)	1653
Campana (La)	1173
Carmona	1561
Écija	2283
Fuentes de Andalucía	1014
Lebrija	1333
Lora del Río	2080
Montellano	1035
Morón de la Frontera	1115
Osuna	1685
Palacios y Villafranca (Los)	2504
Pilas	1004
Tocina	1350
Utrera	1902

HUELVA

Almonte	1067
Bollullos Par del Condado	1706
Lepe	1129

ALMERÍA

Ejido (El)	1014
------------	------

Desempleo sin despoblación no encajan en las leyes de desarrollo del capitalismo agrario. Surgen entonces para el investigador dos preguntas entrelazadas, cuyas respuestas van a ser desarrolladas en el presente capítulo:

1^a. ¿Para qué era necesario evitar que el campo se despoblara? Para que los grandes propietarios siguieran disponiendo de mano de obra campesina abundante y barata, base de su sistema de acumulación semifeudal.

2^a. ¿Qué estrategia va a utilizar la gran propiedad para ello o cómo se logró que los campos del mediodía español no se vaciaran? Desaparece la semifeudalidad de las relaciones de producción, pero evoluciona la semifeudalidad, convirtiendo la política en el elemento clave y decisivo: la semifeudalidad sancionada por el poder del Estado terrateniente (legislación sobre el Plan de Empleo Comunitario y el Plan de Empleo Rural-Subsidio Agrario). Es decir, desaparece la semifeudalidad de las relaciones de producción, pero ésta evoluciona a través del control del poder político, fundamentalmente local, institucionalizando sistemas de protección estatal que mantuvieran a los campesinos atados a la tierra. Así es como la gran propiedad terrateniente logra mantener su poder económico-político.

Cambio en las relaciones sociales: la evolución de la semifeudalidad

Sin emplear los términos señalados anteriormente, con todo el contenido que ello supone para comprender la semifeudalidad del campo andaluz y extremeño en los últimos treinta y cinco años –esto es, el mantenimiento del poder de la gran propiedad-, es imposible entender los cambios operados en las relaciones sociales del mundo agrario en ambas regiones.

El nivel de dependencia de los trabajadores agrícolas asalariados sigue siendo hoy total, pero los vectores de esa dependencia se han recompuesto sustancialmente: en el pasado, se reducía, en lo fundamental, a la dependencia de los grandes patronos agrícolas; en la actualidad esta antigua dependencia, al no poderse llevar a cabo a través de las relaciones de producción, por la necesidad de mano de obra abundante y barata que siguen teniendo, ha tenido que ser modificada. El Estado se ha hecho más y más presente en las relaciones sociales en el campo, consolidando y universalizando las medidas para administrar y controlar el desempleo agrícola, vigentes desde 1971. Los aportes de los subsidios son hoy absolutamente imprescindibles para garantizar la subsistencia de la generalidad de los trabajadores asalariados eventuales en el medio rural andaluz y extremeño. Estos subsidios, en realidad, deben ser considerados como parte del salario que recibe el actual jornalero (y que ha dejado de pagar el gran propietario), el cual unido a los jornales del campo, componen el precio de la fuerza de trabajo imprescindible para la reproducción de esta mercancía especial.

Conviene saber, además, que el control del poder político por parte de la gran propiedad ha generado que el Estado haya consolidado su influencia en este ámbito de las relaciones laborales en el campo a través, sobre todo, de los ayuntamientos, delegando en ellos la gestión del Empleo Comunitario primero y del Plan de Empleo Rural después, por lo que los ayuntamientos y en concreto los alcaldes, han pasado a convertirse en los principales empleadores de la mayoría de los pueblos, especialmente de los pequeños pueblos, pero también de muchas agrocidades.

Qué es el sistema P.E.R. – Subsidio Agrario¹⁰

El subsidio agrario vigente en Andalucía y Extremadura es un sistema de protección por desempleo para los trabajadores eventuales agrarios de estas dos comunidades autónomas (en actualidad, unos 200.000 en Andalucía y 30.000 en Extremadura). Consiste, básicamente, en recibir un subsidio muy reducido, durante un máximo de meses al año, ampliables para determinados colectivos, si se han cotizado un mínimo de peonadas durante el año natural anterior. Para el acceso al subsidio agrario es necesario estar afiliado al Régimen Especial Agrario de la Seguridad Social (R.E.A.S.S.) durante al menos un año, no tener rentas agrarias en el hogar que superen el Salario Mínimo interprofesional (S.M.I.) vigente y carecer de rentas individuales de cualquier naturaleza que, como cómputo anual, superen la cuantía del S.M.I. El subsidio es un 75% del salario mínimo (330 euros al mes), a los que hay que descontarle el pago mensual del Sello de la Seguridad social y se puede cobrar durante un máximo de seis meses. En un año, el Instituto Nacional de Empleo (I.N.E.M.) se gasta unos 840 millones de euros para hacer frente a estas prestaciones.

Junto al subsidio agrario se ha desarrollado el sistema denominado Plan de Empleo Rural (P.E.R.), que consiste en un plan de trabajo público para las zonas agrarias. El P.E.R. recoge un conjunto de subvenciones del Gobierno central a Ayuntamientos y, en menor medida, Diputaciones y Junta para realizar obras públicas en las que se reservan la mayor parte de los contratos a los jornaleros. En los años iniciales de la presente década ha estado

TP¹⁰PT Este apartado ha sido elaborado a partir de los textos del Boletín ANDALUCIA LIBRE nº 115, distribuido el 1º de Mayo de 2002.

dotado con unos 120 millones de euros anuales, a los que hay que añadir otros 50 que aporta la Junta y las Diputaciones para pagar los materiales empleados en las obras.

El P.E.R. se ha utilizado como complemento de renta para los perceptores del subsidio agrario, así como medio para garantizar el acceso al número de peonadas necesarias para acceder al cobro de dicho subsidio. Las peonadas del P.E.R. están mucho mejor pagadas (el jornal en el campo rara vez llega a los 30 euros diarios) pero muchos jornaleros deben esperar turno hasta dos y tres años para ser contratado en una obra un máximo de 20 días.

Con este entramado asistencial sostenido sobre dos ejes (P.E.R.-subsidio) se ha conseguido durante las dos últimas décadas atar a los jornaleros a la benevolencia de cada patrón, presionando a la baja los convenios, que ya de por sí se tienden a incumplir. Al ser más vital la firma que el jornal, el trabajo se convierte en instrumento para recibir el subsidio, con lo que prácticamente desaparecen las luchas en las temporadas tradicionales, disminuyendo sustancialmente la conflictividad.

El sistema -dentro de una extrema heterogeneidad de situaciones locales y comarcales- permite acceder a un cierto ingreso regular -por mísero que sea- a miles de personas que antes carecían de él. Impone la paz social, mantiene bajos los salarios a la vez que fija población en el medio rural; supone de hecho -y en esto coinciden la mayoría de los expertos políticos, sindicales y científicos- el archivo de la exigencia de Reforma Agraria y permite la reconversión del campo andaluz cara a la entrada del Estado español en la Unión Europea. El coste económico de esta operación es ridículo; no sólo si se valoran sus resultados cualitativamente -el control social de una región de siete millones de habitantes- sino incluso si cuantitativamente (1.010 millones de euros, algo más de 188.000 millones de las antiguas pesetas) se compara con las inversiones estatales en otras reconversiones, como la minera o la industrial, que se afrontan en otras regiones del Estado.

Los antecedentes históricos del P.E.R. – Subsidio Agrario

Históricamente han existido ciertas acciones tanto de la Administración como de los grandes propietarios que permiten hablar de los antecedentes del sistema P.E.R.-Subsidio Agrario. Los comedores públicos, las obras públicas, los alojamientos o repartos de jornaleros o la caridad privada son algunos de ellos.

El problema del paro y el hambre de los jornaleros no era, según los grandes propietarios, una consecuencia de la concentración de la propiedad en pocas manos, ni de las estrategias productivas seguidas por los latifundistas. Por tanto, era el Estado quien debía actuar para solucionar o mitigar el problema económico y social del jornalero¹¹. Detrás de estas reclamaciones lo que se escondía era que la masa de jornaleros se quedara en el campo.

TP¹¹PT Según Baumeister, en su estudio sobre Extremadura entre finales del siglo XIX y primeras décadas del XX, la manera de tratar el tema del paro estaba todavía caracterizada por las ideas y modelos tradicionales de la caridad de personas particulares, instituciones y autoridades: ayudas para los afectados con alimentos y dinero, el llamado alojamiento o reparto de jornaleros entre los propietarios y, por último, construcción de carreteras e instalaciones públicas, etc..., si lo permitía la situación financiera y climatológica. Y señala como fracasaron clamorosamente los intentos hechos por parte del Estado durante los críticos años de la Primera Guerra Mundial para abordar este temido problema como un potencial de desórdenes: tanto los decretos sobre el subsidio de desempleo como el establecimiento de bolsas de trabajo en las cámaras agrarias locales -la de Badajoz, entre otras- fueron papel mojado. El autor aporta los decretos, órdenes y estudios de la época de su investigación: Reales Decretos de 18/3/1919 y Real Orden de 24/3/1919; véase en pp. 307 y ss. RODRÍGUEZ LABANDEIRA, J. (1987): "El paro campesino en la Restauración". *Revista Internacional de Sociología*, nº 45, pp. 297-317. Sobre las iniciativas estatales para combatir el desempleo, véase en pp. 373 y ss. PAZOS Y GARCÍA, D. (1920): *Política social de España (Problemas, situación y reformas)*. Madrid; y pg. 3, nota 1 en JORDANA DE POZAS, L. (1928): *La previsión contra el paro forzoso. Planteamiento general de la cuestión*. Madrid). La reglamentación del Ayuntamiento de Cáceres muestra que apenas cambió nada en las medidas estatales contra el desempleo con el establecimiento de la Segunda República: sigue previendo para las crisis obreras las obras públicas, el reparto y los socorros, (es decir, la ayuda natural

Durante los años de la II República, sus gobernantes se encontraron con la oposición de los grandes propietarios que consideraban que las soluciones debían partir del Estado con la acometida inmediata de grandes obras públicas, un antecedente claro de lo que hoy se denomina Plan de Empleo Rural (P.E.R.). En un Escrito de la Cámara Agrícola de Córdoba al gobierno, fechado el 16/4/36, se puede leer (PÉREZ YRUELA, 1979, p. 407):

El paro debe resolverlo el Estado por medio de obras públicas acudiendo a cuantos empréstitos sean necesarios; puede construir edificios para los diferentes servicios del mismo, ahorrando grandes cantidades de las rentas que ahora abona; cuarteles para la Guardia Civil y Asalto; pantanos para aumentar el regadío, según los proyectos del señor Lorenzo Pardo, con lo cual no sólo se incrementará la riqueza nacional y la producción, sin que tendría colocación un gran porcentaje de obreros agrícolas donde podría hacerse más fácil las parcelaciones; carreteras, caminos vecinales para que no quede un pueblo sin las necesarias vías de fácil comunicación.

Numerosos ejemplos han sido recogidos en las monografías comarcales y municipales que han investigado diferentes épocas de la realidad del campo andaluz-extremeño. Uno de ellos es el trabajo de A. León quien señala la importancia que adquirió el tema del paro en la localidad de Palma del Río aumentado a consecuencia de las contingencias climáticas. El autor aporta el siguiente texto recogido en el libro de sesiones del Ayuntamiento, una vez finalizada la Guerra Civil (LEÓN LILLO, 1990, p. 87-88):

La comisión gestora fue informada por el señor alcalde de que como presidente de la Hermandad de Labradores había recibido un oficio de la delegación sindical comarcal en que se hacía presente la existencia de cierto paro obrero y se excitaba su celo para que fuera remediado. Sigue informando el señor alcalde de que muy significados elementos patronales de la localidad le habían hecho presentar sus temores de que el paro actual se viera considerablemente aumentado, en forma de constituir una preocupación social para mediados del mes de julio próximo a causa de la exigua recolección que se avecina por el lamentable estado del campo que produce la pertinaz sequía. Como consecuencia de todo, el señor alcalde, estimaba que la corporación debía tomar nota de tan angustioso problema y contribuir a su remedio en la medida de su alcance. Por unanimidad se acordó dar un voto de confianza al señor alcalde para que: 1º.) gestione de la Confederación del Guadalquivir la ejecución de las obras de puesta en riego de la zona de la margen derecha del Genil e intensifique las que restan de la margen izquierda. 2º.) gestione de la Diputación Provincial las obras de caminos vecinales pendientes de ejecución o conservación. 3º.) estimule la rápida ejecución de las obras municipales proyectadas ultimando los expedientes que procedan. 4º.) estimule el interés del vecindario, especialmente de las clases pudientes, para la realización de obras particulares, individuales o colectivas que observan gran cantidad de mano de obra.

Una prueba que se convirtió en la estrategia a seguir: el Plan de Empleo Comunitario (1971-1983)

Los grandes propietarios tradicionalmente solicitaban la intervención del Estado en momentos coyunturales adversos, pero el éxodo masivo de jornaleros en la década de los sesenta parecía presagiar el vaciado de los pueblos andaluces y extremeños. Los “labradores” se estaban quedando sin mano de obra y los salarios crecían como nunca antes lo habían hecho. Entonces, lo que anteriormente era una exigencia hacia el Estado, quiso ser transformado en una política institucional permanente. ¿Cómo hacerlo?

Consecuencia de los nuevos tiempos y para paliar una situación en la cual existían en los períodos de paro estacional más de 200.000 jornaleros desempleados, el Estado pone en marcha en 1971 el Plan de Empleo Comunitario. El objetivo principal de este mecanismo era

con un comedor popular), aunque sin duda en centro de gravedad reside en las obras públicas. Lo nuevo es, sin embargo, la garantía financiera e institucional de esta política; nuevo es el valor que toma la lucha contra el paro en la política municipal. (BAUMEISTER, 1996, p. 121).

emplear tal excedente de mano de obra agraria en obras de interés público. El Plan de Empleo Comunitario nació, por Decreto 2123/1971 como un sistema de prestación económica excepcional, para completar la acción protectora del Régimen Especial Agrario (ANDÚJAR, M. I. Y OTROS, 1994, p. 97).

Efectivamente, con la Ley 41/70 de 22 de diciembre de 1970, sobre Seguridad Social Agraria, se equiparaban las prestaciones a los trabajadores por cuenta ajena del Régimen Especial Agrario (REA) con los del Régimen General de la Seguridad Social, con la excepción de las prestaciones por desempleo, pues los trabajadores del Régimen General contaban con un sistema de tipo contributivo que garantizaba la percepción de prestaciones económicas en caso de desempleo. El sistema mutual con que está concebida la Seguridad Social en España imposibilitó la aplicación de un mecanismo similar a los trabajadores del campo, por limitaciones financieras obvias, según A. Baigorri (BAIGORRI, 1994, p. 154).

Por ello se arbitró un subproducto de prestación social denominado "empleo comunitario", que en la Orden de 24 de septiembre de 1971 que lo desarrolla se define como *"la ocupación de trabajadores agrícolas en situación de paro para la realización de obras y servicios públicos, conforme a planes previamente establecidos en una localidad o circunscripción territorial y mediante la concesión de ayudas económicas a dichos trabajadores"*. Es decir, se repiten los esquemas diseñados por los liberales decimonónicos. Podían acogerse los trabajadores agrícolas en situación de paro estacional, o en paro debido a circunstancias excepcionales de alcance general o parcial, que afectasen a determinadas zonas geográficas; así como los trabajadores agrícolas en situación de paro que asistieran a cursos de EGB o de FP, bajo el único requisito de estar en alta en el REASS y al corriente en el pago de las cotizaciones. Podían ser ocupados en la realización de obras o servicios públicos, aunque no se concretaban en este caso la cuantía de las ayudas económicas, mientras que en el caso de los asistentes a cursos de formación recibían, con un límite máximo de 3 meses, el 75% del Salario Mínimo Interprofesional (S.M.I.) (BAIGORRI, 1994: 154).

Así, siguiendo la síntesis de A. Baigorri (BAIGORRI, 1994, pp. 155-158), inicialmente fue la Mutuality Nacional Agraria quien distribuía los fondos del empleo comunitario, aunque se incorporaban otros fondos de menor cuantía con cargo a los presupuestos del Fondo Nacional de Protección al Trabajo del Estado (a través del Ministerio de Trabajo), más lo recaudado por el impuesto especial contra el paro. A partir de 1979 todos los fondos se unificaron y canalizaron a través del INEM. En el proceso se fueron poniendo en marcha diversos mecanismos, que cuajaron en la Orden de 11 de junio de 1981 sobre medidas extraordinarias y transitorias para la aplicación de los fondos, por los que la distribución provincial de los fondos se realizaba a través de organismos o entidades públicas que demandasen mano de obra para la realización de proyectos de obras o servicios de utilidad social (Ayuntamientos, Hermandades de Labradores, Diputaciones, IRYDA, ICONA, Confederaciones Hidrográficas, Jefaturas Provinciales de Carreteras, etc.). Esta nueva forma de distribución de los fondos fue una respuesta de la Administración a las críticas sobre la escasa utilización de la mano de obra protegida, para la realización de actividades productivas o servicios de interés público. Sin embargo, los cambios no sirvieron para evitar otro tipo de críticas, que podrían sintetizarse en su carácter de "insuficiente y despilfarrador de recursos". Las sucesivas reformas servían sistemáticamente, casi de forma exclusiva, para poder ampliar numéricamente el colectivo de beneficiarios. En 1975 varias disposiciones hacen extensiva la prestación a los trabajadores por cuenta propia que cumplieran determinadas condiciones, esencialmente de base imponible, y a los desempleados de otros sectores habitantes del medio rural que hubiesen agotado el subsidio de paro. En 1978 nuevas disposiciones legales señalan que los fondos se destinarán prioritariamente a trabajos de carácter agrícola, con el fin de mitigar el desempleo agrario estacional. En 1981, a raíz de las huelgas de hambre de los sindicatos jornaleros, el Presidente de la Junta de Andalucía negocia con la Administración Central una nueva disposición, que establece de un lado la concesión de fondos durante cuatro días a la semana, y por otra parte integra en las Comisiones Provinciales de Empleo (encargadas de la distribución finalista de los fondos) a las organizaciones sindicales y empresariales.

Las corruptelas crecientes en la afiliación, su incapacidad para una verdadera creación de empleo, y su creciente coste para los presupuestos del Estado, llevaron al gobierno socialista, en 1983, a adquirir un compromiso para una reforma en profundidad del sistema. Aunque referido particularmente a Andalucía, el siguiente diagnóstico, señala A. Baigorri asumiendo las palabras de P. Palenzuela, es fácilmente extrapolable a la región extremeña:

A finales de su periodo de vigencia el Empleo Comunitario se distribuía regularmente a casi todos los municipios andaluces, percibiendo las ayudas un total de 107.478 personas a razón de cuatro días por semana, sin que la Administración controlase la ejecución de las obras que justificaban las subvenciones. En otras palabras, el sistema había perdido su carácter híbrido de prestación asistencial/renta del trabajo, para convertirse en una ayuda asistencial estricta, al mismo tiempo que el colectivo jornalero interioriza la idea de que la “limosna” del Empleo Comunitario era el pago insuficiente de una cierta deuda que la sociedad en su conjunto habría contraído históricamente con ellos.

Como ha apuntado Fernández-Cavada, lo que ocurrió fue que lo que en principio se consideró como una ayuda de poca importancia para un colectivo marginal, se convirtió con el paso de los años, y la aparición de la situación de crisis económica, en una carga presupuestaria de magnitud insospechada FERNÁNDEZ-CAVADA LABAT, 1990, p. 184). Esta evolución, que pasa de 502 millones en 1970 a 36.000 millones, en pesetas corrientes, doce años después, se refleja en el cuadro siguiente del mismo autor. Aún considerada en pesetas constantes, es evidente la magnitud de las cifras; si bien hay que señalar que, siendo el sistema de aplicación, en principio, para todo el Estado, ya en 1978 tan sólo Andalucía captaba el 78 % del total de los fondos, y al final del periodo aquella región totalizaba el 82 % de los fondos. Evidentemente se trataba de cifras cada vez más altas, pero el Estado las suministró.

CUADRO 21. Evolución del coste del empleo comunitario.

AÑO	MILLONES PTS	PTS DE 1972
1972	502	502
1973	506	454
1974	461	358
1975	560	371
1976	1823	1028
1977	3696	1674
1978	6324	2390
1979	12236	4001
1980	13749	3891
1981	20144	4935
1982	24250	5238
1983	36000	6948

Fuente: FERNÁNDEZ-CAVADA LABAT, J. L. (1990, p. 155).

Son datos que explican la implantación de una serie de medidas sucesivas de protección social, de las que el primer ensayo es el Empleo Comunitario. Un primer ensayo, basado en la realización de obras públicas en los municipios afectados por el paro agrícola, que se constituyó en estruendoso fracaso, pues a pesar de pasar en sólo diez años de una dotación de 500 millones a más de 36.000, no sólo no contribuyó a reducir las cifras del paro agrario, sino que ayudó a dispararlas: si en 1979 eran 25.000 los trabajadores acogidos al sistema, en 1983, último año de aplicación, se elevaban a casi 160.000.

Por tanto, este sistema pronto se convirtió en otra cosa. Inmediatamente comenzó a crecer el censo de trabajadores eventuales agrarios y el número se triplicó en pocos años. Desapareció también la contraprestación laboral, pues bastaba con estar apuntado en la relación de perceptores para obtener las prestaciones correspondientes. Esto fue acompañado de una vergonzosa corrupción en la gestión de los fondos que, por otro lado, son cada año

más importantes, como consecuencia de las presiones sociales (ANDÚJAR, M. I. Y OTROS, 1994, p. 97).

Como consecuencia de esto, los autores que critican la actitud de los jornaleros señalan que se desincentivó el trabajo, y el jornalero andaluz habituado a trabajar duramente cuando se le contrataba, descubrió la pequeña corrupción de acudir al tajo para estar casi sin trabajar. Ahora tenía asegurada la percepción del empleo comunitario, que debido a su regularidad, se convirtió en una pieza básica para las economías de las familias jornaleras que además, al no estar ocupadas durante todo el año, pudieron seguir empleándose en las actividades de la denominada economía sumergida (ANDÚJAR, M. I. Y OTROS, 1994, p. 98).

Pero esta culpabilización de los jornaleros¹² no es más que una de las “puntas de un iceberg” y no precisamente de las más importantes del sistema que se estaba creando. El verdadero y completo “iceberg” fue que esta prueba inicial de transferencia del pago de parte del salario necesario para el jornalero al Estado¹³ se va a transformar en la estrategia articulada por la clase terrateniente para seguir manteniendo atado a la tierra a los jornaleros del Sur de España. No hay que olvidar que el Empleo Comunitario fue creado por el Estado, un Estado que legisló a favor de los latifundistas, un Estado que preestableció las condiciones sociales para el jornalero sobre las que se instaló el Subsidio: alejamiento del trabajo en la tierra y la modificación de sus esquemas reivindicativos en dirección a la “limosna” del Empleo Comunitario, el desplazamiento de la polarización terratenientes/jornaleros hacia una confrontación jornaleros/Administración, desmembramiento progresivo del movimiento jornalero en relación a la lucha por el reparto de la tierra y, consecuencia de lo anterior, pérdida de sus señas de identidad y nacimiento del clientelismo local (BAIGORRI, 1994, pp. 157-158).

La implantación definitiva del sistema: el P.E.R. – Subsidio Agrario (1984-1994)

Un nuevo sistema de protección se puso en marcha en 1984, con la pretensión de superar las contradicciones del Empleo Comunitario. Se basó en intentar acercar el status del parado agrícola al del parado de la rama general, mediante la creación de un subsidio (aunque reducido en importe y en tiempo), así como en fomentar la creación de empleo a través de un Plan de Empleo Rural. Como ocurrió con el Empleo Comunitario, fue pensado para poco más de 100.000 trabajadores, y han terminado “apuntándose” casi 300.000. Un sistema diseñado en su primera configuración (Empleo Comunitario) como una medida provisional para mejorar la condición de vida de un colectivo marginal a extinguir (así se preveía ocurriese por emigración o agotamiento vegetativo), se ha transformado, veinte años después y tras profundas reformas, en el modo de vida casi estructural de un colectivo social importante, que en algunas comarcas no sólo no se extingue sino que crece. Un sistema con cuyos resultados, puede avanzarse, casi ninguno de los agentes interesados en el tema (desde la Administración a los propios jornaleros) está satisfecho (BAIGORRI, 1994:39). Sin embargo, a pesar de los costes y de las críticas generalizadas al sistema, el Estado ha seguido aportando la parte del salario necesaria “para la producción y reproducción de la fuerza de trabajo jornalera”. Pero veamos algunas de las características y la evolución de un sistema único en Europa.

Surgió como necesidad de elaborar una alternativa que sustituyera al sistema absolutamente degenerado y corrupto del Empleo Comunitario. Nace así el Plan de Atención al

TP¹²PT También esta culpabilización hacia el colectivo jornalero es uno de los tópicos más socorridos por quienes han pretendido y pretenden desacreditar a los jornaleros individual (como trabajador) y colectivamente (grupo social que reivindica la mejora de sus condiciones de trabajo y lucha por la tierra).

TP¹³PT P. Palenzuela (PALENZUELA CHAMORRO, 1989) escribe que un estudio de casos de antropología social realizado entre familias de obreros agrícolas en Lebrija (Sevilla) en 1984/85 concluía que las familias consultadas solamente percibían el 40 % de sus ingresos de salarios, el 30 % del seguro estatal de desempleo y tenían que conseguir, como desde tiempos inmemoriales, un tercio de sus ingresos necesarios para vivir de actividades de una economía sumergida informal. Esta última es percibida como humillante y se rechaza con rotundidad por los encuestados.

Empleo Rural en 1983, en cuyo informe se dice que el sistema anterior había dado lugar a una utilización de los fondos con fines muy diferentes a la mitigación del desempleo.

La nueva alternativa (sancionada, curiosamente, por el Real Decreto 3237/83, de 28 de diciembre, que entró en vigor el 1/1/84, de Reforma Agraria de Andalucía) del Plan de Atención al Empleo Rural se compone de tres mecanismos fundamentales:

- 1) Subsidio de desempleo agrario: establecimiento de un sistema de cobertura del desempleo de los trabajadores eventuales agrarios por cuenta ajena (T.E.A.S.), equivalente al 75% del SMI, a percibir durante 180 días al año. El subsidio se puede percibir durante un máximo de 180 días al año (al mes el número de días máximos de percepción es de 20), siendo la cuantía de un 75% del SMI (del que hay que descontar, para calcular el ingreso real, la cotización al REASS). En la liquidación del subsidio, que se hace mensualmente, se descuentan las jornadas trabajadas en actividades sujetas al REASS o al RGSS, así como los percibidos por incapacidad laboral transitoria que superen el número de 10.
- 2) Creación de un Plan de Empleo Rural (P.E.R.) que fomente, a través de la subvención, total o parcial por parte del I.N.E.M., de los jornales de los trabajadores empleados, la realización de obras en el medio rural, favoreciendo así la ocupación de los eventuales agrarios.
- 3) La puesta en marcha de un Plan de Formación Ocupacional Rural (F.O.R.), subvencionándose la asistencia por el I.N.E.M.

En principio, los requisitos para ser beneficiario del subsidio de desempleo son los siguientes:

1. Ser trabajador agrícola eventual por cuenta ajena inscrito en el Régimen Especial Agrario de la Seguridad Social (R.E.A.S.S.);
2. Estar al corriente en las cotizaciones;
3. No haber cumplido la edad mínima de jubilación;
4. Residir en Extremadura o Andalucía;
5. Haber cotizado en el Régimen Especial Agrario un mínimo de sesenta jornadas reales en el período de doce meses anteriores a la percepción del subsidio;
6. Carecer de otra renta de cualquier naturaleza superior al salario mínimo interprofesional.

Con estas características iniciales reformadas en diversas ocasiones, el Plan de Empleo Rural y el Subsidio Agrario forman, desde hace más de dos décadas, una pareja esencial en la política de ayudas públicas a los trabajadores del campo en Andalucía y Extremadura, comunidades donde el sector agrario concentra aún casi a la mitad de los parados en ambas regiones. A cerca de unas 350.000 personas se les garantiza una renta cada año. Sus defensores recuerdan además que esto se ha logrado con un gasto limitado (al INEM le cuesta más un parado del régimen general), y que los controles han limitado los fraudes (también menos importantes que en otros sistemas de prestación). La gran propiedad consiguió así sus objetivos de vincular el jornalero a la tierra.

El sistema es muy complejo de gestionar, y casi imposible de controlar, dada la dispersión de los sujetos a los que se dirige y las propias características socioestructurales del medio rural. Pero no importa la mayor o menor transparencia del sistema, sino el logro de los fines perseguidos.

La regulación por el Real Decreto 3237/83 fue modificada posteriormente por Real Decreto 2298/1984 de 23 de diciembre, introduciéndose mejoras, sustanciales entonces, tanto en las condiciones a reunir por los colectivos de perceptores, como en la modulación de la intensidad de la protección. Con esa estructura se mantuvo ya prácticamente intacta la normativa hasta 1990, en que, fruto del acuerdo entre el Gobierno y las centrales sindicales, se publica el Real Decreto 1387/1990 de 8 de noviembre, que fija las nuevas bases reguladoras.

Si el empleo comunitario terminaba su andadura con un crecimiento vertiginoso hasta alcanzar los 156.000 beneficiarios en 1983, el primer año de aplicación del nuevo sistema la cifra se elevaba a 192.300, y no ha dejado de crecer hasta 1989, en que alcanzó su punto

máximo con 296.600 beneficiarios. El primer año de aplicación del subsidio se habían presupuestado 36.000 millones de pesetas para este concepto, es decir la misma cantidad gastada en el Empleo Comunitario en 1983, en previsión de un descenso en el número de beneficiarios, pero el importe total casi alcanzó los 50.000 millones. Diversos informes confidenciales de la época hablan ya, en el momento mismo de su implantación, de la puesta en marcha de numerosos mecanismos y corruptelas, que llevaban a la presencia de numerosos beneficiarios incluidos indebidamente, mientras quedaban excluidos muchos trabajadores del campo realmente necesitados (BAIGORRI, 1994, p. 163).

La Seguridad Social inicia entonces una inacabable serie de advertencias de revisar las altas producidas en el REASS, pero la realidad es que entre 1983 y 1990 el número de afiliados por cuenta ajena pasa, en Andalucía, de 427.900 a 505.100; aunque en Extremadura, sin embargo, el número se mantiene prácticamente estable. Según A. Baigorri (BAIGORRI, 1994, p. 163), aunque se ha querido comparar el subsidio con el sistema asistencial denominado genéricamente salario social (implantado también en Extremadura), desarrollado en Madrid y en otras CC.AA., las diferencias entre ambas instituciones son radicales. Aunque sea de forma imperfecta, el subsidio agrario es una ayuda de carácter mutual, pues se exige la previa cotización al sistema de protección social (a través del REASS o incluso, en los últimos tiempos, también a través del Régimen General), e incluso se descuenta del subsidio la cotización; es decir, es preciso haber trabajado antes (y es precisamente esta obligación de haber trabajado como jornalero agrícola eventual donde se muestra la naturaleza semifeudal del sistema PER-Subsidio Agrario). Por el contrario, el denominado salario social es una ayuda de carácter totalmente asistencial, pues sólo se exige demostrar un nivel de necesidad determinado.

CUADRO 22. Evolución del número de subsidiados (miles) (1984-1992).

	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Extremadura	36.2	32.0	38.6	38.0	41.3	40.1	36.9	30.1	27.5
Andalucía	156.1	152.4	196.1	214.0	241.0	256.5	257.8	206.2	173.9
ESPAÑA	192.3	184.4	234.7	252.0	282.3	296.6	294.7	236.3	201.4

FUENTE: BAIGORRI, 1994, p. 161.

Un ejemplo que también demuestra la naturaleza semifeudal del sistema P.E.R.-Subsidio Agrario en el sentido de atar el jornalero a la tierra, lo recoge A. Baigorri en su investigación de 1994, cuando describe como, ante la falta de brazos en determinadas épocas del año, se llegan a suspender los trabajos del P.E.R. El sociólogo comenta que la aparición de disfuncionalidades en zonas de agricultura rica en la región extremeña, en las que en las campañas algunos empresarios agrarios no encuentran trabajadores suficientes, a pesar de existir una amplia nómina de parados en sus municipios, ha obligado en el verano de 1992 (aunque las previsiones le hacen creer que esta división tenderá a la permanencia), a delimitar el territorio extremeño en cuatro tipos de zonas a efectos de la distribución de subsidios del PER. En una primera zona, de generación de actividad, en las que las campañas agrícolas son intensas, quedan suspendidos los trabajos del PER hasta mediados del mes de septiembre, y en principio incluso queda en suspenso la reserva de nuevos créditos para obras, hasta el siguiente reparto. En la segunda zona, de primera influencia, que afecta a localidades limítrofes a las anteriores que suelen aportar abundante mano de obra a las campañas, se hace una reserva de crédito para obra, pero también se suspenden los trabajos hasta septiembre. Una tercera zona, de segunda influencia, mantiene la reserva de crédito, e incluso pueden seguir realizando obras siempre bajo control de la Comisión Provincial, y por supuesto aminorando su intensidad al máximo. En el resto del territorio sigue actuando con plena vigencia el P.E.R. (BAIGORRI, 1994, pp. 177-178).

Primera reforma del sistema P.E.R. – Subsidio Agrario (1994-1996)

El sistema P.E.R. – Subsidio Agrario va a experimentar una serie de reformas a medida que la consecución del número de peonadas por parte de sus perceptores se va haciendo más complicada y seguía siendo necesario el mantenimiento del colectivo jornalero para la economía agraria andaluza y extremeña.

En 1994 se produce la primera reforma importante cuyas características fueron:

- 1) Se reduce de 60 a 40 del número de peonadas necesarias para cobrar el subsidio agrario.
- 2) Se podrán declarar 15 peonadas de PER y 25 de tareas agrarias. Se mantiene la vinculación PER-subsidio.
- 3) Crecen un 16 % los fondos destinados al PER hasta alcanzar los 17.560 millones para 1995.
- 4) Se garantiza el cobro de 300 días de subsidio para los mayores de 52 años y se les exime de las peonadas.
- 5) Los mayores de 60 años tendrán derecho al cobro de 360 días de subsidio agrario.
- 6) Los jóvenes con edades comprendidas entre 16 y 19 años sin responsabilidad familiar cobrarán 90 días de subsidio por 40 días trabajados. Cada jornada que sumen al tope se les aumentará 2.25 días de subsidio.
- 7) Los jóvenes con edades comprendidas entre los 20 y los 25 años tendrán derecho a cobrar 120 días de subsidio por cuarenta días trabajados. Cada jornada que sumen al tope se les aumentará 3 días de subsidio.
- 8) Se desatinan 2.190 millones a la creación de 83 casas de oficio y 2.200 millones para formación ocupacional.

Segunda reforma del sistema P.E.R. – Subsidio Agrario: el sistema A.E.P.S.A. (1997-2002)

El A.E.P.S.A. es la sigla del Acuerdo para el Empleo y la Protección Social Agrarios, nombre con el que el Partido Popular, ya en el Gobierno central, bautizó su primera reforma del P.E.R.-Subsidio Agrario, en 1996 (Real Decreto 5/1997, de 10 de enero. La modificación respecto al plan de los socialistas fue muy ligera y el nombre no ha hecho fortuna en estos años. Sus características más importantes fueron:

- 1) 35 jornadas reales cotizadas en el REASS o P.E.R. si reúne los requisitos.
- 2) Residir en Andalucía-Extremadura.
- 3) Un año dado de alta en el REASS (Cartilla Agrícola).
- 4) Duración del Subsidio: indefinido.
- 5) No hay que firmar compromiso de actividad.
- 6) La prestación del subsidio es del 75 % del SMI en todas las escalas (401,62 euros).
- 7) Las peonadas del REASS sólo valen para el subsidio.
- 8) Peonadas del PER: Mayores de 35 años o menores con responsabilidad familiar = 15; Menores de 35 años sin responsabilidad familiar = 0; Los que vienen del empleo comunitario = 20.
- 9) Cobertura del subsidio: Menores de 25 años sin responsabilidad familiar con 53 peonadas = 180 días; Mayores de 25 años con 35 peonadas = 180 días; Mayores de 52 años = 300 ó 360 días, si reúne los requisitos sin necesidad de peonadas

Uno de uno de los principales detractores del sistema P.E.R.-Subsidio Agrario, Javier Arenas, firmó como ministro de Trabajo el acuerdo en marzo de 1996 y comenzó así una fructífera política de concertación con los agentes sociales.

La reforma de 1996, supuso la reducción a 35 de las peonadas para cobrar el subsidio, aumentó las subvenciones a los Ayuntamientos para obras de infraestructura y reservó una parte a proyectos para generar empleos estables en el ámbito rural. Y sobre todo, abrió una

puerta a una reivindicación sindical: la posibilidad de implantar el sistema de prestaciones de desempleo ordinario para los eventuales agrarios, tanto para los que no tenían derecho al subsidio (los jornaleros de fuera de Andalucía y Extremadura y los de estas regiones que tenían demasiada renta para cobrarlo) como, optativamente, los que disfrutaban del subsidio.

Tercera reforma del sistema P.E.R. – Subsidio Agrario: la Renta Agraria (2003)

La última reforma del sistema se aprueba en 2003 con algunas modificaciones fruto de la oposición a la misma tanto del colectivo jornalero organizado principalmente en torno al Sindicato de Obreros del Campo (numerosas luchas sociales, como cortes de autopistas, invasión de pista de aeropuerto, ocupaciones simbólicas de fincas, concentraciones y manifestaciones multitudinarias que recordaban los años de la Transición) como del gobierno autónomo andaluz (campaña institucional), todos los partidos políticos (excepto el Partido Popular) y los sindicatos mayoritarios¹⁴.

Finalmente, con el texto aprobado mediante el Real Decreto 426/2003, de 11 de abril, por el que se regula la renta agraria para los trabajadores eventuales incluidos en el Régimen Especial Agrario de la Seguridad Social residentes en las Comunidades Autónomas de Andalucía y Extremadura, tienen derecho a la Renta Agraria, que sólo podrá solicitarse seis veces, todos los trabajadores y trabajadoras que reúnan, entre otros, los siguientes requisitos:

- 1) Ser mayor de 16 años.
- 2) Tener 35 jornadas en la agricultura.
- 3) Estar dado de alta en el R.E.A.S.S. y tener cotizado los últimos 12 meses.
- 4) Tener 10 años de residencia en Andalucía o Extremadura.
- 5) No tener derecho al Subsidio Agrario por no haber sido beneficiario en ninguno de los tres años anteriores a la solicitud.
- 6) No superar el tope de renta del 100 % del S.I.M. (que este año es de 5.414 euros) en los doce últimos meses anteriores a la solicitud (los ingresos por peonadas agrícolas no cuentan).
- 7) Los mayores de 45 años que la soliciten por primera vez deberán cumplir con lo siguiente:
 - Mayores de 45 años: 5 años de alta en el R.E.A.S.S.
 - Mayores de 52 años: 10 años de alta en el R.E.A.S.S.
 - Mayores de 60 años: 20 años de alta en el R.E.A.S.S.

La renta agraria cubre: a los menores de 25 años sin responsabilidad familiar, con 53 peonadas en el R.E.A.S.S.:180 días; a los mayores de 25 años o menores con responsabilidad familiar con 35 peonadas en el R.E.A.S.S.:180 días; a los mayores de 52 años y con 35 peonadas: 300 días.

Finalmente la cuantía económica de la renta a percibir es:

- Con 35 peonadas: 75 % S.I.M. (401,67 euros)
- Con 65 peonadas: 80 % S.I.M. (424,23 euros)
- Con 95 peonadas: 85 % S.I.M. (446,79 euros)
- Con 125 peonadas: 90 % S.I.M. (469,35 euros)
- Con 155 peonadas: 95 % S.I.M. (491,91 euros)
- Con 180 o más peonadas: 100 % S.I.M. (514,47 euros)

La polémica reforma del sistema había iniciado sus prolegómenos en 1998, cuando el ministro Javier Arenas inició los contactos con sindicatos y empresarios para aplicar el sistema

TP¹⁴PT A favor del mantenimiento del PER-Subsidio tal y como estaba antes de la reforma del Partido Popular se manifestaron en 2002 todos los partidos políticos y sindicatos, menos el Partido Popular de Andalucía: CC.OO. (a nivel de Andalucía, Extremadura y Nacional), U.G.T. (a nivel de Andalucía, Extremadura y Nacional), S.O.C., Partido Andalucista, P.S.A., P.S.O.E. e I.U. El PP que fue el único partido que no participó en la multitudinaria manifestación de 1 de diciembre de 2002.

contributivo a los jornaleros, un diálogo que provocó la oposición inicial de la Junta de Andalucía y, por ende, del PSOE, recelosos de las intenciones de los populares. U.G.T. y CC.OO. discutieron con el Ministerio de Trabajo la posibilidad de compatibilizar el P.E.R. con el sistema contributivo de la Seguridad Social para los otros 300.000 jornaleros carentes de ayudas estatales. El Ministerio evaluó el coste de la reforma en unos 240 millones de euros (40.000 millones de pesetas) y reclamó limitar el acceso al subsidio agrario a los menores de 25 años y mayores de 45 años para mitigar el gasto. Para el sistema de cotización, se estudió aplicar un 1,33% por cada peonada trabajada. Pero un año después, el sucesor de Arenas, Manuel Pimentel, aplazó indefinidamente la reforma.

Posteriormente, el sucesor de Pimentel, Juan Carlos Aparicio, tomó el testigo, justo cuando encaraba el tramo decisivo del traspaso a Andalucía de las políticas activas de empleo, en el que la Junta exige la cogestión del P.E.R. La clave económica de la propuesta fue manifestada por el entonces Ministro de Agricultura, Miguel Arias Cañete, que insistió en que la afluencia de inmigrantes revela que en el campo hay trabajo y que los subsidios especiales no hacen falta. Es decir, que la gran patronal agraria, hablando por boca de su representante en el Gobierno central, entendía que con la masiva llegada de inmigrantes ya no era necesario mantener el sistema P.E.R.-Subsidio agrario que era el que les había permitido disponer de la mano de obra suficiente para las tareas agrícolas (un campesinado atado a la tierra), porque cuando comienza el siglo XXI, esos miles de inmigrantes más baratos tocan a las puertas de las grandes propiedades en las campañas de recolección. De camino, la derecha lograba eliminar el clientelismo político del funcionamiento del sistema P.E.R.-Subsidio Agrario generado por el partido socialista que gobierna desde hace décadas en Andalucía y Extremadura. Pero parece que algo no encajaba todavía en la realidad agraria del Sur de España, pues la ola de movilizaciones y la oposición generalizada de la mayor parte de la sociedad andaluza-extremeña, al margen del clientelismo político que efectivamente existe (y no sólo por parte del partido en el gobierno regional), hizo poner nuevamente sobre la mesa de las reivindicaciones jornaleras el tema del reparto, de la reforma agraria.

La evolución de la semifeudalidad en la agricultura del Sur de España: el papel económico-político del P.E.R. – Subsidio Agrario

Llegados a este punto del capítulo, hemos de coincidir con A. Baigorri a la hora de dejar entrever el papel jugado por el sistema P.E.R. – Subsidio Agrario en la economía política del mediodía español (BAIGORRI, 1994, p. 179):

“Y la primera de todas ellas es la constatación de que, dentro de las más o menos profundas variaciones operadas a lo largo del siglo (sin duda la más profunda la introducción del subsidio T.E.A. y el P.E.R.), se percibe una continuidad en los móviles esenciales: el sentimiento caritativo de piedad ante una situación de pobreza generalizada, y el sentimiento racional de previsión frente al potencial conflictivo que se deriva de esa pobreza. Y, junto a ello, la pervivencia, por encima o por debajo de ideologías y grupos hegemónicos de poder, de ese compromiso histórico nacional adoptado hace ya casi dos siglos, y al que hemos hecho repetida referencia: el de intentar hallar políticas que permitan mejorar la situación de los desposeídos del medio rural, siempre que ello pueda hacerse sin modificar las estructuras básicas, es decir el régimen de propiedad. De ahí que sigamos utilizando, refinado con criterios más profundos de justicia social, el sistema inventado por la burguesía liberal decimonónica: pan para los malos momentos, obras públicas para los peores, todo lo que haga falta para no tocar la estructura de la propiedad de la tierra.”

En definitiva, la deuda histórica del Estado español para con las regiones andaluza y extremeña se lleva pagando desde hace treinta y cinco años, pero el pago de esa deuda no ha sacado a esas regiones de los últimos puestos del ranking de desarrollo socio-económico del país. Antes al contrario, los grandes propietarios han mantenido intactos sus predios infrautilizados, pero con una disposición permanente en los pueblos de Andalucía y

Extremadura de mano de obra barata para cuando se la necesite. Es lo que queríamos expresar cuando escribimos que la evolución de la semifeudalidad significó la desaparición de las relaciones de producción semiserviles en la década de los sesenta-setenta, pero la base semifeudal de la que parte la nueva estrategia económica articulada por los grandes propietarios se mantiene a través del control del poder político, fundamentalmente local (regional y municipal) y estatal.

Referencias bibliográficas

AMARO, C.; BARCIELA, C.; GARRABOU, R.; MAURICE, J.; SÁNCHEZ, A. Gran propiedad y política agraria en la Península Ibérica. A propósito de la Ley de Reforma Agraria Andaluza. Granada: Universidad de Granada, 1992.

ANDÚJAR, M. I. Y OTROS. Campesinos sin tierra y territorio jornalero en Andalucía. Huelva: ÍNDELO, 1994.

BAIGORRI, A. (Dir.). El paro agrario. Paro, mercado de trabajo y formación ocupacional en el campo extremeño. Badajoz: Junta de Extremadura – Diputación Provincial de Badajoz, 1994.

BAUMEISTER, M. Campesinos sin tierra. Supervivencia y resistencia en Extremadura (1880-1923). Madrid: M.A.P.A. – Diputación de Badajoz, 1996.

BERNALDO DE QUIRÓS, C. El espartaquismo agrario y otros ensayos sobre la estructura económica y social de Andalucía. Madrid: Ediciones de la Revista del Trabajo, 1973.

CALERO, A. M. Movimientos sociales en Andalucía (1820-1936). Madrid: Siglo XXI, 1976.

DELGADO CABEZA, M. Agricultura y reforma agraria en la economía andaluza. Nación Andaluza, nº 2-3, pp. 22-25, 1984.

FERNÁNDEZ-CAVADA LABAT, J. L. Remuneraciones y prestaciones sociales de los asalariados agrícolas. Agricultura y Sociedad, nº 54, 1990.

FERRER RODRÍGUEZ, A.; SÁENZ LORITE, M. ¿Una reforma agraria para Andalucía? Anales de Geografía de la Universidad Complutense, nº 7, pp. 337-345, 1987.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Editor). La historia de Andalucía a debate, I. Campesinos y jornaleros. Barcelona: Anthropos – Diputación de Granada, 2000.

INFANTE, B. El ideal andaluz. Madrid: Tucar, 1915-1976.

LEÓN LILLO, A. Palma del Río. Córdoba: Diputación Provincial de Córdoba, 1990.

MARTÍN MARTÍN, V. O. Actualidad de la cuestión agraria en el mundo: viejo problema, ¿nuevos enfoques? IV Conferencia Internacional de Geografía Crítica. México, D. F.: Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco – Grupo Internacional de Geografía Crítica, 2005.

MARTÍNEZ ALIER, J. La estabilidad del latifundismo. Análisis de la interdependencia entre relaciones de producción y conciencia social en la agricultura latifundista de la Campiña de Córdoba. Francia: Ruedo Ibérico, 1968.

MARTÍNEZ ALIER, J. La actualidad de la reforma agraria. Agricultura y Sociedad, nº 7, pp. 223-243, 1978.

NAREDO, J. M. Ideología y realidad en el campo de la Reforma Agraria. Agricultura y Sociedad, nº 7, pp. 199-221, 1978.

OCAÑA OCAÑA, C. (): El espacio rural andaluz, permanencias y cambios con la crisis abierta a mediados de siglo. Cuadernos Geográficos de la Universidad de Granada, nº 30, pp. 77-96, 2000.

PALENZUELA CHAMORRO, P. Estrategias domésticas de los jornaleros andaluces: salario, subsidio y economía sumergida. Agricultura y Sociedad, nº 50, pp. 75-107, 1989.

PÉREZ YRUELA, M. La conflictividad campesina en la provincia de Córdoba (1931-1936). Madrid: MAPA, 1979.

ROUX, B. Crisis agraria en la Sierra Andaluza. Un estudio económico de las empresas ganaderas de la provincia de Huelva. Sevilla: Instituto de Desarrollo Regional - Universidad de Sevilla, 1975.

SUMPSÍ VIÑAS, J. M. Y OTROS. La reforma agraria. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1988.

SUMPSÍ VIÑAS, J. M. Modernización y cambio estructural en la agricultura española. Madrid: M.A.P.A., 1994.

Artigo recebido em julho de 2007

Artigo aprovado em agosto de 2007

Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP)¹

Eduardo Roberto Mendes

Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* universitário de Três Lagoas
Professor da Rede Pública de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul
Endereço eletrônico: edumendesgeo@yahoo.com.br

Rosemeire Aparecida de Almeida

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2003)
Professora Adjunta dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* universitário de Três Lagoas
Endereço profissional: Av. Ranulpho Marques Leal, 3.484, Distrito Industrial, 79.610-100, Três Lagoas, MS, Brasil – Caixa-Postal: 210 – Telefone: 55 67 3509-3700, Ramal: 3780. Fax: 55 67 3509-3760
Endereço eletrônico: raalm@ceul.ufms.br

Resumo

O presente trabalho apresenta uma descrição analítica dos ideais anarquistas e suas principais correntes, principalmente, o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin que viveu de 1842 a 1921 e suas principais obras, fazendo uma ligação com a comunidade rural Yuba localizada no município de Mirandópolis, interior de São Paulo. As idéias de Kropotkin têm como núcleo fundante a expropriação dos bens da humanidade, onde tudo é de todos; da não propriedade privada, e sim das terras sendo cultivadas em comum; do princípio da não autoridade, e sim da autonomia do homem; do desenvolvimento livre da ciência e das artes para todos; da produção conforme a possibilidade de cada um, e o consumo conforme a necessidade. Em nosso trabalho de campo foi possível identificar na Comunidade Yuba estas práticas citadas, algumas com problemas e outras em plena (co)vivência. Acreditamos que atualmente, neste sistema capitalista que venera o individualismo, as obras de Kropotkin tornam-se necessárias para o contraponto, pois colocadas em prática nos revelam uma nova utopia, contribuindo para pensarmos e lutarmos por uma outra sociedade tendo como base à ajuda mútua. Por outro lado, cabe destacar que esta nova sociedade não é um mero idealismo, ela existe, como pudemos analisar entre os Yubas.

Palavras-chave: anarquismo; Kropotkin; utopia; comunidade Yuba; posse em comum.

Resumen

Algunas consideraciones sobre el geógrafo anarquista Piotr Kropotkin y la comunidad rural Yuba en Mirandópolis (SP)

El presente trabajo presenta una descripción analítica de los ideales anarquistas y sus principales corrientes, principalmente, el geógrafo anarquista Piotr Kropotkin que vivió de 1842 a 1921 y sus principales obras, haciendo una conexión con la comunidad rural Yuba localizada en el municipio de Mirandópolis, interior de São Paulo. Las ideas de Kropotkin tienen como núcleo la expropiación de los bienes de la humanidad, donde todo es de todos; de la no propiedad privada, y sí de las tierras siendo cultivadas en común; del principio de la no autoridad, y sí de la autonomía del hombre; del desarrollo libre de la ciencia y de los artes para todos; de la producción conforme la posibilidad de cada uno, y el consumo conforme la

¹ Texto adaptado da monografia de Bacharelado intitulada: “A vida e obra do geógrafo anarquista Piotr Alexeevich Kropotkin e seus ideais na atualidade: estudo de caso da comunidade Yuba em Mirandópolis – SP”, defendida em 2006 para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

necesidad. En nuestro trabajo de campo fue posible identificar en la Comunidad Yuba estas prácticas citadas, algunas con problemas y otras en plena vivencia. Creemos que actualmente, en este sistema capitalista que venera el individualismo, las obras de Kropotkin se hacen necesarias para el contrapunto, pues colocadas en práctica nos revelan una nueva utopía, contribuyendo para que pensemos y que luchemos por una otra sociedad teniendo como base a la ayuda mutua. Por otro lado, cabe destacar que esta nueva sociedad no es un mero idealismo, ella existe, como pudimos analizar entre los Yubas.

Palabras clave: anarquismo; Kropotkin; utopía; comunidad Yuba; posesión en común.

Abstract

Some reflexion on the anarchic geographer Piotr Kropotkin and agricultural community Yuba in Mirandópolis (SP)

The present work presents an analytical description of the anarchic ideals and its main chains, mainly, the anarchic geographer Piotr Kropotkin who lived of 1842 the 1921 and its main workmanships, making a linking with the agricultural community Yuba located in the city of Mirandópolis, interior of São Paulo. The ideas of Kropotkin have as nucleus the expropriation of the goods of the humanity, where everything is of all; of not the private property, and yes of lands being cultivated in common; of the principle of not the authority, and yes of the autonomy of the man; of the free development of science and the arts for all; of in agreement production the possibility of each one, and in agreement consumption the necessity. In our work of field it was possible to identify in the Yuba Community these practical cited, some with problems and others in full experience. We believe that currently, in this capitalist system that venerates the individualism, the workmanships of Kropotkin become necessary for the counterpoint, therefore placed practical disclose a new utopia to them, contributing to think and to fight for one another society having as base to the mutual aid. On the other hand, it fits to detach that this new society is not a mere idealism, it exists, as we could analyze between the Yubas.

Keywords: anarchism; Kropotkin; utopia; Yuba community; ownership in common.

Introdução

Nas últimas décadas vem crescendo no meio acadêmico, de forma específica na produção geográfica, a crítica radical à sociedade, que é um dos princípios da teoria anarquista. Logo acreditamos na necessidade de estudarmos os autores clássicos desta doutrina, bem como a manifestação prática desta radicalidade.

O anarquismo é – em termos gerais – uma doutrina de crítica da sociedade capitalista, visando sempre sua transformação e buscando a liberdade individual sem desprezar o social.

A etimologia da palavra Anarquismo vem do grego “*anarchos*” que quer dizer “sem governo”, ou seja, uma ideologia que tem como pressuposto a idéia de inexistência de qualquer tipo de governo ou poder.

Para os anarquistas as instituições governamentais são intrinsecamente injustas e autoritárias o que as tornam prejudiciais à sociedade. Portanto, os anarquistas crêem que o Estado é desnecessário, existindo outras formas alternativas e viáveis para a organização da sociedade.

Em termos históricos “Anarquia” e “Anarquista” aparecerem de forma mais presente durante a Revolução Francesa, no entanto com um sentido de crítica negativa e até de insulto, onde elementos de vários partidos usavam estes termos para difamar seus

opponentes, geralmente pessoas de esquerda (WOODCOCK, 2002). Esta conotação negativa da palavra prevalece até hoje na linguagem popular.

Contra esta deturpação do anarquismo que aconteceu durante a Revolução Francesa temos os ensinamentos de Kropotkin que diz que o anarquismo tem suas raízes na Idade da Pedra quando o homem começou a viver em sociedade, pois para ele o instinto de justiça, de cooperação e de liberdade é um instinto natural do ser humano. O autor na verdade, procurou as raízes do anarquismo não nos filósofos, mas na massa anônima do povo. (Id., 2002)

Principais correntes anarquistas e os ideais de Kropotkin

É fundamental entender também que dentro da doutrina Anarquista existem muitas variantes, as principais são:

O **anarquismo individualista**: consiste na total liberdade individual. Para isto defende a extinção do Estado, porque este limitaria o indivíduo e a liberdade pessoal, todavia não descarta a associação de indivíduos com caráter provisório. Defende também a apropriação individual do trabalho produzido. Em relação aos representantes, William Godwin (1756-1836) é o mais flexível nas formas de entendimento dessa nova sociedade, já Max Stirner (1806-1856) representa a radicalidade.

O **anarquismo mutualista**: é uma posição intermediária entre o anarquismo individualista e o anarquismo coletivista e comunista. Não defende nem o individualismo total, nem o comunismo. Acredita que a associação é apenas um meio para alcançar um fim, que será a liberdade individual. É elaborado por Pierre Joseph Proudhon (1809-1865) considerado por muitos o primeiro anarquista assumido, e por isso pai do anarquismo.

O **anarquismo coletivista**: tem como sua principal máxima: “De cada um, de acordo com os seus meios; para cada um, de acordo com suas ações”. Foi defendida principalmente por Michael Bakunin (1814-1876) que acreditava, como a maioria dos anarquistas, na expropriação de todos os bens da humanidade e na inexistência de governo. É igual, na maioria dos seus princípios, ao anarquismo comunista diferindo somente no modo de distribuição dos bens e produtos acumulados pela humanidade.

O **anarquismo comunista**: Tem princípios muito próximos do anarquismo coletivista de Bakunin, diferenciando-se no modo de distribuição das riquezas produzidas, logo que sua máxima é: “de cada um de acordo com suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades”. Seu idealizador foi Piotr Kropotkin (1842-1921), ele entendia que era necessário, como alicerce desta proposta, a total expropriação dos bens da humanidade, já que compreendia ser impossível medir a contribuição de cada um no processo histórico da humanidade, censurava também qualquer tipo de governo ou representatividade.

Kropotkin era russo de família rica. Na sua biografia destaca-se o fato de que na Internacional ficou ao lado dos que apoiavam a facção de Bakunin (apesar das diferenças teóricas), portanto contra as idéias de Marx, oficializando assim as diferenças em relação ao pensamento deste intelectual. Como todo filósofo com idéias distintas em relação aos demais de sua época não teve o devido reconhecimento, ficando à margem do pensamento hegemônico (de esquerda) da época, principalmente o geográfico. Portanto, resgatar as obras de Kropotkin se faz muito importante pelo conteúdo de crítica radical que contém e também por acreditarmos que muitos de seus ideais continuam necessários e vivos na atualidade.

Acredita-se que a originalidade do pensamento de Kropotkin o tornou o principal responsável pela mudança da teoria anarquista, depois dele o anarquismo se tornou uma “teoria séria e idealista de transformação social, e não mais uma doutrina de violência de classes e de destruição indiscriminada” (WOODCOCK, 2002, p. 214).

A base de construção de sua teoria vem de sua experiência no governo dos Czares, experiência que nele despertou o horror pelo governo autocrático e a decepção com a indiferença e a corrupção daqueles que representavam o Estado. Por outro lado, mostrou-se impressionado com o sucesso de colonização em bases cooperativas de exilados na

Sibéria. “Comecei a apreciar a diferença que existe entre a ação baseada no princípio do comando e da disciplina e na ação baseada no princípio do entendimento mútuo” (KROPOTKIN apud WOODCOCK, 2002, p. 219).

Sua contribuição como geógrafo baseia-se principalmente nas 50 mil milhas que viajou pelo Oriente elaborando teorias sobre a estrutura das cadeias de montanhas e platôs da Ásia Oriental, articulando estes conhecimentos com a discussão sobre a grande seca que levou povos da Ásia Oriental a migrarem para o ocidente provocando invasões bárbaras na Europa e no Oriente. Foi também um dos colaboradores da Enciclopédia Britânica

Como fruto destas expedições recebeu convite para assumir a Sociedade Geográfica Russa, mas recusou o convite por pensar que havia coisas mais importantes a se fazer naquele momento como, por exemplo, “lutar por uma sociedade mais justa”. Em 1878 funda o Jornal *Le Révolté* que se tornaria o mais influente dos jornais anarquistas.

Dentre as suas principais obras destacam-se: **“Palavras de um Revoltado”**, publicado com a ajuda de Elisée Reclus (que também era geógrafo e anarquista), em 1885. O livro trata da incapacidade dos governos revolucionários, para ele: “Nada se faz de bom e durável senão pela iniciativa do povo, e todo poder tende a matá-la” (KROPOTKIN, 2005, p. 10). Faz crítica contumaz aos socialistas dizendo que estes estão mais preocupados com a burocracia, enquanto os anarquistas estão mais preocupados com a prática da igualdade. Diz ainda que atos de protestos e revoltas fazem mais propagandas do que milhares de brochuras: “Basta de leis, basta de juizes! A liberdade, a igualdade e a prática da solidariedade são o único dique eficaz que podemos opor aos instintos anti-sociais de alguns de nós” (KROPOTKIN, 2005, p. 11).

No Livro **“A conquista do Pão”**, publicado em Paris no ano de 1892, é onde Kropotkin desenvolve mais explicitamente a teoria do anarquismo comunista. Nele reúne artigos escritos nos últimos dez anos, onde aborda vários temas da vida cotidiana e problemas sociais que sofria o povo naquele momento - e alguns até hoje – propondo soluções pensadas para um mundo onde a produção seria para o consumo e não para o lucro. Ele acreditava não se tratar de uma visão de sociedade utópica, mas sim uma discussão presente das razões científicas e históricas dos problemas que afligem a humanidade e da sua superação. Acreditava fundamentalmente que é necessário criar comunas (unidades mais próximas ao povo para suas preocupações imediatas), sendo que estas comunas não seriam impostas por um governo e sim fruto de uma união voluntária: “pela união das outras comunas produzem uma rede de cooperação que substitui o Estado” (WOODCOCK, 2002, p. 233).

Certamente seu Livro **“A ajuda mútua”**, publicado em 1902, é o mais conhecido e surge como resposta aos neo-darwinistas que transportaram para o campo social as idéias naturalistas da obra de Darwin como forma de legitimar o imperialismo de países europeus na época. Kropotkin refuta as idéias dos neo-darwinistas defendendo que a ajuda mútua é mais importante para evolução das espécies, pois ela é instintiva e esta presente em todos os seres vivos, sendo ela a responsável pela sobrevivência e proteção dos mais fracos. E que embora força, rapidez, astúcia, cores e peles – mencionadas por Darwin como qualidades que tornam os indivíduos mais aptos – sejam importantes, a sociabilidade é a maior vantagem na luta pela vida. É o que podemos ver inclusive na vida humana ainda que no capitalismo, pois se não fosse a sociabilidade humana (mesmo que seja alienada) nós não teríamos o conhecimento, as tecnologias e os benefícios historicamente produzidos pelo homem. Kropotkin escreve que a solidariedade é uma qualidade inerente ao ser humano, e que nem as instituições coercivas como o Estado conseguiram acabar com a cooperação voluntária.

Os últimos dias de sua vida foram dedicados a divulgação de seus ideais, morre em 8 de Fevereiro de 1921 pregando que sua maior contribuição foi dar abordagem científica aos ideais anarquistas. Na visão de Woodcock (2002), sua maior contribuição foi promover a humanização do anarquismo e estabelecer uma relação entre teoria e a prática.

Nesta pesquisa, como já foi dito, pretende-se fazer uma análise e possível ligação da teoria anarquista comunista de Kropotkin com comunidades que hoje vivem num sistema de cooperação mútua e auto-sustentabilidade, como é o caso da Comunidade Yuba localizada

no município de Mirandópolis/SP. Situação que nos permitirá compreendermos como se expressam no capitalismo contemporâneo os ideais fundamentais da doutrina anarquista comunista de Kropotkin, a partir de uma experiência rural camponesa alicerçada no trabalho comunitário, na ajuda mútua e na auto-governabilidade.²

A Comunidade rural Yuba e a utopia camponesa da autosustentabilidade³

A **Comunidade Yuba** tem sua origem na imigração de japoneses que vieram a partir da década de 1920 para o Estado de São Paulo. Alguns destes imigrantes planejaram construir um núcleo de colonização diferenciado que facilitasse a sua integração com a sociedade brasileira. “O núcleo chamaria-se ‘Aliança’, que tem o significado de ‘dar as mãos’ – sugerindo cooperação mútua”. (YAZAKI, 2004, p. 7).

A colonização das Alianças começou em 1924. Já em 1927, tinha uma área de 7.200 alqueires localizados nos distritos da 1ª, 2ª e 3ª Alianças no município de Mirandópolis/SP. (Figura 1)

Figura 1 - Localização do município de Mirandópolis onde encontra-se a Comunidade Yuba



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:SaoPaulo_Municip_Mirandopolis.svg>

Dentro deste ideal camponês destaca-se uma vida regada ao trabalho na terra, onde a terra é um bem de todos; o incentivo a religião, a arte como a música, pintura, escultura. Issami Yuba, o grande idealizador da Comunidade, segundo a literatura, se destacava como liderança na região das Alianças. Como primeiro passo ele organizou a Cooperativa ‘*San Sei Ren*’ pregando uma ocupação e cultivo não predatório, buscando a fixação do homem no campo. Com isso, Yuba colocou em prática, no final dos anos 30 do século passado, um projeto pioneiro no interior do estado de São Paulo que era o trabalho em bases comunitárias com Avicultura, nesta época a Comunidade chegou a ter 300 membros (SILVA, 1988). Devido a problemas financeiros é decretada a falência da Sociedade em 1956, com os integrantes tendo que deixar a Comunidade com todas as benfeitorias e pertences. Neste momento ocorre a cisão da Comunidade que na época contava com 200 pessoas. Metade deste contingente acompanhou Issamu e foi para uma gleba de 10 alqueires que havia sido cedida por um amigo de Yuba que morava nas Alianças, e a outra

² Cabe destacar que já conhecemos a Comunidade Rural Yuba que foi nosso objeto/sujeito de estudo na monografia de bacharelado em geografia, sob orientação da Profª Drª Rosemeire Aparecida de Almeida.

³ Estamos trabalhando com o conceito de campesinato segundo Almeida (2003), para quem o camponês é aquele sujeito em que a figura do trabalhador rural não se encontra divorciada da figura do dono das ferramentas de trabalho, dentre elas a terra.

parte (que futuramente vai formar a Comunidade Sinsei⁴) ficou morando e trabalhando em outras terras.

Após a crise financeira parte da Comunidade que seguiu Issami Yuba continuou investindo na avicultura como principal atividade, porém, vivendo em Mirandópolis nesta área rural cedida, já iniciam a diversificação da produção. Em 1961 insere-se no grupo o casal de artistas Hissao e Akiko Ohara, ele escultor ela bailarina, com a chegada do casal o balé passa a ser praticado de uma forma mais profissional, fazendo apresentações em todo o Brasil e no Japão. Em 1976, num acidente automobilístico, Issamu Yuba vem a falecer e “A partir de então a Comunidade passou a ser liderada, como bem salienta Adachi, econômica e oficialmente por seu filho primogênito, Tetsuhiko Yuba, e culturalmente por Akiko Ohara” (MARCOS, 1996, p. 71).

Conseqüentemente ocorreram algumas mudanças na Comunidade e a atividade principal de produção passou a ser a fruticultura da goiaba.

Segundo Marcos (1996), como Tetsuhiko era menos autoritário que Issamu a Comunidade deixou de ter uma administração com poder centralizado, vindo existir assim a constituição de “outros poderes”. Alguns destes “líderes” tiveram permissão para formar “caixas” particulares, ficando com todo ou grande parte do dinheiro provindo dos produtos que produzem, e/ou de seus serviços prestados, situação que é motivo de conflito na Comunidade como verificamos no trabalho de campo da monografia.

Em 2003, Tetsuhiko Yuba falece por problemas de saúde, então a Comunidade decide formar uma associação, o irmão de Tetsuhiko Yuba, que mora nos Estados Unidos, segundo os relatos, foi na verdade o mentor desta associação. Juridicamente reconhecida como Associação Comunidade Yuba (ONG), tendo como Presidente Luiz Tsuneo Yuba.

Atualmente, a Comunidade Yuba tem cerca de 70 pessoas divididas em 26 famílias, tendo poucos solteiros. Vivem numa área de 35 alqueires no distrito da primeira Aliança no município de Mirandópolis – SP. A língua oficial é a japonesa, mas a maioria fala o português. A Comunidade é rural e continua tendo como base o princípio de cooperação mútua nas diversas atividades desenvolvidas, tem como princípio norteador a articulação entre o trabalho, a arte e a religião.

Figura 2 - Integrantes da Comunidade em 2005



Fonte: <http://www.brasil-ya.com/yuba/news_frameset.html>

Os entrevistados moradores da Comunidade Yuba fizeram questão de citá-la como sendo uma grande família. Todos lembraram também que nela não é necessária a execução ou criação de leis, muito menos de “banco de horas”, pois todos sabem de suas tarefas e da necessidade de executá-las para o bem comum. Situação que muito nos faz lembrar as idéias de Kropotkin de autogovernabilidade.

⁴ Comunidade rural localizada no município vizinho de Guaraçaí, preserva ainda os mesmos ideais de vida em comum de sua fundação, conta hoje com apenas 20 integrantes na sua grande maioria idosos.

Há alguns moradores na Comunidade vindos do Japão. Mas há também aqueles que saem para trabalhar no Japão como *dekasseguis*, outros vão para estudar. Conversando com os moradores da Comunidade, eles informaram que cerca de metade das pessoas que saem para trabalhar e estudar retornam, outra parte fica nas cidades e às vezes visitam os parentes que ficaram na Comunidade trazendo ajuda financeira.

A Comunidade recebe visitas regularmente, na sua maioria de japoneses e mestiços, e de pessoas diversas que ficam sabendo de sua existência e por curiosidade vão conhecer, são estudantes de escolas e universidades, como também representantes de jornais, revistas e televisão. Logo uma das fontes de renda acaba sendo o turismo. Para morar alguns dias na Comunidade é necessário pagar uma taxa diária. Os visitantes que se fixam temporariamente têm tratamento semelhante ao dos membros da Comunidade, ou seja, tem o mesmo cotidiano no trabalho e na prática das artes, uma vez incorporado a dinâmica da Comunidade não mais necessita pagar a taxa como turista.

A Comunidade está numa área de 35 alqueires, em que não existe propriedade privada para nenhum membro. Toda área pertence a todos, não existe portão na entrada, e nenhum tipo de cerca entre as casas dentro da Comunidade.

A Comunidade tem várias casas na sua grande maioria de alvenaria, divididas em: casas com famílias, onde cada família vive em uma casa; casa dos solteiros, onde cada pessoa tem um quarto com seus pertences; casas das visitas, divididas em quartos que são usadas também por turistas. Cada família é responsável pela limpeza de sua casa.

Algumas casas possuem banheiros, outras não, pois há banheiros comunitários, e existe também o ofurô para o banho. Para os maquinários e tratores existe uma oficina em que são reparados e consertados, na maioria das vezes pelos próprios membros da Comunidade. Há também um veículo para saídas das pessoas para a cidade, para compras, ou para passeios dos jovens.

A **produção** da Comunidade é dividida em produção para *consumo interno* e *vendas externas*. Os produtos para *consumo interno* são: o Leite; o adubo orgânico para as plantações em geral; o Porco que também é criado na Comunidade; a avicultura; legumes e verduras produzidas em uma horta; cana-de-açúcar para o gado; e as frutas produzidas para venda que também são consumidas e, por fim, a cerâmica que também é parte vendida e outra para uso da Comunidade.

Já os produtos das *vendas externas* são: Goiaba, Manga, Abobrinha, Abóbora paulista; Quiabo, Cogumelos Shiitake; Milho verde, que é comprado de terceiros e empacotado e vendido para fora; Cerâmicas e, esporadicamente, alguns porcos.

Figura 3 – Plantação e colheita da Goiaba



Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

O **trabalho** na Comunidade embora baseado no rodízio há uma certa flexibilidade, pois existe pessoa especializada em determinada produção que fica responsável por ela enquanto a maioria faz rodízio semanal, alternando suas tarefas.

Na grande parte das funções – exceto das cozinheiras – a jornada de trabalho é feita de segunda a sábado, quando, desde os velhos tempos, é feito o anúncio de que as refeições estão à mesa ao som de um berrante às 6:45 da manhã e às 7:45 os trabalhadores saem para seus afazeres. O almoço e a sobremesa são servidos das 12:00

às 14: 00, e a janta é servida às 18:30. Entre estes períodos a alimentação é livre para as pessoas que quiserem comer frutas, pão, chá, sucos etc, podendo se servir à vontade.

No entanto eles explicam que estes horários são maleáveis, contanto que a pessoa faça sua parte no serviço, ou cumpra sua tarefa, o restante do tempo é livre para se dedicar ao que lhe interesse.

Figura 4 – Cozinha em comum



Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

Já a limpeza dos banheiros comunitários e do ofurô, é feita por grupos, que também usam o sistema de rodízio semanal de suas tarefas. A lavanderia é comunitária para os solteiros e visitantes, tendo uma pessoa responsável pelas roupas pessoais e de cama. Já as roupas dos que constituem famílias são responsabilidade da própria família.

A divisão das tarefas não é determinada por ninguém, mas as crianças que completam o 5º ano escolar já são enviadas, na sua maioria, para a colheita, poda e seleção da goiaba e manga. Todavia se futuramente quiser mudar de ocupação, é livre para isto, desde que a mudança traga algum benefício para a Comunidade não importando qual, o fundamental é não prejudicar a estabilidade do grupo no tocante a divisão das tarefas, ou seja, é preciso manter equilíbrio.

Durante os trabalhos de campo, observamos algumas crianças limpando a piscina e o vestiário com satisfação, todas com botas e algumas com luvas usadas como equipamento de segurança. As moças trabalhando no carregamento e seleção da goiaba também com risos e brincadeiras. Vimos que não é um trabalho forçado/alineado, é um trabalho voltado para a Comunidade como pregava Kropotkin.

Indagamos a respeito dos conflitos, por exemplo, o caso de uma pessoa não estar com vontade de trabalhar, ou sua tarefa estar abaixo da produtividade geral e ouvimos que não é proibido, mas que raramente acontece, pois cada um conhece sua responsabilidade e tem respeito com os demais integrantes, logo que disso depende a existência da Comunidade a 71 anos.

Esta situação mostra o apelo a responsabilidade social que predomina na Comunidade, ou seja, o pensando no grupo e não no indivíduo. Segundo os relatos, os trabalhos não são classificados como melhores ou piores, todos têm o mesmo peso, independentemente de que se gere algum benefício financeiro ou não.

Logo, ninguém é forçado a trabalhar segundo uma contabilidade de horas e regras e os frutos do trabalho são distribuídos conforme a máxima anarquista comunista que é *“de cada um de acordo com suas possibilidades, para cada um de acordo com suas necessidades”*

Porém, verificamos que existem algumas exceções, onde integrantes se tornam privilegiados quando o fruto de seu trabalho não vai para o “caixa-comum”, sendo desfrutado individualmente. Segundo depoimentos, existe a possibilidade para alguns de formar “caixas individuais”, contribuindo apenas esporadicamente para o caixa-comum.

Como já foi mencionado, em 17 de novembro de 2003 tornou-se juridicamente reconhecida a “Associação Comunidade Yuba”, uma ONG composta pelo Presidente Luiz Tsuneo Yuba, pelo Secretário e um Tesoureiro. As explicações por nós coletadas indicam também que a liderança do presidente é uma forma de resolver os problemas burocráticos,

pois a função do líder não é exercida na sua essência como forma de autoridade, ou seja, tudo é decidido nas reuniões desde a compra de roupas até o investimento em maquinários.

Com o início da Associação os jovens começaram a ter voz ativa nas reuniões, pois quando os líderes Issamu e Tetsuhiko Yuba comandavam os jovens não tinham suas idéias levadas em conta e valorizadas pelos membros mais velhos, como revelou um dos entrevistados.

A presença de pessoas para morar na Comunidade que não são Japoneses ou descendentes não é proibida. Conversamos com um recente integrante que está morando na Comunidade há mais de um ano, ele é o primeiro brasileiro não mestiço a morar definitivamente com os “Yubas”. Diz ele que ficou sabendo sobre a Comunidade através de um amigo, resolveu conhecer e ficou, porém disse que foi - e é - muito difícil a adaptação.

Tendo em vista que este foi o primeiro não mestiço a fazer parte da Comunidade, percebe-se uma recente abertura para pessoas “estranhas”, talvez uma necessidade da própria Comunidade já que a maioria dos moradores são parentes.

Todos entrevistados consideram que com a mudança da Comunidade em Associação e a descentralização do poder exercido por Issamu Yuba e seu primogênito Tetsuhiko Yuba, todos os aspectos mudaram para melhor. Reconhecem que mudanças ainda precisam ocorrer para uma maior democratização, pois existem problemas a serem resolvidos como os referentes ao caixa-comum.

O **“caixa-comum”** é uma conta bancária, em que é depositado o dinheiro provindo das vendas das produções da Comunidade, e de onde é retirado o dinheiro para pagar contas dos seus membros e para cumprir os compromissos firmados com terceiros.

Este “caixa” existe desde a criação da Comunidade, ficando sob total gerência e manuseio de Issamu Yuba, até sua morte, passando para Tetsuhiko, seu filho. Após a criação da associação este “caixa” ficou sob a responsabilidade do tesoureiro. Ele é quem tenta fazer o controle do dinheiro que entra e que sai na Comunidade, os gastos com grandes aquisições, como viagens e estudos de alguns membros é decidido em reunião. Já as coisas do dia-a-dia como roupas, remédios e comida precisam apenas de solicitação, sem necessidade de reunião. O tesoureiro tem o poder de vetar a compra de algum material, mas nos relatos foi visto que é muito difícil a proibição de compra de algo, ou de viagem, só quando na época há muita escassez de dinheiro por conta de algum prejuízo como quebra de máquina ou de perda agrícola. Apreendemos também que os integrantes já tem uma certa noção de não gastar com supérfluos e que isso não afeta em nada a boa qualidade de vida destes. Esta consciência permite às pessoas viajarem para passear, visitar parentes em São Paulo, Japão, Estados Unidos, estudar, fazer estágio, etc. Situação que acontece constantemente com os integrantes da Comunidade como nos foi revelado.

Nos relatos foi constatado que o “caixa-comum” existe e funciona, porém com problemas, pois com a morte de Issamu Yuba foi-se constituindo outros “caixas” individuais.

Percebemos nos relatos que, nos tempos de Issamu e Tetsuhiko, devido as situações difíceis de falências acabou-se criando em alguns membros um descontentamento e desconfiança de se depositar todo o dinheiro no “caixa-comum”. Estas pessoas guardam lembranças dos tempos passados e por isso ficam com “um pé atrás” de por todo o dinheiro no caixa-comum. Situação que acaba colocando-os de uma forma ou de outra como privilegiados. No caso das aposentadorias recebidas pelos mais velhos também existe o problema, pois grande parte fica com o dinheiro individualmente, e somente alguns depositam no “caixa-comum”.

O tesoureiro da Associação não concorda com a existência destes outros “caixas”, diz que depois da criação da Associação melhorou muito e que está propondo e lutando para que todos passem a aderir ao “caixa-comum”.

Vimos estes problemas e também a esperança de mudança na luta e busca do “caixa-comum” de todos e para todos. Registramos exemplos de pessoas que já estão contribuindo nesta direção e levando as poucas pessoas que ainda não estão a se inserir novamente no “caixa-comum”. Tudo indica que por meio do exemplo e havendo uma maior estabilidade da Comunidade, todos possam voltar a fazer parte do “caixa-comum”

As **atividades culturais** são praticadas pelos integrantes da Comunidade em meio ao trabalho duro da roça, não existe uma divisão rígida das atividades e do espaço, por exemplo, o palco do balé também serve para secagem da soja para preparo do shoyo, é possível na hora do almoço escutarmos alguém ao piano ou tocando violino. Situações que também colocam na prática as afirmações do Kropotkin para quem o trabalho deveria ser prazeroso, uma atividade mesclada com a arte. Como parte do incentivo a arte na Comunidade, destacamos: O Museu “Osamu Sato”, a confecção de cerâmicas; a confecção de móveis; produção de peças e esculturas em rocha e madeira; a pintura; a prática de *Hay Kay*.

Nos Esportes o que predomina é o baseball, seu fundador Issamu Yuba foi quem praticamente introduziu o esporte no Brasil. Hoje continua sendo praticado na Comunidade.

A Comunidade tem instrumentos musicais como: piano; violinos, violoncelos, clarinete, flautas, acordeão, e violão, são ouvidos durante todo o tempo de folga dos integrantes, cada um toca aquele que melhor se identifica. As crianças são ensinadas pelos mais experientes sem rigidez ou horários pré-estabelecidos.

O *balé* é a principal atividade cultural e projeta o nome da Comunidade nacional e internacionalmente. É nele que encontramos todas as gerações dividindo o mesmo palco no campo das artes. Desde a chegada de Akiko Ohara em 1961, formada em dança contemporâneo em Tóquio, as apresentações já passam de 800 recebendo vários prêmios. As apresentações chamam a atenção pela técnica, diversificação e originalidade. Já tiveram cenários desenhados por artistas renomados como Manabu Mabe e Yashika Takaoka.

Figura 5 – Apresentação do Balé Yuba



Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

O desenvolvimento que alcançaram no campo cultural e/ou das artes é algo que impressiona e parece sem limites, uma arte livre em que a força comunitária mostra suas marcas a cada forma, seja na escultura ou no passo do balé, em que é exaltada e sentida a intensidade da vida em comum.

Nessa explanação da Comunidade Yuba nos vem à lembrança as seguintes palavras de Kropotkin:

Y con el trabajo en común de la tierra recobrarán su unidad las sociedades redimidas [...]. Pudiendo en adelante concebir la solidaridad, ese inmenso poder que centuplica la energía y las fuerzas creadoras del hombre, la nueva sociedad marchará a la conquista del porvenir con todo el vigor de la juventud [...] buscando en su mismo seno necesidades y gustos que satisfacer, la sociedad asegurará ampliamente la vida y el bienestar a cada uno de sus miembros, al mismo tiempo que la satisfacción moral que da el

trabajo libremente elegido y libremente realizado y el goce de poder vivir en hacerlo a expensas de la vida de otros. (KROPOTKIN, 2006, p. 119-120).

Pretendemos com este artigo assinalar que apesar do engessamento que o sistema capitalista nos determina em todos os aspectos de nossa vida cotidiana, gerando a veneração ao individualismo e a criação de instituições coercivas como o Estado e as grandes corporações empresariais, isso não consegue acabar com o instinto humano de ajuda mútua. Ele é mais importante para nossa existência que a competição, como ensinou o geógrafo Kropotkin. Portanto, mesmo com os vícios e o engessamento que o capitalismo nos proporciona ainda temos comunidades que tentam viver a margem deste sistema no mundo todo, e a Comunidade Yuba é um exemplo disto a nos desafiar na busca de sua compreensão.

Assim, as obras de Kropotkin tornam-se atuais, pois nos revelam uma nova utopia e contribui para pensarmos e lutarmos por uma outra sociedade, com valores fundados no homem, em que o individualismo, o consumo de futilidades, a super produção e o trabalho abstrato não tenham o foco central, mas sim, o trabalho e o consumo conforme as necessidades individuais de cada um, tendo como base a ajuda mútua, como podemos ver entre os Yubas.

Essas são apenas algumas considerações, o ponto de partida – que é a realidade -, cabe ainda investigarmos seus limites e potencialidades, discutirmos se é possível expandir o modo de vida Yuba para a sociedade como um todo, em particular para o campo brasileiro carente de debates que contemplem um modelo de vida rural com autonomia e soberania alimentar. É assim que acreditamos estar contribuindo no debate que nega projetos de desenvolvimento rural voltados ao agronegócio, a vinculação ao mercado e a produção de *comodities*.

Buscando a conclusão

Pensar nos desafios do pensamento geográfico no tocante a construção de uma sociedade mais humana neste momento do capitalismo, é de extrema importância. Tarefa que a Geografia sempre abraçou desde os tempos de Elisée Reclus, que denunciava as mazelas provindas dos governos imperialistas, passando por Yves Lacoste que defendia uma geografia a serviço da mudança da sociedade, até Milton Santos que destacava a importância da solidariedade como base da construção de uma outra forma de se pensar o mundo e as relações globais/locais. Todos estes autores acreditavam em uma geografia que devia servir para a mudança da sociedade e não para o desenvolvimento das forças produtivas, leia-se manutenção do *status quo*. Portanto, é dentro desta concepção de uma Geografia mais humana, comprometida com as mudanças sociais que faz sentido resgatar as contribuições do geógrafo Kropotkin.

Acreditamos que para haver uma verdadeira mudança na sociedade atual o caminho a se seguir é o da crítica radical, é por meio dela que podemos desmistificar e quebrar princípios arraigados na nossa sociedade como, por exemplo, o de se confiar na representatividade política, delegando o poder a outros.

Como ensina Kropotkin, isto acaba com o espírito de ajuda mútua entre os homens, que já não se vêem como participantes e atuantes na sociedade, deixando sempre para que outros façam a melhoria e o desenvolvimento da sociedade. É preciso pensar que por meio de relações mais simétricas podemos construir um desenvolvimento mais humanitário, logo menos material.

Ao longo deste artigo demos destaque para os ideais do anarquismo comunista de Kropotkin, tanto pela sua formação voltada aos estudos geógrafos como por entendermos que seus ideais têm eco entre nós. Neste sentido, é interessante lembrar que ele pregava o ideal de expropriação dos bens da humanidade, onde tudo é de todos, da não-propriedade privada, onde as terras são cultivadas em comum, o princípio da não-autoridade, ou seja, da liberdade e autonomia como princípio, do desenvolvimento livre da ciência e das artes para

todos, da produção conforme a possibilidade de cada um e o consumo conforme a necessidade. Por outro lado, acreditamos ser possível encontrar práticas na atualidade que se aproximam destes ideais como as vivenciadas pelos moradores da Comunidade Yuba.

Neste sentido, podemos afirmar que a pesquisa junto aos Yubas permitiu entender primeiramente que os objetivos dos membros entrevistados é continuar a vivência em comunidade. Por sua vez, a continuação e/ou aperfeiçoamento da Comunidade Yuba rumo a uma maior igualdade, portanto a superação dos “privilégios” de alguns de seus membros, depende de tempo para que os exemplos dos voluntários convençam pelo apelo moral os mais reticentes (como pensava Kropotkin), entendemos que é preciso também maior diálogo principalmente a respeito deste assunto que nos pareceu ser tratado como “tabu”. Pois, a continuidade das desigualdades pode agravar-se e, com isso, a vida comunitária, em cooperação mútua, dará lugar ao individualismo.

Atualmente vivemos num sistema que venera o individualismo em meio a graves problemas sociais e ambientais, neste cenário as obras de Kropotkin tornam-se atuais, pois elas falam de uma nova sociedade e já podemos vê-la em prática entre os Yubas. Isso contribui para pensarmos e lutarmos por estes ideais comunitários em que o individualismo, o consumo de futilidades, a super produção e o trabalho abstrato não tenham o foco central, mas, sim, o trabalho prazeroso, a arte e o consumo conforme as necessidades individuais de cada um, tendo como base à ajuda mútua.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire A. O conceito de classe camponesa em questão. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB, n. 21, vol. 2, jul./dez./2003, pp. 73-87.

COMUNIDADE YUBA. Comunidade Yuba. Disponível em <<http://www.brasil-ya.com/yuba/>>. Acessado em: 22 de maio de 2006.

KANZAWA, Lucille. Lavrando arte. Revista Terra. Disponível em <http://www.2uol.com.br/caminhosdaterra/reportagens/152_lavrando.shtml> Acessado em: 22 de maio de 2006.

KROPOTKIN, Piotr. A anarquia. Sua filosofia, seu ideal. São Paulo: Imaginário, 2000. 77p.

_____. El apoyo mutuo. Disponível em: <http://biblionline.site.voila.fr/reserve_4/el_apoyo_mutuo.pdf> acessado em: 05 Janeiro 2006.

_____. La conquista del pan. Tradução de León-Ignacio. digitalizada por J. de M. Jannos. 2006. Disponível em: <<http://www.hipernet.ufsc.br/foruns/autonomia/kropotkin/conquista/index.html>> acessado em: 15 abril 2006. 120p.

_____. Palavras de um revoltado. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário : Ícone Ed., 2005. 278 pp.

MARCOS, Valéria de. Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 1996. 400 pp.

_____. A construção do território camponês – entre velhas e novas utopias. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2005. p. 8523 – 8542.

MENDES, Eduardo R. A vida e obra do geógrafo anarquista Piotr Alexeevich Kropotkin e seus ideais na atualidade: estudo de caso da comunidade Yuba em Mirandópolis-SP. Monografia. Três Lagoas, 2006. 101 pp.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Edima A. Comunidade Yuba – uma realidade agrícola e cultural em Mirandópolis. Monografia. Presidente Prudente, 1988. 72 pp.

WOODCOCK, George. História das idéias e movimentos anarquistas - Vol. 1 A idéia. Tradução de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2002. 280 pp.

_____. História das idéias e movimentos anarquistas - Vol. 2 O Movimento. Tradução de Júlia Tettamanzy. et. al. Porto Alegre: L&PM, 2002. 320 pp.

_____. Os Grandes escritos anarquistas. 3ª Ed. Tradução de Júlia Tettamanzy e Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1985. 360 pp.

YAZAKI, Masakatsu. Associação Comunidade Yuba. São Paulo, 2004. 12 pp.

Artigo recebido maio de 2007

Artigo reenviado julho de 2007

Artigo aprovado julho de 2007

A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo

Mirian Claudia Lourenção Simonetti

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1999)
Professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Endereço profissional: Av. Higyno Muzzi Filho, 737, Campus Universitário, 17.525-900, Marília, SP, Brasil Caixa-
Postal: 420, Telefone: 55 14 3402-1332, Ramal: 1332. Fax: 55 14 3422-4797
Endereço eletrônico: mirian@marilia.unesp.br

Resumo

Neste texto comparo dois movimentos sociais que nascem em contextos históricos e culturais específicos, que utilizam a mídia e a Internet para dar visibilidade a sua luta e que se opõem ‘a nova ordem mundial: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN ou Zapatismo) no México. Parte do sucesso do Zapatismo e do MST deve-se a suas ações relacionadas às estratégias de comunicação. Ambos utilizam-se da mídia e da Internet para dar visibilidade as suas lutas, divulgá-la para o mundo, bem como buscar apoio nos momentos críticos de suas lutas. A capacidade desses movimentos se comunicarem com o mundo bem como com as sociedades Mexicana e Brasileira, acabou lançando grupos constituídos por populações tradicionais, que possuem lutas localizadas territorialmente, como protagonistas importantes da política mundial a partir de meados dos anos 90 do século XX. A globalização, caracterizada, sobretudo pelo sistema de informação, definido pelas redes de riqueza e poder, possibilitaram a emergência de movimentos sociais, cuja base é composta de camponeses, indígenas e trabalhadores urbanos, subempregados ou desempregados, como àqueles que com suas práticas de resistência e luta pela terra, contestam tanto suas situações de carência e exclusão, quanto à lógica inerente a nova ordem mundial.

Palavras-chave: movimentos sociais; MST; Zapatismo; globalização; comunicação; resistência.

Resumen

La Geografía de los movimientos sociales en tiempos de globalización: el MST y el Zapatismo

En este texto introduzco una comparación entre dos movimientos sociales que nacen en contextos históricos y culturales específicos, que utilizan la media y la internet para dar visibilidad a su lucha, y que se oponen a la nueva orden mundial. El “Movimiento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (MST) en Brasil, y el “Exercito Zapatista de Libertação Nacional” (EZLN o Zapatismo) en México. Parte del éxito del Zapatismo y del MST se debe a su estrategia de comunicación. Ambos utilizan la mídia y la Internet para dar visibilidad a su lucha, y así divulgarla para el mundo. Al mismo tiempo en que sus estrategias de comunicación buscan conseguir apoyo en momentos críticos de estas luchas. La capacidad que tienen estos movimientos de comunicarse con el mundo y con las sociedades mejicana y brasileña lanzó grupos constituídos por culturas tradicionales, que poseen luchas localizadas territorialmente, como protagonistas importantes de la política mundial desde mediados de los años 90 del siglo XX. La globalización, caracterizada, sobretudo por el sistema de información, establecida por las redes de riqueza y poder, posibilitaron la emergencia de movimientos sociales, cuya base se compone de campesinos, indígenas y desempleados, o parcialmente empleados como aquellos que con sus prácticas de

resistencia y proyectos alternativos contestan tanto sus situaciones de carencia y exclusiones, quanto la lógica inherente a la nueva orden mundial.

Palabras clave: movimientos sociales; MST; Zapatismo; globalización; comunicación; resistencia.

Abstract

The Geography of the social movements in globalization times: the MST and the zapatismo

In this text I compare two social movements that are born in specific historical and cultural contexts, that use the media and the Internet to give to visibility its fight and that they oppose the new world-wide order: The “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (MST) in Brazil, and the “Exercito Zapatista de Libertação Nacional” (EZLN or Zapatismo) in Mexico. Part of the success of the Zapatismo and the MST must it its action related to the communication strategies. Both are used of the media and the Internet to give to visibility its fights, to divulge it for the world, as well as searching support at the critical moments of its fights. The capacity of these movements if to communicate with the world as well as with the Mexican and Brazilian societies, finished launching groups consisting of traditional populations, that possess located fights territorially, as important protagonists of the world-wide politics from middle of years 90 of century XX. The globalization, characterized, over all for the system of information, defined for the nets of wealth and power, makes possible the emergency of social movements, whose base is composed of camponeses, aboriginals and urban workers, unemployeds, as to whom with its of resistance and practical fight for the land, in such a way contests its situations of lack and exclusion, how much to the inherent logic the new world-wide order.

keywords: social movements; MST; Zapatismo; globalization; communication; resistance.

Introdução

Nesta pesquisa comparo as ações políticas de dois movimentos sociais, o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Exercito Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) ou ZAPATISMO. Ambos nascem em contextos históricos e culturais específicos, utilizam a mídia e a Internet para dar visibilidade a sua luta e se opõem à nova ordem global.

Parte da visibilidade mundial do Zapatismo, no México e do MST no Brasil, deve-se à sua estratégia de comunicação. Ambos utilizam-se da mídia e Internet visando dar visibilidade a sua luta, divulgá-la para o mundo, ao mesmo tempo em que suas estratégias de comunicação buscam conseguir apoio em momentos críticos dessas lutas. A capacidade desses movimentos se comunicarem com o mundo e com as sociedades Mexicana e Brasileira acabou lançando grupos, constituídos por populações tradicionais, que possuem lutas localizadas territorialmente, como protagonistas importantes da política mundial a partir de meados dos anos 90 do século XX. A globalização, caracterizada, sobretudo pelo sistema de informação, determinadas pelas redes de riqueza e poder, possibilitaram a emergência de movimentos sociais, cuja base é composta de camponeses, grupos indígenas e trabalhadores urbanos, desempregados ou parcialmente empregados, como àqueles que com suas práticas de resistência e luta pela terra, contestam tanto suas situações de carência e exclusão, quanto à lógica inerente a nova ordem mundial.

A escolha para realizar uma análise comparativa entre o Movimento dos Sem Terra no Brasil e o Movimento Zapatista no México deveu-se as suas características similares. Ambos encontram-se localizados em países que vivenciam condições econômicas e sociais semelhantes; opõem-se as desigualdades sociais em seus países e a nova ordem global;

integram-nos sujeitos vinculados às populações tradicionais; e possuem uma significativa capacidade de criar um espaço comunicativo com o mundo.

Nesta pesquisa buscou-se analisar o espaço comunicativo externo aos movimentos. Ou seja, a forma e o meio utilizado pelos movimentos sociais para divulgar e difundir suas mensagens e seu ideário, conquistar apoios e novos integrantes, a divulgação de fatos que atuem na sua defesa quando se faz necessário para opor-se às intransigências dos governos. Ou seja, os eventos que são criados e que lhes permitem gerar uma comunicação com a sociedade em escala local ou global.

Neste texto apresento uma reflexão sobre o processo de globalização. Posteriormente, saliento os pontos em comum entre o México e o Brasil, contextualizando o aparecimento político do Movimento dos Sem Terra no Brasil e o Movimento zapatista no México. Por último, faço uma reflexão sobre o significado político desses movimentos e da sua capacidade comunicação com o mundo.

Globalização e movimentos sociais

Na atualidade a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram um novo momento para a sociedade contemporânea. Esse momento se caracteriza pela crescente transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Também se caracteriza por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego; por uma cultura construída a partir de um sistema de mídia onipresente; por uma alteração na base técnica da produção. Esse processo vem transformando as bases materiais da vida, abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e aumentando o consumismo, ampliando e induzindo a pobreza, incitando a ganância e a inovação. (CASTELLS:2000)

Juntamente com a revolução tecnológica e a transformação do capitalismo, vivencia-se no último quarto do século, o avanço poderoso de expressões sociais que desafiam a globalização. Essas expressões, segundo Simonetti (1999), encerram grandes diversidades culturais e uma ampla gama de movimentos reativos de resistência que vão desde aqueles mais amplos, tais como os movimentos ambientalistas e 'aqueles contra a nova ordem global e a pobreza no mundo, aos organizados localmente, de resistência contra as questões internas nos seus países tais como o MST no Brasil e o Movimento Zapatista no México que, ao lutarem contra as desigualdades internas em seus países também se opõem 'a nova ordem global.

Segundo Simonetti (1999), o processo atual de mundialização se cartografa pelo embate entre a globalização e às vezes despercebidas manifestações locais e regionais. Vivencia-se uma condição planetária pontuada por intervenções locais, regionais, cujas intensas variações determinam a imbricação do local e global. O lugar se recria na articulação do mundial. Do lugar fluem as diferenças e ao lugar reflui simultaneamente a mundialização. Cada lugar se apropria do espaço segundo as formas e os ritmos próprios do ambiente, da vida econômica, política, social e cultural. É do lugar e das micro-políticas gestadas pelos sujeitos nos diversos modos de viver, sentir, pensar, falar e projetar o futuro, que crescem as demandas e constroem-se novas relações e práticas que se opõem ao processo de globalização capitalista.

Há no mundo uma ampla gama de movimentos reativos de resistência 'a nova ordem global, dentre os quais destaco o Movimento Zapatista e o Movimento dos Sem terra por suas características inovadoras. Ambos situam-se em países que possuem características similares com relação 'a organização política, pois possuem um regime político baseado em uma democracia primordialmente eleitoral. Vivenciaram mudanças sociais intensas nas últimas décadas do século XX, vinculadas a industrialização e urbanização acelerada. Encontram-se vinculados 'a globalização financeira, através das políticas econômicas de ajuste estrutural impostas pelo Fundo Monetário Internacional. Tais políticas econômicas os tornaram vulneráveis às crises financeiras e, conseqüentemente ao desemprego, a pobreza e ao aumento das desigualdades sociais.

A forma como estes países se integraram ao processo de globalização capitalista, potencializou e acirrou as suas contradições internas. Tanto o MST, quanto o Movimento Zapatista, resultam de um processo de resistência às mudanças políticas e econômicas operadas em seus países nas últimas décadas do século XX. (Simonetti:1999)

O Brasil e o movimento dos sem terra

No Brasil, o aparecimento político do MST, segundo Simonetti (1999), coincide com uma série de lutas sociais que ganham visibilidade no período de transição política, nos anos 80, após um longo período de vigência de governos militares no país. Neste período foram realizadas políticas econômicas que ampliaram as desigualdades sociais no país. Com relação à política agrária, foram beneficiados os grandes empresários e proprietários de terra em detrimento dos camponeses, o que levou o país a um dos maiores índices de concentração de terras do planeta. A organização do movimento decorreu da junção de várias lutas pontuais ocorridas por todo país em fins da década de 70. A articulação do movimento foi possibilitada através do apoio político do clero progressista, que emprestou sua infra-estrutura e auxiliou na articulação das lideranças e seus encontros. Em 1984 realizaram o 1º Encontro Nacional dos Sem terra de onde surgiu o movimento institucionalizado e onde definiram suas primeiras diretrizes políticas, bem como a definição do seu nome – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra. Desde então, o MST iniciou a construção de um espaço comunicativo, interno e externo, através de práticas educacionais, bem como em grandes congressos locais, estaduais e nacionais, onde são definidas as suas diretrizes políticas, princípios e ações.

Nos anos 90, constituiu-se no movimento social de maior visibilidade no país. Tem por característica realizar ações através da ocupação de terras públicas ou privadas e de prédios públicos (INCRA, órgãos governamentais etc.), e também grandes caminhadas e manifestações pelas principais cidades do país, objetivando ganhar espaço na mídia visando denunciar as desigualdades sociais e a sua proposta de reforma agrária.

Constitui-se de uma população heterogênea que reúne camponeses com pouca terra e seus filhos, camponeses sem terra, assalariados do campo e outras categorias de trabalhadores rurais ou urbanos. Integram-no também intelectuais, técnicos, professores e ex-integrantes do clero católico. Dentre os vários grupos sociais em luta pela terra no país, o MST se diferencia deles devido a sua prática territorial. A maior parte dos movimentos sociais constituídos em torno da luta pela terra se esgota a partir da conquista da terra ou do fim do conflito. O MST tem gerado um processo de *(re)territorialização* de trabalhadores nas terras conquistadas, que tem gerado continuamente novas demandas baseadas na tríade *ocupação/acampamento/assentamento*. Desde o momento de sua gestação até hoje a luta pela terra vem sendo constituída por ações que visam a impulsionar a reforma agrária e a ocupação tem sido o instrumento destas ações. A ocupação tem resultado no acampamento, que é a materialização dos sujeitos em ação, em luta. O assentamento representa o resultado do processo, a terra conquistada - a apropriação do território capitalista aquele sob hegemonia capitalista que é apropriado pelos camponeses. A apropriação do território, materializada no assentamento, não esgota o processo de luta. Desdobra-se em outras lutas para a conquista de crédito, infra-estrutura e demais condições necessárias para viabilizar a produção e a vida nos assentamentos, como escola para as crianças e, geralmente, para os adultos, postos de saúde, cooperativas, associações etc. Assim, os camponeses continuam vinculados ao MST, mesmo depois de assentados tanto para possibilitar as diversas lutas nos assentamentos, quanto outras lutas mais gerais, dentre elas a conquista de novas terras, de políticas agrícolas dentre outras (SIMONETTI, 1999).

O resultado da luta pela terra pode ser observado através do número de assentamentos localizados por todo país. Verifica-se no período entre 1979 a 2000, 569.733 famílias assentadas, em 5.200 assentamentos. Esse número está bem aquém das

necessidades dos Sem Terra, pois segundo o movimento ainda é grande a demanda por terra no país (MST, 2007).

O MST tem tido uma capacidade surpreendente de se reinventar politicamente segundo as variações conjunturais. Através de suas ações têm conseguido manter-se na mídia e seu desafio principal é pressionar socialmente para alterar o padrão de terra estruturado no país. A sua eficácia política pode ser visto através desses pontos: vem colocando na agenda política de diferentes governos brasileiros a temática da reforma agrária; o debate em torno da questão agrária no país; vem possibilitando o acesso à terra a um número significativo de famílias, permitindo melhorar suas condições de vida; a democratização da vida política e a dinamização econômica de vários municípios onde o assentamento se insere; vem possibilitando mudanças no imaginário dos brasileiros em torno da propriedade privada da terra; e a criação de um espaço comunicativo, nas escalas local, nacional e internacional, que visa dar visibilidade a sua luta bem como a outras temáticas políticas. O seu impacto político ocorre principalmente no Brasil, embora existam comitês de apoio no exterior, principalmente na Europa. O sentimento provocado pelo MST no exterior é o da 'solidariedade' visto que suas reivindicações são consideradas justas (SIMONETTI, 1999).

O México e o Movimento Zapatista

O aparecimento político do Movimento Zapatista para o mundo deu-se em 1º de janeiro de 1994. A mídia destacou o levante ocorrido no extremo sul do México, onde homens e mulheres armados, com o rosto coberto, e ocuparam durante a madrugada, 16 municípios do Estado de Chiapas. Na cidade de San Cristobal de Las Casas, tomaram a sede do governo local e anunciaram serem membros do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Distribuíram a imprensa internacional e ao povo mexicano uma declaração, na qual informavam o início de uma luta por: terra, trabalho, alimentação saúde, educação, independência, democracia, liberdade, justiça e paz (CASTELLS, 2000).

Tal acontecimento coincidiu com a entrada em vigor do NAFTA (North America Free Trade Agreement), cujo acordo pressupõe acordo econômico de livre comércio entre Estados Unidos, Canadá e México. Criado em 1992, o acordo prevê a instalação de uma zona de livre comércio entre esses três países. Esta área esta baseada na livre circulação de mercadorias e serviços entre os países membros. Isto acontece por eliminação das barreiras legais, e das tarifas alfandegárias, ou seja, está limitado apenas à área comercial. O que se busca é ampliar os horizontes de mercado dos países membros e maximizar a produtividade interna de cada um. Ao contrário da União Européia, o NAFTA não aponta para a unificação total das economias dos países que deles fazem parte (FELICE, 1998).

Após 12 dias de combate entre Zapatistas e o exército federal, estabeleceu-se uma trégua. O Bispo de San Cristóbal, Dom Samuel Ruiz, foi proposto pelos Zapatistas como mediador para dialogar com o governo. Os integrantes do movimento se recolheram a Floresta Lacandona, mantendo diálogo contínuo com a sociedade civil mexicana e internacional. Em 27 de janeiro, foi assinado um cessar fogo e iniciou-se um processo de negociação voltado para a discussão mais ampla sobre: reforma política, direitos indígenas e demandas sociais (CASTELLS, 2000).

O levante Zapatista veio como resposta as perversas transformações ocorridas no país e com as comunidades indígenas, desde os anos 40, uma vez que camponeses e índios foram negligenciados ao se privilegiar o grande capital e poucos proprietários de terra. Nos anos 90, essas comunidades foram mais afetadas visto que a entrada em vigor no NAFTA contemplava mudanças de alguns artigos na Constituição Mexicana. Aquela que mais alterava a vida dessas comunidades foi o artigo 27 que prevê a regulamentação agrária, propriedade da terra e bem estar dos camponeses. A alteração proposta visava destruir a propriedade coletiva da terra – Ejidos – principal conquista da Revolução de 1910. Ao incentivar o livre mercado da propriedade rural, com prejuízo dos pequenos lavradores que, sem infraestrutura agrícola e sem incentivos econômicos, encontram-se em absoluta

desvantagem no mercado agrícola. A reforma favoreceu o renascimento de uma estrutura agrícola do latifúndio, inimigo principal da revolução de Emiliano Zapata, intensificando o conflito no campo. Tal mudança teve um impacto em Chiapas, onde as milícias privadas armadas a serviço do grande latifundiário, levaram as organizações camponesas e indígenas à luta armada pela defesa do chão, do sustento e da própria cultura (FELICE, 1998).

Entre 1992 e 1993 camponeses e índios se manifestaram contra essas políticas através de marchas e atos na capital mexicana. Não surtindo efeito tais manifestações pacíficas, deram início a organização do levante armado. O movimento Zapatista contou com o apoio de parte do Clero progressista e dos seus catequisadores, que ajudaram a organização do movimento, embora a igreja tenha se manifestado contra o conflito armado. O Zapatismo é constituído de integrantes das comunidades indígenas (homens, mulheres e jovens) que vivenciaram a crise econômica e os atuais conflitos sociais. Também integram-no os remanescentes de grupo Maoístas formados na área urbana do México na década de 70. Tais militantes assumiram a luta junto a esses setores mais oprimidos do país, compartilhando suas experiências, lutas e sofrimentos. Dentre esses militantes, estava Marcos que se tornou porta-voz do movimento. Com sua vasta cultura, passou a relacionar-se com a mídia e a Internet, tornando-se um elo comunicativo entre os indígenas e o mundo (FELICE, 1998).

A mediação entre o Movimento Zapatista e o mundo passou a ser realizada através de comunicados, escritos pelo subcomandante Marcos ou pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena. Os Zapatistas deram continuidade ao diálogo com o governo que chegou em alguns momentos a circundar a Floresta de Lacandona com seu exército desrespeitando os acordos de diálogo e provocando dificuldades para as comunidades indígenas. Em poucos dias, respondendo aos apelos lançados pelo correio eletrônico, pessoas comuns e ONGs pressionaram os representantes do governo mexicano em seus países, a fim de que cessasse a repressão militar aos Zapatistas. Ao mesmo tempo grupos de artistas, intelectuais e políticos mexicanos pressionavam o governo a respeitar as comunidades indígenas. Essas ações levaram a abandonar a ação militar, mas mostrou o efeito comunicativo do Movimento Zapatista (FELICE, 1998).

Desde então o Movimento Zapatista iniciou uma série de atividades políticas concretas que quebraram os limites localizados de suas ações, realizando eventos internacionais causadores de grandes impactos, tais como o 1º Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, realizado em 1996, que levou para a Floresta de Lacandona delegações de todos os continentes. Ao longo desses 8 anos de existência vem realizando grandes caminhadas, grandes manifestações nas grandes cidades do México para dar visibilidade a sua luta. As suas ações originaram uma nova forma de pressão política absolutamente difícil de ser controlada, pelo fato de que embora as comunidades estejam localizadas territorialmente possam levar o conflito para um espaço comunicativo sem limites (FELICE, 1998).

Em 1995, realizaram uma consulta, via Internet, para indagar sobre a forma política que o movimento deveria assumir. Tornar-se uma força política-partidária ou se deveria continuar como um movimento amplo e democrático. Em vários lugares do mundo e no México, milhares de pessoas participaram da consulta, que opinou que o movimento deveria continuar como organização paralela, não armada, buscando atuar em prol da transição pacífica a caminho de uma nova sociedade. Na atualidade utilizam-se da Internet para estabelecer um espaço comunicativo e propõe um diálogo com a sociedade pleiteando, sobretudo, o respeito às diversidades culturais. A atuação política do Movimento Zapatista não propõe um modelo de sociedade, mas chama essa sociedade para construir juntas essa nova sociedade. Surgido em um novo contexto internacional, o Movimento Zapatista apresenta uma nova estratégia, que não tem por alvo a conquista do poder, e faz uso da palavra como arma, veiculada pelos meios de comunicação modernos (FELICE, 1998).

A estratégia de comunicação dos sem terra e Zapatistas

Diferente da prática política dos Zapatistas, o MST tem sua prática comunicativa mais localizada no espaço brasileiro e sua articulação política restrita aos movimentos camponeses, mesmo internacionais. Possui o Jornal Sem Terra que é um dos jornais de mais longa duração nos movimentos populares. Busca também a solidariedade de Organismos não governamentais e institutos internacionais, seja apoiando com recursos, ou apoiando em momentos críticos desta luta. De forma ininterrupta, seu jornal tem 18 anos de existência. Dezenas são os “repórteres populares” formados pelo MST para registrar, elaborar e enviar as notícias para que ele possa funcionar. Possui Rádios Comunitárias nos assentamentos, que funcionam como um instrumento fundamental para a prática comunicativa do MST, principalmente nas pequenas localidades. Atualmente possui em funcionamento nos assentamentos e acampamentos cerca de 30 rádios comunitárias e 10 programas de rádio para veicular as notícias, recados, informações a partir de uma ótica popular e de luta.

Vincula-se ao movimento internacional de luta Através da Coordenação Latino Americana de Organizações Camponesas – CLOC – o que vem possibilitando a sua articulação com o movimento camponês, através de diversos intercâmbios de experiências, de formação e capacitação. Em âmbito mundial, o MST participa da Via Campesina, que articula organizações camponesas dos vários continentes e que lutam por terra, reforma agrária e política agrícola adequada ‘a pequena produção. O Setor de Direitos Humanos desenvolve um trabalho de formação e divulgação dos direitos básicos e essenciais do cidadão brasileiro, da legislação geral e específica da questão agrária, nos diversos cursos e encontros do MST. Organiza as denúncias em âmbito nacional e junto aos órgãos internacionais. Recentemente na ONU, o MST foi representado pela Franciscan and Dominicans Foundation denunciando os constantes desrespeitos aos Direitos Humanos por parte do governo brasileiro.

O sucesso dos Sem Terra no Brasil, deve-se à sua estratégia de comunicação. Desde sua institucionalização como movimento, em 1984, até os dias atuais o movimento busca espaços na mídia para divulgar seu ideário, difundir sua mensagem e buscar apoios tanto no Brasil, quanto no exterior. Em 1998 o movimento lança sua página na Internet, contendo informações sobre o movimento, sua história, agenda de lutas e reflexões sobre a luta política, a questão da terra, a globalização e a economia mundial etc. Atualmente possui comitês de apoio espalhados em vários países tais com Itália, França, Espanha e Bélgica.

A importância do MST na sociedade brasileira se deve, em grande parte, a forma como o movimento desenvolve ações visando dar visibilidade ‘a luta pela terra. Até então, comunidades indígenas, camponeses e trabalhadores rurais estavam em luta no interior do país, no campo e pouco se sabia sobre as situações de exclusão, violência e assassinatos. O MST trouxe para a cidade, para a mídia e academia esta luta. A sua organização assumiu uma dimensão extraordinária graças a sua organização interna e de suas práticas territoriais e políticas, que foram sendo construídas ao longo da sua formação e trajetória. A capacidade de organização e de integração de novos Sem Terra nessa luta, bem como as grandes manifestações, grandes caminhadas, ocupações de prédios públicos e praças, mostra a singularidade desse movimento na sociedade brasileira.

A luta pela terra e as transformações decorrentes desse processo, visto em seu conjunto, vêm possibilitando mudanças na sociedade brasileira. Pode-se medir sua importância sob duas óticas: aquela que permite às famílias melhores condições de vida e percepção de que têm direitos, possibilitando-lhes romper com as redes de dominação e subserviência à classe dominante. E aquela que possibilita o questionamento do direito de propriedade, propondo um modelo diverso àquele da propriedade capitalista, o que tem implicações em mudanças de poder. Esta é a essência da questão, uma vez que há no Brasil um verdadeiro pacto de classes que exclui da cena política os trabalhadores e camponeses, como meio de protelar uma transformação no direito de propriedade, que alteraria as bases de sustentação dos grandes latifundiários, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração do trabalho e a acumulação do capital assumem no País. Ao

proporem uma nova relação com a terra, baseada no primado do uso sobre a troca, de fato, esses sujeitos estão abrindo espaços para mudanças na sociedade brasileira.

O MST destaca-se pela importância social e política na sociedade brasileira e em todo continente americano. Consegue mobilizar grupos e comitês de solidariedade em diferentes lugares do mundo, visto que são tidos como protagonistas de lutas sociais que visam proporcionar melhores condições de vida para os segmentos mais pobres da população. Porém, diferencia-se do Movimento Zapatista visto que, o mesmo faz uso das palavras para contaminar o mundo através das redes modernas de comunicação visando abrir novos horizontes e possibilitando juntar mundos antes incomunicáveis – os indígenas e a população urbana de diferentes lugares do planeta. Busca uma sociedade multicultural. Tal elemento assume um significado importante para o mundo de hoje, especialmente no contexto das sociedades americanas, historicamente construídas a partir de um projeto político que preferiu ignorar as heterogeneidades culturais, excluindo, através de uma perspectiva desenvolvimentista – a diversidade cultural.

Para entender o impacto e a dimensão do Movimento Zapatista é necessário recorrer a novos conceitos e olhares. As técnicas modernas de comunicação mudaram a relação do movimento com a sociedade civil, que passou de interlocutora estratégica a parte integrante do movimento. Este, ao contrário das conhecidas vanguardas revolucionárias, dialoga com a sociedade civil, abrindo assim, a possibilidade de novas utopias (FELICE, 1998).

Ao utilizarem-se dos recursos modernos dos meios de comunicação para dar visibilidade às suas lutas e conquistas, o MST e o EZLN redimensionaram as suas práticas e lutas sociais. Ou seja, as suas lutas embora localizadas territorialmente conseguem dialogar com a sociedade civil tanto de seus países, como do mundo, possibilitando um diálogo interativo que possibilita ampliar as ações do Movimento dos Sem Terra e do Movimento Zapatista (EZLN).

Referências bibliográficas

BATALLA, G. B. México profundo. México/DF: GRIJALBO, 1987.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. O Poder da identidade. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FERNANDES B. M. MST: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Gênese e Desenvolvimento do MST. Cadernos de Formação. nº 30. São Paulo, 1998.

GRZYBOWSKI, C. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: FASE/Vozes, 1987.

MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. Caminhada no chão da noite. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. O poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1995.

FELICE D. M. e MUÑOZ, C. A revolução invencível. Subcomandante Marcos e o Exército Zapatista de Libertação Nacional. São Paulo: E. Boitempo. 1998.

MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MONTEMAYOR, C. Chiapas – La rebelion indígena de México. J.M. México/DF. 1997.

MST: A reforma agrária e a sociedade brasileira. São Paulo: MST, 1996.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto, 1988.

SANTOS, M. Por uma geografia nova – da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1988.

SIMONETTI, M. C. L. A longa caminhada – a reconstrução do território camponês em Promissão. FFLCH-USP, 1999 (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

MST Número de assentamentos rurais – 1979-2000. Atualizado em 14/07/2006. <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1007>. Acesso em 30 jun.2007.

Artigo recebido em março de 2007

Artigo reenviado em setembro de 2007

Artigo aprovado em setembro de 2007

Entrevista a James Cockcroft

Emerson Xavier da Silva

Cientista social pela Université Catholique de Lyon (1982)
Diplome de Hautes Études em Pratiques Sociales pela Université Coopérative Internationale, Collège Coopératif Rhône-Alpes, Université Lyon Limières II (1985-1988)
Secretário de Atas e membro do Serviço de Imprensa da Sociedade Bolivariana de Quebec
Tradutor da TV5 (Quebec) e Escritor da Québec Tendances & Escalades
Endereço: 4421 Avenue de L'Hôtel de Ville, H2W 2H5, Montréal, Quebec, Canada
E-mail: emersonxavierster@gmail.com

Resumo

James Cockcroft es profesor del Latin American and Caribbean Studies en la State University of New York. Fue profesor en la University of Massachusetts, en la University of Vermont y en la University of Connecticut. Poeta, novelista, científico social y militante revolucionario, con 72 años, James Cockcroft es hoy uno de los más destacados creadores y pensadores de la izquierda estadounidense. Es autor de más de 35 libros, muchos de los cuales sobre las luchas sociales en América latina.

Resumo

Entrevista a James Cockcroft

James Cockcroft é professor do *Latin American and Caribbean Studies* da State University of New York. Foi professor da University of Massachusetts, da University of Vermont e da University of Connecticut. Poeta, novelista, cientista social e militante revolucionário, com 72 anos, James Cockcroft é hoje um dos mais destacados criadores e pensadores da esquerda estadunidense. É autor de mais de 35 livros, muitos dos quais sobre sobre as lutas sociais da América Latina.

Abstract

Interview with James Cockcroft

James Cockcroft is professor of Latin American and Caribbean Studies *at the* State University of New York. He was professor *at the* University of Massachusetts, *at the* University of Vermont and *at the* University of Connecticut. Poet, novelist, social scientific and revolutionary militant, 72 years old, James Cockcroft is today one of the most outstanding creators and thinkers of the american left. He is author of more than 35 books, many of which on the social struggles in Latin America.

EXS- James Cockcroft, Bertold Brecht dice en un poema que Mercedes Sosa y Silvio Rodríguez han puesto en canción, que los hombres de luchan toda la vida son los imprescindibles. Usted es uno de éstos. James Cockcroft, como usted se hizo militante?

JC- Como muchos estadounidenses del tiempo de la Guerra fría, del macartismo, me senti alejado de mi país por falta de libertad de expresión, por todo el racismo y el sexismo que se veía por todas las partes. No acepté el patriarcalismo y la opresión de las mujeres. Yo venía de una familia sin papá, de clase obrera, pero con educación universitaria. Quería cambiar de ambiente. Fui como turista a Cuba el año 1956.

Eso fue 3 o 4 semanas después de la llegada del Granma, el histórico barco en que llegó Fidel con sus compañeros para empezar la guerrilla y liberar a Cuba del imperialismo. Yo viajaba hasta el Oriente: Bayamo, Santiago. Fue en la parte oriental de Cuba que nací políticamente. Ya era entonces un rebelde, poeta además, novelista, joven, pero no hablaba español. Ocurre que fui detenido y torturado por la Policía de Batista en aquel momento histórico. Eso, fui detenido y torturado en Cuba! Y comencé a aprender de la historia cubana desde ese mismo momento.

La juventud cubana me había recibido como un amigo. De repente, me veo en la cárcel! Bueno, fui liberado y seguí camino hacia Santiago. Pero todas las mañanas, yo veía en la prensa fotos de las y los jóvenes que habían sido mutilados y muertos. Sus cuerpos eran lanzados por los andenes de las ciudades de Oriente. Según la explicación oficial, aquellos y aquellas eran comunistas, fidelistas, amigos de los que recién habían sido destruidos en la Sierra Maestra, pues que ya no se quedaba ni Fidel ni el Ché ni nadie. Quedaban estos jóvenes en las ciudades y se decía: “habrá que matarlos”.

EXS- Así que Usted fue detenido por una precaución anticomunista. Digamos que fue una “detención preventiva”. Pero eso ocurre solamente una vez!

JC- No! Fui detenido una segunda vez por los militares, saliendo de Santiago. No fui encarcelado esta vez, pero fui golpeado todavía más duramente que la primera vez en un cuartel militar en las afueras de Santiago.

EXS- Supongo que ellos tenían una “buena razón” para aplicarle la mano dura.

JC- Muchas de estas personas que me recibieron en toda la Isla me habían pedido que llevase a Nueva Iorque, donde vivía yo, mensajes a los parientes pidiendo ayuda para la guerrilla, para el Movimiento 26 de julio. Decíanme que Fidel seguía vivo y que el cuento de la destrucción de la guerrilla era una mentira de la prensa. Bueno, tu me preguntaste cómo yo me hice un militante. Así fue. Yo me eduqué políticamente en Cuba. A través de los años, me metí en todas las luchas populares de los pueblos en todas las partes del mundo y me eduqué en el marxismo, la única metodología científica que permite entender la realidad económica y social e histórica.

EXS- Y después de Cuba, como siguió profundizando su relación con América latina?

JC- Fui a Colombia para aprender español y también para salir de mi país, todavía bajo la influencia del macartismo. Estábamos a fines de los años 1950 y fui a enseñar en una escuela de Bogotá, Colombia. Ahí me enteré de las condiciones impuestas por el Imperialismo y por las oligarquías locales en América Latina, allí mismo en la nación Colombiana. He viajado por todas partes, entre 1959 y 1961 primeramente en la parte amazónica, cuando entonces aproveché para conocer Manaus, en Brasil. En el segundo año, fui invitado a ofrecer cursos en inglés de Literatura en la Universidad de los Andes, en el centro de Bogotá. Me trasladé de Chapineros, en el suburbio, al centro de Bogotá, y vivía en un barrio, una colonia obrera, donde no se hablaba ninguna palabra de inglés. Así, por la fuerza, he aprendido español.

EXS- Y después usted regresó a Estados Unidos?

JC- Si. Después de Colombia, volví a la Universidad de Stanford donde había casi terminado mi maestría. Stanford era una de las dos instituciones famosas de mi país que

ofrecían la maestría por escribir novelas o poesía. De manera que yo quise seguir mi carrera como autor de ficción. Decidí terminar la maestría y quedarme en la misma universidad para hacer un doctorado en estudios latinoamericanos. En verdad, era un doctorado en estudios latinoamericanos, ibero-americanos, luso-brasileiros, con mucha sociología, historia y ciencia política principalmente.

EXS- En este período, Usted se dedicaba solamente a estudiar?

JC- No. Para nada. Estaba ya metido en las luchas pro Cuba, en defensa de la Revolución cubana, en defensa de los derechos humanos. He participado de todo: lucha contra la guerra del Vietnam, luchas de la clase obrera latina en Estados Unidos y también de la clase obrera estadounidense. También trabajé mucho con los Panteras Negras. Estaba muy implicado con las luchas de los afroamericanos y en todas los nuevos movimientos y luchas sociales de aquella época. Llegó un momento en que empecé a tener problemas para encontrar trabajo por causa de mi activismo político.

EXS- Es que todo parece muy romántico cuando lo leemos en un libro, en un periódico. Pero la vida de militante exige sacrificios. Uno enfrenta riesgos, peligros, situaciones terribles...

JC- Así es, pero yo tuve mucha suerte en mi vida, a pesar de tantas muertes. He perdido un hijo que era todavía un niño. He perdido compañeros en América latina, particularmente de Chile, durante las guerras sucias. En nuestra propia lucha en Estados Unidos, he sufrido de la muerte de compañeros. Muchos de ellos eran afro-americanos, veteranos de Vietnam, que usaron mi casa para organizar la lucha contra la guerra, cuando volvieron de allá. Yo ayudaba como podía. En aquel momento yo era profesor en Walkie, la famosa ciudad industrial del Estado de Wisconsin, la ciudad de la cerveza. Fue un tiempo en que pude aprender de la marcha, de lucha política, y también he podido enseñar a alumnos, a obreros. Para decir la verdad, siempre he aprendido más que enseñado, pero allí enseñaba un poco de marxismo y anarquismo, un poco de todas las ideologías de izquierda en el mundo occidental y por lo menos una del mundo oriental, el maoísmo. Estudiábamos todas las escuelas de pensamiento del marxismo.

EXS- El mundo estaba hirviendo en los años 60.

JC- Y en la marcha de los años 60, casi sin darme cuenta del hecho, yo me hice un revolucionario. Y fíjate que yo estaba bien ocupado. Tenía una familia de 3 hijos. Después se juntaron a nosotros varios huérfanos. Más tarde, estos huérfanos se juntaron a nuestra izquierda, en Estados Unidos, y seguían llegando a nuestras reuniones. Muchos eran jóvenes sin padres, con problemas con la Ley y la Policía. Eso también formó parte de la lucha.

EXS- Como también era parte de la lucha su actividad de escritor?

JC- Claro, pero también es verdad que yo escribía para sobrevivir. Mi primer libro, hoy en su 25 edición, Precursores de la Revolución Mexicana, fue publicado por las Ediciones del Siglo XXI. En paralelo a eso, yo escribía para la prensa *underground*, que hoy se llama prensa alternativa. Es algo que sigo haciendo. Llevo ya como 40 años o más de este estilo de lucha.

EXS- Una lucha en dos mundos?

JC- De cierta manera si, porque debo mi nacimiento político no solamente a Cuba y a Colombia, sino que también al Tío Sam. Porque el Tío Sam quería educar una nueva

generación en español para evitar que hubiera otras revoluciones fidelistas o latinoamericanas, como la de Cuba, por eso tuve la suerte de recibir del Tío Sam una beca para cada año de mi educación del doctorado. Por que yo no tenía la lana, el dinero, para pagar ni siquiera la inscripción de Stanford, que es una Harvard del Oeste, tan elitista. Así que me pagaron con las becas y hubo también los hijos. Para cada nacimiento, he recibido un presupuesto. Mis mejores sueldos de mi vida fueron las becas de los años 60.

EXS- Los años 60 son un período mítico para para las generaciones posteriores. Con tanta efervescencia, me imagino que hubo momentos de veras especiales.

JC- Como no. Yo estaba en las luchas chilenas, mexicanas y estadounidenses. Fueron los combates del 68, del 71. Después vino el 11 de septiembre del 73, en Chile. En la lucha, yo ya había viajado casi toda latino América. Recuerdo un gran momento de los años 60. fue cuando llegaron exiliados a México 2 brasileños: el padre Lage y el abogado marxista Francisco Julião, fundador de las Ligas Campesinas. Eso fue poco después del golpe de 1964. Estábamos en el departamento de un amigo. Eso yo lo cuento en el libro, pero sin citar el nombre del dueño del departamento. Ahora ya lo puedo revelar. Tratábase de André Gunder Frank, que falleció no hace mucho. Gunder Frank era un amigo con quien escribí un primer libro con mis ideas en español y que fue publicado en América latina. Después escribimos juntos también en inglés y fuimos publicados en Estados Unidos. El libro se llamaba *Dependencia y Subdesarrollo, la economía política de América latina*, publicado por Ediciones Signos de Buenos Aires, cuyo director, Don Arnaudo Orfila, fundó después en México las Ediciones Siglo XXI. Don Arnaudo Orfila ya murió, pero sigue presente como André Gunder Frank.

EXS- Ya, pero que sucedió de tan especial en el departamento de André Gunder Frank?

JC- Fue muy emocionante porque el Padre Lage, un cura católico, presentó un análisis del Brasil de entonces completamente marxista, sin una palabra de religión, mientras el abogado marxista Francisco Julião explicó la situación en términos morales, casi religiosos, trabajando con valores de bueno y malo, gobierno bueno y malo, toda la onda. Hasta que el padre interrumpió y preguntó: “Quién es el teólogo aquí, tu o yo?” Y Julião le contestó: “Y quien es el marxista aquí, tu o yo?” » En aquel momento, nos dimos cuenta. Estábamos en el año 65, viviendo un nuevo momento en nuestra Latino-América, de unión entre la teología de la liberación y el marxismo, un alianza creada en las cárceles, en las torturas, en las guerras sucias, cuando marxistas y cristianos se han descubierto ambos en la lucha contra el imperialismo. Años después, vino la Revolución Sandinista, en Nicaragua, que por supuesto también he apoyado.

EXS- La Revolución Sandinista ocurre al mismo tiempo que otras rebeliones en el mundo. Usted se ha involucrado con luchas de otros continentes?

JC- Es exacto. Y esto me llevó a Irán. En 1978, yo era uno de los 3 miembros de una comisión internacional pro derechos humanos que fue a investigar la matanza de la plaza Jaleh por las tropas del Shah, cuando murieron 3 mil personas. Los otros miembros eran un parlamentario del Partido Demócrata-cristiano, de Italia, y otro del Parlamento Británico, del Labour Party. Hicimos un reportaje después de hablar con las familias, de investigar la matanza. Desde entonces, fui un hombre implicado en la lucha pro Irán y contra el Shah. Antes, ya había participado en todas las luchas en defensa de revoluciones en Africa y medio oriente, en la lucha palestina, iraní, iraquí, todas las luchas. Estaba yo metido hasta en la lucha contra la dictadura griega a través de un programa radial. Fue una carrera de lucha, no limitada a América Latina, aunque yo conocía mejor América Latina que otras

partes del mundo. Claro, un extranjero nunca puede entender otro país, pero a veces aprendemos de los otros países.

EXS- Qué le enseña a un estadounidense las luchas de América Latina? Deme un ejemplo.

JC- Hemos aprendido que hay distintas maneras de hacer golpes de Estado. De cierta manera, ahora, en Estados Unidos, está en curso un tipo de golpe de Estado. Es algo por etapas y lo está promocionando el equipo de Bush. Siempre estamos aprendiendo y enseñando cosas. Me alegro que a veces latino-americanos me digan haber aprendido en mis libros algo que les ayuda. Fundamentalmente, yo sigo en mi vida como revolucionario, aprendiendo de otra gente, de otras experiencias políticas. Sigo escribiendo libros y no solamente sobre América Latina. Trabajo mucho sobre la “historia escondida” o robada, como le digo yo, de los pueblos de Estados Unidos, luchas por la justicia social, incluso en la misma creación de los Estados Unidos. Son libros para jóvenes, para las escuelas, las bibliotecas, para las escuelas secundarias y los primeros años universitarios. Tengo unos 15 libros de este estilo y otros 15 más profundos en cuanto al nivel de investigación.

EXS- Sus libros son también sus hijos?

JC- Mira, en todo, he escrito más de 35 libros, muchos sobre América Latina. De cierta manera son mis hijos y yo amo mucho a mis hijos. Siempre me ha encantado trabajar con la juventud y de todas las razas. Tengo muchos hijos e hijas que no son biológicos, pero seguimos con muchas relaciones. Son todos adultos. Una tiene 21 años y otra 25. La segunda es una revolucionaria. Se lanzó en su carrera revolucionaria en Seattle, cuando tenía 19 años.

EXS- Profesor Crockcoft, yo he visto autoridades cubanas rindiéndole homenaje públicamente. Así que Usted nunca perdió su relación íntima con la Revolución cubana?

JC- Claro que no! Es toda una vida dedicada a la defensa de Cuba. Después del año 1956, estuve mucho tiempo sin ir a Cuba. volví en 1969, rompiendo el bloqueo de viajes de ciudadanos estadounidenses a Cuba, para la cosecha de 10 mil toneladas de azúcar. Después, volví a Cuba solamente en 2005. Fueron 36 años sin ver mi querida Cuba. Durante este tiempo, yo me hice bastante mexicano. Soy muy internacionalista. Como dice Marx, uno se hace en lo que trabaja. Es su trabajo mismo. Y mi trabajo es internacionalismo. Por ello soy chileno, mexicano, uruguayo, brasileño. En los años 90, hubo momentos difíciles para el pueblo de Cuba, y he participado en su apoyo. Al comienzo de mi despertar político, estaba Cuba. Por ello tengo una relación pasional con este país, pero antes nunca había escrito ni hablado mucho sobre esto. Estas cosas son muy personales. Lo único que la gente conoce de mí son de mis libros, artículos, mis intervenciones y campañas por los derechos humanos.

EXS- Su nombre es una referencia cada vez más presente en las resistencias estadounidenses y en América Latina.

JC- Verdad que ya me conocen, pero esto no es importante para mí. Lo que es importante es seguir luchando para liberar América Latina del imperialismo, para liberar a los pueblos indígenas del racismo. Los pueblos indígenas son víctimas de las oligarquías. Pero es necesario internacionalizar la lucha. Si no lo hacemos, las luchas de Chiapas, de Bolivia, no tendrán éxito. Ningún país puede sobrevivir, como nos ha dicho Chávez y muchos otros revolucionarios, llevando a cabo una revolución únicamente dentro de sus fronteras. Es por ello que Chávez cita a Trotsky. Él se dió cuenta de esta imposibilidad. Como Lenin y como

otros antes de ellos: hay que internacionalizar la Revolución. Si no se hace eso, se va al fracaso. El socialismo en un sólo país no puede sobrevivir. Por eso es que la Revolución Cubana, desde el principio, ha sido un revolución internacionalista. Hasta sacrificándose en África y en otras partes del mundo en lucha por la liberación humana. Como dice José Martí, la patria es la humanidad.

EXS- Vale. Ya me di cuenta que para Usted la humildad es inherente al espíritu verdaderamente revolucionario. Hablemos entonces de la resistencia estadounidense. Usted es parte de ella, verdad?

JC- Si. Soy miembro de la resistencia estadounidense. No americana. Eso es algo que mucha gente en Estados Unidos no entiende. Piensan que hay solamente una América, ellos. El público estadounidense no sabe siquiera donde queda Nicaragua. Las encuestas de los años 80 lo enseñaban. El público creía que Nicaragua estaba cerca de Vietnam. Hay tanta ignorancia en Estados Unidos que se puede pensar a veces que no hay esperanza. Es lo que pasa con cualquier pueblo: es alfabetizado o no? Es bien educado o no? Es informado o desinformado? Se puede crear una opinión pública equivocada por mucho tiempo, pero no todo el tiempo. Por eso se despertó el público estadounidense en relación a Vietnam y ya se está despertando en relación a la guerra contra Irak. Y ojalá se despierte aún durante mi vida en cuanto a América Latina, en relación a Cuba y Venezuela. Hoy día tenemos varias organizaciones que trabajan relativamente bien y de manera coordinada en la defensa de estas causas y contra la política económica interna de Bush de destrucción de la seguridad social. En Estados Unidos, la lucha obrera, en los tiempos de Roosevelt, en los años 30, después de la Depresión, fue muy importante para obtener conquistas sociales. Pero esas luchas ya casi han desaparecido en la educación. Nadie en EEUU sabe porqué se celebra el 1 de mayo en el resto del mundo, pero eso tiene que ver con la historia de la clase obrera estadounidense! Entonces, hay toda esta historia robada, escondida, de las clases obreras, de las etnias, de las minorías. El desconocimiento de estas luchas es un problema para la resistencia. Hay mucha conciencia falsa y mucha conciencia mixta. Digo mixta porque hay mucha opresión de la clase obrera en mi país, y por eso hay resentimiento contra el sistema. Pero no saben dónde canalizar esto. Al final, se cae en el racismo, en el sexismo, en conflictos entre sí, en crímenes en las calles, crímenes familiares, en la opresión de las mujeres por los hombres, de los hijos por los padres. Hay todo un sistema deteriorado de relaciones personales y sociales en Estados Unidos. Pero es fundamental saber que aprendemos en la lucha. No importa la edad que tengamos. Uno aprende de la historia y en la historia de las luchas populares de su propio país.

EXS- Sigamos hablando de resistencia. Usted es miembro del Tribunal Internacional Benito Juárez. Qué es esta institución?

JC- El Tribunal Benito Juárez juzga crímenes cometidos por el imperialismo estadounidense, por los gobiernos de Estados Unidos contra Cuba, su pueblo y su revolución, entre los años 79 y 2004. Trátase de un proceso civil, moral, político. Nos reunimos en 2005. Éramos once jueces, incluyendo Hebe Bonafi, de las Madres de la Plaza de Mayo, François Houtard, de Bélgica. Después de 3 días escuchando testimonios de víctimas de los crímenes imperialistas en Cuba – desde obreros y campesinos hasta parientes de los muertos, de los 5 patriotas injustamente encarcelados en Estados Unidos por sus actos anti-terroristas. Es necesario recordar que leímos muchos documentos antes de oír los cargos. La sentencia declaró los gobiernos de los Estados Unidos, no los pueblos, culpables de genocidio y de muchos crímenes de lesa-humanidad. Ya van 3478 muertos y una enorme cantidad de heridos en Cuba.

Los gobiernos de Estados Unidos buscan crear hambre y enfermedad a través del bloqueo comercial y económico de casi medio siglo y fortalecido después de la caída de la Unión

Soviética con la Ley Helms Burton. Como si eso no bastara, no hace mucho tiempo, Cuba sufrió una sequía de 5 años. Pese a todo esto, hay mejoramientos de las condiciones económicas gracias al trabajo del pueblo cubano y a un liderazgo bastante capaz. Por otra parte, es cierto que los acuerdos entre Cuba y Venezuela han sido tremendamente benéficos para ambos países.

EXS- Quisiera saber un poco más sobre el Tribunal Benito Juárez. Quien llamó a hacer este juicio de los gobiernos estadounidenses?

JC- Varios grupos de lucha por los derechos humanos, incluyendo muchos grupos mexicanos, pero también individuos. Ciertos universitarios como Víctor Flores Olea, John Saxe Fernández y otros. John Saxe Fernández había estado en Bélgica para otro tribunal internacional concerniente a los crímenes de EEUU en la guerra de Irak y volvió a México con la idea de lanzar un tribunal semejante que vino a ser justamente el tribunal Benito Juárez. Tuve la felicidad de estar involucrado en eso desde el principio. Fuimos apoyados desde luego por otro proceso en el que estoy involucrado desde sus orígenes, metido desde el principio, a la Red de Redes. En Defensa de la Humanidad. El Tribunal Benito Juárez tiene su página web: www.tribunalbenitojuarez.org

EXS- Es decir que usted también forma parte de la Red de Redes en Defensa de la Humanidad? Que curioso! Los grandes medios no hablan mucho de la existencia de esta Red.

Uno también puede obtener más informaciones sobre estos en los sitios:

www.defensahumanidad.net,

www.defensahumanidad.org y

www.defensahumanid.cu

Ahí uno puede enterarse de lo que es esta Red y del rol de sus protagonistas. Esta red es compuesta de muchos intelectuales y activistas de los movimientos sociales. Hay gente como Evo Morales, que es un campesino y también es un intelectual. La Red ya tiene capítulos en Asia, África y otras partes del mundo. Recién hubo el Encuentro Internacional contra el Terrorismo en Defensa de la Humanidad, convocado por el capítulo Defensa de la Humanidad de Cuba.

EXS- Usted está hablando de una Red de redes en defensa de la humanidad. La humanidad está verdaderamente en peligro, profesor?

JC- Esta es precisamente la causa de la creación de la Red de redes en defensa de la humanidad. Muchos intelectuales de México, pero también de otras partes del mundo, es algo universal, se dieron cuenta de que la supervivencia de la especie y del planeta estaba en riesgo desde que el gobierno bushiano de Estados Unidos se puso fuera de las leyes nacionales e internacionales, no respetando hasta su propia Constitución estadounidense. Las mal llamadas “guerras preventivas” constituyen un inmenso peligro. Las “guerras contra el terrorismo” en verdad no son otra cosa que guerras de terror en contra de los pueblos, no solamente en los casos de Afganistán y de Irak, pero también en el caso de Colombia. Es el mismo imperialismo quien está detrás de toda esta lucha contra los pueblos de Colombia. Toda esta situación causó una reacción en los círculos pro derechos humanos, entre los intelectuales y los artistas. Estos sintieron la necesidad de convocar a un encuentro internacional en defensa de la humanidad, para alertar que algo está pasando y que

debemos, nosotros, los intelectuales y artistas del mundo, levantarnos con nuestros talentos: música, baile, danza, murales, escultura, teatro de calle, en fin todo. Se sintió la necesidad de coordinar una contra ofensiva frente al terrorismo imperialista.

En el primer encuentro, estuvimos presentes Sánchez Vásquez, el famoso filósofo de España radicado en México, Pablo González Casanova, Flores Olmea, Evo Morales, yo mismo. Esto fue en México, en octubre del 2003. Nos dividimos en grupos de trabajo y lanzamos una red de redes en defensa de la humanidad. Hubo otros encuentros en España hasta que en diciembre de 2004, en Caracas, tuvimos un segundo encuentro internacional de artistas y intelectuales en defensa de la humanidad.

EXS- No deja de ser curioso. Trátase de una vanguardia... pero en la defensiva!

JC- Justamente. Como miembro de la coordinadora internacional de la Red de redes de defensa de la humanidad, he participado de una reunión en Miraflores, el 31 de julio de 2004, para preparar el encuentro de diciembre de aquel mismo año. El presidente Chávez estuvo presente y nos mencionó que estaba bien lanzar una ofensiva. El término “defensa” le parecía un poco débil. Después, la mejor defensa, en términos militares, según su entrenamiento, es una ofensiva. Así, en el segundo encuentro, en Caracas, vino todavía más gente. más participantes que en México. Eran casi 400 participantes de más de 70 países en Caracas. Lanzamos una ofensiva, el “Llamamiento de Caracas”, que tuvo cierto nivel de resultados. Muchos de los participantes de Caracas volvieron a sus países donde dieron continuidad al trabajo de movilización. Nosotros en Montreal lanzamos un capítulo en Defensa de la Humanidad. Claro que nos aliamos a otras coaliciones políticas en defensa de América latina, como la CVEC, Coalición Venezuela Estamos Contigo, la Table de Concertation Québec-Cuba. Hay una nueva ofensiva desde nuestra ciudad de Montreal, Québec, Canadá. Como hay en San Francisco, Chicago, Nueva York y otros lugares de Estados Unidos. Pronto habrá una oficina internacional para la coordinación de la Red de redes en Caracas, con computadoras y todo lo necesario. El material será comprado con un financiamiento de un premio de paz que recibió Chávez en Libia.

EXS- La “ofensiva” se quedó en ésto?

No. Para nada. El capítulo cubano lanzó una convocatoria a un encuentro contra el terrorismo. Yo estuve allí. Fue un momento histórico. En muchos sentidos. Primero, asistieron 181 países, muchos de los cuales habían recibido la invitación solamente 72 horas antes. El encuentro fue tan prestigiado que yo no pude conseguir boletos de avión para la fecha. Tuve que llegar con mucha anticipación. Llegué y desde el primer momento me puse a trabajar, como lo hicieron todos. Entrevistas con la prensa, preparación del encuentro, encuentro con el capítulo cubano en defensa de la humanidad. Yo estaba con mi compañera Susan Caldwell, una militante dirigente involucrada en la lucha mundial de las mujeres. La mayor parte de los participantes eran latino-americanos, muchos de Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay. Allí estaban las Madres de Plaza de Mayo, compañeros y compañeras de Chile, Perú, Venezuela y mucha gente de Centro América. No solamente intelectuales y artistas sino también gente como Chafik, de El Salvador, Daniel Ortega, de Nicaragua, y muchos sindicalistas y militantes por los derechos humanos. En este encuentro se decidió crear un tribunal hemisférico contra el terrorismo y en defensa de la humanidad. Una institución al estilo de tribunal Benito Juárez, pero de esta vez para juzgar los crímenes de terrorismo, históricos y actuales de Estados Unidos. Este tribunal será formado por gente prestigiosa cuyos nombres no podemos revelar hasta que ellos mismos confirmen su voluntad de servir como jueces de este tribunal. Mientras tanto, esperando las respuestas de las y los famosos, hemos creado un observatorio contra el terrorismo. Estamos creando una enciclopedia de la historia del terrorismo estadounidense en las guerras sucias y las dictaduras en América latina en el último medio siglo.

EXS- Será más grande que la Enciclopedia Británica. Los crímenes cometidos por Estados Unidos forman una lista sin fin!

JC- A comenzar por Guatemala, a partir de 1954. En Guatemala hubo entre 100 y 200 mil muertos víctimas del terrorismo estadounidense. Más de 500 pueblos fueron destruidos. Recordemos que el Plan Cóndor no funcionaba solamente en América del Sur. Este plan criminal estuvo activo en Centro América y en el Caribe. Aprendimos eso a través de nuevos descubrimientos en los archivos de Asunción, Paraguay. La persona que descubrió esto estaba participando mucho en este evento. Trátase del sociólogo paraguayo Martín Almada, actual candidato a vice-presidente del Paraguay. Él perdió su esposa en la guerra sucia, bajo tortura. Ella fue asesinada. Él buscaba las causas de todo esto y lo descubrió en los archivos de Asunción, que revelan todo el plan Cóndor con detalles. A través de documentos desclasificados en Washington, gracias a la lucha de grupos progresistas de allí, se tiene muchas pruebas sobre el plan Cóndor. Con el Tribunal, creamos una base de datos que tiene toda la información sobre esta política genocida.

EXS- Usted está diciendo que los Estados Unidos estuvieron directamente involucrados en el Plan Cóndor.

JC- Es exacto. Kissinger y otros oficiales del departamento de estado y del consejo nacional de seguridad son sujetos de nuestro tribunal hemisférico contra el terrorismo. En nuestro llamamiento contra el terrorismo y en defensa de la humanidad, distribuido en La Habana en 2005, decimos que este tribunal hemisférico está constituido para juzgar a Henry Kissinger, George Robert Walker Bush, Jeb Busch y George Walker Bush, Oliver North, John Negroni, Otto Reich por instalar y promover el terrorismo de Estado en América Latina y en el Caribe y en el propio territorio de Estados Unidos. Serán juzgados por violaciones de las leyes internacionales y de su propio país, poniendo en peligro la seguridad de sus ciudadanos, por reclutar y entrenar y financiar grupos terroristas y por la protección que han ofrecido y ofrecen a Orlando Bosh, Luis Posada Carriles y otros conocidos autores de actos criminales que han costado la vida a miles de personas inocentes. Los trabajos de este tribunal se organizarán a través de 4 comisiones: 1- de recopilaciones de testimonios y pruebas documentales, 2- de investigación y análisis, 3- técnico y jurídico y 4- información y difusión. Todo ya está comenzando a funcionar. Tuvimos muchos testimonios ya en el mismo encuentro al cual asistió el presidente Fidel Castro, cada segundo, cada minuto, cada hora de cada día.

Él declaró que aquel evento había sido el más importante al que había asistido en su vida, un evento histórico que tiene que ver con la defensa de la humanidad ...

El encuentro hizo hincapié en la idea de trabajar con los movimientos sociales. Trabajar con aquellos existentes, como el MST, en el caso brasileño, pero también crear o estimular la creación de movimientos contra el terrorismo y en defensa de la humanidad en toda América Latina, Canadá y Estados Unidos. Por eso es un tribunal hemisférico.

EXS- Steve Kangas(1) evaluaba en 6 millones las víctimas de las operaciones cubiertas y no cubiertas de Estados Unidos en el siglo XX. Él llamaba eso “el holocausto estadounidense”.

JC- Pienso que la cifra es mayor. Solamente durante los 25 años de neoliberalismo se han muerto millones y millones de personas en un genocidio gradual por hambre, mal nutrición, enfermedades evitables y etc. Todo esto debido a la privatización de todos los servicios públicos y a las violaciones de los mismos derechos humanos consagrados en la pos

guerra. Y no estoy hablando de todo el siglo XX. Me refiero solamente a los últimos 25 años en que el neoliberalismo ha matado a millones de personas, desde niños a personas de cualquier edad.

EXS- Terrorismo económico, por supuesto, pero hubo crímenes y atentados particularmente monstruosos.

JC- Como por ejemplo aquel del avión sobre Barbados en el 76, matando a todas las personas a bordo. Hubo otros actos por el estilo, practicados por Posada Carriles, un terrorista que está protegido por el gobierno de Estados Unidos. Una de las causas provocadoras del encuentro fue precisamente el caso Posada Carriles, además del caso Orlando Bosh y de otros terroristas. Hemos escuchado muchos testimonios. Muchos de nosotros llorábamos escuchando los testimonios de las torturas. Las víctimas Chilenas no sabían lo que pasaba en Argentina y los de Argentina no sabían lo que pasaba en Paraguay. Y hasta qué punto de barbaridad llegaron las metodologías de tortura que fueron creadas por agentes de la Cia, o agentes estadounidenses! Todo con la complicidad de médicos y torturadores de América Latina. El ciudadano estadounidense Dan Mitrione había confesado en décadas pasadas que su papel como oficial civil de agencia de desarrollo internacional del gobierno de Washington era entrenar a torturadores, era crear condiciones de barbaridad para ciudadanos inocentes de Uruguay.

Todo este proceso fue no solamente algo muy emocionante para todos los participantes sino que también reforzó el compromiso que cada uno ya llevaba en sí mismo, en su corazón, en su alma, este sentido de justicia que nos anima.

Casi todos allí habíamos estado encarcelados. Yo fui encarcelado no solamente en Cuba sino también en Estados Unidos. La verdad es que aprendimos los unos de los otros. Entre los latino-americanos fue algo especial. Hubo una corriente de solidaridad. Fue algo humano y político a la vez porque muchos de los que están en las fuerzas progresistas pro derechos humanos en América Latina son también militantes de los movimientos sociales y políticos. Lo vemos en América central, en México, en el Cono sur.

EXS- Estos grandes momentos históricos que Usted describe con tanta emoción no fueron noticia en los grandes medios. Mucha gente simplemente ignora todo eso.

JC- Aquí en Canadá, gracias a las fuerzas progresistas de Montreal, estas informaciones están circulando. La información circula menos en Estados Unidos, donde hay un bloqueo por parte de los noticieros. Pero aún en Estados Unidos, en Miami, California, estamos rompiendo el bloqueo informativo sobre este encuentro y lo que esto implica. Porque hay muchos secretos que ya se saben. El público estadounidense ya sabe que Bosh y Posada fueron los autores intelectuales de los asesinatos de Orlando Letelier y Ronni Karpen Moffitt. Las familias chilenas y estadounidenses de estas víctimas están en plena lucha ahora, con las nuevas pruebas que han sido descubiertas.

EXS- Qué hacer para despertar la conciencia de los pueblos de Estados Unidos?

JC- Mira, en relación al caso Posada Carriles, hemos recogido miles de firmas pidiendo justicia. Estamos presentes en emisoras de radio alternativas y en otros medios. Recién dí una entrevista a la famosa radio WVAI de New York, que tiene muchos programas alternativos.

Ricardo Alarcón, presidente de la Asamblea Nacional del Poder Popular de Cuba publicó un artículo en el web site Znet sobre lo que está sucediendo. Estamos montando, todos nosotros, un gran esfuerzo para educar al público estadounidense. Los cambios en la

política estadounidense dependen de la presión del pueblo estadounidense. Eso no se puede hacer desde afuera. Hay que crear condiciones dentro del país. Y esto es una tarea de generaciones. Sin embargo, los jóvenes militantes de hoy están decididos a vencer en esta lucha. Hay mucha energía en esta lucha, pero no se oye nada de eso en los grandes medios de comunicación.

EXS- Los Estados Unidos llevan otra guerra, todavía más antigua que aquella que dicen llevar en contrar del terrorismo En su libro America Latina y Estados Unidos país por país, en su edición cubana, aquí lo tengo, Usted dice que ni siquiera esta guerra es muy sincera.

JC- Esta guerra es solamente un pretexto para criminalizar y después reprimir movimientos reformistas y revolucionarios en cualquier parte del mundo pero principalmente en América Latina. Es una manera de reintroducir la guerra sucia sin dictadura militar abierta sino con una dictadura más informal, atrás de la democracia civil controlada, limitada, como es Colombia. que es una dictadura en verdad. Pero toda esta guerra sucia en nombre de combatir el tráfico de estupefacientes es una mentira. Hasta los mismos creadores de la guerra, como Shultz, famoso Secretario de estado de Reagan, está en contra de la guerra contra las drogas porque no funciona. No funciona para reprimir los movimientos sociales, éstos están creciendo fuertemente. Ni funciona para prohibir la entrada de los estupefacientes en Los Angeles y otras ciudades. Una entrada que fue financiada por el mismo gobierno estadounidense. Primero en Vietnam y después en Centro-América, a través de la operación Iran-Contras.

EXS- El periodista estadounidense Gary Webb (2) hizo muchas investigaciones sobre la droga y el financiamiento de la Contra nicaraguense.

Es exacto. Los aviones entregaban armas a los contras de Nicaragua y volvían llenos de estupefacientes hasta que la prensa en California lo reveló, en el caso de Los Angeles. La diputada de Los Angeles en el Congreso Nacional lo condenó. Todo esto es una parte de la historia también porque es terrorismo a través del narcotráfico, no? Hay una interrelación que documentamos en el encuentro en La Habana y documentaremos en el futuro.

EXS- La conexión del gobierno estadounidense con el narcotráfico no se habría interrumpido. Al parecer, Posada Carriles tiene algo que ver con el comercio de drogas, no?

JC- Es cierto. Posadas Carriles llegó a Miami gracias al esfuerzo de un tipo que se llama Santiago Álvarez, jefe de un grupo de criminales que actúan en la Isla Mujeres, en México. Y el gobierno mexicano no dijo nada de eso. Eso tiene que ver con la alianza entre el semi narcoestado mexicano y los traficantes mafiosos cubanos, colombianos, mejicanos de estupefacientes. Los criminales Álvarez y 4 otros traficantes de drogas y terroristas llevaron a Posada Carriles a Miami en su barco. Hay una larga historia. Esto es solamente un ejemplo, la punta del iceberg. Este Posadas es un superterrorista, como Bosh o Ben Laden. Y además, como Ben Laden, entrenado por la Cia. Él mismo lo dice en sus conferencias de prensa, en su libro. “Todo lo que aprendí en actos de terrorismo fue de la Cia.” Él confiesa con orgullo su papel en la muerte del italiano Fabio di Celmo en el Hotel Copacabana, en el año 1997. Él y todos estos mafiosos cubanos que andan libremente en Miami sienten orgullos de sus crímenes, pero no tienen el apoyo de la mayoría de los cubano-estadounidenses. Esto quieren que se reconozca el gobierno cubano, el fin del bloqueo comercial. Todas las encuestas lo dicen. La gente se dio cuenta de que los mafiosos cubanos tienen mucha influencia en Washington. Muchos de los 11 oficiales más altos encargados de asuntos latinoamericanos en la primera administración Bush fueron criminales cubanos mafiosos. El en gobierno actual, no solamente hay muchos de ellos en

posicion aún más alta pero hay hasta criminales sentenciados, convictos como Negroponte y Abrahams. Ellos están en posiciones de alto poder. Estos año Bush son de un proceso de golpe de Estado por etapas por parte de elementos criminales, parte de ellos elementos de ultra derecha. Pero no lo van a lograr. Ellos no pueden lograr un golpe de Estado. Nuestra lucha contra este intento de robar nuestra constitución, nuestras libertades exige una contra ofensiva contra estos terroristas. No vamos a rendirnos hasta que recuperemos nuestra democracia por más limitada que sea.

EXS- Esta alianza del gobierno de Estados Unidos con el narcotráfico no es propiamente una novedad. Eso ya había ocurrido antes, fuera de América Latina, no es cierto?

JC- En Afghanistan, en Irán, el en tiempo del Shah, en la época del Vietnam. Pero esta cooperación entre el gobierno estadounidense y todo el tráfico de estupefacientes tiene una historia muy ligada a los cubano-americanos mafiosos de los años 50 del siglo pasado. Lo digo en mi libro, en la página 95. Ahí hablo de la cooperación entre el gobierno y los narcos, de la CIA y de la Contra en Nicaragua, del ejército durante la guerra del Vietnam, del entrenamiento de Ben Laden y otros durante la ocupación de Afghanistan por los soviéticos. Cuando hablo del primer intento contra las torres gemelas del WTC del años 93, escribo : “la involucración del gobierno americano en el tráfico de drogas y el terrorismo se extendió por todo el mundo. Gulbuddin Hekmatyar, el bien amado de Estados Unidos en Afghanistan contra la incursión soviética de 1980 tenía una fábrica de heroína”. Más tarde, este hombre dirigió el país. Varios extranjeros acusados y sentenciados por poner las bombas que destrozaron las torres gemelas y de haber planeado otros actos terroristas en la ciudad de NY en el año 93 fueron admitidos en el país a petición de la CIA. Estos hombres habían trabajado con el grupo de Hekmatyar, amigo de la CIA. Este hombre es lo que se llama un *CIA Asset*.

EXS- Qué diablos es eso, profesor?

JC- Es un término del capitalismo. Cuando Usted tiene inversiones en la bolsa, su inversión consiste en *Assets*. Entonces un *asset* de la Cia est una persona que trabaja o está entrenado por la CIA. Típicamente, es un doble agente infiltrando grupos de izquierda. Hay muchos *assets* de la Cia. Y muchos *assets* fueron jefes de gobiernos y naciones, como Hekmatyar, en Afghanistan.

Muchos dictadores de América Latina por medio siglo fueron *CIA assets*, directamente entrenados por la Escuela de las Américas, puestos en el poder con la ayuda de la CIA, como Pinochet.

EXS – Hablemos ahora de las perspectivas, profesor. Podemos respirar esperanza hoy día en América Latina?

JC- Algo pasa entre los pueblos de América Latina. Algo que vemos de vez en cuando en su Historia. Las clases populares, los trabajadores, los campesinos, los obreros, pero también las clases medias, la mayor parte del pueblo de Argentina, Uruguay, Venezuela ya no tiene miedo de nada. Porque no hay alternativa sino luchar para sobrevivir y para salvar la dignidad personal y de grupo, la dignidad fundamental de todos los países de la región. Para mantener una cierta dignidad y sobrevivir no hay alternativa sino luchar contra el terrorismo y en defensa de la humanidad. Así es para todos. Que se trate de un individuo, de un sindicato, de un pueblito en Chiapas, donde sea, esto es una nueva realidad. Los pueblos indígenas, las mujeres no tienen miedo. Sabemos de la opresión de estos grupos, pero ellos mismos y ellas mismas han despertado. Hablo de las mujeres porque ellas están mucho en la vanguardias de las luchas populares en Venezuela – En Argentina, las

piqueteras fueron la clave de todo el argentinazo. En Chiapas, la primera batalla fue ganada por las mujeres indígenas, como dijo el subcomandante Marcos. Hay comandantes zapatistas como Esther, Ramona y otras. Entonces, todo esto es la base de una nueva esperanza, pero una esperanza realista, no idealista. Realista, realista, porque tiene que ver con la idea que ya podemos. Podemos ganar. Tenemos victorias ahora. Hay cada vez más dignidad entre los pueblos. Esto es sumamente importante porque cuando no hay miedo el terrorismo no funciona. El miedo es producto del terrorismo, no solamente terrorismo de matanza, de desaparecer gente, de lanzar los cuerpos en el mar, sino terrorismo económico diario del neoliberalismo. Este es el terror creado por el sistema capitalista, sin el cual el sistema capitalista no puede ni existir ni siquiera hablar de sobrevivir. Este miedo, este terrorismo ya no funciona en América latina. Funciona todavía en algunas familias el terrorismo contra la mujer. El patriarcado. Pero el terrorismo de clase y del Estado ya no funciona. Pero en muchas familias he visto que el miedo de la mujer también está desapareciendo y los mismos hombres se dan cuenta de esto. Todo esto genera una nueva esperanza entre los pueblos. Con sus bajas y altas, con sus dudas siempre. Cualquier individuo tiene sus dudas, no?

EXS- Usted es miembro de la Sociedad Bolivariana de Québec (www.sbgc.org) y de la Coalición Venezuela Estamos Contigo. Por que hoy día es particularmente importante defender a la revolución bolivariana?

JC- Porque es la amenaza más grave contra el imperialismo en este hemisferio desde la revolución cubana. Y es una nueva revolución con nuevas ideas y es socialista. Su líder, el presidente Chávez, cree que hay que desarrollar un socialismo para el siglo XXI porque no hay salida dentro del capitalismo ni dentro de las fronteras de una sola nación. Por eso cita a Trotsky, por eso lo llama para una revolución bolivariana y por eso dijo que “el bolivarianismo es el socialismo”. Pero un nuevo socialismo para el Siglo XXI. En Venezuela todavía hay un sistema capitalista pero con un proceso revolucionario desde abajo. Tuvimos la prueba cuando hubo el golpe imperialista de Estado del 11 y 12 de abril de 2002, que fue derrocado por un levantamiento popular de los pobres de toda la nación venezolana, no solamente de la capital. Entoces todo este movimiento social, más dinámico y más joven es también ahora cada vez mayor en términos de porcentaje de población. En Venezuela le da miedo al imperialismo. Ahora le toca al imperialismo sentir miedo. Hay otro movimiento social actual que es muy grandote. Y no estoy hablando de Ecuador o de Bolivia, pero de Cuba, donde 10% de la población nacional toma las calles de La Habana dentro de 2 horas cuando hay una crisis y que se debe protestar, como en el caso de Posada Carriles. Y fueron 2 veces además, 1,2 y 1,5 millones de personas es más del 10% de la población cubana. Todas estas grandes manifestaciones en Venezuela, en Cuba, Bolivia, son una indicación de que el imperialismo ya no es como antes.

EXS- Entonces los revolucionarios deben defender a estos procesos?

JC- Hay que defender estos procesos. Si el imperialismo trata de hacer en Venezuela lo que está tratando de hacer en Irak, habrá muchos muertos y heridos. Los miles de muertos no serán solamente entre los invadidos, sino que serán también estadounidenses. Todo este proceso venezolano, que está tratando de crear un nuevo Estado unificado de América Latina, bolivariano, martiano, según Martí y Bolívar con la alianza informal entre Cuba y Venezuela es una doble amenaza contra el imperialismo. Es por eso que el Imperialismo tiene en su mira no solamente a Cuba y Venezuela sino que a toda América Latina. El resto de América latina, un poco menos en México que Paraguay, a lo mejor, pero todo el resto de América latina está atraído por el sueño bolivariano haciéndose realidad.

EXS- Pero hay que estar consciente de que el imperialismo también va aumentar su violencia, no es cierto?

JC- Estamos en momento crítico para el planeta. Se lanzan nuevas guerras con bombas de 500 libras o más, con armas tácticas nucleares, como las que prometen los Estados Unidos. Hasta creo que ya las han usado en Afganistán y en Irak. Que el imperialismo no se atreva en América Latina. Habría un levantamiento popular con armas contra el imperialismo, al estilo guerrilla urbana. No solamente en Venezuela sino que en otros países de América Latina. Ya hay un sentimiento transnacional popular en el continente creciendo a cada día.

EXS- Cómo ve Usted el Movimiento de los Sin Tierra, de Brasil, en este contexto de luchas?

JC- Es uno de los principales movimientos sociales no solamente de AL sino que del mundo. El MST es parte de Vía Campesina, un movimiento de pequeños productores presente en 87 naciones del mundo. El MST es un actor muy importante en Vía Campesina y en el movimiento mundial contra la globo-colonización. También es un factor muy importante en la política interna de Brasil. El MST es un ejemplo para muchos movimientos de otros países. Campesinados vecinos del Brasil aprendieron del MST aunque hablen idiomas distintos. O sea, hay movimientos de rurales-urbanos, de campesinos y de ex-campesinos, gente se fue para la ciudad. Estos movimientos están aprendiendo con el MST, que es pionero en llevar la lucha a la ciudad. Es como se hace en Bolivia, en la ciudad libertadora de nuestra América, El Alto, que en realidad es una ciudad de muchos ex-campesinos y ex-mineros del interior del país.

EXS- O sea, Usted ve una real acumulación del saber-hacer historia de los movimientos populares en general?

JC -Toda esta experiencia genera una sabiduría en las clases subalternas, como diría Gramsci, mucho más avanzada que aquella que tenían ellos y ellas en los años 60, en los tiempos del Che. Pero el mismo iba aprendiendo con la marcha. Así, cuando decimos, “Somos Como el Che” estamos diciendo, en Cuba y en mundo, si “Somos Como el Che” solamente si aprendemos cada día más las lecciones históricas y si ponemos las manos a trabajar. No podemos pasar la vida solamente en la casa, pensando. El Che fue un gran pensador, pero fue obrero con el pueblo. “Somos como el Che” es que debemos “poner las manos a trabajar”. Aplicar nuestra inteligencia para cambiar la realidad. Así hacen los indígenas, los pueblos originarios. Manos a la obra! Raquel Gutierrez, la mexicana, ex presa política en Bolivia, que estaba en la convocatoria del primer encuentro en defensa de la humanidad, dijo en su intervención una cosa que tiene que ver con “manos a la obra”. Dijo que cualquier sentimiento es revolucionario, cualquier acto es revolucionario, y que esto depende, no de un gran pensador como tal, sino que del sentido común. Y los grandes pensadores se han dado cuenta de eso. El Che siempre aplicaba su sentido común. Hay un sentido común de los pueblos que ya están en proceso de desarrollarse cada vez más profundamente. Claro, aprendiendo de otros como Martí, como Bolívar o El Che, como las Madres de Plaza de Mayo...

EXS- Como James Cockcroft...?

JC-No. James Cockcroft no es tan importante. Lo que hacen las Madres de la Plaza de Mayo sí, es muy importante. Ellas lo hicieron solas. Y eran apenas 14 mujeres sin dinero...

EXS- Muchas gracias, profesor James Cockcroft.

JC- Gracias a Usted.

* * *

Dos años después de aquella primera entrevista, quiso el profesor James Cockcroft añadir otras reflexiones de manera a actualizar la comunicación de su *praxis* hacia América latina.

EXS- Profesor, qué está sucediendo de más importante hoy, 10 de septiembre del año 2007 en América Latina?

James Cockcroft- Hay dos cosas que se destacan. Una es la ofensiva del imperialismo, la otra es la escalada ofensiva de los movimientos sociales, sobretudo del movimiento indígena y la participación en las primeras filas de los movimientos de mujeres y de jóvenes de América Latina.

EXS- Vamos por parte, como diría Jack el destripador, usted habla de escalada del imperialismo. A que se refiere precisamente?

JC- La ofensiva imperialista económica, militar y política sigue en marcha. Últimamente, el presidente Bush fue a visitar Brasil, Uruguay, Colombia y otros países. Él trató de dividir las izquierdas de América latina en una izquierda light, como Uruguay y Brasil, y una izquierda dura y mala, el eje del Mal, estilo Cuba-Venezuela-Bolivia. Después de este viaje, vino Ecuador a añadirse a este supuesto eje del mal, ahora con el presidente Correa. Las presiones sobre estos países son la ofensiva política del Imperio. La presión económica está en todas las partes, incluso en México, también visitado por Bush. Trátase de presiones no solamente para firmar acuerdos de libre-comercio, bilaterales o multilaterales, como en el caso de Centro-América y de la República Dominicana, o como en el caso del acuerdo entre Estados Unidos, México y Canadá, sino también para profundizar acuerdos ya existentes de manera de lograr resucitar el Alca. Eso no tiene posibilidades de éxito, desde luego, porque los movimientos populares han matado el Alca. Militarmente, hay soldados estadounidenses en Paraguay, Colombia. Hay bases militares aún más que hace 2 años, en Colombia y en otras partes de Sudamérica. Y hay soldados también en México. Todos los programas de entrenamiento militar y policial por parte de los altos oficiales y las escuelitas de los Estados Unidos siguen en marcha más intensamente que antes. También hay más amenazas militares que hace 2 años. El último reporte sobre Cuba, por ejemplo, tiene una sección secreta, un anexo secreto, donde posiblemente se habla de intervención militar. Por otra parte, el uso de militares o policías, en América latina, para reprimir, y si fuera necesario entrar en gobiernos con o sin golpes de Estado se ha intensificado. En Perú, por ejemplo, Alan García ha dado completa libertad a la Policía para matar con impunidad. Y hay muchos otros ejemplos. Recién, en Chile, no hemos podido llegar a la Moneda por prohibición del gobierno. No se permite una gran manifestación acordando el aniversario número 34 de la muerte de Allende, en el día 11 de septiembre.

EXS- Podemos incluir en esta lista de países que sufren intervenciones militares a Guatemala y El Salvador?

JC- Esta política imperialista está en todas partes buscando una militarización de América Latina, menos en los países más progresistas. Pero vea en México. El país está

completamente bajo un Estado ilegítimo, con un presidente ilegítimo y una militarización francamente fascista, con militares por todas las calles. Y además hay guerras sucias que se han intensificado. Estamos, en este sentido, volviendo con mano dura a las famosas terribles y crueles guerras sucias de fines de los 60, 70, 80. Pero a la vez con una política mucho más sofisticada para dividir a las izquierdas en América latina, infiltrar partidos, como por ejemplo en Venezuela, donde hay muchos doble agentes infiltrando el nuevo PSUV. Y así en todas partes, compañeros.

EXS-Usted no cree que sería absurdo que el imperialismo, ya con tantos problemas en Irak, se lanzase en una aventura tan peligrosa para ellos en América latina?

JC- Tienes razón, pero, en el caso de Venezuela, por ejemplo, hay una estrategia de desestabilización para lograr las metas imperialistas como se lograron en Chile en el 73. Por otra parte, el Imperialismo está listo para invadir a Irán, no solamente por cuestiones de petróleo sino también para terminar con un proceso revolucionario histórico en la región, que es la Revolución iraní. Por que no tratarían ellos de invadir, años después, a Venezuela, con estas mismas razones? En cuanto a Cuba, es imposible invadirla. Es algo muy meritorio. Cuba está preparada para esa eventualidad. Venezuela se está preparando. A cada año se hace más difícil que el imperialismo juegue esa carta porque Venezuela se está preparando para defenderse militarmente. A corto plazo, puede ser que el Imperialismo lance bombas sobre Irán. Podemos imaginar que quieran hacer lo mismo en Venezuela dentro de algunos años. Considero todo este panorama militar como una amenaza intensificada a toda América latina, especialmente a aquellos países que no obedecen al Tío Sam.

EXS- Por otra parte, hay avances de los pueblos.

JC- Ya lo dijo el presidente Correa: “No estamos en una época de cambios, sino en un cambio de época.” Eso refleja la permanencia de la intensificación de los movimientos sociales. He escrito sobre el tema, como también lo han hecho muchos otros sociólogos. Producimos análisis de cómo los movimientos sociales conocen altos y bajos por varias razones: cooptación, mentes locales limitadas, etc.

EXS- Flujos y reflujos?

JC- Exactamente, Emerson. Pero no se ve eso en América Latina hoy. Año tras año hay un avance en la calidad, la extensión y la profundidad de los movimientos sociales en todas partes. Uno de los mayores movimientos sociales en nuestra América, insisto, está precisamente en Cuba, donde cuando los yankees amenazan, en menos de 24 horas sale a la calle la mayoría de la población cubana. Y lo hacen con autodisciplina, con cierto nivel de espontaneidad y sobretodo con mucho compromiso. 1,5 millón de personas en las calles de La Habana, y cada vez más... Eso también es una intensificación. En Cuba y otros países, hay cada vez más gente tomando la calle para expresar su punto de vista. Y esto viene desde abajo. Nadie manda a los cubanos a ganar la calle. Los cubanos se mandan a sí mismos, claro, con todas las diferencias de opinión, con sus ansias de más prosperidad económica, más democracia, lo que sea. Así es en Venezuela. Fue eso lo que salvó la vida de Chávez. Y cada vez hay más gente en las calles de este país. En el nuevo partido, el PSUV, hay 5,6 millones de inscritos. Es un partido masivo, con mucha participación en las asambleas, municipio por municipio, zona por zona. Bueno, Venezuela es un caso especial,

porque el pueblo tiene el poder del Estado. No es el caso en Perú, donde también el pueblo está haciendo grandes manifestaciones, o en Chile, en Colombia, en la mayor parte de Centro América. En México también, hay cada día miles de manifestantes, a pesar de toda esta nueva ola de represión militar fascista.

EXS- Pero, profesor, en Cuba hace mucho tiempo que la gente está en las calles. Sin embargo, no estaría la ausencia de Fidel revelando debilidades en el proceso cubano?

JC- El proceso cubano está cambiando, según los mismos cubanos, según su liderazgo. Si uno lee en discurso de Raúl Castro del 26 de julio del 2007, en Camagüey, uno ve el proceso de cambio. El habla del proceso de cambio y de su necesidad. La parte más importante de su discurso, para mi, fue sobre la distribución de la leche. Hay una toma de conciencia de que se necesita más participación local del mismo pueblo en la economía. Eso ocurre en partes de Cuba para la distribución de leche, pero no funciona en gran parte de la economía. En todo caso, eso es un ejemplo de la necesidad de un cierto nivel de descentralización, no para evitar un plan central, sino para incluir más participación directa del pueblo. Porque son las personas en cada municipio, en cada provincia de Cuba que saben. Son ellos y ellas los obreros y las obreras que saben cómo funciona bien esto o aquello. Entonces es muy interesante ver esta parte del discurso de Raúl, de seguir en este proceso de cambio que ya ha comenzado, desde luego, pero con disciplina, con dignidad frente al Imperio y sin ilusiones de que habrá cambios rápidos, precisamente por causa de esta amenaza del imperio.

EXS- Cuando se habla de cambios en Cuba, por lo general, en lo que se llama el Occidente, inmediatamente la gente piensa en privatizaciones, liberalización de las relaciones de producción y de inversiones extranjeras. Pero usted habla de cambios para que haya más participación popular.

JC- No es posible una verdadera participación popular bajo cualquier sistema capitalista. Esto está claro no solamente para el liderazgo del proceso, para el Partido Comunista de Cuba, sino también para la gente común y corriente, en las calles. Ellos han votado, además, un cambio en la Constitución para mantener el socialismo y no permitir privatizaciones en áreas como la educación, la salud y los beneficios sociales en general. Por ejemplo, casi no hay renta en Cuba. Los cubanos son dueños de sus hogares, casa o apartamentos, o pagan 10% o menos de sus ingresos. Hay escasez de casas y de transporte en el país, pero, como dijo Raúl: “estamos incrementado en Cuba la inversión en aquellos sectores”. En cuanto a las críticas hechas a Cuba en Occidente, lamentablemente, la mayoría son una repetición de lo que dicen los grandes medios de comunicación, los de Washington y de su línea. Todo está basado en la mentira, en organizaciones que tienen sus líderes pagados por los Estados Unidos, por el gobierno de este país. RSF es un ejemplo clásico.

Y hay muchos otros. Entonces hay que informar el mundo occidental de la verdad. Y es fácil descubrir la verdad porque hay muchas publicaciones ahora en Internet, hay buenos ensayos explicando la verdad. Leer el librito de Ignacio Ramonet, son 600 paginas, “100 horas con Fidel” ya es una educación para los francamente “pinches” intelectuales del mundo occidental. Muchos de ellos se han equivocado con la condena de una supuesta falta de libertad de expresión, de democracia. Hay mucha democracia en Cuba. Hay más

elecciones en Cuba que en cualquier otro país. A lo mejor, en Venezuela también se está llegando a un mismo nivel de elecciones. El hecho es que hay todo un sistema de democracia interna en Cuba, que tiene muchos problemas, incluso problemas de democracia que los mismos cubanos reconocen. Hay que revelar la verdad sobre Cuba.

EXS - Y en Venezuela...?

JC- Venezuela no es Cuba. No es un país de economía socialista ni mixta. Allí hay primariamente una economía capitalista. Hay que tener este punto en mente. Otro punto es que hay un proceso muy fuerte de intercambio de personas, ideas y productos económicos entre Cuba y Venezuela, algo que yo llamo de un proceso de fertilización mutua entre los dos países en términos de democracia y de socialismo, digo mejor, de los socialismos del siglo XXI. Los consejos comunales de Venezuela pueden inspirar la democracia en Cuba, por ejemplo. Muchos cubanos y muchos venezolanos se visitan. En Venezuela hay una situación ejemplar de la dialéctica entre un país y un imperio. En este país, la ultra derecha está montando otra vez una campaña para derrumbar el gobierno de Hugo Chávez con muchas tácticas sofisticadas, menos golpistas. Hablo por ejemplo del candidato de oposición en la última elección presidencial, que ganó, creo, casi 40% del voto y su manera de aceptar la victoria de Chávez. La ofensiva de la derecha está más intensa que antes, sobretodo en los medios de comunicación. A pesar de la no renovación de la licencia de RCTV, este canal tiene gran parte de sus programas a través del cable. 95% de los grandes medios de comunicación siguen en manos de la derecha. Afortunadamente hay Telesur y hay radios alternativas y ahora 2 ó 3 emisoras más progresistas. Tal vez 95% sea una exageración, pero por lo menos 90% de los medios siguen en manos de la oposición. Ya es bastante!

Por otra parte, el pueblo, se está manifestando cada vez más: a través de sus consejos comunales (hay más de 4 mil ahora!), a través de sus manifestaciones en defensa de Chávez, de sus desfiles de protesta, de apoyo a la reforma constitucional... Todo este proceso de movilización de las grandes masas venezolanas es más intenso que antes. Yo diría que es un proceso revolucionario que está abriendo la puerta al socialismo, pero no veo mucho socialismo aún allí. Finalmente, hay que mencionar la frustración de la clase obrera en Venezuela, de su sector más revolucionario. Aquellos que están tomando las fábricas y produciendo mejor que antes, bajo los viejos patrones que abandonaron aquellas fábricas. Pero donde está el apoyo del gobierno? Es muy poco. Mucha palabrería, pero muy poco apoyo directo a estos obreros que están en la línea de la autogestión. Eso va a cambiar, porque Chávez él mismo enfatiza la necesidad de autogestión de la clase obrera. A lo mejor, Chávez está buscando algún equilibrio con la alta burguesía, parte de la cual está prosperando más que antes con la prosperidad de la economía venezolana, y al mismo tiempo satisfacer las demandas de la clase obrera. Entonces esta dialéctica es otra parte que debemos mirar en los meses que vienen en Venezuela. Finalmente, hay mucho apoyo del gobierno por parte de las fuerzas armadas, pero no es un apoyo total, todavía hay aún conspiradores en las Fuerzas Armadas.

EXS- Muchos intelectuales creen que las reformas constitucionales que se están llevando a cabo en Venezuela son apenas una forma, para el presidente, de eternizarse en el poder.

JC- Eso no es nada. Hay toda una amenaza de matar a Chávez y el presidente está consciente de que hay serias posibilidades de que él sea asesinado. Varios gobiernos de América Latina y hasta de Estados Unidos, antes de la reforma constitucional, tuvieron varios períodos de un mismo presidente. En EEUU, eso terminó en 1944, después del período de Franklin D. Roosevelt. Los que dicen eso están completamente equivocados. Veamos las otras partes de la reforma constitucional, como aquella que concierne a los Consejos Comunales. Eso es sumamente importante. Hay que saber que apenas 10% de la Constitución anterior está siendo reformada. Pero el pueblo puede, con su voto, rechazar todas estas reformas propuestas por el gobierno. Es un proceso bastante democrático. Es el único país donde hay no solamente un referéndum para botar a un presidente o reformar una constitución. Entonces la misma constitución protege la continuación de la verdadera democracia que se introdujo en Venezuela con el proceso revolucionario bajo el liderazgo, originalmente de las grandes masas, con el Caracazo del 89, la protesta contra las medidas del FMI y después con Chávez.

EXS- Y en Bolivia, cuales son los peligros actuales?

JC- Todas las amenazas al proceso democrático en Bolivia también están presentes en los otros procesos, como Venezuela y Ecuador. Refiérome precisamente a la amenaza de separar el país para dejar la parte pobre en manos de la izquierda y la parte rica en manos de la oligarquía. En Ecuador, por ejemplo, la región de Guayaquil piensa separarse de los Andes. En Venezuela, sería Zulia, donde hay campos de petróleo. En Bolivia, sería la parte oriental, Santa Cruz, la media Luna, que está tratando de separarse si no logra lo que quiere en la Constituyente. En estos países, Bolivia y Ecuador, los militares son menos leales que lo son los de Venezuela, pero como dije antes, es muy difícil lograr un golpe hoy día en nuestra América. Habría tanta gente en la calle que los militares perderían. Diría que aún en Chile, el 73, el éxito de aquel golpe de la derecha fue precisamente tener un plan total, no solamente entre los militares, pero un plan para matar los militares constitucionalistas; en la sociedad civil, había un plan para tomar control inmediatamente de las universidades, toda la prensa. Aquel golpe fascista de Chile sería el modelo para cualquier golpe hoy en Latinoamérica, pero esta vez no podrán ganar, porque la gente, hay que insistir en eso: la gente ha perdido el miedo porque se da cuenta de que es una cuestión de vida o muerte. Ese proceso de genocidio económico gradual en América latina causado por el neoliberalismo deja a las personas en una situación tan desesperada que están preparados para ir la calle y enfrentar las balas para defender su apertura a la democracia y hacia el socialismo en el caso de Venezuela, Bolivia y Ecuador. Entonces yo insisto en esos puntos cuando me preguntan sobre Bolivia. Existe un segundo punto. El proceso en Ecuador de asamblea constituyente tiene, según dijo recién aquí en Montreal el compañero Hugo Blanco, más chances de lograr las metas de los pueblos que el proceso en Bolivia. Correa no permitió la determinación por parte de los viejos políticos de como sería el proceso de la asamblea. En Ecuador es el referéndum del pueblo, la voz del pueblo debe mandar. Morales no, por razones históricas tuvo que comprometerse con los viejos partidos. Entonces no es tan fácil en Bolivia ganar todas las metas que quiere Morales y el Movimiento al Socialismo. Pero la parte clave de la lucha en Ecuador y Bolivia es la lucha de los pueblos originarios. Entonces hay que seguir estudiando los problemas de los indígenas, todas las demandas. Todas ellas son muy progresistas en términos del internacionalismo, de la economía para el pueblo, sea socialismo o cualquier otra palabra que se quiera usar, hay muchas palabras indígenas que describen una economía de

solidaridad, comunal, colectiva, lo que el mundo occidental entiende como el verdadero socialismo.

EXS- Sintetizando, para usted lo más importante de lo que está sucediendo hoy en América latina es la participación popular y en el caso de Ecuador y Bolivia la participación de los pueblos originarios.

JC- Y en otras partes. Los pueblos originarios están bastante avanzados ahora en su proceso de solidarizarse entre sí y de internacionalizar la lucha. Siempre han estado bastante avanzados, participando en muchos partidos de izquierda. Pero ahora están avanzando muy bien en todas partes, sea en países con un proceso revolucionario iniciado como Ecuador y Bolivia, sea en un país donde manda la derecha, donde los militares mandan a través de una máscara civil, con un presidente civil, como Perú, Colombia y países de Centroamérica.

No hemos mencionado la entrada de Nicaragua en el Alba, que se junta a Venezuela, Cuba, Bolivia, Haití. En poco tiempo tendremos Ecuador. Todo este proceso de integración de América latina a través del Alba, que en realidad no es solamente un acuerdo económico sino sobretodo social, basado en el desarrollo humano, de los de abajo, con beneficios para ellos y ellas, algo que no está presente en otros acuerdos comerciales como el Alca , por ejemplo. Es importante el Alba, porque apenas ha comenzado y ya tiene 5 países por ahí. Y habrá otros! El Alba tiene diferentes mecanismos de ayuda mutua: Petrocaribe, Mercosur, Banco del Sur . Esto tiene que ser hecho siguiendo la línea de Che Guevara cuando dijo que los ricos debían hacer sacrificios para los pobres. Eso fue criticando a la Unión Soviética, que estaba tratando al resto del tercer mundo como una parte del mercado mundial, de la misma manera que Estados Unidos trató al resto del mundo durante la guerra. Entonces el Che Guevara criticó a la Unión Soviética, diciendo que los ricos tenían que apoyar a los pobres. Los países más desarrollados tienen que apoyar ofreciendo términos más favorables, no iguales, favorables. Venezuela está practicando esto, este concepto guevarista. Podríamos hablar muchas horas más.

EXS- Verdad que no hemos hablado mucho de Nicaragua.

JC- Ortega precisamente, después de ser elegido, respetando el mismo proceso, entró en el Alba, pero a la vez está colaborando con Estados Unidos en términos de inversiones extranjeras. He hablado con personas que apoyan al capitalismo estadounidense y que dicen que las oportunidades para el capital estadounidense en Nicaragua son muy amplias. Entonces Nicaragua es un caso muy curioso. No olvidemos que es el segundo país más pobre de las Américas. Entonces hay mucha pobreza, lo interesante es la dialéctica del proceso nicaragüense, que además cuenta con una persona que yo respeto. Escribí la única biografía de Daniel Ortega en inglés, hace años. Entiendo su historia personal desde la juventud, muy dramática. Los municipios donde los sandinistas mandan tienen acuerdos económicos directos con Venezuela. Lo mismo ocurre en municipios de México. Esto es parte de la dinámica de una nueva América más integrada gracias a las alianzas entre Venezuela y otros países. Y el ejemplo de Cuba enseñando al mundo que sí se puede - y ya hace 50 años!- sí se puede resistir al imperio y mejorar todo para el pueblo. Este ejemplo sigue inspirando a toda América Latina.

Notas del entrevistador

1. Steve Kangas fue encontrado muerto a las 11:30 PM el día 8 de febrero de 1999, en Pittsburgh. Tenía 2 balazos en la cabeza. La Policía local concluyó que hubo un suicidio.
2. Gary Webb fue encontrado muerto el día 10 de diciembre del 2004, en Sacramento. Tenía 2 balazos de diferentes armas en la cabeza. La Policía local concluyó que hubo un suicidio.

Entrevista recebida em setembro de 2007

Entrevista aprovada em outubro de 2007

A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro

Sérgio Sauer

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasil (2002)
Pesquisador associado do Núcleo de Estudos Agrários – NEAGRI/UnB
Assessor parlamentar do Senador Sebastião Machado de Oliveira (PT/AC)
Endereço profissional: Senado Federal, Esplanada dos Ministérios, 74.605-010, Brasília, DF, Brasil – Telefone:
55 18 3311-2187
Endereço eletrônico: sauer@senado.gov.br

Nilton Luis Godoy Tubino

Assessor parlamentar do Dep. Federal Adão Pretto (PT/RS)

Resumo

Apesar do discurso corrente da eficiência do grande agronegócio, há um fluxo de recursos públicos – especialmente através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) – que financiam as entidades de representação do setor patronal. Recursos destes Serviços são utilizados para o financiamento de pessoal e das máquinas administrativas, como demonstram várias investigações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Palavras-chave: patronato rural; entidades patronais; financiamento público; desvios; aprendizagem rural.

Resumen

La sustentación financeira de organizaciones del patronato rural brasileño

A pesar del discurso corriente de la eficiencia del gran agronegócio, hay un flujo de recursos públicos – especialmente a través del Servicio Nacional de Aprendizaje Rural (SENAR) e del Servicio Nacional de Cooperativismo (SESCOOP) – que financian las entidades de representación del sector patronal. Recursos de estos servicios son utilizados para el financiamiento de personas y de las máquinas administrativas, como demuestran varias investigaciones del Tribunal de Cuentas de la Unión (TCU).

Palabras clave: patronato rural; entidades patronales; financiamiento público; desvios; aprendizaje rural.

Abstract

The financial support of organizations of the Brazilian agricultural/rural patronage

Parallel to the current discourse emphasizing the efficiency of large agribusiness, there is a flow of public resources – particularly by the National Service for Rural Training (SENAR) and the National Service for Training in Cooperativism (SESCOOP) – which finance the landlords' representatives organizations. Resources of these Services are used to fund personnel and administrative machinery, as demonstrated several investigations of the Federal Court of Accounts (TCU).

Keywords: rural employers; rural employers; organizations; public funding; rural education.

A opinião pública brasileira está familiarizada com dois temas relacionados ao campo brasileiro: ocupações de terra por parte dos movimentos sociais agrários e os avanços na produção de por parte do chamado grande agronegócio. Qualquer outro assunto recebe, quando isso acontece, atenção marginal da grande imprensa, contribuindo para uma visão distorcida sobre o meio rural brasileiro.

A cada três (3) ou quatro (4) anos, completamente dissociado dos “impressionante níveis de produtividade” do agronegócio brasileiro, surgem notícias do endividamento agrícola. Os embates relacionados a este tema ficam, em grande medida, restritos ao Parlamento, onde a chamada Bancada Ruralista tem uma força política capaz de representar bem o setor patronal. Refeita a negociação, o Tesouro arca com a conta – algo em torno de 6% do valor total da dívida – e o tema é esquecido até que vença o prazo de carência e o tema ganha espaço na agenda política.

Por outro lado, responsabilizadas por gerar os conflitos agrários, as entidades e movimentos de luta pela terra vêm sendo acusadas de malversação de recursos públicos. A recente famigerada CPMI da Terra foi mestre em divulgar dados de suposto uso indevido de recursos públicos por estas entidades, acusações que não foram comprovadas nem com as quebras de sigilo bancário das mesmas. O que essa CPMI não fez (nem a grande imprensa deu a devida atenção) foi revelar o uso permanente e até irregularidades na aplicação de recursos públicos por parte de entidades administradas pelo setor patronal.

A partir do processo de adoção da chamada Revolução Verde, atual modelo agropecuário implantado a base do gasto de recursos públicos, o objetivo deste artigo é abrir uma discussão sobre o financiamento de entidades patronais. Não se trata de uma análise exaustiva de todos os recursos – inclusive porque não temos acesso a tais dados – mas analisar a administração de recursos públicos, repassados ao SENAR e SESCOOP, dois serviços que funcionam, desde a criação, em total simbiose com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidades que administram, respectivamente, estes dois serviços.

1 – A Revolução Verde: patronato, produtividade e dívidas

Parte significativa da efervescência social dos anos 1950s e início dos 1960s era resultado das mobilizações e lutas pela terra, especialmente pela proliferação das Ligas Camponesas e outras organizações agrárias e sindicais. Estas mobilizações tinham sustentação ideológica na esquerda, especialmente no PCB e também na doutrina social da Igreja Católica. Estas mobilizações geraram, ou melhor, explicitaram conflitos pela posse da terra em diversas regiões, com especial acento no Nordeste.¹

Todo este processo político-social foi completamente reprimido pelo regime militar pós-64. O regime ditatorial instituído promoveu o esmagamento total das Ligas Camponesas, perseguindo, prendendo e assassinando suas lideranças. O movimento sindical também sofreu um duro golpe com uma intervenção militar na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Essa intervenção durou até 1969, quando lideranças do Nordeste conseguiram retomar a direção da entidade.

Além das perseguições às entidades e movimentos e repressão e prisões às lideranças, os militares adotaram dois mecanismos fundamentais para “resolver” a assim chamada questão agrária brasileira. De um lado, elaboraram e forçaram o Congresso Nacional aprovar, ainda em 1964, o Estatuto da Terra e, de outro, criaram programas governamentais para incentivar e financiar a modernização da agropecuária, através da implantação da Revolução Verde.

¹ Para maiores detalhes sobre as lutas camponesas e seus impactos sobre a agenda política nacional daquele período, inclusive a inclusão da reforma agrária como um dos itens das reformas de base do Governo Goulart (1961-1964), ver Martins, 1988 e 1889.

O Estatuto da Terra funcionou – mais do que um instrumento legal para atender às demandas por terra – como um instrumento legal para controlar os movimentos sociais agrários. Dois mecanismos formaram a base do Estatuto: a possibilidade legal de desapropriação de terras e instituição dos projetos de colonização. Desapropriações foram feitas apenas em algumas áreas de conflito porque a ênfase das políticas governamentais dos militares de acesso à terra se deu nos projetos de colonização, distribuindo terra nas novas fronteiras agrícolas (regiões Centro Oeste e Amazônia).

Os projetos de colonização, incentivados por propaganda e recursos governamentais, no entanto, não resolveram o problema agrário nem satisfizeram a demanda por terra. O país assistiu a um deslocamento de milhões de famílias, principalmente nordestinas e sulistas, em direção às regiões Centro Oeste e Norte. A falta de políticas de assistência governamental, associada ao ambiente inóspito das frentes de colonização, fez surgir novos focos de conflitos e disputas por terra, aumentando a violência no campo.

Em meados dos anos 1970, o governo militar “esquece” definitivamente o Estatuto da Terra, mudando sua estratégia em relação às demandas sociais agrárias. Passa, de um lado, a utilizar a repressão direta como resposta às disputas por terra e, de outro, a incentivar os projetos privados de colonização. Estes projetos passaram a ser um grande negócio para empresas colonizadoras e um martírio para as famílias pobres que se deslocaram do Sul ou Nordeste brasileiro, pois foram praticamente abandonadas à própria sorte.²

A abertura de novas fronteiras na Amazônia, no entanto, não se deu apenas através da destinação de glebas para famílias pobres do Sul. Na verdade, os incentivos governamentais financiaram a apropriação de grandes áreas por parte de empresas urbanas e grandes proprietários do Centro Sul. Além dos investimentos em infra-estrutura com a abertura de estradas, os incentivos fiscais foi o veículo de concessão de subsídios para a compra de grandes extensões de terras na Região Norte por empresários urbanos, materializando o que Martins denominou de “aliança militar-latifundista” (MARTINS, 1989), arrefecendo as oposições iniciais das entidades do patronato rural ao Estatuto da Terra (MELO, 2006).

As compras de terra – diga-se de passagem, quando não griladas terras compradas por preços irrisórios – eram incentivadas através de renúncia fiscal sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda das empresas e empresários urbanos. Estes investidores obtinham ainda crédito subsidiado para fazer “investimentos produtivos” como, por exemplo, o desmatamento para o plantio de pastagem e criação de gado. De acordo com Martins,

Os pesados subsídios e incentivos fiscais concedidos pelo Estado às grandes empresas abriram o campo ao investimento capitalista, protegeram e reafirmaram a renda da terra e a especulação imobiliária, incluíram a grande propriedade fundiária num projeto de desenvolvimento capitalista que tenta organizar, contraditoriamente, uma sociedade moderna sobre uma economia rentista e exportadora. Um capitalismo tributário e atualizado (1989, p. 85).

Associado à ocupação das fronteiras agrícolas, o governo ditatorial implantou um novo modelo agropecuário, a assim chamada Revolução Verde. Esta “revolução” foi provocada pela implantação de uma mudança na base produtiva agrícola com a adoção de mecanização intensiva e uso de fertilizantes químicos, sementes selecionadas, etc. Em outras palavras, modernizou o latifúndio baseando a produção em grandes extensões de terras (e não na democratização da propriedade fundiária), o que deu o caráter conservador

² Para maiores detalhes sobre a colonização e seus impactos, inclusive como “resposta” dos militares às demandas por reforma agrária, ver Santos, 1993, especialmente o seu capítulo III “a colonização contra a reforma agrária”, pp. 43ss.

deste modelo.³

O principal instrumento governamental para implantar esta modernização conservadora foi o crédito subsidiado. O regime militar alocou grandes somas de recursos financeiros, a juros baixos, para capitalizar os grandes proprietários, possibilitando investimentos pesados em máquinas e insumos modernos (sementes, fertilizantes, inseticidas, etc.). Na verdade, este “pacote tecnológico”, a Revolução Verde, foi implantado através de crédito subsidiado, associado com as ofertas de assistência técnica, recursos públicos para a pesquisa e preparação de profissionais especializados (ensino universitário ou técnico).

A implantação do modelo agropecuário⁴ e do pacote tecnológico foi realizada ainda com a oferta de assistência técnica (rede pública de assistência técnica e extensão rural), promoção de pesquisas (instalação e destinação de recursos para a rede pública de pesquisa) e ensino com a criação de cursos universitários e técnicos (universidades públicas e escolas técnicas). Todos os recursos públicos estavam voltados para o financiamento de pesquisas e a disseminação do pacote tecnológico baseado na lógica da produção monocultura em grandes extensões de terra.

Este processo de modernização agropecuário teve dupla função, ou seja, aumentou a produção e a produtividade no campo e, ao mesmo tempo, criou um mercado consumidor de máquinas e insumos, aquecendo a indústria. Houve um aumento significativo da produtividade de grãos no Centro-Sul, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, períodos do famoso milagre brasileiro, e um incremento da indústria de máquinas e insumos agrícolas.

Conseqüentemente, a atual concentração fundiária no Brasil é fruto de uma política pública, promovida pelo governo federal através da disponibilização de recursos, especialmente para o crédito rural subsidiado. Em outras palavras, a realidade atual do patronato rural, assentado na propriedade de grandes extensões, foi financiada com recursos públicos, especialmente a partir dos anos 1960s, para a implantação da Revolução Verde.

Nos termos de Martins,

Ao invés de combater a renda fundiária em nome do desenvolvimento capitalista, para remover o obstáculo e a irracionalidade que a renda representa para o crescimento do capital, o Estado militar subsidiou o capital. *A dedução que a renda territorial representa para o investimento capitalista* (pois a aquisição de terra é imobilização improdutiva de capital) *foi compensada pela elevação subsidiada do capital, mediante doações do governo* (1988, p. 92 – grifos no original).

A partir de meados dos anos 1980 e início dos anos 1990s, houve mudanças significativas na política agrícola do governo federal, com alterações no modelo de financiamento das atividades agropecuárias (TEIXEIRA, 2007). Ocorreu uma sensível diminuição de recursos para crédito rural, inclusive com mudanças nas regras de financiamento (com taxas de juros mais próximas às praticadas pelo mercado financeiro). Associado a isto, os sucessivos planos econômicos e a transferência de recursos para outros setores da economia resultaram no endividamento do setor agrícola.

A partir de meados dos anos 1990s, este endividamento se transformou em uma das

³ O resultado desta “revolução” foi o aprofundamento da concentração da propriedade da terra, levando o modelo agropecuário adotado ser denominado de “modernização conservadora” porque promoveu uma mudança na base produtiva (uso intensivo de máquinas para a produção extensiva) sem alterar a estrutura fundiária.

⁴ Martins alerta que “embora seja quase sempre interpretada como uma simples política de ‘implantação’ do grande capital no campo, tem sido uma política para forçar o grande capital a se tornar proprietário de terra, preservando e modernizando a propriedade, ao mesmo tempo, sem fazer reformas sociais” (1989, p. 83).

principais, senão a principal, bandeira da Bancada Ruralista no Congresso Nacional. A cada três ou quatro anos, com o vencimento do prazo de carência da renegociação anterior, o tema volta à pauta política, forçando o Executivo a renegociar o passivo,⁵ empurrando o problema para frente.

É bem verdade que o tema é complexo e não pode ser resumido a uma afirmação como “são apenas alguns poucos caloteiros que não querem pagar”. O Congresso Nacional aprovou e instaurou, em 1993, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para estudar as causas do endividamento agrícola. Esta CPMI demonstrou, entre outros motivos, uma transferência brutal de renda do setor agropecuário para outros setores, especialmente para o setor financeiro (taxas de juros, serviços, gastos com rolagem da dívida, etc.).

Mais recentemente, os dados e informações são contraditórios, mas a Confederação Nacional na Agricultura (CNA) afirma que o montante da dívida agrícola (todas as linhas de crédito) chega à casa dos R\$ 130 bilhões, o equivalente a 24% do PIB do agronegócio, de 2006 (Teixeira, 2007). O Banco do Brasil – em documento de dezembro de 2004, de sua Diretoria de Agronegócios – informou que das 120.645 operações securitizadas, as prestações vencidas dos empréstimos acima de R\$ 200.000,00 totalizavam 6.488 operações (5,3% do total), mas eram responsáveis pelo saldo devedor de R\$ 3,5 bilhões (70% de todo o saldo inadimplente).⁶

No caso do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), de um total de 8.264 operações, encontravam-se vencidas, em novembro de 2004, 3.946 operações, ou seja, quase 48% do total. No entanto, considerando apenas as operações com valores acima de R\$ 1,0 milhão, estavam vencidas 694 operações, ou seja, apenas 8% do total de operações, cujo saldo devedor era de R\$ 4,05 bilhões, ou seja, 43,7% do total de R\$ 9,2 bilhões, total do passivo do PESA.

Segundo Fernandes (2007), dados mais recentes registravam que 52 mil produtores rurais – sendo 49 mil da Securitização e 3 mil do PESA – estavam em atraso com parcelas das dívidas renegociadas em maio de 2005. Estes eram responsáveis por um total de R\$ 6,33 bilhões, sendo que R\$ 4,8 bilhões (quase 76% do valor total) correspondem a apenas 1,5% dos contratos.

Independentemente do valor exato desta dívida e do número total de operações em atraso, os dados acima demonstram que a esmagadora maioria dos empréstimos em atraso (e do volume de recursos em situação de anormalidade) é de responsabilidade de um pequeno grupo de grandes devedores (grandes proprietários, empresas agropecuárias e cooperativas agrícolas). Por outro lado, o impacto das sucessivas renegociações sobre os recursos do Tesouro Nacional – especialmente os gastos com equalização de juros – são, em vários casos, maiores do que o benefício negociado com os devedores (especialmente para os produtores familiares atingidos por estiagens e outros problemas climáticos).⁷

⁵ Este processo de renegociação das dívidas do setor rural resultou, inicialmente, na edição da Lei 9.138, de 29 de novembro de 1995, incluindo uma securitização das dívidas de até R\$ 200 mil e a criação do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) com dívidas acima de R\$ 200 mil, na origem. Estas dívidas foram várias vezes prorrogadas pela edição de decretos e resoluções (Conselho Monetário Nacional e Tesouro) e de Medidas Provisórias, como as MP 9/2001 (convertida na Lei 10.437, de 2002), MP 24/2002 (convertida na Lei 10.464, de 2002), MP 77, de 2002 (convertida na Lei 10.464, de 2003) e MP 114, de 2003 (convertida na Lei 10.969, de 2003).

⁶ Apesar da edição e aprovação no Congresso da Medida Provisória nº 372, de 2007 que autorizou a prorrogação de dívidas de mais de R\$ 7 bilhões, vencidas em 2007, a Bancada Ruralista apresentou na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, no dia 29 de agosto de 2007, o Requerimento nº 114, de 2007, solicitando a apreciação de um anteprojeto que “*dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural*”.

⁷ É importante lembrar que a MP 303, de 2006, criou o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS III), incluindo as cooperativas endividadas com junto à Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Todas que estivessem em débito com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), contribuição patronal sobre a folha de pagamentos, imposto de importação e exportação, refinanciaram as dívidas com prazos de pagamento de 130

2 – As entidades de representação do patronato rural

Na história recente do campo brasileiro, a representação institucional do patronato rural tem sido feita por várias entidades e organizações nacionais. As duas entidades mais ativas atualmente são a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a entidade sindical do setor, e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Essas são também as responsáveis diretas pela destinação dos recursos do chamado Sistema “S” para o meio rural, ou seja, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

Além da CNA e da OCB, o setor patronal rural brasileiro já teve, e ainda tem, uma diversidade de entidades representativas como a Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), União Democrática Ruralista (UDR), entre outras.⁸ Todas estas entidades, expressando a histórica posição do setor, sempre foram refratárias a qualquer processo de democratização da estrutura da propriedade da terra no Brasil.

Ainda em 1964, nos primeiros dias após o golpe militar, a formulação e envio para o Congresso Nacional do Estatuto da Terra geraram fortes reações destas entidades do patronato rural. A Sociedade Rural Brasileira (SRB), por exemplo, organizou um ato público em São Paulo, em abril de 1964, e publicou (em novembro do mesmo ano) ameaças explícitas contra a aprovação do referido Estatuto pelo Parlamento (MELO, 2006).

A agricultura foi a primeira vítima da orientação do governo, após a revolução que ela ajudou a fazer. Todos se aliaram para o sacrifício da agricultura brasileira, à qual se teria de impor uma política de inspiração alienígena, sob a filosofia de punitiva retaliação das propriedades. Abriu-se a fenda nos direitos do homem (...) Com o pesar daqueles que se viram frustrados pelo resultado do movimento ao qual se entregaram, não ensarilharemos nossas armas, muito ao contrário, com elas nas mãos continuaremos a luta que para nós se apresenta sagrada (SRB, 1964, p. 9 – grifos nossos).

As palavras desta publicação claramente corroboram a afirmação de Martins, ao analisar o processo de aprovação do Estatuto, de que “os proprietários de terras chegaram a pensar na possibilidade de se armarem para tentar a deposição do governo militar” (1988, p. 88). A reação preventiva dos militares com algumas cassações políticas de apoiadores foi um instrumento eficiente na estratégia de domesticar em vez de combater a oligarquia fundiária, no entanto, foram outros os mecanismos que permitiram a aliança política.

O setor patronal se deu conta rapidamente que a ênfase da política agrária e agrícola do governo não era, em hipótese nenhuma, à aplicação do Estatuto da Terra, mas a remoção dos obstáculos para a entrada do capital no campo, voltou a apoiar politicamente o regime militar. Os incentivos fiscais para a modernização agropecuária e para a abertura de novas fronteiras agrícolas foram os dois instrumentos que selaram o pacto militar-latifundista (Martins, 1989), eliminando qualquer restrição das entidades representativas do setor patronal ao regime de exceção.

Após mais de 20 anos de regime militar, a assumpção de um governo civil reacendeu as esperanças de que a redemocratização política poderia representar também uma democratização da propriedade fundiária (Bruno, 2006). Dessas esperanças surgiram as

meses.

⁸ A CMPI da Terra levantou uma série de outras entidades de representação, sendo que muitas têm apenas atuação regional como, por exemplo, o Primeiro Comando Rural (PCR), o Sindicato Nacional de Produtores (Sinapro), o Movimento Nacional de Produtores (MNP), a União de Defesa da Propriedade Rural (UDPR), a Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), entre outras. Maiores detalhes sobre a atuação destas entidades, ver Melo, 2006, pp. 169ss.

forças políticas que resultaram no anúncio do I Plano Nacional de Reforma Agrária, pelo Governo Sarney, em 1985. A posição absolutamente refratária a qualquer forma de reforma agrária das entidades ruralistas aflorou novamente. Segundo Bruno, “o que se assistiu foi uma mobilização patronal rural sem precedentes na história, diria, contra as demandas de democratização da propriedade e contra o exercício da cidadania” (2006, p. 433).

Essas reações do setor patronal culminaram com a criação da União Democrática Ruralista (UDR)⁹ e da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB).¹⁰ Essa segunda aliança, criada em 1986, representou uma coalizão política formada por todas as entidades representativas do setor, lideradas pela CNA, OCB e SRB, que atuou de forma decisiva na redação final da Constituição Federal, de 1988, acrescentando o dispositivo que acaba impedindo a desapropriação de áreas produtivas para fins de reforma agrária.

Este breve resgate da atuação política das entidades patronais demonstra que, apesar da diversidade de interesses, há alguns componentes ou princípios que unem todas as entidades. Segundo Bruno,

Apesar das imensas diferenças que os separa, as classes e grupos patronais têm em comum dois principais traços, fundantes, que só adquirem uma maior visibilidade nas situações em que se sentem ameaçados em seus privilégios como proprietários de terra: a concepção de propriedade como direito absoluto e a defesa da violência como prática de classe (2006, p. 439).

Ainda segundo Bruno, essa lógica estabelece uma estreita relação entre propriedade, intolerância e violência. Somente esta lógica do direito absoluto de propriedade pode explicar, por exemplo, os motivos que levaram a CPMI da Terra a aprovar um relatório, elaborado por representantes da Bancada Ruralista no Congresso, que propõe classificar as ocupações de terras como crime hediondo (SAUER et alli, 2006).

Esta mesma lógica orienta as ações, por exemplo, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Os temas do Seminário do Fórum Agrário Empresarial, realizado pela CNA, em Brasília em 26 de abril de 2007, são reveladores: “O MST e a democracia” (com palestra de Denis Rosenfield), “questão quilombola: legislação e impactos” e “questão indígena: o caso da Aracruz”.

A definição da CNA dos projetos prioritários, em tramitação no Congresso Nacional, também corrobora esta relação entre direito de propriedade e intolerância. Segundo suas prioridades, os esforços se voltam para coibir qualquer avanço na efetivação dos direitos dos povos indígenas e das comunidades quilombolas como, por exemplo, a aprovação de projeto de lei que exige a ratificação do Senado federal de demarcação de terras indígenas (PLS 188, de 2004).¹¹

O objetivo aqui não é avaliar as ações das entidades patronais em temas como a luta pela reforma agrária ou pelos direitos dos povos indígenas e quilombolas. No entanto, é importante deixar claro que todas essas ações políticas são financiadas, basicamente, com recursos públicos, através do repasse das contribuições compulsórias ou celebração de convênios com órgãos federais, conforme veremos a seguir.

⁹ Para mais detalhes sobre a atuação histórica e recente da UDR, ver Melo, 2006, pp. 153ss.

¹⁰ A FAAB foi substituída, em 2002, pelo Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil. O chamado “Rural Brasil” é composto por entidades como a CNA e a OCB e “é um fórum que pretende harmonizar as posições do setor agropecuário e buscar consenso entre as entidades que o integram” (MELO, 2006, p. 150).

¹¹ Seguindo esta orientação, o Dep. Federal Valdir Colatto (PMDB/SC) apresentou um Projeto de Resolução da Câmara (PDC nº. 44, de 2007), sustando os efeitos do Decreto nº 4.887, de 2003, que regulamenta os procedimentos para a demarcação de territórios quilombolas.

2.1 – O financiamento das organizações patronais: SENAR e SESCOOP

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foi criado pela Lei 8.315, de 23 de dezembro de 1991, nos termos estabelecido pelo artigo 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o qual previu a criação de tal serviço. O artigo 1º desta lei estabeleceu que SENAR tem o “objetivo de organizar, administrar e executar em todo o Território Nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais”.

O artigo 2º estabelece que o SENAR “será organizado e administrado pela Confederação Nacional da Agricultura – CNA e dirigido por um colegiado”. Este Conselho Deliberativo é composto pela própria CNA (e presidido pelo presidente da mesma) e por representantes de diversos Ministérios, da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e da Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Apesar da presença de representantes externos no Conselho, há uma simbiose total entre a administração do SENAR, da CNA e de suas entidades regionais. De acordo com o regimento interno do SENAR, o Conselho deliberativo é indicado para um mandato de três anos, “coincidente com o mandato da Diretoria da Confederação Nacional da Agricultura” (art. 6º), sendo que o presidente da CNA “será o seu Presidente nato” (inciso I) e este nomeará o secretário executivo (artigo 10). O mesmo sistema se dá em todos os 27 Estados, sendo o presidente da Federação Estadual da Agricultura o presidente do SENAR estadual (artigo 18).

O Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) foi criado através da Medida Provisória 1.715, de 03 de setembro de 1998,¹² a qual dispôs “sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP”. Naquele texto, o artigo 7º autorizou a SESCOOP, com personalidade jurídica de direito privado, com o objetivo de organizar, administrar e executar a formação profissional, desenvolvimento e promoção social das trabalhadoras e trabalhadores em cooperativa e dos cooperados.

O §1º, do artigo 9º, estabelece que o “SESCOOP será presidido pelo Presidente da OCB” (Organização das Cooperativas do Brasil), sendo que esta representação se repete em todas as unidades da federação, ou seja, onde existir entidades (cooperativas) ligadas à OCB haverá ligação com o SESCOOP.

As suas receitas (inciso I do artigo 10) serão compostas, entre outras, pela “contribuição mensal compulsória, a ser recolhida, a partir de 1º de janeiro de 1999, pela Previdência Social, de dois vírgula cinco por cento (2,5%) sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados pelas cooperativas”.

A criação do SESCOOP não foi ponto pacífico entre as entidades patronais. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entrou no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn nº. 1924) contra os artigos da MP que criaram o conselho e as receitas do SESCOOP, ou seja, contra os artigos 7º, 9º e 11 da MP 1.715 (renomeados na MP 2.168-40).¹³ Esta ADIn explicita uma disputa sobre a administração dos recursos do chamado “Sistema S”, o que está claro no item 23 da Petição Inicial, quando a CNI escreveu que se “fez necessário constar expressamente no artigo 8º e no artigo 240 [da CF] a preservação das contribuições para o custeio das entidades sindicais e das entidades privadas de assistência social e formação profissional criadas e administradas pelas

¹² Após sucessivas re-edições, a referida medida provisória teve a sua última re-edição (antes da Emenda Constitucional nº. 32 que alterou a edição de MPs) em 24 de julho de 2001, sob o número 2.168-40 (publicada no DOU em 27 de julho de 2001), sendo que o artigo 8º autorizou a criação do SESCOOP.

¹³ Esta ADIn encontra-se em processo de julgamento do Superior Tribunal Federal (STF) sem uma decisão final, sendo que o pedido de liminar está empatado (3 ministros votaram pelo indeferimento e 3 a favor), portanto, esta decisão aguarda o desempate do Ministro Celso de Mello (em 09 de agosto de 2007).

entidades sindicais patronais” (p. 5 – grifos nossos).

Além de violação dos artigos 149 e 146, inciso III (a instituição de contribuições deve ser antecedida de lei complementar) da Constituição Federal, a CNI, argumenta na Petição que a MP autoriza a criação do SESCOOP, mas “não indica a quem é conferida essa autorização, nem quem elaborará os seus estatutos e regimentos. Todavia pré-estabelece a composição do seu Conselho Nacional, determinando desde logo que a nova entidade será presidida pelo Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (art. 8º)” (item 3 da referida Petição).

Essa simbiose institucional, tanto entre a CNA e o SENAR como entre o SESCOOP e a OCB, levou a seguinte conclusão (texto do relatório vencido) de parte dos membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CMPI) da Terra sobre o SENAR:

Ainda que se apresentem formalmente autônomas entre si, o compartilhamento de estrutura física, a confusão entre as presidências das entidades e o controle político e administrativo que a CNA exerce sobre sua atuação tornam o Senar um eficiente sistema de arrecadação de fundos para a entidade (Melo, 2006, p. 185).

Esta mesma relação promíscua se dá a nível estadual, onde o presidente da Federação da Agricultura é também o presidente do SENAR estadual. “Como, na prática, não existe separação entre os Senar’s e as federações da agricultura, os recursos públicos acabam por irrigar as contas das federações, conforme já apontado pelo Tribunal de Contas da União em várias ocasiões” (MELO, 2006, p. 185).

Além disto, a Petição Inicial da CNI traz argumentos importantes como, por exemplo, o caráter público dos recursos e a exigência constitucional (artigo 213 da Constituição) dos mesmos serem administrados por escolas públicas. Segundo texto da Petição (item 29), “a contribuição compulsória instituída pela Medida Provisória (...) é indiscutivelmente uma receita pública, oriunda do poder impositivo inerente ao Estado soberano” (p. 6), portanto, os recursos devem ser aplicados por escolas públicas.

A Petição Inicial da CNI, buscando demonstrar a inconstitucionalidade da MP que criou o SESCOOP, conclui (item 34)

Ora, a finalidade múltipla da entidade projetada no artigo 7 da Medida Provisória – ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados – torna inquestionável que os seus excedentes financeiros, receitas oriundas da contribuição compulsória ou de quaisquer outras fontes, não serão aplicadas exclusivamente em educação, mas em todos os seus heterogêneos objetivos, alguns deles, como a promoção social dos cooperados, inteiramente dissociados de qualquer caráter pedagógico ou educacional (p. 7 – grifos nossos).

Instituído por lei ordinária ou por Medida Provisória, estes dois sistemas de ensino e aprendizagem, na mesma lógica do “Sistema S”, foram criados para custear financeiramente muitas atividades do sindicalismo patronal. Resquícios de outros tempos, estes são mecanismos em que o Estado permanece como o principal provedor de entidades da classe patronal, tanto através de compensação financeira em consequência da renegociação de dívidas como pelo repasse direto de recursos públicos (arrecadação compulsória e convênios).¹⁴

É importante mencionar aqui que estes dois sistemas administram altas somas de

¹⁴ De acordo com dados do Sistema Integrado de Aplicação Financeira do Governo Federal (SIAFI), a partir de 1998, com a criação do SESCOOP, a OCB deixou de receber altas somas de recursos públicos via convênios, os quais passaram a ser feitos via SESCOOP (ver dados nas tabelas em anexo).

recursos. De acordo com dados fornecidos pelo Ministério da Previdência (resposta ao requerimento do Deputado federal Adão Pretto), entre 2000 a 2006, o Poder Público arrecadou e transferiu para o SENAR algo em torno de R\$ 884 milhões e para o SESCOOP mais de R\$ 230 milhões. Estes dois serviços gastaram mais de R\$ 1,114 bilhões em sete (7) anos (recursos advindos das contribuições compulsórias) e algo em torno de R\$ 21 milhões de recursos de convênios firmados com ministérios (ver tabelas em anexo), sendo que estes recursos não foram utilizados apenas em atividades de ensino e aprendizagem, já que se destinam também ao custeio da máquina das duas entidades de classe.¹⁵

Procurando fugir deste tipo de vínculo, muitos argumentam que estes recursos não são públicos e que o SENAR e o SESCOOP possuem “personalidade jurídica de direito privado”, portanto, são entidades privadas que não precisam seguir os princípios da administração pública. Além de setores patronais como, por exemplo, a própria CNI em seus argumentos na ADIn, reconhecer que se tratam de recursos para-fiscais, portanto, públicos, a interpretação do Tribunal de Contas da União (TCU) é bastante clara nesse sentido.

De acordo com termos do Processo TC 010.247/2004-4, sobre o pagamento de diárias em atividades do SENAR com valores acima do limite remuneratório previsto na Constituição Federal, o TCU deixou bem claro o caráter público do sistema, portanto, a sua submissão às regras do serviço público (p. 4).¹⁶ Considerando os objetivos e a principal fonte dos recursos (arrecadação compulsória), o referido processo estabelece que, apesar do SENAR, assim como dos demais serviços autônomos, ser dotado de personalidade jurídica de direito privado...

Não obstante isso, o SENAR e os demais serviços autônomos colaboram com o Poder Público através da execução de atividades de amparo a certas categorias sociais – no caso, ao trabalhador rural. Tais atividades são consideradas serviços de interesse público/social. Para isso e por isso, esses entes têm tratamento fiscal privilegiado, dado pela Constituição (art. 150, VI, c) quanto à incidência de impostos, além de serem custeados por contribuições de natureza para-fiscal, recolhidas compulsoriamente e caracterizadas como dinheiro público (p. 4 – grifos nossos).

Mais adiante, este relatório afirma que é pacífico no TCU o entendimento de que os serviços sociais autônomos, “por gerirem recursos de natureza pública, estão sujeitos aos princípios gerais que norteiam a execução da despesa pública” (p. 5).¹⁷ Estes serviços, como o SENAR e o SESCOOP, devem ser geridos segundo as normas dirigidas à Administração Pública. No entanto, obediência a esses princípios não é exatamente a prática, pois é o que a análise de algumas prestações de contas demonstra.

¹⁵ Sobre os detalhes da destinação dos recursos do SENAR, por exemplo, ver o artigo 28 do seu Regimento Interno, onde a alínea “a” deste estabelece que 10% da arrecadação deve ser destinada às despesas da administração central e a alínea “c” destina mais 2% para a administração superior a cargo da CNA.

¹⁶ Neste processo, o TCU constatou que os pagamentos de diárias do SENAR eram com valores abusivos. O TCU reconheceu que o valor das diárias é internamente disciplinada pelo Regulamento do SENAR/NA, aprovado pelo Decreto nº. 566/1992, o qual define que a competência para estipular esses valores é do Conselho Deliberativo, mas o TCU deixou claro também que essa competência “não significa a permissão para abusos e, muito menos, desrespeito aos princípios que disciplinam os atos administrativos” (p.3).

¹⁷ Mais adiante, no mesmo relatório consta que “é pacífico no TCU, o entendimento de serviços sociais autônomos, por gerirem recursos de natureza pública, estão sujeitos aos princípios gerais que norteiam a execução da despesa pública, devendo, portanto, aplicar-se a essas entidades as normas dirigidas à Administração Pública que digam respeito à obediência desses princípios” (p.4).

2.2 – Desvios de finalidade de recursos públicos

Independentemente da discussão ideológica-filosófica sobre a importância ou sentido do Sistema S, em geral, e do SENAR e SESCOOP, em particular, há problemas na gestão dos recursos destes dois serviços, os quais têm resultado em procedimentos investigativos abertos no Tribunal de Contas da União (TCU). Infelizmente, muitos destes procedimentos acabam sendo absolutamente inócuos porque, mesmo constatando irregularidades ou ilegalidades na aplicação dos recursos, as prestações de contas são “aprovadas com ressalvas”.

Já, em 1995, em interessante artigo, Veiga insistia na necessidade de não separar artificialmente as propostas de educação básica da formação profissional no meio rural brasileiro. O autor inicia sua reflexão se referindo a uma festa de confraternização de final de ano na sede da Federação da Agricultura de São Paulo com recursos do SENAR. O mais importante, no entanto, é a sua constatação de que “o problema é que a agricultura patronal não necessitou, até há pouco tempo, de mão-de-obra qualificada. Seus empregados podiam ser meros peões não havia grandes exigências de formação para seus poucos fiscais ou gerentes” (1995, p. 2-2).

Esta constatação é greve o suficiente e explica, em grande medida, a lógica usada no emprego de recursos públicos que deveriam ser destinados à educação e à formação profissional do povo do campo. É bem verdade que, após tantos anos, o SENAR tenha se modernizado e, como se escreveu na Revista Istoé-Dinheiro, “com o agronegócio em alta, Senar se moderniza para atender demanda por trabalhadores rurais qualificados” (p. 32).

No entanto, o TCU tem apontado uma série de irregularidades que, no nosso entender, revela malversação de recursos públicos tanto do SENAR como do SESCOOP. Mais importante ainda, revela uma simbiose com as entidades patronais, o que gera a necessidade de repensar estes serviços, inclusive democratizando a sua gestão e decisões políticas. Há uma pluralidade de entidades no meio rural brasileiro, sendo que várias dedicam muitos recursos humanos e financeiros a atividades de educação e formação profissional, portanto, não há justificativa para privilegiar apenas duas entidades patronais no gerenciamento de recursos públicos destinados às trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Sobre a freqüente malversação dos recursos o Tribunal de Contas da União (TCU) tem apontado muitos problemas nas prestações de contas tanto do SENAR como do SESCOOP. Este foi o caso do SENAR e da Federação da Agricultura do Estado do Rio grande do Sul (FARSUL). De acordo com relatório do TCU, além do pagamento de várias despesas da Federação (inclusive participação em exposição agropecuária), vários funcionários haviam sido contratados para atuar como assessores ou técnicos da FARSUL, mas recebiam salários do SENAR/RS. Entre estes funcionários, constavam da folha de pagamento do SENAR o consultor jurídico e o próprio presidente da FARSUL.¹⁸

Outros exemplos demonstram claramente desvios de finalidade na aplicação de recursos públicos, inclusive das íntimas relações administrativas e financeiras entre o uso de recursos públicos e entidades patronais. O caso do SENAR do Estado de Rondônia demonstra isso claramente, pois houve uso de recursos para sustentar a estrutura administrativa da Federação da Agricultura (FAPERON) daquele Estado.

De acordo com informações do Processo TC 009.468/2002-6,¹⁹ as contas do SENAR de Rondônia, exercício de 2002, apresentam várias irregularidades. Entre os problemas apresentados, está a concessão de empréstimos à Federação da Agricultura e Pecuária do

¹⁸ Diante de todas as irregularidades constatadas pelo TCU, a CPMI da Terra quebrou o sigilo bancário e fiscal do SENAR/RS. O requerimento de quebra de sigilo do SENAR nacional não foi aprovado pelos parlamentares da Bancada Ruralista, presentes à sessão, e o requerimento de quebra de sigilo do SESCOOP, de autoria do Senador Siba Machado, não chegou a ser votado (MELO, 2006, p. 176).

¹⁹ Essa Inspeção foi realizada no período de 10/11/2003 a 14/11/2003, por determinação da Portaria SECEX-RO 1716, de 04 de novembro de 2003, para subsidiar as contas dos exercícios de 2001 e 2002. De acordo com informações da página na Internet do TCU, este processo ainda não foi julgado pelo pleno daquele tribunal.

Estado de Rondônia (FAPERON), no valor de R\$ 145 mil reais (p. 117). De acordo com os termos do referido relatório, desde outubro de 2001, o SENAR vinha emprestando seus recursos à FAPERON, sendo que o saldo em favor do SENAR/RO, em 2001, foi de R\$ 18.500,00 e, em 2002, de R\$ 135 mil (p. 117).²⁰

Um elemento importante do relatório do TCU é que, na análise das contas, este Tribunal teve que segregar as funções, pois as pessoas que participavam da administração da FAPERON eram as mesmas que geriam e fiscalizavam a aplicação dos recursos do SENAR. Como presidente da Federação era também o presidente do Conselho Deliberativo e o co-gestor do SENAR, ele próprio autorizava, praticava e fiscalizava seus atos. Além disto, José Oliveira Rocha (Superintendente do SENAR) e Nilton Ferreira (contador do SENAR) também participavam da administração da FAPERON. Os documentos demonstram que os gestores do SENAR firmavam recibo de débito e crédito na mesma operação de empréstimo entre as duas entidades (pp. 117s).

Esta irregularidade não está apenas no fato de que não houve previa autorização do Conselho Deliberativo, mas especialmente porque não há nenhuma vinculação no gasto dos recursos SENAR (emprestados à Federação) e suas atividades-fim, ou seja, promover a formação profissional no meio rural. De acordo com o relatório do TCU, este desvio foi aparentemente resolvido com a suspensão de Francisco Ferreira Cabral da Presidência do Conselho Administrativo do SENAR e parte da dívida foi quitada com a doação de um veículo ao SENAR (p. 118).²¹ Sobre o valor remanescente da dívida, o Conselho Administrativo do SENAR autorizou o repasse em definitivo para a FAPERON, a qual se comprometeu a promover cursos sobre temas que considerasse adequado (p. 118).

Após analisar a prestação de contas do referido convênio, o TCU através de sua Secretaria Geral de Controle Externo determinou a rescisão do mesmo com a imediata recomposição do saldo em favor do SENAR, com as devidas atualizações monetárias (p. 120). No entanto, foram constatadas ainda outras irregularidades que materializam uma simbiose entre estas entidades. O TCU apontou a cessão informal de empregados, obviamente com ônus para o SENAR/RO, com o empréstimo (irregular e sem amparo legal) de servidores para a FAPERON e para os Sindicatos Rurais de Ouro Preto e de Cujubim (p. 121).²²

A conclusão do TCU explicita a simbiose – na verdade, a expressão do Tribunal é que “houve uma relação promíscua entre SENAR e a FAPERON” (p. 122) – entre as duas entidades, sendo que os recursos do SENAR são utilizados para financiar as despesas das Federações e mesmo da CNA. Segundo o referido relatório, diante de todas as irregularidades administrativas e problemas gerenciais ocorridos no SENAR/RO e com o objetivo de aprimorar a gestão pública, o TCU recomendou ao Conselho deliberativo do SENAR (administração central) “avaliar a conveniência de se ter o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária dos Estados acumulando o cargo de Superintendente Regional do SENAR” (p. 122).

Infelizmente, as irregularidades na administração dos recursos do SENAR da Rondônia não é um caso isolado. O Acórdão 861/2006 analisou a prestação de contas simplificada do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Estado do Paraná, relativa ao exercício de 2002. A instrução inicial apresentou proposta no sentido de que estas contas fossem julgadas regulares, com quitação aos responsáveis (p.

²⁰ A autorização para realizar os empréstimos só foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em 06/12/2002, quando a filha de Francisco Cabral, ex-presidente do SENAR/RO, Terezinha Cândida Cabral, fazia parte do quorum deliberativo, na qualidade de suplente de um dos membros efetivos do Conselho Administrativo do SENAR.

²¹ O veículo era uma caminhonete Mitsubishi, modelo L200, no valor de R\$ 60 mil, valor este que foi incorporado ao patrimônio do SENAR, sendo que o valor nominal remanescente era em torno de R\$ 74 mil.

²² O TCU também constatou irregularidades na contratação de empregados, feita sem processo de seleção externa, e a não observação dos artigos 19 e 20 do regimento interno da entidade, inclusive com a contratação de parentes de empregados do SENAR/RO como, por exemplo, a esposa e o filho do presidente (p. 122).

2). No âmbito da Corte, em razão de ocorrências apontadas no relatório pelo Ministério Público, foram realizadas audiências e as justificativas do SENAR foram analisadas pela Unidade Técnica.

Um dos fatos analisados nesta prestação de contas foi a aquisição de 12 veículos da marca Volkswagen (10 modelos Parati e 2 modelos Santana) sem realização de licitação, com um gasto total no valor de mais de R\$ 335 mil. Os veículos velhos foram dados como parte do pagamento (valor de R\$ 141 mil). O SENAR enquadrou a compra dos veículos como sendo uma operação de permuta, mas o TCU entendeu que não se trata nem de permuta, nem de doação em pagamento. Sem sombra de dúvidas, trata-se de artifícios para legitimar a não realização de procedimento licitatório (p. 5).²³

De acordo com o referido Acórdão, o SENAR/PR utilizou uma fundamentação indevida para justificar a operação, inclusive teve que justificar porque a preferência de comprar apenas uma única marca em uma única concessionária. O SENAR alegou que a escolha específica dos veículos da Volkswagen era para padronizar a frota, mas como aponta o auditor, se a frota seria toda substituída outras marcas poderiam ter participado da escolha (p.3). Além disso, não houve competição de preços entre as empresas, pois houve apenas a simples coletas de preços. Para o auditor, se os responsáveis tivessem realizado uma licitação para a aquisição dos veículos e outra para a alienação (na modalidade de leilão) estariam cumprindo a lei, “mas optaram pelo caminho mais fácil, o caminho da ilegalidade” (p. 5). O TCU não aceitou a alegações dos administradores, considerando as contra irregulares e aplicou multa aos responsáveis (p.9).²⁴

Outro Acórdão do TCU (nº. 2372, de 2007) – envolvendo a prestação de contas do SENAR de São Paulo – demonstra ainda outras irregularidades nas administrações das entidades. Aliás, várias irregularidades são bastante parecidas com as mencionadas pelo professor Veiga, em 1995, relacionada ao uso dos recursos públicos para financiar festas de confraternização.

Entre as diversas irregularidades, o TCU apontou problemas em convênios firmados entre o SENAR/SP e a Federação do Estado de São Paulo (FAESP). Em um destes convênios, o objetivo foi financiar a participação na Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (a Agrishow 2004), resultando em despesas com aquisição de camisetas, uniformes e canivetes (p. 12) e, especialmente, a contratação de serviços de buffet, no valor de mais de R\$ 101 mil para recepcionar 120 pessoas incluindo o Governador de São Paulo (p. 13).²⁵

O auditor do TCU lembra que esse tipo de despesa não tem respaldo nos objetivos do SENAR, que seria a formação profissional de trabalhadores rurais (p. 13). Mais adiante, relata que essas irregularidades não foram apontadas quando da aprovação da prestação de contas pela concedente (SENAR/SP) na execução e na comprovação das despesas realizadas com recursos do convênio (p. 13). É importante lembrar aqui que o então responsável pelo convênio (Fábio de Salles Meirelles – atual presidente da CNA) era a mesma pessoa que respondia pelos dois pólos da relação, ou seja, era presidente do SENAR/SP e também da FAESP, entidade que usou indevidamente recursos públicos que deveriam ser destinados à formação profissional de trabalhadoras e trabalhadores rurais.

As irregularidades não ficaram restritas a este escândalo, pois o TCU constatou ainda que as prestações de contas da FAESP, apresentadas em junho de 2005, “foram

²³ O SENAR não está autorizado a realizar permuta de bens móveis (veículos) com empresa de natureza jurídica privada. No entanto, esta entidade alegou que a realização de licitação seria muito dispendiosa, por isto optou pela permuta. Alegou que não poderia ficar sem veículos e que os velhos só poderiam ser leiloados após a aquisição dos novos; alegou ainda não dispunha de espaço suficiente para abrigar as frotas de novos e usados e assim teria que ser pago estacionamento pelo prazo de um mês (p. 5).

²⁴ Essas contas do SENAR foram julgadas irregulares, em consequência, o TCU aplicou multa nos valores de R\$ 4 e 5 mil reais aos administradores (p. 9).

²⁵ O TCU não aceitou as alegações de que tais gastos estariam vinculados à divulgação do evento. Na alegação de motivos da FAESP, foram apresentadas notas fiscais incluindo a compra de bebidas alcoólicas e itens de almoço requintado para 300 pessoas (p. 13).

integralmente aprovadas” pelo SENAR, “apesar de não ter sido comprovada a aplicação da totalidade dos recursos transferidos, de terem sido consideradas, integralmente, as despesas com salários mensais e encargos de dez funcionários da Federação sem dedicação exclusiva (legislação previdenciária)” (p. 21 – grifos nossos).

O texto do referido Acórdão salienta que houve “aprovação indevida das prestações de contas” de quatro convênios celebrados entre as duas entidades, em 2005, e que houve “a omissão dos responsáveis em exigir a prestação de contas do convênio celebrado para execução do balanço e avaliação das atividades de 2004” (p. 21). Logo adiante, o relatório enfatiza que, relativamente a essas irregularidades,

Não é demasiado lembrar que a despesa executada pela entidade em 2004 foi de R\$ 33.707.054,73 e que a devolução, aos cofres do Senar/SP, de elevada soma de valores (R\$ 4.244.125,92, até 24/11/2006), somente ocorreu devido à intervenção da CGU e do TCU (p. 21).

Este caso de irregularidades em prestação de contas do SENAR/SP é emblemático não só por se tratar de uma federação patronal do Estado mais rico do País, mas também por deixar claro o uso de recursos públicos (destinados ao SENAR) para custear despesas com a contratação de funcionários para a FAESP. Por outro lado, é um típico caso em que a investigação e os apontamentos do TCU acabam sendo inócuos. Apesar de todas as irregularidades apontadas, o Tribunal julgou “as contas regulares com ressalva” (p. 29), sendo que esta “ressalva” representa o uso indevido de mais de R\$ 100 mil reais, desviados de seus objetivos, contratação de funcionários para outra entidade (FAESP), etc.

A malversação de recursos públicos, destinados à formação e capacitação profissional de trabalhadores e cooperados, não é uma prerrogativa dos administradores dos recursos do SENAR. O TCU tem apontado várias irregularidades em prestações de contas também do SESCOOP. De acordo com o Acórdão nº. 1646/2004, há uma denúncia de possíveis irregularidades praticadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Rio Grande do Sul (SESCOOP/RS).

De acordo com o Acórdão, a denúncia contra o SESCOOP/RS por desvio e malversação de verbas públicas teria acontecido em contratos com cooperativas filiadas, no exercício de 2000, com o afastamento da finalidade desses contratos e não observância das disposições da Resolução 02, de 4 de agosto de 1999, do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.²⁶ A denúncia se fundamenta basicamente no fato do SESCOOP ter transferido recursos financeiros para a Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS), utilizando-se de operações que apresentam indícios de triangulação de recursos (p. 2).

Segundo informações do referido Acórdão, esse aporte de recursos para a OCERGS teria como finalidade dar condições financeiras a essa entidade para que pudesse cumprir com dois contratos celebrados com a OCB (p. 2). Esses seriam originários de composição de dívidas da OCERGS com a OCB, sendo o primeiro no valor de R\$ 384 mil e o segundo no valor de R\$ 465 mil (pp. 2s).²⁷

De acordo com termos do Acórdão nº. 1.646, de 2004,

Com base na documentação e na contabilidade analisada, a unidade técnica verificou a impossibilidade de se identificar qual o destino dado aos recursos públicos repassados à SESCOOP/RS para a realização dos ajustes feitos com as cooperativas, em face da não-comprovação de suas prestações de contas (p. 14).

²⁶ Essa resolução foi modificada pela edição da Resolução 02/SESCOOP, em 6 de fevereiro de 2002.

²⁷ Os termos do processo registram que a Equipe de Inspeção teve grande dificuldade na obtenção dos documentos referentes ao exercício de 2000, não tendo sido entregues todos os documentos requeridos (p. 3).

É importante observar aqui que estas contas já haviam sido “julgadas regulares com ressalva e quitação aos responsáveis”. A partir de denúncia de malversação de recurso, as contas foram resistidas e, de acordo com o Acórdão nº. 2.18, de 2005, o TCU não aceitou as justificativas e aplicou multa aos responsáveis no valor de R\$ 10 mil reais. Por outro lado, esta investigação fez com que o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, em fevereiro de 2003, expedisse a resolução nº. 28/03, afastando os dirigentes do SESCOOP/RS, constituindo um interventor, com o objetivo de liquidar a unidade.²⁸

O desembargador federal considerou que procedem, em parte, os argumentos apresentados pelo SESCOOP nacional, destacando que a farta prova documental anexada ao processo comprovam as incontáveis irregularidades ocorridas na gestão do SESCOOP/RS em 2001 e 2002. Nesse sentido, o Acórdão 1959/2006 negou o pedido de reexame de aplicação de multa contra os dirigentes, argumentando que não foram apresentados fatos novos.

Além de todas as contas que o TCU não conseguiu analisar (há uma longa lista de casos a espera de auditoria por parte do Tribunal), estes casos demonstram claramente que há sérios problemas na administração dos recursos do SENAR e SESCOOP. Mais importante que denunciar os casos, a questão é rediscutir essa fórmula em que o Estado provedor arrecada recursos para subsidiar atividades de entidades patronais rurais.

Conclusão

Este artigo não tinha como objetivo uma análise exaustiva de possíveis irregularidades na administração de recursos públicos por parte das entidades patronais. Os quatro ou cinco casos mencionados ao longo deste texto são – é bem verdade! – poucos se comparados com a imensidão de recursos transferidos anualmente e número de convênios firmados. No entanto, além de não ser um trabalho exaustivo, é preciso ter claro que há muitos outros casos em processo de tomada de contas ou na fila para serem auditados pelo Tribunal de Contas da União.

Analisando relatórios, acórdãos, auditorias, nos chamou a atenção uma “certa condescendência” do Tribunal de Contas com as entidades em apreço. De uma maneira geral, diante de tantas evidências de irregularidades, as conclusões acabam sendo “contas aprovadas com ressalvas” com, no máximo, multas aos administradores. Por outro lado, a partir das denúncias da CPMI da Terra – a maioria delas não confirmadas –, o TCU está auditando todas as contas de entidades próximas ao MST, inclusive de uma escola para jovens assentados, decidindo pela devolução de milhões de reais. Nos parece que isto revela, no mínimo, uma fiscalização mais rígida para umas e menos rígidas para outras.

Independentemente disto e mais importante que explicitar situações de malversação de recursos, os casos mencionados – e fiscalizados pelo TCU – no entanto, demonstram claramente que é fundamental rever a atual forma de administração dos recursos do SENAR e SESCOOP. Em primeiro lugar, é preciso levar a sério a orientação do TCU que, após vários problemas apresentados em prestações de contas, recomendou ao Conselho Deliberativo e a administração central do SENAR re-avalie a manutenção da presidência deste e das Federações da Agricultura dos Estados centrada em uma mesma pessoa.

A descentralização – ou separação de funções – já seria um passo importante mas, com certeza, não é suficiente. É preciso democratizar a administração de um recurso público que deveria ser destinado às trabalhadoras e trabalhadores rurais. Não há justificativa político-ideológica que sustente que serviços – de educação e formação profissional – aos mais pobres do campo, sejam trabalhadores rurais sejam agricultores familiares cooperados, sejam administrados pelas entidades patronais.

²⁸ O Conselho Nacional do SESCOOP não aprovou as contas de 2001 da unidade RS e, em 09 de março de 2004, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região manteve em vigor a resolução nº 28 (afastamento dos dirigentes), com exceção da ordem de fechamento da seccional gaúcha da entidade, mantendo o afastamento dos dirigentes disponível no Portal da Justiça Federal da 4ª Região (processo AI 2003.04.01.012.165-2/RS).

Não só a administração, mas a própria simbiose entre as entidades patronais e o SENAR é inconcebível. O próprio TCU constatou que salários de presidentes de federações têm sido pagos com recursos do SENAR, bem como a contratação de funcionários que ficam a disposição das federações, sendo que os casos já mencionados no Rio Grande do Sul são exemplares. Claramente, recursos públicos são utilizados para sustentar a administração de entidades patronais.

As posições históricas destas entidades contra temas cruciais aos pobres da terra como a bandeira da reforma agrária e o combate à chaga do trabalho escravo, entre outros, fazem com que estas entidades não tenham nenhuma identificação com as principais lutas dos segmentos que pretendem educar e formar. Essa é a questão chave que deve ser abordada se o objetivo é – além de zelar pelos recursos públicos – democratizar as relações sociais no meio rural brasileiro.

A conclusão não pode ser outra senão as recomendações que constam do relatório vencido da CPMI da Terra sugerindo que a MP do SESCOOP e a lei do SENAR sejam revistos pelo Congresso Nacional, “introduzindo modificações com a finalidade de impedir que entidades representativas dos interesses do patronato rural promovam a administração direta de recursos públicos arrecadados” (Melo, 2006, pp. 417s). O objetivo deve ser a criação de instituições que realmente prestem serviços sociais autônomos, beneficiando os mais necessitados no meio rural.

Anexos

Transferências de recursos – 2000 a 2006²⁹

Ano	SENAR (R\$)	SESCOOP
2000	41.180.722,58	19.996.647,59
2001	50.894.942,71	23.224.323,06
2002	99.542.030,60	24.967.368,26
2003	136.604.293,95	28.963.599,27
2004	189.207.907,91	35.127.311,78
2005	168.141.970,07	46.118.465,62
2006	198.440.938,55	51.828.579,77
Totais	884.012.806,37	230.226.295,35

Obs.: Estes valores não estão corrigidos e se referem aos 2,5% de contribuição obrigatória.
Fonte: Dados extraídos do ARPA e SIAFI, fornecidos pelo Ministério da Previdência

Recursos repassados através de convênios

SENAR

SIAFI	VALOR (R\$)	DATA
	10.110.345,68	25/12/2002
	2.754.366,62	26/10/2000
	4.700.000,00	31/08/1999
Total	17.564.712,30	

Obs.: Estes valores não estão corrigidos (nominais referentes a cada ano).
Fonte: SIAFI, retirados do site da Controladoria Geral da União (CGU)

SESCOOP

SIAFI	VALOR (R\$)	DATA
527178	251.000,00	31/10/2005

²⁹ Os dados destas tabelas foram enviados pelo Ministério de Estado da Previdência Social, em 29 de junho de 2007, em resposta ao requerimento de informação nº. 134, de 2007, de autoria do Dep. Federal Adão Pretto (PT/RS).

425873	125.990,00	14/09/2005
512689	514.387,00	18/02/2005
514131	119.944,00	21/12/2004
512117	386.974,00	17/11/2004
511860	54.000,00	10/11/2004
511889	241.165,00	10/11/2004
483492	243.537,00	22/10/2003
480860	191.802,50	29/08/2003
480861	622.516,00	29/08/2003
480858	588.816,00	29/08/2003
467623	100.342,67	29/11/2002
400994	650.000,59	31/10/2000
Total	4.090.474,76	

Obs.: Estes valores não estão corrigidos (nominais referentes a cada ano).

Fonte: SIAFI, retirados do site da Controladoria Geral da União (CGU)

OCB

SIAFI	VALOR (R\$)	DATA
546140	269.070,00	06/03/06
518403	85.200,00	10/01/05
500375	208.100,00	12/05/04
408300	200.000,00	12/01/01
339014	400.000,00	12/02/98
304408	226.110,00	02/07/96
339439	1.136.488,00	08/03/98
Total	2.524.968,00	

Obs.: Estes valores não estão corrigidos (nominais referentes a cada ano).

Fonte: SIAFI, retirados do site da Controladoria Geral da União (CGU)

Bibliografia

A maior ONG do Brasil. In: **Revista Isto É – Dinheiro** – Encarte especial: grandes questões nacionais, nº 387, de 09 de fevereiro de 2005.

BANCO do Brasil. **Ofício da Diretoria de Agronegócios** em resposta ao Ofício nº 908/2004, da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Brasília, 23/12/2004.

BRASIL. **Lei nº. 8.315, de 23 de Dezembro de 1991**, Brasília, publicado no DOU em 24/12/91, disponível em <http://www81.dataprev.gov.br>

BRUNO, Regina A. L. **Nova República: a violência patronal rural como prática de classe**, disponível em www.scielo.br/pdf/soc/n10/18722.pdf (consulta em 11 de agosto de 2007).

_____. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. In: **Estudos Sociedade e Estado**, nº. 5, novembro 1995, pp. 5-31.

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Sugestões de proposições prioritárias**. Brasília, março de 2007 (mimeo).

CNI – Confederação Nacional da Indústria. **Petição Inicial – ADIn 1.924 – SESCOOP**, Brasília, 24 de fevereiro de 1999, disponível no site www.cni.org.br/adins/1924.htm.

DELGADO, Guilherme da Costa. **A questão agrária no Brasil: 1950–2003**. Brasília: IPEA, 2004 (mimeo).

FERNANDES Uelton F. **Anteprojeto da Comissão de Agricultura sobre renegociação das dívidas rurais (nota técnica)**. Brasília, Liderança do PT/Câmara dos Deputados, 2007 (mimeo).

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e**

- libertação nos movimentos sociais do campo**, São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
- _____. **Não há terra para plantar neste verão: O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. 2ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- MELO, João Alfredo Telles. **Reforma agrária? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2006.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. In: **História e Perspectivas**, Uberlândia, n.º 32/33, Ago/dez./2005, 91 pp.
- _____. **A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da Organização das Cooperativas Brasileiras**, disponível em www.anpuh.uepg.br/historia- hoje/vol2n6/sonia.htm (consulta em 11 de agosto de 2007).
- MINISTÉRIO da Previdência Social. **Resposta ao requerimento nº 134, de 2007**, de autoria do Dep. Federal Adão Pretto. Brasília, 29 de junho de 2007 (mimeo).
- NOGUEIRA, Jorge Madeira e OLIVEIRA, Dyogo Henrique de. **As origens do endividamento da agricultura brasileira: considerações sobre os impactos das políticas macroeconômicas nas políticas setoriais**. Brasília, UnB, disponível em <http://www.unb.br/face/eco/jmn/trabalhos/1997/b.pdf>
- ORTEGA, Antônio César. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- PRESIDÊNCIA da República. **Medida Provisória nº 1.715**. Brasília, 03 de setembro de 1998, disponível em <https://www.planalto.gov.br>.
- _____. **Medida Provisória nº 2.168-40**. Brasília, 24 de agosto de 2001, disponível em <https://www.planalto.gov.br>.
- PRETTO, Adão. **Requerimento nº 134, de 2007**. Brasília, Câmara dos Deputados (mimeo).
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta, do sul para a Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- SAUER, Sérgio, SOUZA, Marcos Rogério de, TUBINO, Nilton. O Parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, ABRA, vol. 33, nº 2, ago/dez, 2006, 41 pp.
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Regimento interno**, Brasília, 14 de julho de 2004 (mimeo).
- SRB – Sociedade Rural Brasileira. **Jornal A Rural**. São Paulo, maio de 1964.
- TEIXEIRA, Gerson. **A proposta de programa de recuperação do passivo do setor rural brasileiro** (nota técnica da assessoria do Dep. Beto Faro – PT/PA). Brasília, 04 de setembro de 2007 (mimeo).
- TCU – Tribunal de Contas da União. **Processo TC 010.247/2004-4, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Administração Nacional)**. Brasília, 2004 (mimeo), disponível em <http://www.tcu.gov.br>.
- _____. **TC 009.468/2002-6**. Brasília, disponível em <http://www.tcu.gov.br>.
- _____. **Acórdão nº.1646, de 2004**. Brasília, disponível em <http://www.tcu.gov.br>.
- _____. **Acórdão nº. 2372, de 2007**. Brasília, disponível em <http://www.tcu.gov.br>.
- _____. **Acórdão nº. 861, de 2006**. Brasília, disponível em <http://www.tcu.gov.br>.
- _____. **TC 008.104/2004-4** – Relatório da Secretária Geral de Controle Externo (TCU de Rondônia), disponível em <http://www.tcu.gov.br>.
- _____. **Acórdão 1659, de 2006**. Brasília, disponível em <http://www.tcu.gov.br>.
- VEIGA, José Eli da. Um repto ao agrobusiness. In: **Folha de São Paulo**, 11 de fevereiro de 1995, p. 2-2.

Artigo recebido em setembro de 2007

Artigo aprovado em setembro de 2007